

DA COLÔNIA AO IMPÉRIO

história social da América portuguesa
ao Império do Brasil—séc. XVI ao XIX

organização

Francisco Isaac D. Oliveira

Leonardo S. Claudiano

EDITORA BIBLIOTECA OCIDENTE
LIBRUM LUX MUNDI



Organização:
Francisco Isaac Dantas de Oliveira
Leonardo da Silva Claudiano

**Da Colônia ao Império:
história social da América portuguesa
ao Império do Brasil—séc. XVI ao XIX**



Editora Biblioteca Ocidente
2023

Copyright © 2023 by Os autores

Título original em língua portuguesa:

Da Colônia ao Império: história social da América portuguesa ao Império do Brasil—séc. XVI ao XIX

Capa: Francisco Isaac e Gabriel Araújo

Imagem da capa:

Colagem de fotografias feitas dos painéis de azulejos do Museu de Arte Sacra de Pernambuco. Olinda-PE. Fotógrafo: Francisco Isaac. 2021.

Projeto gráfico: Gabriel Araújo

Editor: Antônio Natalino de Lisboa

Comitê editorial:

Bruno B. A. da Costa (IFRN), Francisco Isaac D. de Oliveira (PUC-SP), Roberto Airon Silva (UFRN) e Thiago do N. Torres de Paula (FAPERN).

Tipografia: Zilla Slab e Open Sans

Dados de Catalogação de publicação da Biblioteca Ocidente, RN, Brasil.

C719

Da Colônia ao Império : história social da América portuguesa ao Império do Brasil — séc. XVI ao XIX / Organização Francisco Isaac D. Oliveira, Leonardo S. Claudino. — Parnamirim, RN: Editora Biblioteca Ocidente, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo PDF : ca 5,8 MB)

ISBN 978-65-00-67477-4 DOI 10.53919/ebo8

1. Brasil Colônia (1500–1822) 2. Brasil Império (1882–1889)
3. Sociologia I. Oliveira, Organização Francisco Isaac D. (Org.) II. Claudiano, Leonardo S. (Org.) III. Título.

CDD-981.03

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : História 981
2. Sociologia Brasileira 301

Adriana de Lima Teixeira – Bibliotecária – CRB-15/0550

Direitos reservados a:

Editora Biblioteca Ocidente
Av. Parque das Lagoas, 195
Parnamirim-RN, CEP 59154-325

Para comprar o e-book, acesse www.revistagalo.com.br.

Visite nossas redes sociais: @editorabocidente e @revistagalo.

Sumário

Prefácio	vii
Introdução	xi
I Estudos da colônia portuguesa	1
1 Entre a prática e a representação: a natureza e os recursos naturais na América portuguesa do século XVI ao final do XVIII <i>Alberto Camargo Portella e João Gabriel Covolan Silva</i>	3
2 A Reforma militar e os impactos do decreto de 1796 às tropas de pretos e pardos (Rio de Janeiro, 1796–1808) <i>Gabriela de Andrade Ferreira</i>	27
3 Reformar é preciso: ilustrados do império português na busca pela modernização da mineração em Minas Gerais no final do século XVIII <i>Felipe Mesquita Antunes</i>	51
4 Eu, Thereza Afonço: comércio negreiro, escravidão e liberdade no Recife (século XVIII) <i>Filipe Matheus Marinho de Melo</i>	77
5 Escravidão indígena: violência e o mundo do trabalho <i>George Marx e João Francisco de Moraes Junior</i>	99
6 De flecheiros e emboscadas: Agência Indígena e a Máquina de Guerra Colonial nas Capitâneas do Norte dos Sécs. XVI e XVII <i>Kalina Vanderlei Silva</i>	115

7	Cristianização do espaço: templos religiosos no território da Freguesia do Seridó (1695–1808)	
	<i>Isac Alisson Viana de Medeiros</i>	133
8	Administradores do contrato das baleias na capitania de Santa Catarina, 1742–1835	
	<i>Jeferson dos Santos Mendes</i>	159
9	O enfeitamento de crianças como estratégia social: a trajetória do Tenente Joaquim Lino Rangel na freguesia da cidade do Natal, 1760?–1839	
	<i>Thiago do Nascimento Torres de Paula</i>	173
10	Indícios da Educação no Período Colonial Brasileiro nas cartas de Anchieta	
	<i>Úrsula Andréa de Araújo Silva e Marlúcia Menezes de Paiva</i>	203
11	Espaço urbano e a construção da cidade barroca: São Paulo na segunda metade do século XVIII	
	<i>Francisco Isaac D. de Oliveira</i>	215
II Estudos do império do Brasil		229
12	A intelectualidade imperial e os selvagens: o IHGB, os indígenas e a identidade nacional do império de Pedro II	
	<i>Bruno Miranda Braga</i>	231
13	(In)desejável metro: a implementação do Sistema Métrico Decimal francês no Brasil Imperial (1830–1874)	
	<i>João Fernando Barreto de Brito</i>	253
14	Joanna: uma escrava que teve seus bens inventariados na Villa do Jardim (1865), no sertão do Seridó, Província do Rio Grande do Norte	
	<i>Diego Marinho de Gois e Ariane de Medeiros Pereira</i>	283

15	“No Cemitério de São Benedito da Cidade de São Paulo”: uma necrópole de pretos no centro da capital paulista (1845–1943) <i>Alvací Mendes da Luz</i>	305
	Sobre os autores	327

Prefácio

As ideias defendidas nesta obra, pela variação dos pontos de vista, inserem-se no plano mais vasto da história social, política e cultural. A sensibilidade de seus autores em relação a uma ruptura histórica de grande relevância—a transição para o Brasil imperial—preenche uma lacuna importante e oferece um panorama de análise ampliado acerca de um dos momentos mais tormentosos de nossa história. De uma ponta a outra, as observações que esboçam permitem crer, embora de forma indefinida, que o arcabouço do Antigo Regime estava a ser corroído por dentro. E por mais que os historiadores analisem esse fenômeno de ruptura no quadro geral da civilização ocidental, a periferia do sistema ainda continua carecendo de pesquisas mais aprofundadas. O conteúdo que o leitor tem em mãos certamente representa uma oportunidade de narrar e compreender o que estava ocorrendo no Brasil nesse momento tão conturbado.

Essa perspectiva de análise, a despeito da dispersão de assuntos variados, impõe limitações de ordem de tempo e espaço. Embora não tenha recortes rígidos, esta obra se afigura remontar ao Brasil dos séculos XVI-XIX. Tempos tão múltiplos dão ao trabalho final uma feição diversa. Indubitavelmente, representa uma oportunidade, *sine ira et studio*, de articular perguntas a respeito da política ultramarina, do reformismo ilustrado, do comércio negreiro, das clivagens entre indígenas e colonos, das heranças da escravidão e do papel desempenhado pela Igreja no processo de dominação territorial. Os artigos estão alicerçados em um movimento pendular que articula, por um lado, explorações individuais e, por outro, reflexões coletivas que privilegiam o diálogo com modelos historiográficos distintos. Trata-se de um livro aberto, assente numa historiografia renovada, cuja configuração permite matizar ideias preconcebidas e questionar algumas certezas adquiridas em relação ao desenvolvimento de um país preso às estruturas arcaizantes do Antigo Regime. O resultado é uma síntese que reúne contribuições parciais de estudos de pormenor. Apesar desse aspecto fragmentário, os textos aqui presentes são como peças de um quebra-cabeça que se pode agrupar por temas.

PREFÁCIO

O quadro nacional é, por evidente, o lugar privilegiado, mas a multiplicidade de perspectivas teóricas muitas vezes orienta o foco para nuances regionais. Isso inclui as Minas Gerais, o Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e o Rio Grande do Norte. É lugar-comum dizer que o exame dos arquivos impõe exigências específicas, sobretudo quando os testemunhos nacionais se mostram insuficientes. Foi preciso vencer essa barreira. Nessa obra, o levantamento de fontes variadas constitui orientação disciplinar basilar: a documentação básica engloba coleções de manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino e da Cúria Metropolitana de São Paulo, Tratados Descritivos, Diários de navegação, Memórias, Livros de Batismos, Casamentos e Óbitos, Inventários, Cartas, Sermões, Termos de Vereação, Jornais, Relatórios, Anais da Assembleia Imperial, Atas de Câmaras Municipais, Dicionários de época e Documentos legislativos. Os artigos são apresentados com análises de acontecimentos, biografias e exercícios teóricos, cujas interpretações são baseadas na história da cultura e das mentalidades. Contudo, algumas incursões são derivadas dos problemas da história social, nomeadamente a história da escravidão. Para além de compreender a dimensão de nossas mazelas sociais, os autores buscam captar a natureza conjuntural do sistema, a especificidade do catolicismo, a produção dos espaços, o papel das instituições (Irmandades, Conselhos, Câmaras, Tribunais, etc.), os grupos sociais, os instrumentos de poder, as engrenagens ideológicas, as práticas de controle e as formas de resistência.

É neste quadro plural, em termos de fontes e interpretações, que deverão ser lidos os estudos que dão sustentação a este livro. Suas análises abarcam sobretudo a questão da natureza na América Portuguesa, as tropas de Auxiliares e de Ordenanças de pretos e de pardos da cidade do Rio de Janeiro, o comércio negreiro e a escravidão na cidade do Recife no século XVIII, a escravidão indígena e suas formas de resistência nas Capitânicas do Norte, os pensadores “ilustrados” e a modernização da mineração nas *Gerais*. Trata, ainda, da construção de templos cristãos nos rincões do sertão, do papel desempenhado pelos administradores das armações de pesca de baleia na região catarinense, do enjeitamento de crianças na cidade de Natal entre os séculos XVIII e XIX, da educação sob o olhar de José de Anchieta, da construção da cidade de São Paulo, da questão da identidade nacional, da implementação do sistema decimal no Brasil Imperial, da Irmandade de São Benedito e a questão da morte, e traz, finalmente,

um interessante relato de vida de uma escrava chamada Joana, a partir do seu inventário *post mortem*.

Certamente os artigos possuem natureza bem diferente. Quase todos têm em comum o fato de refletir acerca da evolução dos fenômenos sociais, das experiências de vida, dos pontos de ruptura, dos eventos políticos, dos problemas raciais e das lutas sociais. Os textos, de caráter geral e programático, não pretendem esgotar seus temas. Sua finalidade é suscitar interrogações. Com efeito, cumpre notar que por trazer à baila as lógicas conflitivas envolvidas nos fenômenos de ordem social e cultural, esta obra ilustra as ambiguidades das relações humanas, as contradições dos processos históricos e as ambivalências dos acontecimentos e personagens de nossa História.

Wallas Jefferson de Lima
Curitiba, junho de 2022.

Introdução

A história colonial e imperial do Brasil ainda tem muito a oferecer para historiografia. Novas fontes, novas abordagens são sempre um sopro criativo para a escrita das ciências humanas. Revisões, correções, atualizações trazem novas perspectivas e corroborações tem sido feitas ao longo dos anos, dando vida nova a História do Brasil.

Junto a isso, e não menos importante, estão as novas abordagens e interpretações da história imperial e do longo século XIX no Brasil. Ainda são necessários mais estudos e pesquisadores envolvidos com a história do Brasil imperial. Precisamos de mais estudos econômicos, sociais, culturais, religiosos e da escravidão africana e indígena nesse período histórico. Ainda é pequeno o número de trabalhos publicados relativos ao império e o acesso do público a esses textos fica restrito.

É nesse sentido que nosso livro quer ser lembrado, lembrado como um esforço colaborativo e coletivo de jovens pesquisadores (as) preocupados com a história colonial e imperial do nosso país. Os capítulos aqui organizados são um reflexo da desproporcionalidade entre colônia e império—temos 11 textos sobre a história colonial e somente 4 que se debruçaram sobre o longo século XIX. Essa desproporcionalidade revela a necessidade de se fazer novos estudos acerca do império do Brasil, esse, período pouco explorado quando comparado à colônia e à república.

Os 15 capítulos apresentados aqui abrangem uma história na longa duração, a nossa jornada tem início na colonização, ainda no século XVI e segue até o XIX. Aqui pensamos sobre o sertão, cidade, as pessoas, sociedade barroca, caça as baleias, comércio, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande, sertão do atual Seridó, as milícias urbanas no Rio de Janeiro, Recife, Pernambuco colonial, religião, irmandades negras, educação, crianças enjeitadas, jesuítas e escravidão. Todas essas categorias perpassam 400 anos de história que povoam e provocam nossas memórias. Logo, essas memórias ardem clamando por interpretações que ajudem nossa sociedade a encontrar o melhor caminho para a igualdade econômica e justiça social, onde todos e todas possam ter acesso a igualdade de oportunidades.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um grande espaço, território vasto, de múltiplas paisagens, gente de todas as cores e fisionomias. Nunca existiu uma unidade cultural absoluta, existem aproximações, porém as diferenças são muitas. Somos diversos, somos violentos por uma herança cultural europeia, como bem lembrou Georges Duby, nossa ocidentalização tem em seus pilares a marca da violência impregnada na masculinidade, que governou e governa nossas sociedades¹. O Brasil não é um lugar para os fracos. A história do nosso povo é marcada profundamente por feridas de sangue e violência, queria que estivéssemos errados, mas as constatações diárias não nos deixam enganar, e nossa reflexão ser uma bravata de esquina ou de mesa de bar.

A nossa história está alicerçada em violências extremas. Destruímos as florestas e os animais nativos, escravizamos de forma bárbara os índios, impondo-lhes uma única visão de mundo, de religião e de economia. Sequestramos homens, mulheres e crianças da grande África e os forçamos a atravessarem o Atlântico para aqui serem moídos como carne barata nas fazendas e nas cidades. A nossa sociedade sempre foi perversa com homens, mulheres e crianças que estavam na margem da sociedade. Nosso povo ainda precisa conhecer seu passado de violência e tomar uma bela dose de consciência de classe para saber de onde vem tanta pobreza e violência barata contra o corpo e a identidade cultural de cada um. Temos que parar de admirar e aplaudir nossos opressores. Na maioria das vezes, nossos opressores não nos deixam sabermos o que se passa ao nosso redor, por pura estratégia. Nesse sentido, precisamos de mais pensamento crítico nas aulas, aliás, necessitamos urgentemente de mais espaços escolares e mais professores que estimulem a leitura histórica, literária, sociológica e filosófica, para que no futuro não façamos escolhas esdruxulas e não coloquemos outros bolsonaros no poder.

Os 15 capítulos formadores deste livro foram divididos em duas partes assim distribuídos: na primeira parte ESTUDOS DA COLÔNIA PORTUGUESA, CAPÍTULO 1: ENTRE A PRÁTICA E A REPRESENTAÇÃO: A natureza e os recursos naturais na América portuguesa do século XVI ao final do XVIII dos autores Alberto Camargo Portella & João Gabriel C. Silva; CAPÍTULO 2: A REFORMA MILITAR E OS IMPACTOS DO DECRETO DE 1796 ÀS TROPAS DE PRTOS E PARDOS (RIO DE JANEIRO, 1796–1808) da autora Gabriela de Andrade Ferreira; CAPÍTULO 3: REFORMAR É PRECISO: ilustrados do império portu-

¹DUBY, Georges. *Damas do século XII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

guês na busca pela modernização da mineração em Minas Gerais no final do século XVIII do autor Felipe Mesquita Antunes; CAPÍTULO 4: EU, THE-REZA AFONÇO: comércio negreiro, escravidão e liberdade no Recife (século XVIII) do autor Filipe Matheus Marinho de Melo; CAPÍTULO 5: ESCRAVIDÃO INDÍGENA: violência e o mundo do trabalho dos autores George Marx & João Francisco de Moraes Junior; CAPÍTULO 6: DE FLECHEIROS E EMBOSCADAS: Agência Indígena e a Máquina de Guerra Colonial nas Capitânicas do Norte dos Sécs. XVI e XVII da autora Kalina Vanderlei Silva; CAPÍTULO 7: CRISTIANIZAÇÃO DO ESPAÇO: templos religiosos no território da freguesia do Seridó (1695–1808) do autor Isac Alisson Viana de Medeiros; CAPÍTULO 8: ADMINISTRADORES DO CONTRATO DAS BALEIAS NA CAPITANIA DE SANTA CATARINA, 1742–1835 do autor Jeferson dos Santos Mendes; CAPÍTULO 9: O ENJEITAMENTO DE CRIANÇAS COMO ESTRATÉGIA SOCIAL: a trajetória do tenente Joaquim Lino Rangel na freguesia da cidade do Natal, 1760?–1839 do autor Thiago do Nascimento Torres de Paula; CAPÍTULO 10: INDÍCIOS DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO NAS CARTAS DE ANCHIETA das autoras Úrsula Andréa de Araújo Silva & Marlúcia Menezes de Paiva; e fechando essa primeira parte o CAPÍTULO 11: ESPAÇO URBANO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE BARROCA: São Paulo na segunda metade do século XVIII de Francisco Isaac D. de Oliveira.

A segunda parte—ESTUDOS DO IMPÉRIO DO BRASIL—ficou assim organizada: CAPÍTULO 12: A INTELECTUALIDADE IMPERIAL E OS SELVAGENS: o IHGB, os indígenas e a identidade nacional do Império de Pedro II do autor Bruno Miranda Braga; CAPÍTULO 13: (IN)DESEJÁVEL METRO: a implementação do Sistema Métrico Decimal francês no Brasil Imperial (1830–1874) do autor João Fernando Barreto de Brito; CAPÍTULO 14: JOANNA: uma escrava que teve seus bens inventariados na Villa do Jardim (1865), no sertão do Seridó, Província do Rio Grande do Norte dos autores Diego Marinho de Gois & Ariane de Medeiros Pereira; e fechando o livro, o CAPÍTULO 15: “NO CEMITÉRIO DE SÃO BENEDICTO DA CIDADE DE SÃO PAULO”: uma necrópole de pretos no centro da capital paulista (1845–1943) de Alvaci Mendes da Luz.

Todos esses estudos traduzem um pouco o Brasil, e nos ensinam sobre nossa história, de como sermos mais tolerantes. Esse livro ensina também como fazer pesquisa histórica de ponta, ele deixa evidente os regionalismos, esclarece mais sobre a escravidão, economia, comércio, cultura, cidade, historiografia, antropologia, pedagogia e sociologia. Esse livro é

INTRODUÇÃO

a nossa pequena contribuição à historiografia. Queremos ser lembrados como o grupo que contou uma versão da história do Brasil e aumentou um ponto nessa grande história coletiva.

Francisco Isaac D. de Oliveira
Leonardo da S. Claudiano
Parnamirim/São Paulo, abril de 2022.

Parte I

Estudos da colônia portuguesa

Entre a prática e a representação

A natureza e os recursos naturais na América portuguesa do século XVI ao final do XVIII¹

Alberto Camargo Portella² João Gabriel Covolan Silva³

Introdução

Os estudos de grupos humanos e sociedades em relação à natureza e ao clima, ou às condições geográficas de modo geral, possuem enorme importância e destaque nas pesquisas históricas atuais. Como nos recordou o pesquisador José Augusto Pádua (2010, p. 81), a historiografia “vem revelando que a preocupação intelectual com os problemas ‘ambientais’ esteve presente, ao menos no mundo de expressão europeia, desde o final do século XVIII, ocupando um lugar relevante no processo de construção do pensamento moderno”. Contudo, nas últimas décadas, os estudos ambientais vêm ganhando cada vez mais força, diante da emergência climática e a preeminência do discurso ambientalista na política contemporânea. De acordo com Reinhart Koselleck (2020, p. 537), “Hoje devemos partir do pressuposto de que o ar, a água, o solo, a flora e a fauna, em decorrência da milenar história dos seres humanos, perderam muito do seu anterior caráter de precondições naturais”⁴. A ciência histórica, portanto, não se encontra isolada neste cenário e pode em muito contribuir para o entendimento das relações entre grupos humanos e seus aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais com o meio ambiente, a partir de pressupostos teóricos e metodológicos concisos. Evita-se, assim, “trazer para dentro de sua pesquisa interesses orientadores do conhecimento”, já que os mesmos podem obstruir o próprio conhecimento que se almeja produzir (KOSELLECK, 2020, p. 83). Longe de procurar encaixar argumentos estritamente

ambientais no período analisado, buscamos demonstrar como a experiência dos atores e a construção de discursos ilustram a forma pela qual a natureza e seus atributos foram avaliados frente à constituição da vida dessas sociedades e à sua utilização enquanto base das atividades produtivas (PÁDUA, 2010, p. 84).

A experiência de colonos e metropolitanos em relação à natureza colonial e seus recursos naturais variou no decorrer dos séculos de colonização. Em cronologias diversas, houve a conjugação entre a prática daqueles atores e a construção de discursos sobre essa mesma realidade, os quais nem sempre coincidiam de forma absoluta. A percepção e ação sobre a configuração espacial da América portuguesa, afetando o modo como os recursos naturais foram avaliados, envolveu, por sua vez, a própria historicização do terreno: de terreno virgem com um quase inestimável potencial, compreensão um tanto estática, para uma zona produtiva cujo limite ambiental seria capaz de afetar a produção. A utilização do espaço, portanto, envolveu constantes reconfigurações de sua natureza (PÁDUA, 2010, p. 88–90; KOSELLECK, 2014, p. 73–89). Afinal, se o tempo e o espaço são condições da ação humana, como argumentou Koselleck, o “[...] espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente [...]” (2014, p. 77).

No presente capítulo, analisaremos, durante o período colonial luso-americano, em primeiro lugar, as relações *concretas e cotidianas* entre os colonos e o espaço sul-americano, elemento-chave da longa duração do processo de formação do território colonial. Isto porque é a partir das expedições sertanistas, da prática agrícola—seja da lavoura de exportação ou de subsistência—, mineradora e militar que se adquire e se acumula experiência acerca do solo, dos rios, das matas e da costa desta vasta área geográfica. Relações condicionadas em grande parte pelo aprendizado obtido com os povos indígenas e pelas assimetrias de um processo de colonização, tais conhecimentos se estendem do aproveitamento das trilhas indígenas ao modo de se caminhar no meio de densas matas, da busca por água e alimentos às adaptações desenvolvidas contra os tormentos frequentes durante viagens, e mesmo as práticas agrícolas em uma região de clima majoritariamente tropical.

Nós nos atentaremos também às *concepções e representações* da natureza e do espaço físico em alguns escritos essenciais para a compreensão

do período colonial, entre fins do século XVI ao final do século XVIII, buscando compreender se há, ao longo destes séculos, mudanças substanciais na reflexão acerca da paisagem e das potencialidades do continente americano por parte de observadores letrados, que produziram obras incontornáveis para o estudo da América portuguesa. Escolhemos esta perspectiva baseando-nos na distinção feita pelo historiador João Paulo Pimenta em um estudo sobre as noções e conceitos de tempo na América portuguesa em fins do século XVIII, em que o autor diferenciou as *noções de tempo*, que em grosso modo são inconscientes; as *concepções de tempo*, que são formulações de ideias razoavelmente coerentes acerca da temporalidade; as *representações*, operações mais sutis, derivadas das concepções; e, finalmente, a sua *conceitualização* (PIMENTA, 2011, p. 3). Este pressuposto teórico é importante, pois, no nosso caso, buscamos compreender como se refletia sobre o meio físico luso-americano, suas potencialidades e limites, em interação com o meio social; assim, esta reflexão nos dá elementos para compreender as “ideias razoavelmente coerentes” acerca do tema que propomos.

Portanto, buscamos apontar algumas tendências na prática e em alguns discursos do século XVI ao fim do XVIII, reconhecendo ainda a porosidade em tal divisão cronológica. Afinal de contas, rupturas e continuidades são aspectos recorrentes em qualquer análise histórica. Como uma das guias de nossas preocupações, há o pressuposto de que se o próprio espaço foi e é historicizado, também o foram as concepções elaboradas sobre ele (KOSELLECK, 2014; PÁDUA, 2010).

Dessa forma, em um primeiro momento procuraremos encarar algumas práticas e concepções sobre a natureza presentes nos séculos XVI e XVII e, em seguida, procurar as possíveis permanências e transformações ocorridas no século XVIII, quando, por exemplo, o contínuo desenvolvimento de técnicas, as alterações mentais e materiais suscitadas pela Ilustração trouxeram novos problemas e ressignificações. Uma delas foi a preocupação com problemas ambientais e uma nova interpretação sobre a natureza. No último caso, mesmo as transformações no pensamento econômico do período, supomos, têm seu peso na forma como os recursos naturais foram considerados (PÁDUA, 2004, p. 10–127, 2010, p. 82–84; POMBO, 2015, p. 44 *et seq*; CARDOSO, 1989). Buscamos, conforme Pádua, compreender “[...] a construção da sensibilidade ecológica no universo da modernidade [...]”, com vistas a contribuir, por meio desses apontamentos

"ambientais", para com uma análise mais ampla do período (2010, p. 84–97)⁵.

Práticas e representações no alvorecer da colonização

Dentre as vicissitudes que caracterizam a expansão ultramarina europeia, as interações entre as condições materiais e produtivas, bem como as mentais acerca dos espaços e povos com os quais se entra em contato e conflito, são importantes para abordar o problema em questão. Como afirmou Fernand Braudel, a redução de fatos humanos à ordem geográfica deve ser, concomitantemente, uma redução ao social (BRAUDEL, 2014, p. 159). E estas sociedades que se expandem ao redor do globo buscavam, além de metais e pedras preciosas para a prática comercial, principalmente com a Ásia, produtos agrícolas e recursos naturais, visando a reprodução desta economia mercantil e o conseqüente abastecimento da terra de origem. Portanto, a expansão geográfica se dá por um conjunto de sociedades que, ao fim e ao cabo, possuíam objetivos semelhantes.

Ao longo do Medievo, áreas cada vez mais significativas dentro do continente europeu foram sendo alteradas, diante da procura de abastecimento alimentar, da construção de casas, de embarcações, e da demanda por combustível (WALLERSTEIN, 2011, p. 44–51). A busca ultramarina por riquezas e produtos agrícolas, portanto, é também uma busca por recursos naturais que atendam a uma demanda dupla de acordo com esta lógica social: seja a da instauração de um aparato produtivo no mundo conquistado ou em vias de sê-lo, seja para remessa ao mundo metropolitano em crescimento—não obstante ocorresse de modo não-linear e desigual. Por outro lado, em relação ao universo mental, temos de levar em consideração que a expansão ultramarina corresponde a um momento marcado por alterações—alterações estas que o contato e a conquista de novos territórios irão influenciar e levar a transformações.

Um mundo cuja "marcha no sentido da secularização crescente da vida" parece contrariada, diante do enorme peso do sobrenatural e dos mistérios presentes no cotidiano. No caso português — e em especial na América —, apesar da sensibilidade "às louçanias e gentilezas dos mundos remotos que a eles vão se desvendando [...] ao menos no caso do Brasil [elas] escassamente contribuíram para a formação dos chamados mitos da conquista". A "atmosfera mágica" que envolve os hispânicos se rarefaz na América portuguesa, sendo de maior importância a experiência imediata

e um certo utilitarismo (HOLANDA, 2010, p. 40–43). Esta maior sobriedade, porém, continua a dar margem a fantasias e expectativas que não são inconstantes. Veja-se por exemplo o caso dos monstros marinhos, descritos pelos primeiros cronistas, que, de acordo com um mestre de açúcar do engenho de Gabriel Soares de Sousa, tinha “um vulto maior que um homem à borda d’água”, atacando seus escravos principalmente no verão, já “que no inverno não falta nunca nenhum negro” (SOUSA, 1879, p. 256). Como dissera Pero de Magalhães Gandavo a partir de relatos coevos, “era quinze palmos de comprido e semeado de cabelos pelo corpo, e no focinho tinha umas sedas muito grandes como bigodes”. Chamado pelos indígenas de *ipupiara*, os relatos sobre este monstro deixavam em aberto no horizonte a perspectiva de outros, “de diversos pareceres, que no abismo desse largo e espantoso mar se escondem, de não menor estranheza e admiração”. E isto porque, conclui o cronista, “os segredos da natureza não foram revelados todos ao homem, para que com razão possa negar, e ter por impossível as cousas que não viu nem de que nunca teve notícia” (GANDAVO, 2008, p. 131). Parte destas ideias, inclusive, iriam reverberar através do tempo, como é o caso da “continuidade entre a versão quinhentista das montanhas que reluzem e a Sabaraboçu mítica de Fernão Dias” (HOLANDA, 2010, p. 83)⁶. Quando não monstros, portanto, havia lendas e boatos sobre o espaço luso-americano, admirável e ainda não de todo conhecido.

Esta grande estranheza e admiração, podemos afirmar, se estende além daquilo que se encontra no abismo do oceano. Antes, se reproduz e ganha vida na descrição da fauna, da flora, dos minerais, nas reais dimensões da terra e nas possibilidades que seu usufruto pode dar aos colonos lusitanos, a partir da observação *in loco* da realidade ao lado de projeções de expectativas que muitas das vezes não condizem com os limites impostos. E, vale recordar, nestas descrições e abordagens a perspectiva do autor se ajusta às suas próprias experiências e cabedal de conhecimento acerca da realidade descrita. Por este motivo, o estranhamento de D. Antonio Rolim de Moura, ainda em 1751, depois de sua viagem em direção ao Mato Grosso, não é em nada excepcional: “Rios tão caudalosos, matos tão espessos, e campos tão distantes, que fazem a admiração, principalmente a quem vem de uma terra tão apertada, como o nosso reino” (RELAÇÃO..., 1981, p. 194).

Os cronistas que se encontram há mais tempo na América portuguesa —e que se envolveram na atividade econômica açucareira—, tendem a

idealizar determinados aspectos da terra e da natureza, resquícios de uma visão edênica que não se dissipa no século XVI. Assim é que, para Ambrósio Fernandes Brandão,

[...] estes nossos campos, com serem naturais e não sonhados para se fabricarem na ideia, correspondem gozando daquelas cousas que, com tanto estudo de fingimentos, se representaram; porque nestes nossos campos achareis rios de mel excellentíssimo, e de manteiga maravilhosa, de que se aproveitam seus moradores com pouco trabalho (BRANDÃO, 2010, p. 220).

A terra brasileira, portanto, possui condições de dar frutos de modo rápido e pouco trabalhoso aos colonos em busca de enriquecimento. Brandão, como nos lembra Diogo Ramada Curto, tinha como principal objetivo “mostrar as suas grandezas contra os que consideravam a terra estéril”, mostrando-se interessado em descrever um funcionamento do mundo colonial (CURTO, 2009, p. 238–239), inclusive em sua análise acerca das principais atividades produtivas das primeiras décadas de colonização, que se enquadra nesta linha argumentativa. No caso da exploração do pau-brasil, ao afirmar que muitos têm se enriquecido por meio da sua extração, o mesmo Brandão é contestado pelo interlocutor Alviano: “Se isso se passa dessa maneira, poderemos dizer que dá Deus aos moradores do Brasil ouro e prata pelos campos, e que de cousa, que eles não plantaram, nem granjearam, colhem fruto”. Segue Brandão, em síntese, que esta e outras “cousas de mais importância” se acham “sem lhes custar nenhum trabalho nem indústria⁷” (BRANDÃO, 2010, p. 177).

Neste quesito, uma contradição da visão dos colonos com a diretriz régia já se faz presente desde o início da colonização. Afinal, se a riqueza obtida por meio de recursos naturais que não foram plantados, sem custar trabalho ou indústria, seduz a perspectiva de enriquecimento veloz por parte do cronista, também é por esta razão que a Coroa busca regular a sua extração. Além de ser monopólio da Coroa, a forma de exploração do pau-brasil, desde o início, desperta certa preocupação. Afinal, o modo aleatório como se dá o corte da madeira e as queimadas que visavam facilitar a sua derrubada demonstra os primórdios do que, acertadamente, Maria Isabel de Siqueira definiu como o início não da exploração, mas de uma destruição propriamente dita (SIQUEIRA, 2011, p. 2). No Regimento do ano de 1605, regulando justamente esta atividade econômica, é categórica a afirmação

de que se deve carregar o que diz respeito ao contratante, levando em consideração o estado de cada mata que se explora, para que não se carregue além do que se convém, *para benefício das ditas matas*. Até porque, como é do conhecimento, esta exploração deixava “ramos e ilhargas perdidas”. A partir de então, afirma que se deveria aproveitar “todo o que fôr de receber”, sem deixar pelos matos paus mau cortados; concluindo, por conseguinte, que “a causa de se extinguirem as matas do dito pau, como hoje estão, e não tornarem as árvores a brotar, é pelo mau modo com que se fazem os cortes, não lhes deixando ramos, e varas, que vão crescendo, e por se lhe pôr fogo nas raízes, para fazerem roças” (“REGIMENTO DO PAU-BRASIL”, 1972, p. 364)⁸. É claro, contudo, que a obediência às normas régias em boa parte dos casos não foi seguida, já que o desrespeito ao monopólio e às práticas mais conservadoras do corte foram uma constante ao longo do período colonial.

Contudo, a exploração do pau-brasil teve uma circunscrição geográfica mais restrita se comparada à extração da madeira para o fabrico de embarcações, como afirmara José Roberto do Amaral Lapa. Para Amaral Lapa, aliás, a demanda de madeiras por parte do estaleiro real era ainda complexa, pois “a especificidade das madeiras no tocante às diferentes peças dos navios é importante, pois as que correspondem satisfatoriamente a determinado artefato naval já não serviam, muitas vezes, para outros usos num mesmo navio” (LAPA, 1968, p. 35). Ademais, a exploração de madeira para a construção naval foi importante para a defesa do litoral, desde os princípios, a partir da construção de embarcações de menor porte para a navegação de cabotagem, bem como pela disputa com a metrópole pelo acesso a este recurso.

Por esta razão, muitas regiões adjacentes à Bahia se expandiram a partir do fornecimento de madeira, como são os casos das capitânicas de Ilhéus e Sergipe. A abundância deste recurso fora prontamente notada por argutos observadores, como é o caso de Diogo de Campos Moreno, para quem, nesta última capitania, “fazem [...] muitas madeiras de importância para embarcações e edifícios, as quais com muita facilidade podem-se trazer à Bahia para fábrica de galeões [...]” (MORENO, 1955, p. 163). O autor é importante porque já deixa subentendido que este mesmo recurso seria disputado com aquela que se transformara na principal atividade produtiva da América portuguesa, entre finais do século XVI e início do XVII: os engenhos. Atividade econômica que, nas palavras deste sargento-mor, autor

do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, de 1612, “se sustenta de violência⁹” (MORENO, 1955, p. 112), não apenas por conta do ritmo intenso do trabalho, mas pelo crescente consumo de recursos engolidos pelas unidades produtivas açucareiras¹⁰.

Apesar do tom de sua descrição, Campos Moreno, ao que indica, está constatando o funcionamento dos engenhos, e não tecendo duras críticas ao processo. Como na sua descrição sobre a capitania de Ilhéus, onde associa a abundância de água e de madeiras à produção açucareira, razão pela qual Ilhéus se situa ainda na “primeira classe das melhores do Brasil”, havendo regiões “que para tudo tem lenhas e matos onde nunca entrou machado desde que Deus os criou” (MORENO, 1955, p. 133). Apesar da baixa produtividade desta capitania no período, por conta dos conflitos entre colonos e indígenas, este aspecto é um indicativo do que se desvela no horizonte.

Se a existência e reprodução de sociedades em um determinado espaço—seu processo de territorialização—envolve a predação e consumo de recursos naturais circundantes, a intensidade de seu uso e consumo na América portuguesa, depois do início do boom açucareiro, marca uma viragem em relação às primeiras décadas do século XVI e nos períodos posteriores. Como nos lembra Shawn Miller, a densidade populacional é um dos fatores que alteram a interação entre a sociedade e o ambiente—vinculando-se a aspectos que mencionamos antes, em relação ao seu uso para moradia, como fonte de energia, meio de transporte e produção econômica. Além deste fator e derivado dele, há a crescente demanda na produção de açúcar destinado ao mercado europeu, culminando no aumento do fluxo de capitais no mundo colonial. Para atender este objetivo, inovações tecnológicas foram bem-vindas, principalmente no tocante ao aumento da produtividade; contudo, de acordo com este historiador, eficiência “foi um conceito ignorado quando aplicado em referência aos recursos naturais” durante boa parte do período colonial (MILLER, 1994, p. 187)¹¹.

Vale dizer que esta perspectiva não se limita a estes dois primeiros séculos de colonização, mas que, ao contrário, se transforma em prática corrente por parte dos agricultores luso-brasileiros. Ainda mais quando nos lembramos de que a madeira não era apenas o recurso energético de maior importância, mas se aplicava também para o fabrico das caixas, carros de boi, instrumentos e ferramentas. O jesuíta Antonil—para quem “[...] no Brasil se pode fazer com escolha por não haver outra parte do mundo

tão rica de paus seletos e fortes [...]” — detalhou as madeiras conforme sua aplicação; muitas delas que, conforme citado acima, eram também usadas na construção de embarcações. Por exemplo, “O madeiramento da casa do engenho, casa das fornalhas e casas das caldeiras e a de purgar, para bem há de ser de *maraçanduba* porque é muito dura e serve para tudo [...]”; “Os eixos da moenda se fazem de *sapucaya* ou de *sapupira-cari* [...]”; “Os carros, de *sapupira-merim* ou de *jetay* ou de *sapucaya*. A caliz, de *vinhático*. As canoas, de *picay*, *joairana*, *jequitibá*, *utussica* e *angelim*” (ANTONIL, 2007, p. 132-133).

A distância temporal que separa os cronistas do início do século XVII de Antonil, nos Setecentos, também não erradicou uma concepção semelhante acerca destes recursos. Sua obra, apesar de possuir um propósito distinto da de Brandão ou então Moreno, representa uma continuidade se analisamos que, de acordo com Antonil,

O alimento do fogo é a lenha. E só o Brasil, com a imensidade dos matos que tem, podia fartar, como fartou por tantos anos e fartará nos tempos vindouros, a tantas fornalhas quantas são as que se contam nos engenhos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, que comumente moem de dia e de noite seis, sete, oito e nove meses do ano. E para que se veja quão abundantes são estes matos, só os de Jaguaripe bastam para dar lenha a quantos engenhos há a beira-mar no Recôncavo da Bahia [...]. (ANTONIL, 2007, p. 137).

Este raciocínio, contudo, se altera ao longo do século XVIII. Uma mudança que envolveu o vínculo, no âmbito das práticas e representações, entre os objetivos econômicos e as questões científicas, relacionadas à definição da história natural (DOMINGUES, 2001, p. 824; POMBO, 2015, p. 167, 2018, p. 17). A título de exemplo, tais pretensões foram materializadas nas viagens de observação às colônias, bem como nas representações de escritos agrícolas e econômicos de finais do século. Neles, vemos as ressignificações sobre a natureza e os recursos naturais luso-americanos.

As visões e ações sobre o ambiente no final do século XVIII

O final do século XVIII também foi marcado por práticas e representações sobre a natureza colonial. Não somente houve a busca de um mais apurado conhecimento sobre o ambiente do ultramar, mas também a avaliação de seu potencial produtivo (DOMINGUES, 2001, p. 824).

Nesse contexto, não podemos desconsiderar o papel exercido, por exemplo, pelas ideias da Ilustração. Como dito anteriormente, a própria visão de que o ambiente tinha sua história, sendo passível de grandes transformações por meio da ação humana, também teve suas raízes no período. A ideia de que os recursos poderiam, eventualmente, escassear tomou força, levando ao planejamento de medidas reformistas na agricultura e processos fabris coloniais (PÁDUA, 2010; FERREIRA, 2019; VELLOSO, 1798). Portanto, já não se tratava somente de uma constatação, mas também da crítica aos processos predatórios da natureza. Junto a isso, houve mudanças na configuração do pensamento econômico português, haja vista que, para além de ideias relacionadas ao mercantilismo e aos ganhos comerciais, os teóricos passaram a considerar com mais cuidado as riquezas derivadas do trabalho humano, da agricultura, das indústrias etc. A própria mineração deu motivos a intensos debates sobre a sua natureza e impactos. Tudo isso esteve relacionado a mudanças amplas na economia portuguesa, haja vista que, desde meados do século, a crise na mineração americana trouxe graves consequências para a balança de pagamentos e afetou a capacidade de sustento das importações. A reforma econômica, envolvendo o comércio, a agricultura e as indústrias, foi uma das soluções propostas e visou substituir as importações, criar ramos de comércio e garantir a subsistência do povo luso. Uma nova configuração do pensar econômico e da economia lusa, com base no conhecimento e a utilização dos recursos naturais de todo o império, pode ser relacionada à atenção conferida ao ambiente colonial (CARDOSO, 1989, 2017; CARDOSO; CUNHA, 2012; POMBO, 2015, p. 167 e 177–191; FALCON, 2005, p. 24; ARRUDA, 2000, p. 69; NOVAIS, 2011, p. 213–298).

Por um lado, para a compreensão das práticas, temos as viagens de observação feitas em diversos territórios da monarquia portuguesa. Se a natureza dessas localidades já havia sido cenário de séculos de colonização e dado azo a ações variadas, agora, em fins do século XVIII, as novas

práticas de observação visaram apurar o conhecimento e encontrar novos potenciais econômicos nos territórios (DOMINGUES, 2001). Ambas as atitudes, afinal, não podiam ser desconectadas, pois:

[...] o saber científico, tal como era entendido após a renovação cultural ocorrida no Portugal setecentista do triunfo do Iluminismo e da racionalidade, tinha caráter eminentemente prático. As descrições e amostras dos produtos que confluíam dos vários pontos do Império destinavam-se não só à inventariação, catalogação e classificação das espécies ou ao reconhecimento das potencialidades naturais, como deviam contribuir para o desenvolvimento econômico do reino, para o incremento das indústrias, manufaturas e do comércio ou contribuir para a cura de doenças [...] (DOMINGUES, 2001, p. 827).

Nesse caso, entre as práticas relacionadas à natureza e a seus recursos naturais, houve as viagens de pesquisa e observação feitas por Alexandre Rodrigues Ferreira e Martin Francisco Ribeiro de Andrada. Cada qual em distinta parte da colônia, envolveram o apuramento do conhecimento científico então em gestação e a pesquisa de potenciais recursos econômicos para o Império. No último caso, Ribeiro de Andrada atuou como tradutor na Tipografia do Arco do Cego e, mais tarde, voltou à América e foi nomeado diretor geral de minas em São Paulo. Em sua ação como viajante pela capitania paulista, buscou minérios com potencialidade comercial, além de ter escrito diários relatando as expedições (VARELA; LOPES, 2007; DOMINGUES, 2001). Segundo Varela e Lopes,

Os relatórios de viagem de Martim observam algumas dessas indicações sugeridas [por Vandelli], tais como descrição da localização dos veios metálicos, direção, obliquidade, ramificação, largura, altura e profundidade. Também descrevem a diversidade dos minerais encontrados, não se limitando a destacar um ou outro. Visto que ressaltam as 'produções naturais' úteis ao comércio e às artes, demonstram que o naturalista partilhava da definição de ciência como conhecimento útil (2007, p. 960).

A prática de viajar pelo "sertão" da capitania, incluindo localidades como Sorocaba, Iguape e Itapetininga, esteve guiada por objetivos cientí-

ficos e econômicos. No ato de singrar o litoral e as rotas antes usadas por bandeirantes, o conhecimento sobre o ambiente e seus recursos envolveu uma prática de observação direta guiada por métodos científicos e a escrita de relatórios sobre tal experiência (VARELA; LOPES, 2007). Portanto, a prática, inevitavelmente, estava relacionada à construção de textos sobre a natureza e, supomos, à criação de representações sobre o potencial natural das colônias—mesmo que inconscientes¹².

Outro ator a viajar pelo interior da América portuguesa foi Alexandre Rodrigues Ferreira, nascido em 1756 em Salvador e formado, em 1778, em Filosofia Natural em Coimbra. Sua viagem, que perdurou de 1783 a 1792, percorreu diversas possessões luso-americanas e deveria “[...] descrever e catalogar a natureza amazônica e parte da bacia do Rio Amazonas, além de [efetuar] um trabalho de reconhecimento *in loco* das possessões da Coroa, bem como a delimitação das fronteiras geopolíticas [...]”. Aqui, aliás, aquela propensão científica das viagens, aliada a questões comerciais e econômicas, adquiriu ainda um fundo político, relacionado ao conhecimento das fronteiras imperiais. A equipe correu pelas capitânicas do Grão-Pará, São José do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre outras localidades, e foi incumbida de enviar relatórios, ilustrações e amostras do mundo natural luso-americano (MORAES; SANTOS; CAMPOS, 2012, p. 77–81).

Mesmo que nossa descrição dessas viagens não traga à tona as representações então tecidas sobre a natureza colonial em fins do século XVIII, tais práticas de conhecimento científico, econômico e político auxiliaram na constituição de um ambiente de discussão sobre a natureza dos domínios lusos. Vemos a constante preocupação com a utilização dos recursos naturais, o que demonstra o olhar existente sobre—literalmente—os terrenos coloniais. Ademais, foi nessas viagens, segundo Pádua, que os naturalistas lusos perceberam que a natureza estava sendo dilapidada. A ligação dessas práticas com a construção de representações escritas sobre a natureza tem um belo exemplo na atuação de Domingos Vandelli: ao passo que escreveu sugestões e diretrizes para o empreendimento das viagens de observação, também foi autor de memórias sobre os recursos naturais do Império português, presentes em diversos tomos das conhecidas Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (DALLA COSTA, 2017, p. 28–29 e 40–53; PÁDUA, 2004, p. 39–45).

Vale dizer que percorrer o território sul-americano afundo não era prática corrente apenas do século XVIII; já há muito o faziam os “rudes

topógrafos”, como assim definiu Sérgio Buarque de Holanda os bandeirantes paulistas e sertanistas. Dotados de extraordinária capacidade de observação da natureza, por conta da incorporação de práticas indígenas, aproveitaram-se de suas trilhas, foram-lhes ensinados meios de matar a sede, abrir caminhos; aspectos que não eram alcançados por “viajantes descuidados ou inexperientes”. Estes fatores “contribuíram de algum modo para permitir o conhecimento e a exploração de extensas zonas do território brasileiro” (HOLANDA, 2017, p. 40–49). Ainda na segunda metade do século XVIII, em muito as práticas de viajantes pelo vasto sertão sul-americano guardavam semelhanças com as expedições em busca de metais preciosos ou puramente escravistas que partiam do Planalto vicentino. Veja-se, por exemplo, as andanças pelo extremo-oeste da América portuguesa, na capitania do Mato Grosso, onde, de acordo com os *Anais de Vila Bela*, os *mateiros* se embrenhavam abrindo caminhos, para a passagem de muares, tropas e comerciantes, ao mesmo tempo que *reparos de faxina* eram feitos para garantir a defesa diante das latentes tensões fronteiriças com os territórios hispânicos¹³ (AMADO; ANZAI, 2006, p. 74, 105 e 154). E estas práticas eram comuns mesmo entre viajantes mais notórios como Teotônio José Juzarte, que partiu de Ararituaba em direção ao Iguatemi em 1769, e aludiu às necessidades de se abrir “picada por terra para passar a gente” e descarregar as embarcações (MIYOKO; SOUZA, 2000, p. 71). São práticas desenvolvidas sobre o terreno guardando semelhanças àquelas de séculos anteriores e conformando um ambiente intelectual em que representações poderiam surgir.

No que se refere à constituição de representações sobre a natureza americana, podemos considerar a seguinte memória publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, como parte daquele grande intento de sistematizar o conhecimento sobre o império e propor soluções que pudessem ser adotadas. Trata-se da “Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais são pouco conhecidas, ou não se aproveitaram”, do já citado Domingos Vandelli. Nela, o paduano defendeu o potencial agrícola e natural da América portuguesa, ao mesmo tempo em que criticou a demasiada atenção conferida às minas de metais preciosos. O autor citou produções agrícolas, a atividade pecuária e a mineração que poderiam ser aproveitadas, inclusive defendendo o transplante de espécies exóticas, um evidente sinal de que a natureza poderia sofrer alterações guiadas pelas demandas imperiais (VANDELLI, 1990, *passim*; NOVAIS,

2011, p. 224–228). Ademais, criticou algumas práticas que dilapidariam os recursos americanos, outro indício de que a natureza poderia ter seu estado transformado:

Entre as plantas das conquistas existem muitas desconhecidas dos botânicos, e, principalmente, árvores de muita utilidade, ou para construção de navios, casas e trastes, ou para a tinturaria. Porém, no Brasil, muitas delas com o tempo se fazem raras e dificultoso o seu transporte, não havendo pelo costume introduzido de queimar grandes bosques nas bordas dos rios para cultivar a maior parte do milho [*Zea mays*] ou mandioca [*Jatropha manihot*]; e acabando-se a fertilidade deste terreno em poucos anos passam a fazer novas queimas, deixando inculco o que antes foi cultivado: e assim se destroem imensas árvores úteis e de fácil condução (VANDELLI, 1990, p. 147).

Uma crítica incipiente à visão de que os recursos poderiam ser infinitos, tal opinião tem de ser encarada frente a outros argumentos do autor. Afinal, Vandelli também citou a existência de uma “imensidade de árvores” no Brasil e a possibilidade de encontrar plantas úteis à construção, à tinturaria e, afinal, à medicina da época. Inclusive, se o transporte dos lenhos fosse difícil, aquelas árvores poderiam ser “[...] queimadas para extrair o sal álcali, chamado pelos franceses *potasse*, o qual se costuma tirar de Alemanha ou Rússia [...]” (VANDELLI, 1990, *passim*). Ou seja, Vandelli expressou uma representação sobre os recursos naturais americanos: não eram infinitos, apesar da reconhecida imensidade, nem totalmente conhecidos e seu potencial econômico deveria ser bem trabalhado¹⁴. Como afirmou Pádua justamente para as ideias do professor italiano, havia uma harmonia, teórica, entre o progresso econômico e a conservação ambiental (2004, p. 39–45).

Assim como visto nas linhas anteriores, os próximos escritos dispensaram considerável atenção à madeira e à lenha em suas abordagens sobre o ambiente colonial. Isso não é despropositado. Primeiro, porque ao analisar as mudanças ambientais, supomos, um dos primeiros indicativos deve ter sido o desmatamento de extensas áreas florestais para a utilização da lenha ou para a abertura de campos produtivos. Ademais, a madeira e a lenha tinham um papel estruturante naquelas sociedades, isso desde o início do período colonial.

Tais fontes de energia criavam oportunidades e entraves, eram básicas para a estruturação daquelas sociedades. Com destaque, havia a lenha, haja vista que as “[...] civilizações anteriores ao século XVIII eram civilizações da madeira e do carvão de lenha, como aquelas do século XIX eram do carvão de pedra [...]” (BRAUDEL, 1981, p. 334–372). Daí não podermos desconsiderar a relevância dessa fonte de energia em estudos que lidam com a economia e sociedade em períodos anteriores ao século XIX. Se enxergamos civilizações do açúcar, do café ou do arroz, tais bases produtivas e mesmo a vida doméstica dependiam em grande medida de um fornecimento constante de madeira e de lenha. Assim, não é surpresa que tal assunto tenha vindo à tona nos escritos analisados.

Responsável pela edição e tradução de diversas obras no âmbito da Tipografia do Arco do Cego, o frei e naturalista José Mariano da Conceição Veloso escreveu um interessante prefácio ao primeiro volume da coleção *O Fazendeiro do Brasil*. Como parte de um projeto de diversificação de cultivos e melhorias técnicas da produção, baseado na experiência de outros impérios, não deixou de considerar o espaço e o impacto da devastação ambiental. Veloso desmentiu a ideia de que as matas no Brasil seriam infindáveis, citando características geográficas do país, locais em que não havia tanta madeira disponível. Dessa forma, defendeu uma economia na destruição (VELLOSO, 1798, p. i–xxxii; FERREIRA, 2019)⁴⁵. As práticas deveriam ser revistas, para que o futuro da nação não fosse condenado:

Mas, porventura, a Natureza será tão liberal, por não dizer monstruosa, na produção destas matas preciosas, que, suposta a sua abundância nos Reais Domínios de Vossa Alteza, possamos satisfazer às nossas necessidades presentes, e à dos vindouros, dispondo delas com a mesma franqueza, sem economia alguma, sem o receio de virem a faltar para o futuro? Ou acaso a sorte do Brasil poderá vir a aproximar-se à da Europa e particularmente à de Portugal, onde já se sente tanto a sua falta? Certamente a devemos recluir; pela continuação do presente sistema, praticado no Brasil, onde de necessidade deve para o futuro tornar-se difícil e caro este precioso donativo da Natureza [...]. Faltando estas produções, que custam séculos à Natureza, ainda havendo-as no interior, a que preço não chegarão pela dificuldade dos transportes? (VELLOSO, 1798, p. xv–xvi).

Veloso culpou as práticas agrícolas, baseadas na escravidão, pela devastação das matas brasileiras e, particularmente, enxergou graves problemas na lavoura da cana-de-açúcar e no beneficiamento do produto. Segundo o frei, a madeira, que poderia ser preservada para as necessidades do Estado, era “[...] anualmente assassinada nestas máquinas açucareiras, pela indiscrição de seus donos [...]”. Ademais, também criticou a cultura do milho no interior da colônia, defendendo uma nova forma de cultivo ou sua substituição por outro grão, e não poupou críticas ao trabalho dos mineradores (VELLOSO, 1798, p. xviii–xxi). A devastação, portanto, envolvia a lavoura de exportação e as práticas dedicadas à subsistência dos colonos.

E quais seriam as possíveis soluções? Além das relativas aos problemas acima apontados, defendeu o uso de carvão de pedra e turfa, como substitutos da lenha. Outra solução seria a mudança nas práticas agrícolas: os colonos deveriam abandonar as práticas adotadas dos indígenas (queimadas etc.), que inclusive teriam piorado, e adotar os instrumentos e ideias vindos do continente europeu. Dessa forma, emulariam “[...] tudo quanto a sábia e iluminada Europa usa nas suas lavouras; conhecerão então os multiplicados proveitos de que os priva a sua cega, perniciosa e antiga rotina das derrubadas [...]”. Com as novas práticas, as florestas e os campos de cultivo colheriam benefícios (VELLOSO, 1798, p. xviii–xxi e xxiv–xxviii)¹⁶. Afinal, e de forma mais ampla, como parte da solução dos problemas econômicos portugueses surgidos desde meados da centúria, a emulação das práticas das nações “mais avançadas” foi considerada uma boa resposta (BERBEL; MARQUESE; PARRON, 2010, p. 76–80).

Outro escrito com representações sobre a natureza americana é uma obra de José Gregório de Moraes Navarro, o “Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil”, publicado em 1799. Já de início, o autor elogiou a terra, a sua liberalidade e bondade, contrastando isso à ingratidão humana. Apresentou também uma interessante visão sobre a ação humana no ambiente natural: comparando o Reino à colônia americana, supôs que as terras na Europa haviam sido tão férteis quanto às do Brasil. Todavia, os habitantes as teriam usado de forma errada e, depois, tiveram de corrigir suas falhas com melhores técnicas e a preservação das árvores. Supôs ainda uma espécie de auxílio humano à natureza, através, por exemplo, de escolhas mais acertadas no cultivo (NAVARRO, 1799, p. 7–9), evidenciando o potencial de transformação natural presente em mãos humanas.

Sobre a América, Navarro criticou as práticas agrícolas que reduziram a fertilidade do solo e dificultaram a vida dos colonos. A natureza havia sido transformada. Navarro ilustrou a situação citando o desaparecimento de “preciosas árvores” e as “riquezas naturais perdidas, ou muito diminuídas” (NAVARRO, 1799, p. 11–12). Contrapondo as práticas sobre o terreno à representação que teceu sobre a natureza americana, o autor asseverou que

Dirão que esta conduta dos homens no Brasil é muito útil e proveitosa; porque aliás não se poderia tirar nenhum proveito daqueles imensos bosques, habitação oculta dos bichos e das feras, não se conheceria a grande variedade das árvores e das ervas, nem o seu préstimo e virtude, não se descobririam os ricos tesouros que a terra oculta no seu seio, não se civilizariam as Nações bárbaras que ali nasceram, não se aumentaria o comércio interior e exterior daqueles vastos domínios: dirão finalmente que segundo o nosso mesmo princípio, sendo a terra sempre capaz da mesma produção, não importa que os homens, por algum tempo, a esterilizem; porque quando eles não tiverem já novos terrenos que voluntariamente lhes ofereçam as suas naturais produções, depois de povoarem toda a terra, depois de extinguirem a raça dos animais ferozes e dos bichos venenosos, depois de civilizarem os povos criados entre as feras, eles se valerão então daqueles meios que a necessidade e indústria mostrar serem os mais convenientes para ressuscitar na terra a sua antiga fertilidade; mas nós lhes responderemos que, seguindo um meio termo, eles podem conseguir todas estas vantagens sem se privarem de outras muitas, que por sua culpa vão perdendo, e que os seus descendentes não poderão, ainda que queiram, reparar (NAVARRO, 1799, p. 13)¹⁷.

Sinal das tensões do tempo, Navarro apresentou certa ambiguidade no trecho, pois ao mesmo tempo em que se preocupou com a destruição ambiental e seu impacto, chegou a citar “a terra sempre capaz da mesma produção”, mesmo que destruída em certo momento. O conhecimento caminhava e ambiguidades interpretativas podiam existir (PÁDUA, 2004, p. 113–119). No final do trecho, contudo, destacou-se a preocupação com

a destruição do ambiente, que poderia afetar as próximas gerações. Afinal de contas, é interessante notar que Navarro, ao passo que construiu uma representação sua da natureza e dos recursos naturais, citou diversas práticas que seriam feitas sobre o terreno e que, supomos, estavam relacionadas ao conhecimento do mundo natural e à construção das representações.

Enfim, por meio da contraposição e posterior relação entre as viagens de observação e a escrita de discursos sobre a natureza no final do século XVIII, vemos como aquelas duas categorias—prática e representação—auxiliam na compreensão do ideário sobre o ambiente no período. A própria utilização daquelas duas categorias nos mostra, inexoravelmente, a relação entre as duas ações. Ou seja, havia uma intrincada afinidade entre as viagens de observação e a escrita de representações, cada qual influenciando no desenvolvimento da outra. Se as viagens ocorreram em meio a ideias antes tecidas sobre o ambiente colonial durante os séculos iniciais da colonização, também contribuíram para a tessitura de novas representações, alicerçadas sobre uma nascente crítica ambiental (PÁDUA, 2004).

Conclusões

O presente texto não buscou inaugurar um novo campo de discussão na historiografia brasileira, nem marcou o início de um debate profissional sobre a história ambiental em nosso país e as próprias fontes utilizadas já foram extensamente debatidas nas obras citadas. Buscamos, na verdade, verticalizar alguns argumentos apresentados em trabalhos anteriores, principalmente na obra de José Augusto Pádua. Segundo esse autor, a título de exemplo, o sopro de destruição existiu—existe, verdade seja dita—desde o início da colonização, ao passo que a crítica ambiental somente tomou força e foi sistematizada em fins do século XVIII. São argumentos que podem ser encarados de modo verticalizado e na longa duração, como objetivamos empreender nas páginas anteriores, trazendo também novas fontes para corroborar o debate. Para isso, lançamos mão da relação entre as práticas e as representações, teoricamente fundadas na proposta de João Paulo Pimenta, ao mesmo tempo em que reforçamos as mudanças e continuidades das práticas discursivas dos séculos iniciais da colonização em fins do Setecentos. Ou seja, no século XVIII, ao passo que um discurso mais racional e crítico da devastação tomou força, aque-

las antigas representações sobre o mundo natural não deixaram de existir, tensionando a maneira pela qual os atores interpretavam o mundo ao seu redor, conformando um espaço de discussão eivado de ambiguidades (PÁDUA, 2004, p. 10–159, especialmente p. 81–84).

As práticas sobre o terreno, nos séculos XVI e XVII, auxiliaram no conhecimento do ambiente e na construção de representações sobre a natureza americana, envolvendo a admiração e o estranhamento frente ao desconhecido e ao quase imensurável. Tais visões não desapareceram de todo no próximo século, mas foram articuladas a novas interpretações, balizadas por práticas de conhecimento científico do território e pela preocupação com a destruição do meio natural. Dessa forma, vemos como a análise centrada na mútua determinação entre as práticas da colonização e a tessitura de representações contribui para o entendimento da maneira como a natureza e os recursos naturais foram avaliados no decorrer da colonização portuguesa nas Américas. Quando frisamos a mútua determinação, pensamos na forma como as próprias práticas puderam negar representações tecidas sobre o mundo natural. Um caso especial foi o do arado. Proposto por ilustrados no final do século XVIII, como meio de melhorar a agricultura e diminuir a devastação, sua implementação nos terrenos americanos encontrou entraves. Entre eles estava a própria inaptidão do instrumento ao terreno. Uma consideração provavelmente surgida da prática dos lavradores, negando uma ideia teorizada por diversos ilustrados luso-americanos (NAVARRO, 1799; VELLOSO, 1798, p. xxv–xxvi; POMBO, 2018; PÁDUA, 2004, especialmente p. 51–63 e 81–84).

Tais visões sobre a natureza e seus recursos demonstram a relevância dessa base natural para a existência das sociedades e dos grupos humanos. Podia ser admirável, estranha, imensa ou em vias de desaparecer, mas sua importância não deixou de transparecer nas práticas e representações desde o início da colonização. A defesa desse potencial ambiental teve um viés utilitário, haja vista que ainda não se estava no tempo em que o mundo natural seria valorizado apenas por ser o mundo natural. Havia interesses, guiados pela importância da utilização desses recursos na estruturação daquelas sociedades, o que configurou uma das mais importantes continuidades no período analisado (PÁDUA, 2004, especialmente p. 13 e 39–45).

Notas

1. Agradecemos os comentários sobre o texto feitos pelos membros do núcleo de estudos CSM-LabMundi/USP e, em especial, Isabela Rodrigues de Souza.
2. Mestrando pelo Departamento de História da FFLCH—Universidade de São Paulo. ID Lattes: 6589532002901879. ORCID: 0000-0002-5218-8696. E-mail: alberto.camargo.portella@gmail.com. Este texto também é fruto de uma pesquisa financiada pela FAPESP (processo 2019/12541–2).
3. Mestre em Scienze Storiche na Università degli Studi di Torino PRINCIPALE, UNITO, Itália. Atualmente é aluno no Doutorado em História na Scuola Normale Superiore, SNS, Itália. ID Lattes: 9361340844170387. ORCID: 0000-0002-0101-6990. E-mail: joaogcsilva95@gmail.com.
4. Traduzido e publicado no Brasil em 2020, este texto, “Interesses gerais e particulares dos cidadãos no debate político sobre o meio ambiente”, é fruto de uma conferência dada pelo autor em um evento da União Democrática-Cristã (CDU), em 1980; reflexo portanto da iminência deste tema nas últimas décadas, já que o “hoje” de Koselleck é o ano de 1980 (KOSELLECK, 2020).
5. O nascimento, para a América lusa, da crítica ambiental em fins do século XVIII teve diversas causas; entre elas estavam o pensamento racionalista da Ilustração e as ideias fisiocráticas (PÁDUA, 2004, p. 10–32 e 45–50).
6. Esta crença se baseia em informações que circularam nas primeiras décadas de colonização, acerca da existência de uma “serra resplandecente”. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, seu nome corresponde ao “tupi *Itaberaba* e, no aumentativo, *Itaberabaoçu* e, finalmente, Sabarabuçu”. No período da grande bandeira de Fernão Dias Pais, era referida como “serra Negra ou das Esmeraldas” (HOLANDA, 2010, p. 83).
7. A palavra *indústria*, vale ressaltar, possuía o sentido de *destreza*: “destreza em algo”; ou, como exemplificado, “com mais indústria, com mais engenho”, de acordo com Raphael Bluteau. Portanto, uma atividade a ser exercida *sem indústria* pode ser entendida como sem profundas instruções e preparos, à nível técnico. (BLUTEAU, 1713, p. 116).
8. Tal regimento está presente em Mendonça (1972).
9. *Violência* deve ser entendida como tendo o sentido de “força e ímpeto extraordinário”, como foi dicionarizada por Bluteau (BLUTEAU, 1721, p. 509).
10. Interessante frisar que há a constatação da intensidade e do ritmo da produção e, inclusive, o autor ofereceu como solução para Ilhéus a derrubada de mais matas para criar engenhos e retomar a produção depois dos ataques dos Aimorés. Se há aí uma constatação, a crítica sistemática de tais processos somente seria tecida mais tarde, em fins do século XVIII, como veremos a seguir com base nos argumentos de Pádua.

11. Segundo Novais, “[...] A economia colonial, escravista-mercantil, é uma economia predatória. E reencontramos de novo o sentido primário da colonização: desdobramento da expansão comercial europeia, a colonização do Novo Mundo começou por uma atividade de pura exploração dos produtos naturais (pau-brasil, peles); ao se instaurar a produção colonial o sistema adquire extraordinária complexidade, mas mantém o sentido originário de depredação da paisagem natural. Neste sentido, pois, a expansão colonial tinha limites naturais: o esgotamento dos recursos dilapidados pelo modo colonial de produção [...]” (NOVAIS, 2011, p. 109).
12. Martim Francisco procurou estudar regularidades na natureza. Nos estudos geológicos, pesquisavam-se importantes traços físicos—e constantes—do globo e “[...] Imperava o estudo dessas regularidades estáticas, entendidas como consequência de processos e em detrimento das causas, que permitiriam explicar a razão pela qual determinado fenômeno ocorreria [...]” (VARELA; LOPES, 2007, p. 965–966).
13. Mateiros eram, de acordo com Janaína Amado e Leny Caselli Anzai, organizadoras dos Anais de Vila Bela, “conhecedores ou exploradores de matas e matos”. “Reparar faxina”, por sua vez, eram cercas de madeira.
14. Em outra memória, de autoria de Joaquim Pedro F. de Sequeira, foram descritas as qualidades e usos de azinheiras, soveiras e carvalhos no Alentejo, na alimentação de animais, na confecção de diversos itens, no aprovisionamento de lenha e carvão. O autor defendeu ainda a sementeira dessas árvores, algo, segundo Sequeira, não praticado pelos lavradores da área (SEQUEIRA, 1991, *passim*). Por mais que tais considerações estivessem relacionadas à lida e transformação da natureza no Reino, podemos concluir que a ideia de que a natureza e seus recursos podiam ser manipulados, para o interesse do império, também se aplicava a outras regiões portuguesas.
15. É interessante pensar o argumento da imensidade—ou inesgotabilidade—natural por meio de outro exemplo. Segundo Virgínia Maria Valadares, Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos entre 1770 e 1795, não acreditava nos relatórios de funcionários coloniais alertando sobre o esgotamento da mineração em Minas Gerais. Estando em Portugal, para ele, possivelmente, a natureza colonial não poderia comportar tal revés (VALADARES, 2006, p. 17–18, 140 e 208).
16. Veloso ainda defendeu a reforma das fornalhas para a confecção do açúcar, o plantio de árvores nos engenhos e, de modo interessante, a criação de “matas públicas” (VELLOSO, 1798, p. xxviii–xxix).
17. As soluções apontadas e que beneficiariam, para Navarro, a vida dos colonos—e dos escravos—seriam a introdução do arado, de novas fornalhas que consumissem menos lenha, a preservação de matas próximas a cidades e cursos d’água e a transplantação de espécies vegetais do Reino (NAVARRO, 1799, p. 14–19).

Fontes

- AMADO, J.; ANZAI, L. C. (Org.). *Anais de Vila Bela, 1734–1789*. Cuiabá: UFMT, 2006.
- ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Edusp, 2007.
- BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez, e latino [...] Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713*.
- _____. _____. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1721.
- BRANDÃO, A. F. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.
- GANDAVO, P. de M. *Tratado da Terra do Brasil & História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil [...] Brasília: Edições do Senado Federal, 2008*.
- MENDONÇA, M. C. de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil. Tomo I*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Conselho Federal de Cultura, 1972.
- MIYOKO, M.; SOUZA, J. S. de (Org.). *Diário da Navegação (de Teotônio José Juzarte)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- MORENO, D. de C. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.
- NAVARRO, J. G. de M. *Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil, pela introdução do arado, refôrma das fornalhas, e conservação de suas mattas [...] Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799*.
- RELAÇÃO que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da cidade de S. Paulo para a Vila de Cuiabá em 1751. In: TAUNAY, A. de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte e São Paulo: Ed. Itatiaia e Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- SEQUEIRA, J. P. F. de. *Memória sobre as azinheiras, soveireiras, e carvalhos da província do Alentejo, onde se trata de sua cultura, e usos, e dos melhoramentos [...] In: CARDOSO, José Luís (Direção de edição). Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa [...] Lisboa: Banco de Portugal, 1991. v. 2*.
- SOUSA, G. S. de. *Tratado descriptivo do Brasil em 1587 [...] 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879*.
- VANDELLI, D. *Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam. In: CARDOSO, José Luís (Direção de edição). Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa [...] Lisboa: Banco de Portugal, 1990. v. 1*.
- VELLOSO, J. M. da C. *O Fazendeiro do Brazil. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto [...] Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798. v. 1.1. Da cultura das canas, e factura do assucar*.

Referências

- ARRUDA, J. J. de A. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i46p66-78>>.
- BERBEL, M.; MARQUESE, R. de B.; PARRON, T. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790–1850*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.
- BRAUDEL, F. *Civilization and Capitalism, 15th–18th Century: The structures of everyday life*. New York: Harper & Row, 1981.
- _____. Há uma geografia do indivíduo biológico? In: *ESCRITOS sobre a História*. New York: Perspectiva, 2014.
- CARDOSO, José Luís. Genovesi e a economia política ilustrada em Portugal. *Cultura*, Lisboa, v. 36, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/cultura.3724>>.
- _____. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780–1808)*. Lisboa: Estampa, 1989.
- CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Enlightened Reforms and Economic Discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750–1808). *History of Political Economy*, v. 44, n. 4, p. 619–641, nov. 2012. ISSN 0018-2702. eprint: https://read.dukeupress.edu/hope/article-pdf/44/4/619/430086/HOPE444_04Cardoso_Fpp.pdf. Disponível em: <<https://doi.org/10.1215/00182702-1811361>>.
- CURTO, D. R. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Unicamp, 2009.
- DALLA COSTA, R. *Ciências naturais e econômicas na obra de Domingos Vandelli (1735–1816)*. 2017. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde—Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, suppl, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000500002>>.
- FALCON, Francisco José Calazans. O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa - um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina e a sombra do Tratado de Methuen. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/449>>.
- FERREIRA, Breno Ferraz Leal. Conservação da natureza e modernização agrícola nos prefácios de *O Fazendeiro do Brasil*, de Frei José Mariano da Conceição Veloso (1798–1806). *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://periodico.s.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/12671>>.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.
- _____. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

ENTRE A PRÁTICA E A REPRESENTAÇÃO

- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.
- _____. Interesses gerais e particulares dos cidadãos no debate político sobre o meio ambiente. In: HISTÓRIAS de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Editora Nacional/USP, 1968.
- MILLER, Shawn W. Fuelwood in colonial Brazil: the economic and social consequences of fuel depletion for the Bahian Reconcavo, 1549-1820. *Forest & Conservation History*, Chicago, v. 38, n. 4, 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3983604>>.
- MORAES, Eulália Maria Aparecida de; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Filosofia Natural Lusa: A Viagem Philosophica e a Política Iluminista na América Portuguesa Setecentista. *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani*, Bologna, v. 4, n. 1, p. 75-91, 2012. Disponível em: <<https://confluenze.unibo.it/article/view/3083>>.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>>.
- _____. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- PIMENTA, João Paulo. Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil. In: INTERNATIONALER KONGRESS ZUR ERFORSCHUNG DES 18. JARHUNDERTS, 13., jul. 2011, Graz.
- POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. São Paulo: Hucitec, 2015.
- _____. O Fazendeiro do Brasil, de Frei Veloso, e a economia rural da América portuguesa (1798-1806). In: SILVA, Bruno; FURTADO, André (Org.). *Passados impressos: estudos sobre a circulação de ideias (séculos XVII-XX)*. Curitiba: CRV, 2018.
- SIQUEIRA, Maria Isabel de. Considerações sobre ordem em colônias: as legislações na exploração do pau-brasil. *Clio*, Recife, v. 29, 2011.
- VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret. As atividades científicas do naturalista Martim Francisco Ribeiro de Andrada na capitania de São Paulo (1800-1805). *História, Ciências, Saúde—Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000300014>>.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: capitalist agriculture and the origins of the European World-Economy in the sixteenth century*. Berkeley, Los Angeles e London: University of California Press, 2011.

A Reforma militar e os impactos do decreto de 1796 às tropas de pretos e pardos

(Rio de Janeiro, 1796–1808)

*Gabriela de Andrade Ferreira*¹

Introdução

Este trabalho compreende parte das investigações do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado², cujo intuito é o de investigar e averiguar, através de fontes de caráter administrativo e militar encontradas online no acervo digital do Arquivo Histórico Ultramarino, o movimento de reorganização da lógica a partir da qual os sujeitos inseridos nas tropas de Auxiliares e de Ordenanças de pretos e de pardos da cidade do Rio de Janeiro passaram a entender e interpretar a razão das suas ações e merecimentos na instância bélica, a partir da Reforma militar lusitana. Acreditamos que tal reforma tenha sido algo muito mais complexo do que simplesmente um evento que reformou as instâncias de defesa, fardamento, armamento e aprimorou o saber técnico-científico das instâncias bélicas lusitanas. Muito mais do que isso, entendemos que a grande relevância da Reforma militar portuguesa consistiu em esta ter servido enquanto movimento difusor de ideias pautadas no ideal iluminista, o que incidiu no fomento de uma lógica moderna de pensar e executar a instituição militar—não somente ela, mas também a administrativa e a educacional, por exemplo, que foram alvos de uma série de reformas, sobretudo a partir do secretário Marquês de Pombal e seu sucessor, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que tinham como intuito substituir o funcionamento tradicional das referidas instâncias, tido como defasado e ultrapassado, por um funcionamento moderno, tido como melhor e mais efetivo.

Ainda, conduzimos tal pesquisa a partir do contexto da cidade do Rio de Janeiro, localidade que, durante a década de 1760 em diante, caracterizou-se pelo envio de experientes oficiais, engenheiros e tropas portuguesas para o Rio de Janeiro, e isto se configurou como parte das políticas de unificação das forças militares do Reino e do ultramar, no bojo das reformas militares empreendidas pelo Conde de Lippe (BICALHO, 2003, p. 16). Todos estes fatores reconfiguraram e reestruturaram o cenário político, social e econômico da cidade, que ganhava cada vez mais proeminência no cenário imperial português. Já na segunda metade do século XVIII, sobretudo após a transferência da sede do vice-reinado de Salvador para o Rio de Janeiro (em 1763), a política metropolitana e o cuidado dos governantes em relação à defesa e segurança da então cidade-capital da colônia sofreram um ponto de inflexão (BICALHO, 2003, p. 14). Isto porque as rivalidades entre Portugal e Espanha na Europa se refletiram em suas conquistas deste lado do Atlântico, o que configurou uma série de conflitos luso-castelhanos, sobretudo entre 1763 a 1776. Isto voltou política pomalina a fortificar as defesas da cidade tão importante à manutenção da riqueza e poder político lusitano.

Dito isto, neste trabalho, analisaremos as repercussões e o impacto do Decreto de 7 de agosto de 1796 à disciplinarização, reestruturação, reorganização e hierarquização dos Terços Auxiliares de homens pretos e pardos do Rio de Janeiro em Regimentos de Milícias, 1796 e 1808. Esta legislação teve como principal implicação a reorganização dos Terços de Auxiliares em Regimentos de Milícias. Acreditamos que, para além de uma mudança etimológica ou organizacional destas tropas, esta determinação régia, em termos legais, igualou os postos do Estado Maior e de Oficiais Inferiores das tropas de primeira às de segunda linha (Corpos Regulares aos Corpos Auxiliares, respectivamente). Em se tratando de uma sociedade de Antigo Regime, isto conferia novas oportunidades de ascensão social dentro da esfera militar para aqueles indivíduos que ocupavam uma posição marginal nesta sociedade. Para melhor entendermos o que esta reestruturação dos Terços Auxiliares em Regimentos de Milícias de fato significaram para esse grupo social, precisamos entender, primeiramente, sobre a lógica que regia essa sociedade estamental e hierárquica. Depois, entenderemos como esta mesma lógica começou a ser tensionada por uma outra, que passou a ser difundida, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII, influenciada pela racionalidade iluminista. Pos-

teriormente, contextualizaremos as gêneses dessas milícias nos quadros da América portuguesa para, enfim, melhor compreendermos os efeitos desta reforma no cenário das tropas de segunda linha.

Discussão teórica—A lógica consuetudinária do Antigo Regime

Entendemos que o universo lusitano constituiu-se sob a lógica consuetudinária. Dessa forma, sua sociedade detinha um funcionamento pautado, primeiramente, na pluralidade da política e do direito, o que resultou numa multiplicidade de jurisdições, fundamentadas em privilégios. Com isso, concordamos com Maria Fernanda Bicalho, quando esta afirma que a Coroa não constituía algo unitário, mas sim um agregado de órgãos e de interesses que não funcionava como um polo homogêneo de intervenção sobre a sociedade (BICALHO, 2003, p. 137). Desde o período medieval, o pensamento social e político fora dominado pela ideia da existência de uma ordem universal, que abrangia os homens e as coisas e, por sua vez, orientava todas as criaturas para um objetivo último, ao que o pensamento cristão identificava como sendo o próprio Criador (XAVIER; HESPANHA, 1998, p. 114). Seguindo essa lógica, o poder era, naturalmente, repartido; isso se traduzia na autonomia política e jurídica dos corpos sociais que compunham o Império português. O rei era a cabeça da monarquia, porém não se confundia com ela, pois a sociedade era corporativa e polissonodal (FRAGOSO; GUEDES, 2019, p. 13). Dito isso, seguimos a noção de que o Império português referia-se a algo mais abrangente do que anteriormente pressuposto; que possibilitaria, através das redes de sociabilidades, a coexistência de múltiplos mundos e lógicas políticas que permitiram a sobrevivência do poder colonial, mesmo sendo ele frágil (LARA, 2005, p. 96–97).

Também, por meio da distribuição de mercês e privilégios, fundamentou-se a ordem social que, na América, ganhou novas características frente às pluralidades das categorias sócio-jurídicas. Através desse sistema distributivo, o monarca retribuía o serviço dos vassallos ultramarinos que defendiam os interesses da Coroa e, ao mesmo tempo, reforçava os laços de sujeição e o sentimento de pertença dos mesmos vassallos à estrutura política do Império. Dessa forma, a governabilidade era garantida mediante uma dinâmica da relação imperial pautada numa dada noção de pacto e de soberania caracterizada por valores e práticas do Antigo Regime, por

uma economia de privilégios (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000, p. 75). Através desta dogmática, a sociedade do Antigo Regime se autorrepresentou e garantiu sua reprodução política de forma alargada durante séculos. Ademais, por meio dela, a imagem corporativa se institucionalizou, transformando-se numa máquina reprodutora de símbolos e, mais além, de permanente atualização de tais símbolos mediante normas jurídicas efetivas (XAVIER; HESPANHA, 1998, p. 116).

A lógica reformadora iluminista e a segunda metade do século XVIII

A partir das reformas pombalinas, verificamos algumas mudanças que, segundo nossa hipótese, geraram tensões sobre esta lógica inicial—de concepção consuetudinária—consolidada por muitos séculos, mas que passou a sofrer alguns ventos de mudança a partir da segunda metade do século XVIII. Destarte, é ao reinado de D. José (1750–1777) a que geralmente se atribui o início do ciclo de reformas da monarquia portuguesa e seus domínios, pois todos estes anos coincidiram com a presença do futuro marquês de Pombal em uma de suas secretarias de Estado (MONTEIRO, 2019). Concomitantemente a isto, as ações do Marquês de Pombal durante o governo de D. José I expressaram a tentativa de reforçar a base política de sustentação do regime português, a partir do qual se projetaria um poder mais central ao soberano; isto se daria, por sua vez, dentro de uma lógica em que o governo assumiria, cada vez mais, características de uma atividade regida por razões específicas (“razões de Estado”), para organizar a sociedade (SLEMIAN, 2015).

Dito isso, são estes fatores que, a nosso ver, determinam e caracterizam o que entendemos ser a lógica reformadora iluminista, a saber: uma forma de pensar, argumentar e agir baseada em razões e valores identificados com o movimento ilustrado português; portanto, caracterizada pela constituição de uma cosmovisão a partir da qual os motivos de tomadas de decisões dos atores associavam-se às suas experimentações de novos saberes científicos que, por sua vez, alargaram seu horizonte de expectativas, na medida em que fomentaram a concepção mental atrelada ao desejo pela modernidade, novidade e expansão do universo de possibilidades futuras. Isto, em detrimento de um estreitamento de seu espaço de experiência, dado, mais uma vez, pela experimentação de novas e dife-

rentes ações—anteriormente não vistas em pauta na sociedade de Antigo Regime—e a necessidade de se posicionar de forma diferenciadamente inédita em determinadas conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais (por exemplo, a forma como Portugal enxergou e se posicionou na Guerra dos Sete Anos; como interpretou e agiu diante do conflito lusocastelhano na América; como identificou e ressignificou os livros e obras iluministas que difundiam os princípios da lei da física newtoniana e razão cartesiana que adentravam as esferas educacionais, tal qual a Universidade de Coimbra; dentre outros). Estes fatores, gradualmente, foram remodelando a maneira como os sujeitos argumentavam acerca dos serviços militares.

Gênese das milícias de pretos e de pardos na América portuguesa

Organizadas em Portugal em 1643 durante o reinado de Dom João IV, as milícias foram instituídas na América portuguesa mediante especificidades e particularidades de cada localidade. No que tange o cenário da capitania de Pernambuco—primeira localidade a registrar a atividade militar de indivíduos pretos e pardos de modo mais efetivo—a arregimentação bélica de homens escravizados, forros e seus descendentes ocorreu a partir do contexto dos conflitos luso-holandeses, no século XVII. Este conflito, por sua vez, remontava ao momento da União Ibérica³, e aos conflitos entre os reinos de Portugal e Espanha, que levaram ao fim da união das duas Coroas a partir do que ficou conhecido como “Restauração”, marcada pelo retorno da casa de Avis ao trono português.

Assim, foi no contexto de guerras e necessidade de defesa de seus territórios que os serviços bélicos de sujeitos indígenas e escravizados foram, inicialmente, amplamente utilizados. O contexto das guerras luso-holandesas foi o primeiro momento a partir do qual a América portuguesa experimentou formar tropas indígenas e de homens pretos. Até então, estas últimas tropas eram compostas por escravos e forros (MARTA, 2013, p. 30). Portanto, identificamos que, neste primeiro momento, a ação de homens de cor em campos de batalha na América portuguesa estava intimamente ligada a possibilidade de conquista de liberdade através da recompensa da alforria por seus serviços prestados à Coroa. Durante os conflitos luso-holandeses, o horizonte de expectativas destes sujeitos era o do

alcance da liberdade. Michel Marta ainda ressalta que apenas os escravos da tropa de Henrique Dias foram alforriados ao fim do confronto com as forças holandesas; isto foi feito pela Coroa mediante indenização dos donos dos escravos, a fim de assegurar tanto a propriedade escrava quanto a ordem escravista que regia não apenas aquela região, mas toda a conquista portuguesa no continente americano. Já o terço de homens pretos era composto exclusivamente por homens forros (MARTA, 2013, p. 31–32).

Luiz Geraldo Silva, ao analisar a gênese das milícias de pretos e de pardos em Pernambuco, associa esta origem e desenvolvimento a um processo de enraizamento social desses sujeitos nessas localidades. Tais sujeitos, ainda no contexto das guerras luso-holandesas, inseriram-se no contexto militar com o intuito de serem participantes da lógica de mercês regida a partir de uma economia do dom e contradom, característica desta sociedade de Antigo Regime, que permitiu aos mesmos almejavam serem devidamente recompensados por seus serviços prestados. Desta forma, lutaram tanto no campo de batalha quanto no espaço jurídico para garantirem a institucionalização de seu espaço de atuação, que ocorreu a duras penas ao longo do século XVIII. Para o autor, isto implicou a criação de um grupo social numeroso, influente, que era fortemente vinculado a agricultura de subsistência, ao artesanato (portanto, ligados às atividades caracterizadas como “ofícios mecânicos”) e, também, altamente comprometido com a escravidão, visto que muitos deles constituíam-se enquanto pequenos proprietários de cativos (COTTA, 2010, p. 65).

Entretantes, ainda que o surgimento de tais milícias de homens de cor não tenha, inicialmente, partido de um processo social planejado, ele foi, ao mesmo tempo, dotado de coerência e estrutura; ademais, apresentou variações por localidades que decorriam tanto da estrutura e volume do tráfico de escravos quanto da integração dos africanos e de seus descendentes livres em capitânicas específicas (COTTA, 2010, p. 65). Diante disso, torna-se mais importante perceber a manutenção e expansão dos referidos terços durante todo o século XVIII e início do XIX em diferentes capitânicas da América portuguesa do que meramente mensurarmos numericamente a relevância da participação do terço dos Henriques na guerra de resistência à ocupação holandesa na Bahia e em Pernambuco (MARTA, 2013, p. 34).

Na segunda metade do século XVIII, o envolvimento de Portugal em conflitos como a Guerra dos Sete Anos tornou evidente alguns problemas

fulcrais para o Reino, a saber, a precariedade de suas forças armadas. Diante disso, foi realizado, a partir de 1762, um conjunto de reformas militares operacionalizadas pelo Conde de Lippe⁴, juntamente com outros oficiais de alta patente que permaneceram em Portugal a pedido de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Nesse contexto, a Coroa portuguesa empreendeu no Brasil um conjunto de medidas que tinha o intuito de elevar a capacidade defensiva deste Estado. Concomitantemente a isto, Pombal incentivou a agregação dos grupos sociais marginalizados (negros forros, pardos e índios), tornando-os igualmente súditos por meio de sua integração a corpos militares e outras instituições coloniais, como confrarias religiosas e irmandades (SILVA, 2011, p. 7–9).

Devido aos problemas financeiros enfrentados pela Coroa naquele momento—causados, dentre outros fatores, pelos gastos fomentados pelo envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos—foram criados, no Brasil, vários regimentos auxiliares, caracterizados por serem gratuitos e organizados através de critérios étnicos. Foi assim que, para arregimentação dos terços, o fator da cor continuou a vigorar na divisão da hierarquia das tropas militares, e se expandiu ao longo do século XVIII.

O aumento do efetivo militar na região da América portuguesa e especialmente na capital (Rio de Janeiro) se deu a partir da expansão dos terços e companhias de Auxiliares e Ordenanças, tropas estas caracterizadas por não receberem soldos—portanto, não incorreriam no aumento de gastos da Coroa, que não tinha a obrigatoriedade de arcar com a remuneração e outros custos atrelados a formação destas tropas. Então, ainda que fosse clara a intenção das autoridades em aumentar os efetivos em vistas a elevar a capacidade defensiva da sua conquista no ultramar, tornava-se mister fazê-lo por meio não das tropas pagas, compostas pela força militar profissional, mas sim por meio das tropas constituídas pelos chamados “paisanos armados”, que armavam-se às suas próprias custas e desempenhavam outras atividades econômicas de relevância ao Império quando não estavam envolvidos em seus deveres militares.

Foi neste contexto que muitos indivíduos identificados socialmente como “pretos” ou “pardos” adquiriram patentes militares e, através de sua inserção na hierarquia bélica, empreenderam estratégias de inserção social que, em muitos casos, resultaram em situações de ascensão social na hierarquia estamental do Antigo Regime, ainda que estas fossem limitadas, ocorressem de modo intragrupal e exigissem deles esforço por um

longo tempo.

Análise dos dados

A partir deste tópico, iremos analisar a expedição do decreto de 7 de agosto de 1796, que foi responsável por emitir a ordem de reorganizar os Terços Auxiliares em Regimentos. Agora, para contextualizarmos a questão desta reforma estrutural e organizacional, além de suas implicações e especificidades aplicadas à cidade do Rio de Janeiro, precisamos, primeiramente, entender como se organizavam os Terços, antes de terem sido reformados e transformados em Regimentos. Assim, compreenderemos as mudanças e permanências a partir do Decreto de 7 de agosto de 1796.

Remontando a gênese do quadro organizacional das forças militares em Portugal e na América portuguesa, destacamos aqui o modelo de divisão militar portuguesa, que pode ser dividida, de maneira clássica, em: regulares, também conhecidos como tropa paga ou de primeira linha; auxiliares, também conhecidos como milícias ou tropas de segunda linha; e as irregulares, a saber, as ordenanças. As tropas de caráter regular eram caracterizadas por ser composta pela força militar profissional, que servia à Coroa em serviços bélicos de forma integral; dito isso, recebiam soldo, fardamento, cavalos, assistência médico-hospitalar e alguns outros benefícios providos pela Real Fazenda e real mão de sua majestade (FERREIRA, 2018, p. 132 apud COTTA, 2010, p. 41).

Já os Corpos Auxiliares, posteriormente também chamados de Milícias, foram inicialmente organizados em Portugal em 1641, durante o reinado de Dom João IV; ficou estabelecido que as mesmas tropas ficariam responsáveis por operar juntamente com a tropa regular, ao seu lado, e também a substituir quando esta fosse chamada para operar em outro território. Constituíam-se enquanto serviço não remunerado e também obrigatório executado por civis, e não soldados profissionais. Tais civis, por sua vez, eram enquadrados em forças deslocáveis que prestavam serviço de apoio às Tropas Pagas. Os Corpos de Auxiliares eram armados, exercitados e disciplinados, não somente para operar com a Tropa Regular, mas também para substituí-la quando aquela fosse chamada para fora de seu território. Esta força era composta por homens aptos para o serviço militar, já que eram "treinados" para tanto e sempre eram mobilizados em caso de necessidade bélica. Entretanto, não ficavam ligados per-

manentemente à função militar como ocorre nas Tropas Regulares. Sua hierarquia se organizava da seguinte forma: mestres-de-campo, coronéis, sargento-mores, tenentes-coronéis, capitães, tenentes, alferes, sargentos, furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambor. O título de Mestre de Campo era atribuído ao comandante de Terço de Infantaria, e o de Coronel, ao comandante do Terço de Cavalaria (COSTA, 2007).

De modo mais prático, tais Corpos Auxiliares desempenhavam tanto atividades internas quanto externas, devido à insuficiência observada nos Corpos Regulares. Os homens que ocupavam os cargos dentro dessa esfera militar eram vassalos em tempo parcial, não assalariados, sendo arregimentados segundo seu lugar de origem. Por outro lado, recebiam uma série de benefícios, tais como: o direito a foro militar; isenção de determinados impostos e tributos impostos pelas câmaras, como a contribuição com fintas; isenção da prestação dos serviços destinados às ordenanças; ausência da obrigatoriedade de servir em cargos públicos contra sua vontade; dentre outros. Suas promoções eram obtidas em virtude da conjugação dos serviços prestados à Coroa e da inserção dos futuros patenteados em *redes clientelares* (FERREIRA, 2018, p. 132 apud COTTA, 2010, p. 41-44).

Por fim, completando esse tripé clássico da organização militar lusitana, encontram-se os Corpos irregulares, representados pelas Ordenanças. Estas foram instituídas em Portugal em 1570, durante o reinado de Dom Sebastião. Essencialmente, as Ordenanças eram formadas por homens que não eram instruídos militarmente de maneira formal, mas, de forma paradoxal, participavam de missões de caráter militar. Eram formados por moradores locais e acionados em momentos de perturbação da ordem e, assim como os auxiliares, não recebiam soldo (FERREIRA, 2018, p. 132 apud COTTA, 2010, p. 44).

Esta terceira divisão do chamado tripé clássico da estrutura belicista lusitana foi criada por lei de 1549, durante o reinado de D. João III. Foram organizados, por sua vez, conforme o Regimento das Ordenanças de 1570 e da provisão de 1574. O sistema de recrutamento dos Corpos de Ordenanças deveria abranger toda a população masculina entre 18 e 60 anos que ainda não tivesse sido recrutada pelas duas primeiras forças, com exceção daqueles que eram privilegiados. Por conta de seu caráter de atuação, ficaram também conhecidos como "paisanos armados"; sua principal atuação era em caráter local. Da mesma forma como aqueles que compunham os Corpos de Auxiliares, os integrantes das Ordenanças

não recebiam soldo; quando não engendrados no exercício da função militar, permaneciam envolvidos em seus serviços particulares e, somente em caso de grave perturbação da ordem pública, abandonavam suas atividades para estarem a serviço de sua majestade. Igualmente aos Corpos Auxiliares, as Ordenanças também se organizavam em Terços que, por sua vez, se subdividiam em companhias. Os postos de mais alta patente eram os seguintes: capitão-mor, sargento-mor, capitão. Os oficiais inferiores eram os alferes, sargentos, furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambor (COSTA, 2007).

Nesse sentido, a denominação “Terço” fora adotado no Reino como modo de organizar seu Exército a partir de 1578, procedimento este levado a cabo por Dom Sebastião. Esta nomenclatura também passou a ser utilizada para se referir às Companhias Auxiliares de Infantaria dos homens pardos libertos ou pretos forros. O comandante do Terço era o mestre-de-campo. Abaixo na hierarquia, depois do mestre-de-campo, vinham os sargentos-mores e os ajudantes. Estes, por sua vez, teriam a responsabilidade de disciplinar e treinar os Corpos Auxiliares e das Ordenanças. Após estes postos, encontravam-se os capitães, tenentes e alferes (COTTA, 2010, p. 65).

A partir de 1707, no Reino, sob o reinado de D. João V, a estrutura tática dos Corpos regulares—ou seja, os Corpos referentes à tropa paga, também chamada de tropa de primeira linha—de Infantaria passaram a ser determinados como Regimentos. Porém, naquele momento, os Corpos Auxiliares continuaram com a denominação de “Terço”, nomenclatura e modelo organizacional que permaneceram sendo utilizados até o decreto de 1796 feito pela Coroa portuguesa.

Outrossim, no que tange a colônia brasileira, observa-se uma preocupação da Coroa em elaborar as primeiras normas para organizar a colônia militarmente a partir de 1548. Foi a partir deste momento que buscou-se dirigir tal organização aos moradores locais. A partir do regimento deste ano, os Corpos de Ordenanças começaram a se organizar na América portuguesa (FERREIRA, 2018, p. 133 apud COSTA, 2014, p. 41–43). Além disso, é preciso levar em conta que as necessidades e especificidades da colônia levaram a uma reestruturação e a uma adaptação do chamado *triple clássico* da organização militar portuguesa. Além da necessidade apresentada pela colônia em incorporar esses indivíduos nos ofícios militares devido à insuficiência das tropas de primeira linha, eram atribuídas a esses indivíduos,

muitas vezes, as funções que outros corpos, hierarquicamente e socialmente mais valorizados, se recusavam a prestar. (FERREIRA, 2018, p. 134). Neste ponto, voltamos à questão hierárquica e valorativa desta sociedade fundada e consolidada durante séculos nos moldes de uma monarquia corporativa que, na América portuguesa, encontrou no escravismo um traço ainda mais marcante para seus padrões de estratificação social e política.

Adentrando à segunda metade da década de 1790, houve o decreto de 7 de Agosto de 1796, cuja principal determinação foi a reorganização dos Terços Auxiliares em Regimentos. Segundo esta nova diretriz, os antigos Terços Auxiliares passariam a serem chamados de Regimentos de Milícias. Concomitantemente a isto, os chamados mestres de campo passaram a ser chamados coronéis. Vejamos o que diz o referido decreto especificamente a estes assuntos:

Querendo Eu dar ás Tropas Auxiliares dos Meus Reinos provas manifestas daa Minha Real Satisfação, e do muito que ellas merecem, Sou servida Declarar que todos os Córpos até agora intitulos Terços Auxiliares serão denominados para o futuro Regimentos de Milicias das Comarcas, ou Districtos aonde pertencerem; que todos os seus Mestres de Campo serão outrossim denominados Coronéis de Milícias, á imitação dos das Tropas pagas; e que poderão usar de Banda em todas as funções militares.

E querendo Eu que os sobreditos Regimentos de Milícias sejam em tudo conformes aos das Tropas Regulares do Meu Exército, na sua organização, e formatura; Sou servida Determinar que em todos elles haja para o futuro hum Tenente Coronel, e os mais Officiaes que vão declarados no Corpo do Plano, que baixará com este; que em todos elles hjão Bandeiras, e Tambores fornecidos pelos Meus Arsenaes; e que os Tambores, e Pifanos sejam pagos pelas Thesourarias Geraes do Meu Exército, como os dos mais Regimentos de Linha.

E outro sim Sou servida Declarar que todos os Capitães das Tropas pagas, que quizerem passar aos Póstos de Sargentos Móres de Milícias, gozarão em tempo de paz do soldo, que percebão, e no tempo de Guerra do soldo de vinte e seis mil reis;

além das mais vantagens relativas ao seu emprego: que todos os Alferes das sobreditas Tropas pagas; que quizerem passar a Ajudantes do número, gozarão igualmente dos soldos, que lhes competião; e em tempo de Guerra da vantagem de quinze mil réis por mez.

E finalmente que todos os Sargentos dos Regimentos de Linha, que houverem de passar a Ajudantes Supras, gozem em tempo de paz do soldo de seis mil réis mensaes, e no da Guessa do soldo de dez mil réis. O Conselho de Guerra o tenha assim entendido, e o faça executar com as Ordens necessarias. Palacio de Quéluz em 7 de Agosto de 1796 = Com a Rubrica do Príncipe Nosso Senhor. [...]

Palacio de Quéluz em 1 de Agosto de 1796 = Luiz Pinto de Sousa.⁵

Um dos aspectos revelantes desta ordem foi permitir que os postos do alto escalão de comando, ou seja, o Estado Maior, passasse a compor sua hierarquia de comum modo a do Exército, ou da tropa de primeira linha, os regulares. Acerca destes, a hierarquia era a seguinte: coronel, tenente-coronel, sargento mor, ajudante, quartel mestre e tambor mor. Das 86 fontes desta pesquisa referentes a expedições de cartas patentes ou requerimentos de confirmações das nomeações dos postos de oficialato, 53 datam posteriormente ao Decreto de 7 de Agosto 1796, sendo que 43 se referem a nomeações de oficiais arregimentados às tropas de Auxiliares (ou Regimento de Milícias), enquanto as outras 10 foram expedidas para Companhias ou Terços de Ordenanças. Podemos observar, claramente, a mudança na nomenclatura de alguns postos e, sobretudo, a substituição da etimologia "Terço" por "Regimento", ou o uso da nomenclatura "Batalhão", para se referir a uma determinada fração de um Regimento de Corpo de Infantaria que poderia ser subdividido em Companhias. Quanto a ocupação dos postos, podemos observar que, dos 44 oficiais nomeados a postos arregimentados a tropas de Auxiliares, ou Regimentos de Milícias* (um dos documentos apresenta solicitação de dois sujeitos⁶), 16 receberam a patente de capitão; 11 receberam a patente de tenente; 12 receberam a patente de alferes; 1 recebeu a patente de sargento-mor; 1 recebeu a patente de quartel-mestre; 2 sujeitos, que fizeram uma mesma solicitação conjunta, constavam como Ajudantes do Número e Supra; José dos Santos Teixeira foi o único nomeado a Comandante de um Batalhão de Infanta-

ria Auxiliar de Homens Pardos, patente que acumulou a que já ocupava anteriormente, de Capitão do Regimento de Granadeiros. 6 deles foram nomeados a tropa de Homens Pretos Forros, enquanto o restante foi nomeado a tropas de Homens Pardos.

As patentes supracitadas, por sua vez, muito se assemelham ao modelo apresentado pelo Decreto de 7 de Agosto de 1796 a respeito da organização de uma Companhia de Fuzileiros. Vejamos:

Tabela 2.1: Plano Para a Composição de Hum Regimento de Milícias, segundo o Estado que se manda observar: Companhia de Fuzileiros

Patente militar	Quantidade
Capitão	1
Tenente	1
Alferes	1
Sargentos	2
Furriel	1
Porta-bandeira	1
Cabos	5
Pifanos	2
Tambor	1
Soldados	66
Somma (Total)	91

Fonte: Decreto regulando os Corpos Auxiliares do Exército, denominando-os para o futuro Regimentos de Milícias. Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1791 a 1801, p. 296.

A partir destes dados, podemos perceber como as nomeações, ainda que dissessem respeito, no caso da cidade do Rio de Janeiro, a Companhias do Regimento de Infantaria ou Batalhão de Infantaria Auxiliar, seguiram os padrões de nomeações propostos pelo Decreto a exemplo das nomeações da Companhia de Fuzileiros. Neste caso, podemos averiguar, também, que dos oficiais em questão, a grande maioria foi arregimentada nos três primeiros postos apresentados pelo quadro acima. Este, por sua vez, corresponderia ao quadro de Oficiais de Companhia, que, hierarquicamente, estava abaixo do Estado Maior, apresentado da seguinte forma pelo mesmo decreto:

Tabela 2.2: Plano Para a Composição de Hum Regimento de Milícias, segundo o Estado que se manda observar: Estado Maior

Patente militar	Quantidade
Coronel	1
Tenente Coronel	1
Sargento Mór	1
Ajudantes	2
Quartel Mestre	1
Tambor Mor	1
Somma (Total)	7

Fonte: Decreto regulando os Corpos Auxiliares do Exército, denominando-os para o futuro Regimentos de Milícias. Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1791 a 1801, p. 296.

Podemos perceber que, no que tange a ocupação do Estado Maior, apenas dois oficiais dos Regimentos de Milícia de Pardos foram contemplados com nomeações— a saber, Albino dos Santos Pereira, confirmado no posto de sargento-mor, em 1800; e Custódio Ferreira, confirmado no posto de quartel-mestre, em 1807. Averiguamos que os oficiais arregimentados em Regimentos de Milícias de homens de cor compunham, majoritariamente, o quadro de oficiais de companhia, abaixo do Estado Maior principal. Paralelamente, abaixo dos oficiais de companhia, encontravam-se os oficiais inferiores, formados pelos sargentos, furriéis, porta-bandeiras e cabos de esquadra.

Nesse sentido, a partir do ofício emitido pelo tenente general José Narciso de Magalhães de Menezes ao secretário de estado da Marinha e Ultramar (D. Rodrigo de Sousa Coutinho), em data de 26 de Abril de 1800⁷, encontramos informações acerca dos mapas gerais dos Regimentos de Linha e dos Regimentos de Milícia destacados na cidade do Rio de Janeiro. As informações acerca do Batalhão dos Henriques merecem serem destacadas (Tabela 2.3).

No que tange, portanto, a composição do Estado Maior, deparamo-nos com o quadro deficitário do Batalhão dos Henriques quanto à ocupação dos postos de maior escalão— coronéis, tenentes coronéis e sargentos mores— e maior distribuição entre os postos de ajudantes e quartéis mes-

Tabela 2.3: Mapa Geral das Milícias Estacionadas na Capital do Rio de Janeiro segundo o seu estado atual até o 1º de Abril de 1800 (Estado Maior)

Batalhão dos Henriques da Cidade do Rio de Janeiro	Coronéis	Tenentes Coronéis	Sargentos Mores	Ajudantes	Quarteis Mestres	Tambores Mores
Prontos	1	.
Destacados
Licenças	.	.	.	1	.	.
Despensados
Doentes	.	.	.	1	.	.
Prezos
Desfardados
Recrutas
Auzentes
Estado Efectivo	.	.	.	2	1	.
Faltam p. Completar
Estado Completo	.	.	.	2	1	.
Agregados

Fonte: AHU_ACL_CU_017, Cx. 181, Doc. 13282. Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate—Documentação Rio de Janeiro Avulsos (1614–1830).

tres. Quando, porém, vamos verificar a arregimentação do mesmo batalhão em postos abaixo do Estado Maior, a saber, nos quadros de oficiais de companhia e oficiais inferiores, encontramos números bem diferentes. Vejamos na Tabela 2.4.

Portanto, a partir dos dados apresentados, concernentes à situação do estado do Batalhão dos Henriques na cidade do Rio de Janeiro até inícios de 1800, constatamos, mediante a análise das fontes aqui apresentadas, a maior proporcionalidade da ocupação dos postos enquadrados em oficiais de companhia e oficiais inferiores, situação contrária encontrada nos mais altos postos do Estado Maior. Isto nos leva a inferir que, apesar de as determinações feitas pelo Decreto de 1796 serem observadas na prática da reorganização dos Terços Auxiliares em Regimentos de Milícias na região e temporalidade aqui verificadas, outras questões ainda se faziam presentes como fatores de tensão a aspectos reformistas. Por exemplo, o quadro deficitário da ocupação dos postos de alto escalão do Batalhão dos Henriques apresentados na Tabela 2.3 que, na verdade, é o quadro contrário ao exposto na Tabela 2.4, que retrata o provimento dos postos patenteados do Batalhão em postos de Oficiais de Companhia e Oficiais Inferiores, hierarquicamente abaixo do Estado Maior. Neste ponto, suscitamos, mais uma

vez, o quanto o fator de tal sociedade constituir-se como escravista determinava uma especificidade que influenciava de maneira crucial o modo como as concepções reformistas de teor ilustrado, que buscaram tornar cada vez mais iguais as instâncias hierárquicas das instituições coloniais, sofreram embates representados pelo modo de se pensar e se fazer a sociedade de Antigo Regime nos trópicos.

Vale salientar que o Decreto de 1796, ao reformar os Terços de Auxiliares e transformá-los em Regimentos de Milícias, não estava simplesmente realizando uma reorganização etmológica ou do número de efetivos. Estava, acima de tudo, igualando as hierarquias das patentes das tropas de primeira e segunda linha, uma vez que, até então, apenas as primeiras já haviam sido reestruturadas em Regimentos. Então, com a mudança da organização de terço para regimento, os postos do alto escalão de comando, ou seja, o Estado Maior, as duas categorias de tropas foram, juridicamente, igualados; ou seja, passaram a ser tidos com o mesmo tipo de reconhecimento.

Devido a este fator, houve aumento da tensão para que estes postos

Tabela 2.4: Mapa Geral das Milícias Estacionadas na Capital do Rio de Janeiro segundo o seu estado atual até o 1º de Abril de 1800 (Oficiais de Companhia e Oficiais Inferiores)

Batalhão dos Henriques da Cidade do Rio de Janeiro	Oficiais de Companhia					Oficiais Inferiores	
	Capitães	Tenentes	Alferes	Sargentos	Furriéis	Porta- bandeiras	Cabos de esquadra
Cazualidades							
Prontos	15	14	16	26	·	9	53
Destacados	·	·	·	·	·	·	·
Licenças	·	·	·	2	·	1	1
Dispensados	·	·	·	·	·	·	·
Doentes	·	·	·	3	·	4	1
Prezos	·	·	·	·	·	·	·
Desfarçados	·	·	·	·	·	·	·
Recrutadas	·	·	·	·	·	·	·
Auzentes	·	·	·	·	·	·	·
Estado Efectivo	15	14	16	31	·	14	55
Faltam p. Completar	1	2	·	1	·	·	8
Estado Completo	16	16	16	32	·	14	63
Agregados	51	54	56	·	·	·	·

Fonte: AHU_ACL_CU_017, Cx. 181, Doc. 13282. Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate—Documentação Rio de Janeiro Avulsos (1614–1830).

de alto escalão continuassem a ser ocupados por aqueles detentores do reconhecimento social de estabelecidos, a saber, sujeitos ainda reconhecidos como brancos—ou, no máximo, pardos—transferidos de tropas pagas para ocupar as principais patentes do Estado Maior dos Batalhões ou Regimentos dos Henriques. Este esforço em impedir que os estigmatizados como “pretos” ocupassem postos de maior prestígio elocubra, uma vez mais, a tensão entre a lógica consuetudinária e a reformadora iluminista. Por um lado, a determinação da Coroa engendrava a concepção de igualar as hierarquias das patentes dos Regimentos de primeira e segunda linha, reconhecimento a funcionalidade técnica e o lugar social ocupado pela atividade bélica exercida pelas milícias, e isto sem fazer menções ou qualquer tipo de consideração a suas segmentações étnicas e sociais; por outro lado, houve a evidenciação dos quadros dos postos patenteados do Batalhão de Henriques aqui tomado como exemplo demonstra como, na prática, a ocupação do Estado Maior foi problemática, inclusive ressaltada pelo remetente da correspondência. A estigmatização ao grupo socialmente identificado como “preto” e, conseqüentemente, a marginalização do Batalhão de Henriques influenciou neste Mapa deficitário e, acerca dos detalhes constitutivos desta sociedade de base escravista, cuja cor engendrava não meramente aspectos biologizantes mas, sobretudo, fatores caracterizados como “qualidade”.

Quanto, de fato, à reorganização dos Terços em Regimentos, o primeiro caso em que tomamos conhecimento da mudança etmológica que, por sua vez, demonstra alinhamento às determinações feitas pelo Decreto de 1796, foi o do requerimento feito por Francisco Duarte Belas à rainha em 17 de Setembro de 1798. Nele, o suplicante solicita a confirmação da sua carta patente no posto de capitão do agora chamado Batalhão Auxiliar dos Homens Pretos, Forros e Libertos da cidade do Rio de Janeiro. Embora sua solicitação da confirmação da patente seja datada de 1798, a primeira via da sua patente fora registrada no livro de registro geral da secretaria de Estado em 16 de dezembro de 1796⁸, o que nos demonstra que as reformulações estruturais e organizacionais dos Terços em Milícias já eram engendradas em dezembro do mesmo ano do decreto.

O segundo caso em que também verificamos o alinhamento da organização militar das tropas de homens de cor ao Decreto de 1796 é observado no requerimento de Joaquim José Rodrigues Rocha, que solicita à rainha que seja-lhe confirmada a patente posto de capitão da 2ª Companhia do 5º

Batalhão Auxiliar dos Homens Pretos Forros e Libertos do Rio de Janeiro, cuja primeira via da patente fora registrada no livro 52 que servia de registro geral naquela secretaria de estado na cidade do Rio de Janeiro a 10 de Fevereiro de 1797⁹. Logo depois disso, também encontramos o requerimento de João Luís de Figueiredo, a partir do qual solicita sua confirmação à patente de capitão da 3ª Companhia do 5º Batalhão Auxiliar de Infantaria dos Homens Pretos Libertos do Rio de Janeiro, cuja primeira via da patente fora registrada no livro 51 que servia de registro geral daquela secretaria de estado a 17 de Janeiro de 1797¹⁰.

José Pereira dos Santos Brito, por sua vez, foi o primeiro oficial que localizamos em nosso corpus documental que requer a confirmação de sua patente do posto de capitão, dessa vez a uma Companhia de Infantaria dos Homens Pardos Libertos da cidade do Rio de Janeiro. Porém, neste caso, ainda verificamos a utilização da terminologia "Terço Auxiliar", ao invés de "Regimento de Milícias", ainda que seu requerimento data de 19 de setembro de 1798¹¹. O trecho em que a nomenclatura anterior ao Decreto de 1796 é nos apresentada no seguinte trecho da primeira via de sua carta patente, expedida pelo Conde de Resende:

Faço saber aos que esta minha carta patente virem, que sendo conveniente ao real serviço de sua majestade prover o posto de capitão da sexta companhia do quarto terço auxiliar de infantaria auxiliar dos Homens Pardos Libertos desta cidade, de que é comandante o sargento mor Albino dos Santos Pereira, que se acha vago por falecimento de Joaquim Borges de Sá, que o exercia; e atendendo a concorrerem as circunstâncias necessárias na pessoa de José Pereira dos Santos Brito, para o exercitar, e a se achar servindo de tenente na segunda companhia do dito terço; e por esperar dele que em tudo o de que for encarregado do real serviço se haverá muito conforme a confiança, que faço da sua pessoa¹².

A partir deste caso, em que ainda nos deparamos com a organização militar das milícias em Terço, ao invés de Regimento, a uma tropa de homens pardos libertos, ilustra o quanto as diretrizes enviadas pela Coroa às localidades ultramarinas nem sempre eram cumpridas em sua integralidade, muito menos no momento muito próximo da determinação de 1796. Mais adiante, quanto à mesma documentação, verificamos que a primeira

via da patente deste sujeito fora registrada no livro de registro geral da secretaria de estado na data de 9 de dezembro de 1795. Desta forma, podemos imaginar que, talvez, as diretrizes anteriores ao Decreto de 1796 tenham sido mantidas, ainda, por um determinado período, sobretudo no que dissesse respeito às patentes expedidas na data anterior ao decreto. Sendo assim, por mais que José Pereira dos Santos Brito tivesse solicitado a confirmação de seu posto no ano de 1798—portanto, em data posterior ao decreto que reorganizou os terços de Auxiliares em Regimentos de milícias—sua primeira via da patente já havia sido registrada na secretaria geral daquele Estado em fins de 1795, o que talvez tenha interferido para que, ainda em 1798, tal Corpo militar ainda estivesse organizado em Terço, e não em Regimento.

Joaquim Luís, por sua vez, solicitou ser confirmado como Capitão da nova Companhia dos Homens Pardos Libertos do Terço das Ordenanças. Aqui, precisamos prestar atenção ao seguinte: este sujeito fora arregimentado em um dos Corpos Irregulares, ou seja, Ordenanças, e não Auxiliares. Verificamos, portanto, um movimento da Coroa por reorganizar e melhor estruturar os Terços de Auxiliares em Regimentos de Milícias, mas o mesmo não fora determinado sobre as Ordenanças. Apesar de haver, também, determinado grau de importância e responsabilidade sobre as Ordenanças, inferimos aqui que o objetivo principal do Decreto de 7 de agosto 1796 dirigia-se especificamente ao de elevar a categoria dos Terços de Auxiliares a tropas de segunda linha mediante sua reestruturação em Regimentos de Milícia, de modo que sua operacionalização estivesse alinhada às tropas de primeira linha, os Corpos Regulares.

Destarte, o empreendimento de melhor disciplinar as tropas, visando modernizá-las mediante a inspiração e adoção de princípios estratégicos oriundos do modelo prussiano de Frederico II, que valorizava práticas ofensivas (WEHLING; WEHLING, 2008, p. 27)—alinhado às reformulações promovidas anteriormente pelo Conde de Lippe ao Exército português—destinou-se de forma mais incisiva às tropas de Auxiliares do que as de Ordenanças, visto que as primeiras compunham a principal força defensiva da colônia, enquanto as segundas ocupavam tipos de responsabilidades que os agrupavam de forma diferenciada na defesa das praças da colônia.

Considerações finais

Concluindo este ponto acerca do Decreto de 7 de agosto de 1796, verificamos que os movimentos que tinham o intuito de organizar e disciplinarizar as tropas militares segundo modelos considerados mais modernos e efetivos eram, primeiramente, direcionados pelas autoridades régias e, depois, locais. Além disso, este movimento operacionalizado pela Coroa portuguesa teria atingido proporções diferenciadas em cada um dos corpos militares a que se dirigiam. Foi o que pudemos atestar mediante, também, análise das fontes abordadas.

Deparamo-nos, também, com as limitações das ocupações dos postos de Estado Maior, sobretudo, no exemplo existente do Batalhão dos Henriques existente na cidade do Rio de Janeiro em Abril de 1800, fator este que nos aponta, mais uma vez, a tensão exercida pela lógica reformador iluminista e a consuetudinária de Antigo Regime, especialmente no que tange às especificidades do quadro sociopolítico em questão. Aqui, o *cor*/qualidade mais uma vez sobressai, uma vez que era muito mais caro aos Henriques galgarem degraus na hierarquia regimental do que, por exemplo, aos pardos.

De forma geral, o movimento em torno da apropriação da lógica de raiz reformadora, influenciada pelo pensamento ilustrado, pode ser constatado em todas as determinações até aqui verificadas, como o fizemos ao longo destes pontos com as documentações encontradas. Contudo, o que passamos a perceber, durante o desenvolvimento da pesquisa, foi que tal movimento de caráter modernizador, fomentado por diretrizes específicas da Coroa à América portuguesa, se tencionavam com particularidades difíceis de serem solucionadas na prática, visto que a sociedade ainda coadunava regras de funcionamento pautadas no quesito consuetudinário. Por esta razão hierárquica de ser desta sociedade, as reformas de caráter disciplinar e organizacionais foram, primeiramente, melhor verificadas nos Corpos Regulares, de maior controle e responsabilidade da Coroa em si. Ao longo das últimas duas décadas do século XVIII, verificamos a instância dos Auxiliares ser mais transformados em seu modelo organizacional, aspecto para o qual o Decreto aqui discutido cooperou demasiadamente.

Chamamos atenção, por fim, a concepção de que, mesmo ainda não inteiramente reformuladas reorganizadas segundo os moldes seguidos pelas Tropas de Linha ou pelos padrões inicialmente sugeridos pelas deter-

minações régias, a principal questão a ser enfatizada nesta pesquisa é: o que esta possibilidade significou aos sujeitos engendrados nesta porção da esfera militar — a saber, tropas de homens de cor de caráter não remunerado. A possibilidade de que isso fosse real, atestado por documentações do Conselho Ultramarino, foi algo inédito ao universo dos sujeitos desta pesquisa que, por exemplo, a partir do Decreto de 7 de Agosto de 1796, puderam ampliar seu horizonte de expectativas a empreenderem estratégias de negociação que lhes possibilitasse chegar o mais perto possível de postos do Estado Maior que, agora, teriam a mesma validade hierárquica do que aqueles preenchidas pelas tropas de linha, por soldados profissionais. Esta abertura de possibilidade direcionava cada vez mais estes indivíduos a uma mentalidade menos corporativa e mais moderna, no sentido da racionalidade iluminista de interpretação do tempo.

Notas

1. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista CAPES, membro do Laboratório de História Econômica e Social da mesma universidade (LAHES/UFJF). ID Lattes: 9545351554617857. ORCID: 0000-0002-2102-7566. E-mail: gabrielaferreira.textos@gmail.com.
2. A pesquisa se intitula “A Reforma militar lusitana na América portuguesa: O Antigo Regime e as transformações do século XVIII nas tropas de pretos e pardos no Rio de Janeiro (1762–1808)”, e a orientação é dada pela Professora Doutora Ana Paula Pereira Costa (UFJF).
3. A União Ibérica foi formada a partir do contexto da morte do rei dom Sebastião, morto em combate no ano de 1578. Este, por sua vez, era o último monarca da Casa de Avis. Diante de seu falecimento, Filipe II da Espanha, filho de uma princesa portuguesa, articulou, junto ao duque de Alba, sua ascensão ao trono português, a fim de unir as duas Coroas. Tal união recebeu o apoio da maioria da nobreza lusa e do alto clero, tendo havido uma oposição tácita por parte do povo e de membros do baixo clero. Devido ao fato de que os holandeses travavam, à época, uma guerra de independência contra a Espanha, as forças holandesas voltaram seus ataques também à Portugal. MARTA, Michel Mendes. *Em busca de honras, isenções e liberdades: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do XIX)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. p. 28–29. De forma mais específica, às terras da América portuguesa no litoral nordestino.
4. Com a entrada efetiva de Portugal na Guerra dos Sete Anos (1756–1763) no ano de 1761, a fronteira portuguesa passou a ser assediada por tropas franco-espanholas. Dada a

precariedade das forças armadas, a defesa do território se resumiu a mobilização popular e auxílio dos britânicos. Nesse contexto, Wihelm de Schaumburg-Lippe Buckburg (conde nascido na Inglaterra) era um marechal de campo, mandado a Portugal pelo rei Jorge I. Diante de seu auxílio nas estratégias operacionais da defesa portuguesa durante os embates na ocasião da guerra, este sujeito foi convidado a permanecer em Portugal, a fim de efetuar uma verdadeira reforma na estrutura militar portuguesa. Para mais detalhes, ver: SILVA, Bruno Cezar Santos da. A reforma nas tropas auxiliares da capitania da Paraíba (1750–1777). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., jul. 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 6.

5. DECRETO REGULANDO OS CORPOS AUXILIARES DO EXÉRCITO, DENOMINANDO-OS PARA O FUTURO REGIMENTOS DE MILÍCIAS. *Collecção da Legislação Portuguzza desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva*. Legislação de 1791 a 1801, p. 295–297. Lisboa: Na typografia Maigrense. Anno de 1828. Com licença da Meza do Desembargo do Paço. Travessa das Mônicas. Nº 21.

6. AHU_CU_017, Cx. 241, D. 16465.

7. AHU_ACL_CU_017, Cx. 181, Doc. 13282.

8. AHU_CU_017, Cx. 166, D. 12351.

9. AHU_CU_017, Cx. 166, D. 12353.

10. AHU_CU_017, Cx. 166, D. 12359.

11. AHU_CU_017, Cx. 166, D. 12362.

12. AHU_CU_017, Cx. 166, D. 12362.

Referências

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. ISBN 9788520006085.

BICALHO, Maria Fernanda; COSTA, André. O Conselho Ultramarino e a emergência do secretário de Estado na comunicação política entre reino e conquistas. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Org.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. ISBN 9788520012697.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de ordenanças e chefias militares em Minas Colonial: Vila Rica (1735–1777)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

_____. Organização militar, poder local e autoridade nas conquistas: considerações acerca da atuação dos corpos de ordenanças no contexto do Império português. *Revista Tema Livre*, Niterói, n. 12, 2007. Disponível em: <<https://revistatemalivre.com/militar12-html/>>. Acesso em: 5 mar. 2023.

COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010. ISBN 9788587961587.

- FERREIRA, Gabriela de Andrade. Patentes militares e possibilidades de ascensão social para pardos e libertos na América portuguesa. Comarca do Serro Frio, Minas Gerais, 1769–1799. In: ENCONTRO INTERNO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2., 2018, Juiz de Fora. *Anais*. Juiz de Fora: [s.n.], 2018.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, Lisboa, n. 23, 2000.
- FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII. In: FRAGOSO, João Luís Roberto; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.
- FRAGOSO, João Luís Roberto; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.
- HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português: Revisão de alguns enfiamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LARA, Silva Hunold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI–XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- MARTA, Michel Mendes. *Em busca de honras, isenções e liberdades: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do XIX)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João Luís Roberto; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.
- SILVA, Bruno Cezar Santos da. A reforma nas tropas auxiliares da capitania da Paraíba (1750–1777). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., jul. 2011, São Paulo. *Anais*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- SLEMIAN, Andréa. Portugal, o Brasil e os Brasis: a diversidade dos territórios e as disputas pela soberania na construção de um novo Império monárquico na América. *Claves. Revista de Historia*, Montevideo, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.25032/crh.v1i1.5>>.
- XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da Sociedade e do Poder. In: HISTÓRIA de Portugal: O Antigo Regime. Direção: José Mattoso. coordination António Manuel Hespánha. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 4.

Reformar é preciso

Ilustrados do império português na busca pela modernização da mineração em Minas Gerais no final do século XVIII

Felipe Mesquita Antunes¹

O reformismo ilustrado no império português

A segunda metade do século XVIII marcou uma inflexão importante na administração colonial portuguesa: viu-se, a partir da administração pomalina, a penetração dos ideais ilustrados em terras brasileiras, os quais, por sua vez, engendraram a busca por reformas visando a racionalização e modernização da exploração colonial. No entanto, entre as intenções da coroa e a realidade colonial poderia haver uma distância considerável. Em diversos segmentos da economia colonial, a concretização dos ideais ilustrados nem sempre se mostrava factível, esbarrando em tradições, resistências e dificuldades estruturais que frustravam as tentativas de enquadrar as populações colonizadas e suas atividades econômicas aos últimos postulados da ciência desenvolvida nas universidades europeias. Chegava, assim, o momento em que o experimento secular dos colonizadores portugueses de administrar um imenso território nos trópicos e explorar seus recursos naturais mediante a formação de uma sociedade dilacerada e segmentada pela escravidão começava a exibir suas incongruências com os planos dos bacharéis formados na Europa ávidos por replicar na América todas as técnicas modernas que haviam aprendido do outro lado do Atlântico.

Tendo em vista esse quadro de tensões em decorrência do reformismo

português do período, este capítulo tem por objetivo realizar uma reflexão sobre os seus desdobramentos no âmbito da mineração em Minas Gerais no final do século XVIII mediante uma leitura crítica das memórias escritas por autores alinhados aos ideais ilustrados que estavam em voga naquele período, as quais expressam justamente essa dialética entre reformismo ilustrado e obstáculos enfrentados no espaço colonial². Para isso, iremos analisar com maior ênfase dois textos³ elaborados por destacados expoentes do movimento reformista-ilustrado no império português—o brasileiro Manuel Ferreira da Câmara e o italiano radicado em Portugal Domingos Vandelli⁴—, buscando avaliar o diagnóstico desses autores sobre o estado da mineração em finais do século XVIII—e as suas propostas de modernização e melhoramento dessa atividade—à luz do que tem sido produzido sobre o assunto nos últimos anos em matéria de estudos históricos e arqueológicos.

Nesse sentido, é importante iniciar assinalando o contexto mais geral a partir do qual esses ideais ilustrados e os projetos reformistas começaram a ganhar espaço no império português. Embora Portugal tenha sido tratado muitas vezes como um país retardatário em relação ao movimento ilustrado⁵, deve-se ressaltar a existência de uma comunidade reformista-ilustrada luso-brasileira desde o início do século XVIII. No interior dessa comunidade, composta por letrados e práticos, já se podia destacar uma orientação pragmática e utilitária combinada com o ímpeto de se investigar a natureza das colônias a partir de estudos de caráter especulativo visando decifrar os “três reinos da natureza”⁶—mineral, vegetal e animal. Contudo, o crescimento dessa comunidade e a penetração das ideias ilustradas só assume um novo patamar quando elas passam a ser incorporadas pelo poder político durante os anos de administração pombalina e mariana, em um processo que irá ao mesmo tempo intensificar e moderar esse ímpeto reformista. Isto é, o avanço dos programas reformistas que se deu nos reinados de D. José I (1750–1777) e D. Maria I (1777–1816) conjugou a intenção de viés pragmático do governo português de estar em dia com as práticas e conhecimentos científicos mais modernos⁷ e o seu desejo de evitar reformas estruturais, criando uma situação de delicado equilíbrio entre as tentativas de conservação do *status quo*—o que passava pela manutenção de setores estagnados ou improdutivos ligados à estrutura agrária e de corte—e a necessidade de encontrar saídas para os desafios colocados para a manutenção do poder econômico e po-

lítico do império frente ao poderio ascendente das potências do noroeste europeu—França, Inglaterra e Holanda.

Por sinal, esse processo de maior abertura do governo português às ideias ilustradas não pode ser dissociado do contexto mais amplo das disputas entre os principais impérios europeus durante o século XVIII. Como lembra o historiador John Elliott, em meados do século XVIII ocorreu uma guinada importante nas dinâmicas dos impérios europeus em relação às suas possessões americanas. Após a Guerra dos Sete anos (1756–1763), que tornou a balança do poder global amplamente favorável à Grã-Bretanha, todas as potências, inclusive os próprios britânicos, passaram a se preocupar com as suas fragilidades econômicas e políticas internas. Assim, as reformas—sobretudo fiscais e administrativas—visando fortalecer o estado e racionalizar a administração de acordo com os princípios ilustrados e científicos entraram na ordem do dia⁸.

No caso português, além da influência desse cenário externo pró-reformas—que pressionava Portugal a tentar acompanhar o ritmo de mudanças para não ver aumentar ainda mais a sua distância em relação às principais potências europeias—, outro elemento que contribuiu para a intensificação da agenda reformista foram as novas demandas que surgiram em decorrência das mudanças que estavam se dando na América portuguesa ao longo do século XVIII. Resultado em grande medida do impacto do ouro brasileiro, o epicentro econômico do Brasil havia sido deslocado para o sudeste e o pacto colonial encontrava-se estremecido pelo enriquecimento da colônia em contraste com o relativo declínio de Portugal, que atuava cada vez mais como um intermediário entre as potências do noroeste europeu e o Brasil. Como resposta a esse cenário, que ainda teve como agravante adicional o descenso da produção aurífera brasileira nas três últimas décadas do século⁹, as autoridades metropolitanas buscaram o caminho que se mencionou: uma abertura às ideias ilustradas que se caracterizou pela adoção de uma visão da ciência e da natureza de viés utilitarista, a partir da qual se buscava modernizar a administração e a exploração dos recursos naturais nas possessões do império.

Desse modo, a nova orientação política começou a ser seguida na administração pombalina e representou uma guinada em direção ao avanço da cultura científica no império luso mediante um intenso investimento voltado para o estudo metódico da natureza física dos domínios ultramarinos, configurando o início da política colonial de valorização do “mundo

natural"¹⁰. Parte importante desse processo se deu a partir da reforma, ocorrida em 1772, da Universidade de Coimbra—instituição que terá um papel de destaque nesse processo de absorção e promoção das ideias ilustradas pela coroa portuguesa—, a qual foi responsável por introduzir o estudo das ciências naturais naquela universidade e buscar reproduzir a concepção de ciência adotada pelas principais academias científicas da Europa, isto é, uma ciência que tinha como traço característico a perspectiva do aperfeiçoamento e melhoramento constante dos conhecimentos adquiridos¹¹.

Mas esse ainda não seria o auge do período reformista, pois, como indica Fernando Novais, o período pombalino pode ser caracterizado como uma fase autoritária de criação dos pré-requisitos ou condições para as reformas que serão efetivadas no período subsequente¹². Isto é, com a chegada ao trono de D. Maria I em 1777, e a incorporação de novos quadros intelectuais e burocráticos ao governo, tem-se início a chamada "Viradeira" e há uma passagem para uma etapa de maior abertura para o pensamento ilustrado e o processo de reformas iniciado na gestão anterior¹³.

Nesse período, um dos principais vetores desse florescimento das ideias e práticas ilustradas foi a formação da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779, a qual funcionou como uma espécie de centro aglutinador do ideário ilustrado em Portugal, chegando a reunir na sua base intelectual portugueses, brasileiros que haviam estudado em Coimbra após a reforma de 1772 e estrangeiros que passavam a residir em Portugal. Segundo Oswaldo Munteal Filho, a Academia pode ser lida como um compromisso entre burocratas, cientistas e letrados, pois visava combinar a avanço dos estudos especulativos com uma finalidade prática que gerasse um retorno material para a coroa¹⁴. Assim, sob os incentivos reais, formou-se uma camada de intelectuais que passou a ser muito influente na política portuguesa neste quarto final do XVIII, tendo como uma das suas principais contribuições a redefinição da política estatal para a exploração das posses ultramarinas.

Os ilustrados luso-brasileiros e o tema da mineração

Em meio a esse contexto, e como um reflexo direto das potencialidades do Brasil neste campo, as ciências relativas à atividade minerária atraíram enorme atenção da coroa. Contudo, isso não se deu sem antes haver uma

preocupação por parte dos formuladores das políticas imperiais portuguesas em rechaçar o criticismo que se abatia sobre a mineração, segundo o qual se apontava que as minas poderiam ter um efeito deletério para a economia dos países que as possuíam. Conforme observa o ministro português D. Rodrigo de Souza Coutinho—figura proeminente da coroa nos assuntos econômicos, especialmente pela sua atuação como secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos nesse final do século XVIII—em seu escrito de 1789 sobre as minas do Brasil, naquela época, “homens célebres na literatura e na política”, entre eles Montesquieu, estavam considerando as minas de metais preciosos como “a principal causa da decadência das nações que as possuem e da ruína das suas indústrias”¹⁵, pois estes acreditavam que o rápido enriquecimento causado pelos metais traria efeitos negativos para a economia, tais como o despovoamento e o aumento dos salários—fatores que abalariam a indústria do país. Em resposta a esses argumentos, D. Rodrigo sai em defesa dos efeitos positivos das minas de metais preciosos para os países que as detém. Na sua percepção, que expressa a perspectiva adotada pelo império português, inicialmente o despovoamento seria compensado pelo aumento na exportação e no consumo de manufaturas e, em seguida, o impacto do influxo dos metais preciosos teria o mesmo significado de uma balança comercial muito positiva, causando um ciclo virtuoso de melhorias nas condições econômicas do país¹⁶. Desse modo, D. Rodrigo insiste que os maus efeitos que os críticos da mineração visualizam nos países que tinham metais preciosos em seu território, que eram sentidos em Portugal e na Espanha, eram decorrentes de outras causas que não estavam relacionadas com a extração desses metais¹⁷.

De maneira semelhante, Manuel Ferreira da Câmara, ainda que apontando a agricultura como o ramo “mais estável e interessante à nação portuguesa”¹⁸, é outro que rechaça os críticos da mineração¹⁹ e defende a importância de se insistir na atividade e de buscar o seu melhoramento, como pode-se ver pelo trecho a seguir:

como nenhuma nação, por mais ativa e industriosa que seja, pode bastar a si própria, por não poder ter todos os gêneros de primeira necessidade, luxo ou capricho (...) temos por consequência, que o remédio mais pronto é o de animar as minas, e tirar delas todo o partido (...)²⁰.

Guiado por essa perspectiva, o governo português logo notou que a indústria da mineração estava sendo aos poucos transformada pelas novas ciências²¹: avanços nos conhecimentos em metalurgia, mineralogia, geologia e química—bem como as técnicas mais modernas de prospecção mineral e os modelos mais eficientes de gestão e legislação mineira—, começaram a ser visados pelos portugueses pelo seu potencial lucrativo. Com isso, passou-se a ter como objetivo a formação de intelectuais que dominassem essas técnicas e posteriormente viessem a replicá-las no Brasil, de modo a promover um aperfeiçoamento dessa indústria no território brasileiro. Na prática, além de estimular o estudo dessas ciências em solo português, tal perspectiva levou a coroa portuguesa a enviar três graduados em Coimbra—entre eles o mesmo Manuel Ferreira da Câmara, que foi acompanhado por José Bonifácio de Andrada e o português Joaquim Pedro Fragoso de Siqueira—para uma viagem de estudos nos anos 1790 por alguns desses principais centros mineradores da Europa no período²². Iniciativa esta que mostra como esse contexto de avanço da ilustração em Portugal se conecta com os destinos da América Portuguesa, o que era agravado no caso português pela ausência de universidades no Brasil, razão que impelia a elite colonial a ir até Portugal para estudar, sobretudo em Coimbra como no caso de Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara. Não é por outro motivo que as autoras Silvia Figuerôa e Clarete Silva consideraram que os cientistas coloniais se viam como intrinsecamente ligados à metrópole portuguesa, de sorte que as suas produções eram concebidas como um fator de melhoramento visando atender os objetivos delineados pelo governo português²³.

Como veremos a seguir pela análise mais detida dos escritos de Câmara e Vandelli, esse novo contexto intelectual e político ofereceu as condições para o surgimento de diversas publicações, produzidas nesse formato de memórias, da comunidade luso-brasileira de letrados que simultaneamente formulavam e expressavam as ideias ilustradas que estavam circulando por esses espaços articulados pela Academia no final do século XVIII. No caso específico dos escritos sobre a mineração, é notório como as discussões giravam em torno do tema da “decadência” das minas do Brasil²⁴. Assim, tratava-se de buscar compreender as razões para esse declínio e propor alternativas.

Nesse âmbito, chama a atenção a convergência dos ilustrados luso-brasileiros e estrangeiros do final do XVIII quando o assunto era o diagnós-

tico dos problemas da mineração no Brasil. Em resumo, o que dominava nesses escritos era a leitura de que a mineração no Brasil estava decadente nessa segunda metade do XVIII em razão da ausência de técnicas, máquinas e de formação adequada. Tal caracterização pode ser vista nos escritos de vários memorialistas do final do XVIII: é o que se percebe no trecho em que Vandelli afirma que o tema das minas de ouro “athé agora se deixou somente nas mãos de pessoas ignorantes de mineralogia, com grave prejuizo do Estado”²⁵; na frase do padre José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho na qual diz que “(...) supondo que naquelas minas haja muito ouro, já contudo não é muito para ser retirado por mãos grosseiras e sem arte. (...) Esta falta dos verdadeiros conhecimentos do mineiro é mais uma ruína e uma perda para as Minas do Brasil”²⁶; e no fragmento em que o próprio Manuel Ferreira da Câmara chega a afirmar que “a perda que os mineiros, e por consequência o Estado, sofrem na extração do ouro, pelo método até aqui usado, e calculando-o pelo menos tem o Estado perdido uma soma de 66 milhões—e nossos Soberanos doze”²⁷. Diante dessa leitura, a solução não poderia ser outra para os ilustrados luso-brasileiros: ciência, novas técnicas e instrução²⁸. Ou seja, buscou-se elaborar um conjunto de medidas em linha com o pensamento ilustrado visando modernizar e racionalizar a exploração dos recursos coloniais.

Deve-se assinalar, inclusive, que em muitas dessas leituras a percepção da decadência não era uma exclusividade do setor mineração, mas sim um quadro que abarcava a economia do império português como um todo. É o que se pode notar nos escritos de Câmara e também de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Para o brasileiro, a decadência portuguesa está relacionada com a perda das conquistas asiáticas e o domínio do comércio das especiarias naquela região, tendo por isso diminuído a riqueza e mantido o luxo, o que teria corrompido os portugueses e causado o início do declínio. Segundo ele, fazendo referência aos rumos tomados pela economia portuguesa, “Quando uma nação dá tudo à extração, e despreza a Indústria e a Agricultura por isso se cái, e se arruina não deve atribuir-se às minas, mas a seu mau govêrno e política”²⁹. Avaliação que vai ao encontro da percepção do ministro português, que também nota que houve uma decadência após a perda do controle do comércio de especiarias. Contudo, D. Rodrigo é ainda mais específico ao apontar que o “verdadeiro motivo” do declínio português se encontra nos termos adversos do Tratado de Methuen, “o qual destruindo todas as manufaturas do reino, e fazendo cair todo o nosso

comércio nas mãos de uma nação aliada e poderosa, fixou contra nós a balança do comércio em tal maneira, que o imenso produto das minas foi limitado para a soldar”³⁰.

A busca por alternativas: diagnósticos e propostas de Vandelli e Câmara para reverter a “decadência” das minas do Brasil

Isso posto, passemos para a análise dos argumentos específicos de Vandelli e Câmara a respeito das minas de ouro no Brasil. De maneira geral, pode-se dizer que ambas as publicações dão grande centralidade para as técnicas utilizadas na indústria mineradora, da extração aos procedimentos usados nas casas de fundição. Segundo o autor Caio Boschi, essa é uma característica marcante das memórias escritas a partir do final do século XVIII, demarcando uma inflexão no discurso que se via até então por parte daqueles que analisavam os problemas da mineração: deixava-se de atribuir aos descaminhos do ouro—o contrabando e a sonegação—a queda na arrecadação da coroa pela atividade minerária e passava-se a identificar a falta de capitais e a defasagem nos processos de mineração como os principais culpados por aquela situação³¹.

Expressando essa mudança de discurso, a memória de Domingos Vandelli sobre as minas de ouro do Brasil é toda construída a partir de uma argumentação que tenta apontar os desperdícios e prejuízos gerados pela falta de instrução dos mineiros e pelo não uso ou desconhecimento de determinadas técnicas e equipamentos. Embora comente que pareçam incríveis as enormes despesas feitas no Brasil com os serviços de escavação de terras, morros e de desvio do curso dos rios, avalia que a falta de técnicas ou equipamentos adequados faziam com que muito do que se poderia explorar acabasse sendo deixado de lado. É o que ele alega quando, por exemplo, chama a atenção para as limitações do rosário³² em certas situações de maior dificuldade para retirar a água que se infiltrava no local da exploração. Vandelli entendia que, dependendo da profundidade ou da quantidade da água, tal máquina poderia não ser efetiva, levando a mina a ser abandonada em função dos mineiros desconhecerem a bomba à fogo ou alguma outra máquina hidráulica³³; observa, também, que os mineiros não conseguiam escoar as águas infiltradas por meio de aberturas ou

galerias inferiores por não saberem a arquitetura subterrânea, bem como não sabiam encontrar os veios pelo desconhecimento da geometria subterrânea. Além disso, afirma que eles não tinham qualquer instrução em metalurgia e tampouco uma pessoa que dirigisse os seus trabalhos. Desse modo—ele conclui—, os mineiros “assim não tirão o ouro, se não a força de ouro; e a major parte delle para estes fica inútil, ou desconhecida”³⁴.

Em seguida, o naturalista italiano reproduz a descrição do seu discípulo, o Dr. Joaquim Velloso, sobre a lavra de Cata Preta, apontando mais problemas de desperdício devido ao desconhecimento de equipamentos. No caso, além de se queixar sobre o enorme tempo que era gasto em desmontes de terra³⁵ e a irregularidade das explorações, ele considera que ocorria um grande desperdício, pois, em vez de se quebrarem os cristais que apareciam entre a formação usando os engenhos de pedra, tal atividade era feita à mão, de modo que “só se cuidava na formação miúda, como mais fácil”³⁶ e jogava-se fora o restante.

Por sinal, essa mesma queixa pode ser vista na memória de Manuel Ferreira da Câmara. Ele repete a constatação de que o modo ordinário de moer as referidas pedras que continham o ouro era feita por meio de marrões de ferro movidos pela força dos braços dos trabalhadores escravizados, dizendo que apenas raras vezes se utilizavam do “engenho de pilões”, e, mesmo nesses casos, “o máu uso que desta máquina fazem—sua má construção—tudo faz com que a perda nascida de uma imperfeitíssima divisão seja por um ou por outro método a mesma”³⁷. Para Câmara, “O meio porque se poderia evitar esta considerável perda, seria o da perfeição dos Engenhos de Pilões, que deveriam preparar a pedra para haver de entrar em moinhos, os quais favoreçam quanto fôr possível a divisibilidade”³⁸. Apesar da sugestão, ele próprio se mostra reticente em relação à possível receptividade dos mineiros a esta ideia, chegando a fazer comentários irônicos sobre o tratamento que os proprietários davam aos escravos e a sugerir uma falta de interesse deles por mudanças:

É porém, mui digno de pasmo ver, que nossos mineiros preferam o cômodo de seus bois, cavalos e bestas, ao dos seus escravos, estando o preço d’ê subsistência daqueles para o destes como doze para duzentos e cinquenta—Pois que tudo fazem quando falta a água, com a fôrça dos escravos, o que poderiam fazer com muito maior proveito, servindo-se de máquinas apropriadas e movidas por potências vivas, em falta das

mortas. Mas que há de ser, se o costume é tão respêitado entre nós?³⁹

Além disso, as críticas de Vandelli e Câmara também se voltaram para os erros que estariam sendo cometidos nos processos de lavagem do ouro e nos ensaios realizados nas casas de moeda e fundição. Quanto ao processo de lavagem, Vandelli alerta para os desperdícios causados pelas ausências de perícia no uso das caleiras no processo de lavagem⁴⁰ e de uma análise química do material lavado. Câmara, por sua vez, enumera uma série de equívocos praticados pelos mineiros na lavagem⁴¹ e ainda vai além ao afirmar que seu projeto é abandonar a lavagem, “porque uma vez que isso se faça [a lavagem], a perda, dada a divisibilidade do ouro, é a bem dizer, necessária”⁴². Na sua visão, para se evitar a perda do ouro no processo de separação deste metal das outras substâncias que se encontravam unidas a ele, o correto seria escolher, de acordo com a riqueza e a natureza da matriz a ser explorada, entre os métodos de amalgamação e de fusão⁴³.

Contudo, havia sérias dificuldades para promover essas mudanças. Como aponta Vandelli, a amalgamação era raramente utilizada no Brasil pela falta ou excesso do preço do mercúrio⁴⁴. E a situação se mostrava ainda mais distante de se alterar em relação ao método de fusão. A esse respeito, tanto Vandelli quanto Câmara são enfáticos ao indicar o enorme prejuízo gerado pelo fato dos mineiros no Brasil terem extraído apenas ouro nativo até aquele momento, deixando de lado o ouro mineralizado, que eles alegavam existir em abundância e que poderia ser explorado caso a fusão passasse a ser adotada⁴⁵. Para fazer avançar esse tipo de exploração, o memorialista brasileiro acreditava que seria necessário que os mineiros brasileiros tivessem “maiores conhecimentos físicos”. Nesse particular, ele via a Suécia, a Alemanha e a Hungria como exemplos a serem seguidos, pois eram locais “onde extraindo-se os metais imperfeitos—extraí-se ao mesmo tempo o ouro com eles combinado—e deste modo todos os tesouros que a terra encerra em suas entranhas são industriosamente aproveitados”⁴⁶.

Existia ainda uma forte oposição dos dois autores em relação os procedimentos adotados nas casas de fundição e da moeda, a qual estava direcionada sobretudo aos funcionários desses locais. Nesse âmbito, Vandelli faz uma extensa crítica apontando os métodos equivocados que estariam sendo adotados, o que ele tenta embasar fazendo referências aos postulados e experimentos de alguns dos químicos europeus mais relevantes da

época⁴⁷. Câmara corrobora esse criticismo, indicando que os erros reforçam o contrabando na medida em que geram a impressão nos mineiros de que eles vão sofrer perdas toda vez que levarem os seus metais para essas casas⁴⁸. Para ele, “tudo que nelas [casas de fundição] se pratica de mal, não é devido às pias intenções da nossa Soberana; mas filho da ignorância, e do desleixo”⁴⁹.

Frente a esse cenário, Câmara e Vandelli apontam que a superação dos problemas encontrados na mineração das Minas Gerais só poderia vir mediante uma maior instrução e capacitação dos mineiros para praticarem a atividade minerária estando em linha com os conhecimentos e técnicas mais avançadas desse campo. No entanto, suas propostas específicas para realizar esse objetivo não eram idênticas. Vandelli entendia que a retomada do sucesso nas minas dependia de haver “pessoas inteligentes, que instruem os mineiros, e os dirigem nas suas operações”, as quais—ele alega—não precisariam vir de outros países, pois bastaria haver uma instrução prática, o que a seu ver seria alcançado com “dois ou três anos viajando a Alemanha”⁵⁰. Além desse incremento na instrução dos mineiros, Vandelli ainda sugere que eles deveriam seguir as instruções e exemplos do seu discípulo, mencionado anteriormente, Dr. Joaquim Velloso, que apostava no uso do engenho de pilão para a melhoria dos rendimentos, e passar a extrair o ouro mineralizado, sobretudo aquele que se encontrava nas minas de ferro⁵¹.

Câmara, por seu turno, embora também insista na necessidade de se investir numa maior instrução dos que trabalham com as minas, apresenta uma proposta a esse respeito que contém uma diferença importante em relação à de Vandelli. Para o memorialista brasileiro, as mudanças deveriam ser implementadas seguindo os modelos das “Minas mais celebres da Europa. — As de Saxonia, por exemplo, — de Eisleben — de Mansfield — as de Huart — de Beri — Cornual — e outros muitos onde por sábios Regulamentos se tem chegado ao cume da felicidade”⁵². Isso implicaria em tomar as mesmas medidas vistas nessas minas, ou seja, estabelecer

Casas de Conselhos nas Províncias Mineiras—onde se deliberasse se convinha ou não a extração de qualquer mina—cujos membros fôssem obrigados a visitar as grandes minas, e examinar se o método da extração era o melhor e mais conveniente—que em razão de suas luzes, instruissem aos mineiros que os consultassem—que tivessem a seu cargo o ensaio, e

a fusão do ouro—em uma palavra,—que diretamente informassem ao Soberano, quando fôsse mister fazer novos estabelecimentos e novas leis, acomodados às circunstâncias presentes⁵³.

Mas para colocar em prática esse tipo de instituição seria necessário, como alerta Câmara, ter como primeira medida o emprego de “homens hábeis”, os quais, na sua concepção, em vez de serem capacitados por meio de viagens aos principais centros mineradores europeus—como sugere Vandelli—, deveriam ser formados a partir do estabelecimento de “colégios nos países mineiros, onde se ensina tudo que é necessário à extração dos metais”⁵⁴. Desse modo, mesmo reconhecendo a importância de se formar intelectuais em Coimbra versados nas áreas da história natural, da química e da física, considera que

certo seria melhor, que estes conhecimentos fôsem adquiridos no mesmo sítio das minas, onde com facilidade mandassem nossos mineiros seus filhos aprender; e desta arte, a massa dos conhecimentos mineralógicos seria maior entre nós, de maneira que com o andar do tempo, poderíamos esperar da riqueza de nossas minas a mais avultada extração⁵⁵.

Por último, Câmara ainda propõe uma revisão na maneira pela qual a coroa estava tratando a questão dos direitos de propriedade para se explorar as minas e o tema da carga de tributos. Quanto ao primeiro ponto, ele entendia como um erro a coroa portuguesa ter optado pela divisão da terra que continha o ouro pelo sistema de concessões de datas e títulos de propriedade aos descobridores em vez de se optar pela extração exclusiva do soberano, conforme ocorria em todos os estados tidos por ele como “os mais civilizados”⁵⁶. Mais uma vez, Câmara argumenta que deveria ser seguido o modelo—citado anteriormente—do conselho das minas, a partir do qual se julgaria cada mina pelo seu potencial e se empregariam todos os recursos disponíveis para extraí-la em caso de haver uma boa perspectiva. Em contraste, no Brasil, ele alega que

se a mina é rica, o mineiro o mais das vezes—falta de forças proporcionais aos obstáculos, não a extrai com a brevidade e utilidade com que poderia extrair sendo ajudado (...). Fraco e

desanimado, pensionado com o quinto, e com todos os direitos que paga sôbre as matérias que servem à extração das minas, e mais que tudo ignorante, extrái ordinariamente o ouro de mais fácil extração⁵⁷.

Para solucionar esse estado de coisas sem com isso causar uma grande desorganização nas propriedades já distribuídas, ele propõe: fazer com que o responsável por “descobrir qualquer mina em qualquer terreno, cuja faisqueira seja rica, tenha uma parte determinada do ouro extraído”⁵⁸; e impedir o acúmulo de títulos de propriedade, o que a seu ver atrapalhava o avanço nas explorações. Além disso, afirma que o melhor modelo para se incrementar a produção seria pelo estabelecimento de Companhias de Mineiros, “as quais por privilégios reais vençam em razão de suas maiores fôrças as grandes dificuldades, e obstáculos que se encontram na extração de muitas minas que se julgam impossibilitadas”⁵⁹.

Por último, aborda ainda o problema da alta carga de impostos, considerado por ele como mais um sério obstáculo para o avanço da mineração. Para enfrentar essa questão, ele propõe “soltar os impostos, principalmente nos generos que mais diretamente servem à extração—como por exemplo, o ferro, o aço, os panos grossos, vestiário dos escravos, e até os direitos de entrada dos mesmos escravos”, pois, na sua leitura, “Destas artes se fomentariam as minas, que todos os dias dão menos, o que deve merecer grande consideração da parte do Estado”⁶⁰.

Portanto, com base nos elementos apresentados, pode-se assinalar que as propostas de Manuel Ferreira da Câmara, além de insistir na necessidade de implementar colégios especializados em ensinar os saberes úteis à mineração nas regiões mineradoras do Brasil, tocam em vários outros pontos que não apenas o tema da ignorância e falta de interesse dos mineiros em mudanças. Mesmo assim, percebe-se como os seus escritos, e também os de Vandelli, estavam carregados por uma certa concepção de ciência que em grande medida rejeitava os conhecimentos práticos que guiavam as explorações empreendidas pelos mineiros no Brasil.

Nas palavras do filósofo Ernst Cassirer, tal concepção, que esteve firmemente arraigada na comunidade letrada europeia ao longo do século XVIII, foi marcada por uma noção específica de razão, entendida não mais a partir do “espírito de sistema” do século XVII, mas sim do “espírito sistemático” que predominou no século XVIII⁶¹. Como bem lembra a autora Carolina Capanema, compreender essa perspectiva e também a diferencia-

ção e hierarquização que ela gerou entre os termos técnica e tecnologia—ou seja, a oposição entre um conjunto de procedimentos e habilidades (técnica) em oposição ao que era “consciente, discursivo e sistemático” (tecnologia)⁶²—pode ser um elemento importante para se pensar as visões de memorialistas como Vandelli e Câmara por meio um olhar crítico, identificando até que ponto os seus discursos condizem com o complexo de relações que estavam se dando nas Minas Gerais ao longo do século XVIII.

Ter isso em vista não significa rejeitar por completo as observações desses autores ou tomar o ponto de vista de que o conhecimento formal e sistemático que eles defendiam como algo sem utilidade no sentido de aperfeiçoar certos procedimentos. Apenas quer dizer que esses discursos devem ser questionados e confrontados com outros tipos de vestígios que a sociedade setecentista das Minas Gerais produziu. Afirmar esse aspecto é fundamental pelo fato de ter-se constituído uma larga tradição historiográfica, que atravessa todo o século XIX e vai até o final do século XX, acerca da mineração nas Minas Gerais no século XVIII que, por estar calcada em leituras dessas memórias do final do XVIII e início do XIX sem a devida revisão crítica, perpetua a imagem do caráter rudimentar e destrutivista dessas explorações. Mais uma vez, não se trata de negar a ausência de certas tecnologias e conhecimentos já disponíveis naquele momento e muito menos de negar os enormes impactos ambientais causados nessas atividades, mas sim realizar uma análise que leve em consideração as lógicas específicas que estavam embasando as ações dos atores sociais envolvidos nesses processos⁶³.

Conclusão: por uma releitura crítica das obras dos memorialistas luso-brasileiros

Partindo dessa compreensão, e observando os trabalhos recentes de historiadores e arqueólogos, pode-se notar como é questionável essa ideia de que a mineração das Minas Gerais setecentista foi marcada pelo caráter rudimentar e por uma falta de interesse dos mineiros em realizar mudanças. Em contraste com essa leitura é possível ver trabalhos como o da autora Carolina Capanema em que, mediante análise dos escritos de autores de relatos do século XVIII sobre a sociedade mineira, como André João Antonil e Basílio da Gama, se atesta que, mesmo se tratando de padrões diferentes de saber, os relatos “indicam um amplo conhecimento sobre as

formas de identificar os espaços em que se poderia encontrar ouro⁶⁴. Em outro trabalho recente de grande importância para se pensar a enorme diversidade e complexidade de técnicas utilizadas na mineração das Minas Gerais setecentista, a historiadora Flávia Reis observa que a mineração colonial se mostrou “uma atividade extremamente dinâmica e complexa não somente do ponto de vista técnico, mas sobretudo no que diz respeito às relações que foram sendo construídas com a prática e a consolidação da atividade”, afinal, como a própria autora aponta, os mineradores do século XVIII, ainda que não dominassem os conhecimentos geológicos e minerais modernos, “foram capazes de identificar, na natureza, as diferentes ocorrências auríferas, adotando para cada uma processos específicos de extração”, de modo que souberam explorar o ouro “encontrado no leito dos rios, nas margens, nas encostas, nos vales dos morros e no seu interior, deixando marcas até hoje reconhecíveis na paisagem mineira”⁶⁵.

Esse grau de complexidade pode ser confirmado por estudos como o de Ribeiro e Leanza, que mostram como os vestígios arqueológicos da exploração mineral colonial podem impressionar pela complexidade das suas estruturas e das técnicas utilizadas, assim como em trabalhos como o da própria Flávia Reis e da Dejanira Rezende, evidenciando a partir de registros históricos que é falso o discurso de que os mineiros se dedicavam mais ao ouro de aluvião por um desconhecimento das técnicas adequadas⁶⁶. Nesses trabalhos, nota-se que, embora a exploração do ouro de aluvião tenha predominado, os mineiros não só dominavam diversas técnicas para se realizar a exploração como a coexistência dos dois tipos de exploração— a mineração de cascalho e a mineração de morro—foi algo que se manteve ao longo de todo o século XVIII⁶⁷. Assim, a preferência pelo ouro de aluvião não se deve a um desconhecimento técnico, mas ao entendimento de que esse tipo de exploração seria mais vantajoso por garantir lucros mais imediatos e representar menos riscos aos proprietários⁶⁸. Mais do que isso, havendo a possibilidade de extrair o ouro mais acessível tendo menos gastos não teria por que os mineradores priorizarem as jazidas de mais difícil acesso e os serviços mais dispendiosos.

Esse mesmo raciocínio pode também ajudar a explicar a questão da ausência de certas máquinas e equipamentos que os memorialistas cobravam como um aperfeiçoamento necessário para melhorar os rendimentos das minas. A esse respeito, basta verificar o exemplo do Barão de Eschwege, mineralogista alemão que em 1811 chegou nas Minas Gerais

a serviço da coroa portuguesa com a missão de aprimorar a mineração na região, época em que produziu escritos que tiveram um importante papel para a construção dessa imagem do caráter rudimentar da exploração no século XVIII. Mesmo sendo ele um grande defensor da introdução de máquinas nas explorações, acabou reconhecendo o rendimento superior que o trabalho escravo poderia ter em certas atividades. Depois de observar as tentativas fracassadas de proprietários de minas de instalar carrinhos sobre trilhos em seus serviços e comparar com o trabalho dos escravos, no qual "observam-se muitas vezes, quatrocentos, quinhentos, até mesmo seiscentos escravos, que, à semelhança de uma diligente correição de formigas, correm em bando, sem desordem e sem estorvarem uns aos outros", chegou a conclusão que "Por esse meio, obtêm-se melhores resultados de que com carrinhos e máquinas, razão por que não foram introduzidos nos serviços"⁶⁹.

Apesar de ser uma mostra importante de como em determinadas circunstâncias o uso da mão de obra cativa, que estava disponível em grande quantidade naquele contexto, podia ser mais vantajoso para os proprietários do que introduzir máquinas, isso não fez esses mesmos proprietários terem uma aversão ao uso de máquinas. Pelo contrário, as pesquisas que fizeram levantamentos de inventários dos proprietários de minas daquela época revelam, sobretudo entre os mais abastados, a presença dos rosários e também de outras máquinas, como os engenhos de pilões e os sarilhos, além de constar na documentação registros de invenções de máquinas e equipamentos⁷⁰. O próprio Manuel Ferreira da Câmara dá um testemunho nesse sentido ao tratar da invenção de um ventilador que veio a solucionar dificuldades enfrentadas em algumas explorações:

A dificuldade da ventilação, e esgoto das águas, que parece com algum fundamento obrigar os mineiros a usar do "Talho Aberto" não subsistirá uma vez que ponham em prática o mais celebre ventilador, descoberto há tempos nas mesmas minas, e ainda não bem conhecido, de que farei menção. A simplicidade de sua construção, que parece ser toda deduzida das leis, as mais complicadas da física do ar, mas que sem dúvida teve por inventor, um homem que eu duvido soubesse que a pressão lateral dos fluídos é igual à perpendicular, sendo uma prova exorbitante de seu engenho, mostra ao mesmo tempo

quanto a necessidade faz os homens industriozos e inventores⁷¹.

Ainda sobre esse tema do uso das máquinas, deve-se pontuar também as limitações dos europeus e particularmente dos portugueses de tornarem as máquinas acessíveis. Afinal, naquele período, o desenvolvimento da indústria metalúrgica ainda era limitado e não permitia a generalização do uso de máquinas como ferramenta de trabalho—situação que começa a mudar apenas em fins do XVIII, quando passa-se a usar em larga escala materiais como o carvão mineral, o ferro fundido, o aço e o cobre⁷². A isso pode-se somar o fato das máquinas daquela época não trazerem ainda um impacto substancial na atividade minerária, conforme atestam os registros das explorações feitas por estrangeiros em Minas Gerais no início do século XIX: em grande parte, as técnicas e procedimentos que eles usavam ainda eram muito semelhantes ao que se via nos setecentos, algo que se altera somente a partir da introdução de novas máquinas na metade final daquele século⁷³.

Por fim, é importante destacar que toda essa discussão do uso das técnicas e equipamentos não pode basear-se apenas em uma leitura que tenha como único critério conferir se houve ou não o aproveitamento do conhecimento mais avançado disponível em uma determinada atividade. Em vez disso, é preciso considerar que a utilização ou não de determinados recursos técnicos não está exclusivamente condicionada ao conhecimento técnico e científico disponível naquele momento, pois tal escolha ocorre também em função de "circunstâncias culturais, sociais, políticas, econômicas e (...) relativas ao ambiente físico"⁷⁴.

Em outras palavras, para se realizar uma análise da mineração em Minas Gerais no século XVIII em linha com as descobertas mais recentes dos pesquisadores de diversos campos do conhecimento que se debruçaram sobre o tema, deve-se ter em vista que fatores como a disponibilidade de mão de obra de escravos e livres, a crença na providência divina, o regime de chuvas, as características do relevo e as relações estabelecidas entre os mineiros, com destaque para as alianças firmadas entre eles, também estavam incidindo sobre as tomadas de decisões dos indivíduos inseridos na atividade minerária na região e ajudaram a moldar as características daquela sociedade. Por isso, somente a partir de uma leitura dos documentos daquele período ancorada em uma revisão crítica, de modo a não permitir que se perpetue uma visão reducionista daquela realidade⁷⁵, será

possível abarcar toda a complexidade e riqueza de relações existentes naquele contexto e, com isso, ampliar a compreensão dos processos que o permeavam.

Notas

1. Doutorando em História pelo PPG em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). ID Lattes: 5168013892259645. ORCID: 0000-0001-6249-7911. E-mail: mesquitafelipe95@gmail.com.
2. Esses textos, conhecidos como Memórias Econômicas, constituíram-se como um gênero amplamente adotado no império português a partir do final do século XVIII, podendo ser caracterizados como estudos que tentavam descrever e analisar a natureza, a geografia e as condições econômicas e sociais de Portugal e de suas colônias visando a implementação de reformas ilustradas que seus autores julgavam necessárias para o aprimoramento e enriquecimento de império.
3. Trata-se dos escritos: *Memória sobre as Minas de Ouro do Brasil*, de Domingos Vandelli, e *Memória de Observações Físico-Econômicas Acerca da Extração do Ouro do Brasil*, de Manuel Ferreira da Câmara.
4. Câmara estudou leis e filosofia natural na Universidade de Coimbra, sendo membro da Academia Real de Ciências de Lisboa. Concluída a sua formação em Coimbra, ele ainda permaneceu na Europa para uma viagem pelos principais centros científicos e mineiros da Europa junto a José Bonifácio. Depois disso, retornou ao Brasil e teve importante participação na elaboração do texto do alvará de 1803 para regular a mineração em Minas Gerais e ocupando o cargo de intendente do Distrito Diamantino a partir de 1807; Vandelli, por sua vez, foi membro de destaque da Academia Real de Ciências de Lisboa, tendo contribuições importantes para o desenvolvimento da história natural e para a química em Portugal, além de ter sido fundador e diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra.
5. Contudo, como lembra o historiador Francisco Falcon, ainda que se possa dizer que os portugueses terem aceitado uma ideologia estruturada no exterior, isso não significou uma imitação acrítica. Ao contrário, essa apropriação dos ideais ilustrados teria sido marcada por uma adaptação às condições e necessidades da administração portuguesa naquele momento, o que passava centralmente pelo ímpeto de “reformatar para conservar” (FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982, p. 196–197).
6. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um Mundo a Reformar: Intelectuais, Cultura Ilustrada e Estabelecimentos Científicos na América Portuguesa. *Anais do Museu Histórico Nacional*,

Rio de Janeiro, v. 29, 1997; PITA, João Rui. *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal, 1772–1836*. Coimbra: Minerva, 1996

7. Sobretudo aqueles conhecimentos que possuíam um caráter útil, ou seja, que poderiam aperfeiçoar procedimentos da agricultura ou da indústria e que tivessem potencial de retorno econômico.

8. ELLIOTT, John H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492–1830*. New Haven: Yale University Press, 2006, cap. 10

9. Segundo as projeções de Virgílio Noya Pinto: PINTO, Virgilio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 115.

10. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Todo um Mundo a Reformar: Intelectuais, Cultura Ilustrada e Estabelecimentos Científicos na América Portuguesa*. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, 1997, p. 89.

11. Os próprios estatutos da Reforma afirmam explicitamente essa intenção quando assumem como objetivo “trabalhar no progresso, adiantamento, e perfeição das mesmas ciências; do modo que felizmente se tem praticado, e se pratica nas Academias mais célebres da Europa” (trecho citado em FERRAZ, M. H. M.; FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. *Ciência e ilustração na América: a historiografia brasileira da Ciência colonial*. In: ARANGO, Diana Soto; PUIG-SAMPER, Miguel Ángel; ARBOLEDA, Luis Carlos (Org.). *La ilustración en América colonial*. Madrid: CSIC, Doces Calles e Colciencias, 1995. p. 202).

12. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777–1808)*. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 213.

13. Mesmo assim, autores como Francisco Falcon e o próprio Novais minimizam a importância desse período mariano, entendendo-o como uma “agitação de superfície” e de “reduzida importância” (Por “reduzida importância”: *Ibidem*; e por “agitação de superfície”: FALCON, Francisco J. C., *Op. cit.*, p. 165). No entanto, trata-se de um período marcado por mudanças importantes que se relacionam sobretudo com a maneira de se explorar os domínios ultramarinos a partir desse novo ímpeto que é conferido às ideias ilustradas.

14. MUNTEAL FILHO, *Op. cit.*, p. 88.

15. COUTINHO, Rodrigo de Souza. *Discurso sobre a verdadeira influência das minas e dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa*. In: SILVA, André Mansuy Diniz (Ed.). *Rodrigo de Souza Coutinho: Textos políticos, econômicos e financeiros: 1783–1811*. Tomo 1. Coleção de Obras Clássicas do pensamento econômico português. Lisboa: Mirandela Artes Gráficas e Banco de Portugal, 1993, p. 169.

16. “Crescendo o seu produto, e crescendo a povoação, crescem igualmente as necessidades, estas aumentam a indústria da metrópole, e as fortunas dos comerciantes tomando então um rápido voo, todos os gêneros da metrópole, acham uma pronta saída em na-

vios nacionais, e o comércio de cabotagem e economia, vem ainda enriquecer a nação (...) (Ibidem, p. 169–170).

17. Ibidem, p. 170

18. CÂMARA, Manuel Ferreira da. Memória de Observações Físico-Econômicas Acerca da Extração do Ouro do Brasil. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara: Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes, 1764–1835*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 502.

19. “Pretender que as minas do Brasil não têm absolutamente utilizado a Portugal, é sustentar um paradoxo que não deixa de ter prevalecido entre muitos políticos, que não consideraram os diferentes Estados desta Monarquia” (Ibidem, p. 501).

20. Ibidem, p. 502.

21. Sobre esses avanços, é importante lembrar que, conforme aponta o historiador Paolo Rossi, o progresso da geologia e da mineralogia modernas, e também da anatomia e da botânica, esteve estreitamente ligado a uma insistência de tipo baconiano em relação à observação e aos experimentos, e sobretudo à convicção de que “a imensa variedade e multiplicidade de formas da natureza poderia ser ordenada, classificada e descrita” (ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 212.)

22. FIGUEIRÔA, Silvia F. de M.; SILVA, Clarete Paranhos da. Enlightened Mineralogists: mining knowledge in colonial Brazil, 1759–1825. *Osiris*, v. 15, p. 175–189, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/649325>>, p. 180–181.

23. Por isso, tais autoras observam que a ciência no Brasil nesse período não era tanto um processo de transmissão quanto uma parte de um mesmo processo que ocorria simultaneamente em Portugal (ibidem, p. 174).

24. Além de podermos problematizar o conceito de decadência por invocar um certa concepção de história que prevê um padrão de desenvolvimento e uma trajetória linear a ser trilhada para que se possa alcançá-lo, acerca do uso desse termo pelos autores das memórias de fins do século XVIII, deve-se ressaltar, como bem lembra a autora Carolina Capanema, que embora seu uso diga respeito sobretudo à diminuição na arrecadação dos tributos do ouro, o que de fato ocorreu, a tese da decadência das Minas Gerais vem sendo duramente questionada nas últimas décadas por pesquisas que indicam a importância de setores como a agropecuária e o comércio para a economia da capitania. Ver mais em: CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza política das Minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII*. 2013. Tese (Doutorado em História e Culturas Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, p. 92.

25. VANDELLI, Domingos. Memória sobre as Minas de Ouro do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 20, p. 266–278, 1898, p. 266.

26. COUTINHO, J. J. de C. A. *Obras Econômicas*. São Paulo: Nacional, 1966. p. 18–20, apud

- FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. Metais aos pés do trono: exploração mineral e o início da investigação da terra no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 71, p. 10–19, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i71p10-19>>, p. 12.
27. Segundo Câmara, ele teria chegado a esses números fazendo um “paralelo das nossas minas com as de Schemnitz, e de Kremnitz—que, sendo ricas, dão por mil quintais de matriz, três onças de ouro, quando as nossas dando a mesma quantidade por cem quintais, dão muito pouco” (CÂMARA, Manuel Ferreira da. *Op. cit.*, p. 510).
28. MATOS, Ana Maria Cardoso de; MARTINS, Alice Campos. Propostas e Ações de Aproveitamento Económico dos Recursos Naturais do Brasil (Finais do Século XVIII e Início do Século XIX). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO, Lisboa. v. 1, p. 593–594.
29. CÂMARA, Manuel Ferreira da. *Op. cit.*, p. 503.
30. COUTINHO, Rodrigo de Souza. *Op. cit.*, p. 172.
31. BOSCHI, Caio César. A obra. In: COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007, p. 33.
32. “O rosário correspondia a uma sequência de chapas de metal presas de maneira inclinada a uma corrente que corria dentro de um caixão de madeira. A extremidade inferior desse caixão era mergulhada na área infiltrada. A corrente era articulada a uma roda pequena dentada—ou rodete—que tinha a função de transmitir o movimento de rotação da roda hidráulica para o rosário por meio de um eixo horizontal que as interligava. Assim, quando acionado o mecanismo, as chapas do rosário, ajustadas na largura do caixão, desciam até a área infiltrada, captavam a água e subiam represando-a. O esvaziamento se dava na extremidade superior do caixão, quando então se iniciava novo ciclo” (REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702–1762)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 158).
33. VANDELLI, Domingos. *Op. cit.*, p. 271.
34. *Ibidem*, p. 272.
35. “Neste trabalho se perde a maior parte do tempo, de sorte que só a terça parte do anno se virá a gastar tirando formação” (*Ibidem*, p. 273).
36. *Ibidem*, p. 274.
37. CÂMARA, Manuel Ferreira da. *Op. cit.*, p. 512.
38. *Ibidem*.
39. *Ibidem*.
40. Segundo ele, não eram observadas corretamente “as cautelas necessárias na inclinação das ditas caleiras, a qual inclinação deve ser proporcional a gravidade da mina, e a

velocidade, e a quantidade da agoa, que cahe, e corre nas ditas caleiras". VANDELLI, Domingos. Op. cit., p. 274.

41. CÂMARA, Manuel Ferreira da. Op. cit., p. 510.

42. Ibidem, p. 513.

43. Ibidem, p. 512.

44. VANDELLI, Domingos. Op. cit., p. 274.

45. Acerca desse tipo de ouro, Câmara diz: "que não falta em nossas minas, mas de que ainda se não aproveitou um só real—porque nossos mineiros não reconhecem por ouro, senão aquêlo que se apresenta aos seus olhos debaixo do aspecto brilhante e aspecto metálico" (CÂMARA, Manuel Ferreira da. Op. cit., p. 513); Para Vandelli, "O descobrimento do ouro no Brasil foi por acaso e porque o ouro existe no seu estado de perfeição (...) todo o mais ouro, que hé misturado nas minas de ferro, das quaes abundão os montes das minas geraes (...) não é conhecido nem procurado" (VANDELLI, Domingos. Op. cit., p. 267).

46. CÂMARA, Manuel Ferreira da. Op. cit., p. 514.

47. Entre essas críticas, pode-se destacar a sua consideração de que os ensaiadores das casas de moeda desconhecem totalmente a platina (ouro preto), ignorando o método de distingui-la do ouro, além do apontamento dos erros pelo uso em excesso do sublimado corrosivo e dos desperdícios causados pelas detonações de salitre. (VANDELLI, Domingos. Op. cit., p. 275–278).

48. "Porque os mineiros, vendo que a perda ordinariamente é certa nas Casas de Fundição, deixam de fundir o ouro, e fomenta-se o contrabando" CÂMARA, Manuel Ferreira da. Op. cit., p. 515.

49. CÂMARA, Manuel Ferreira da. Op. cit., p. 514.

50. VANDELLI, Domingos. Op. cit., p. 266.

51. Segundo Vandelli, havia muitas dessas minas a serem exploradas, sendo que o trabalho nelas lhe parecia "menos dispendioso, que a lavagem das terras, ou areas, e mais segura e constante á mina". Ibidem, p. 278.

52. CÂMARA, Manuel Ferreira da. Op. cit., p. 521.

53. Ibidem.

54. Ibidem, p. 522.

55. Ibidem.

56. Ibidem, p. 517.

57. Ibidem, p. 518.

58. Ibidem, p. 520.

59. Ibidem.

60. Ibidem, p. 519.

61. Nessa leitura, a razão não é concebida como algo inato e explicável aprioristicamente, mas como uma “força espiritual radical que nos conduz ao descobrimento da verdade e a sua determinação e garantia” (CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustración*. México: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 28, tradução nossa).
62. CAPANEMA, C. M. Op. cit., p. 95.
63. Isso porque, como bem lembra a autora, “muitas vezes as interpretações sobre a mineração praticada no século XVIII baseiam-se em padrões de racionalidade atuais, que resultam na pouca reflexão sobre os significados atribuídos à atividade pelos atores sociais que as realizaram” (Ibidem, p. 69).
64. Ibidem, p. 101.
65. As três últimas citações presentes em: REIS, Flávia Maria da Mata. Op. cit., p. 13.
66. Ver mais em: RIBEIRO, L. e LEANZA, D. “O complexo arqueológico do córrego Cuiabá e o mito das tecnologias rudimentares e ineficazes da mineração nas Gerais colonial”. *Revista de Arqueologia*, 19, 2006; REZENDE, Dejanira Ferreira. “Arraia-miúda” nos morros das minas: conflitos sociais na Vila do Carmo, década de 1710. 2010. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana; e REIS, Flávia Maria da Mata. Op. cit.
67. Ibidem, p. 96.
68. REZENDE, Dejanira Ferreira. Op. cit., p. 24.
69. ESCHWEGE. *Pluto Brasiliensis*, v. 1, p. 172, apud REIS, Flávia Maria da Mata. Op. cit., p. 119.
70. CAPANEMA, C. M. Op. cit., p. 94.
71. CÂMARA, Manuel Ferreira da. Op. cit., p. 511.
72. CAPANEMA, C. M. Op. cit., p. 121.
73. A descrição de Paul Ferrand sobre as atividades desenvolvidas por empresas estrangeiras em Minas Gerais a partir dos anos 1820 indica essa semelhança com os métodos usados na exploração setecentista. Ver mais em: FERRAND, Paul. *O Ouro em Minas Gerais*; tradução Júlio Castañon Guimarães, notas João Henrique Grossi, F. E. Renger, estudos críticos João Henrique Grossi et. al. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998, p. 162–347.
74. CAPANEMA, C. M. Op. cit., p. 76.
75. Como ocorreu no caso de ampla tradição historiográfica que se pautou em grande medida pelas concepções típicas do discurso ilustrado do século XVIII ao reproduzir o estereótipo do caráter rudimentar da exploração das minas naquele século.

Referências

- BOSCHI, Caio César. A obra. In: COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007.
- CÂMARA, Manuel Ferreira da. Memória de Observações Físico-Econômicas Acerca da Extração do Ouro do Brasil. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara: Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes, 1764–1835*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza política das Minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII*. 2013. Tese (Doutorado em História e Culturas Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.
- CASSIRER, Ernst. *Filosofía de la Ilustración*. México: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- ELLIOTT, John H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492–1830*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FERRAZ, M. H. M.; FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. Ciência e ilustração na América: a historiografia brasileira da Ciência colonial. In: ARANGO, Diana Soto; PUIG-SAMPER, Miguel Ángel; ARBOLEDA, Luis Carlos (Org.). *La ilustración en América colonial*. Madrid: CSIC, Doces Calles e Colciencias, 1995.
- FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. Metais aos pés do trono: exploração mineral e o início da investigação da terra no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 71, p. 10–19, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i71p10-19>>.
- FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M.; SILVA, Clarete Paranhos da. Enlightened Mineralogists: mining knowledge in colonial Brazil, 1759–1825. *Osiris*, v. 15, p. 175–189, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/649325>>.
- MATOS, Ana Maria Cardoso de; MARTINS, Alice Campos. Propostas e Acções de Aproveitamento Económico dos Recursos Naturais do Brasil (Finais do Século XVIII e Início do Século XIX). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO, Lisboa. v. 1.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um Mundo a Reformar: Intelectuais, Cultura Ilustrada e Estabelecimentos Científicos na América Portuguesa. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, 1997.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777–1808)*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- PITA, João Rui. *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal, 1772–1836*. Coimbra: Minerva, 1996.

- REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702–1762)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- REZENDE, Dejanira Ferreira. “Arraia-miúda” nos morros das minas: conflitos sociais na Vila do Carmo, década de 1710. 2010. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.
- ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SILVA, Andréa Mansuy Diniz (Ed.). *Rodrigo de Souza Coutinho: Textos políticos, econômicos e financeiros: 1783–1811*. Tomo 1. Coleção de Obras Clássicas do pensamento econômico português. Lisboa: Mirandela Artes Gráficas e Banco de Portugal, 1993.
- VANDELLI, Domingos. Memória sobre as Minas de Ouro do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 20, p. 266–278, 1898.

Eu, Thereza Afonço

Comércio negro, escravidão e liberdade no Recife (século XVIII)

Filipe Matheus Marinho de Melo¹

Na virada dos séculos, o *boom* aurífero que ocorreu em Minas Gerais provocou um aumento populacional que foi sentido em várias regiões da América portuguesa. Diferentes pessoas vindas do Reino desembarcavam todos os anos na tentativa de “fazer a América”, isto é, pela busca por um enriquecimento que de “fácil” nada tinha, dada as intempéries da vida na colônia. Somava-se também os deslocamentos que havia dentro do próprio território, pois os colonos saíam de regiões de norte a sul da colônia para às Minas Gerais. Nas palavras do padre Antonil, em sua obra de 1711, em Minas podia-se ver pessoas “de toda a casta e de todas as partes, uns de cabedal, e outros vadios”, todos motivados pelo que o jesuíta chamou da “insaciável cobiça” na busca pelos metais.² Mas o trabalho braçal era realizado pelos cativos, sobretudo africanos da Costa da Mina, que eram conhecidos na América portuguesa por “mina”. A escolha não era fortuita. Longe de compreender os cativos como uma massa homogênea de pessoas, o grupo senhorial e os agentes coloniais sabiam diferenciar os africanos entre si, fosse por suas marcas de nação, isto é, as escarificações, ou mesmo pela língua por eles faladas. Esse conhecimento se estendia até o Reino e não ficava restrito à compreensão local, na colônia. Tanto que, como resposta a uma carta de El-Rey na década de 1720, sobre a introdução dos negros de Angola em Minas, o governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro, informou que “os negros minas são os de maior reputação para aquele trabalho, dizendo os mineiros que são os mais fortes e vigorosos”³.

O desejo por esses cativos de “maior reputação” ensejou variados in-

teresses entre os negreiros situados nas principais capitâneas portuárias. Sobretudo de Pernambuco e Bahia, homens e mulheres minas eram deslocados por terra—pelos sertões e caminhos—ou mar—através do comércio de cabotagem em pequenas sumacas⁴—indo em direção ao Rio de Janeiro, mas com destino à Minas Gerais. Esses negociantes trocavam cativos por ouro, muito mais rentável que conceder créditos localmente ou pela troca por produtos perecíveis ofertados pelos senhores de engenho—como as caixas de açúcar. Tanto que segundo relata Antonil, senhores de engenho e lavradores “por falta de negros não possam tratar do açúcar nem do tabaco, como faziam folgadoamente nos tempos passados”⁵. Especificamente sobre Pernambuco também há relatos. Em carta de 19 de setembro de 1726, o capitão-mor do Cabo, Felipe Paes Barreto, pedia a El-Rey para “proibir que se não possam tirar [os cativos] destas capitâneas para as Minas”⁶.

Seja como for, fosse por exagero ou não do padre Antonil e de Felipe Paes Barreto, o fato é que nem todos os cativos vindos da Costa da Mina que desembarcaram no Recife iam para Minas Gerais. Muitos, aliás, permaneceram nos centros urbanos de Pernambuco fazendo todo o tipo de serviço. Caso foi o de Thereza Afonço, personagem deste trabalho. Tudo o que sabemos sobre sua vida está nas informações de seu testamento (1763), inventário (1768) e em alguns processos relativos à herança de seus bens, que como o leitor ou leitora verá, é cheio de meandros. Por isso mesmo as informações são limitadas, cabendo ao historiador a nada fácil tarefa de costurá-las a fim de revelar um cenário mais nítido. A bem da verdade é que, até agora, Thereza é um caso singular na historiografia do Recife colonial, pois sua trajetória, somada ao contexto social, político e econômico do Império português e do comércio de cativos, permite aproximar África e Pernambuco para descortinar a vida de uma africana na diáspora.

Mas Thereza foi exceção à regra. Não eram todos os libertos africanos que conquistavam a ascensão social. Qualquer pesquisador do período colonial sabe que esta sociedade era hierarquizada, e tentava cercar a liberdade e mobilidade da gente negra. Portanto, dentro de suas possibilidades, Thereza conseguiu driblar as barreiras que foram a ela impostas e nos relegou indícios, rastros, sinais de sua experiência e trajetória, demonstrando através de sua agência, suas conquistas, escolhas, gostos e desejos.

“Sou natural da Costa da Mina”: A África de Thereza e o infame comércio

Segundo a indicação fornecida por Thereza em seu testamento, ela informou ser do “gentio da Costa da Mina”. No desenrolar dos processos envolvendo seus bens, seu marido, Antônio Moreira Coelho, informou que sua falecida esposa, assim como ele, eram do “gentio arda da Costa da Mina”, especificando efetivamente a origem do casal. Ao leitor contemporâneo ou àquele não acostumado com as nomenclaturas que classificavam os africanos na sociedade colonial, essas informações podem até passar despercebidas, mas elas são essenciais para dar uma dimensão atlântica ao estudo em questão.⁷ Ora, “arda” assim como arara, arada, ardra, rada, ladano, eram corruptelas que faziam referências ao reino⁸ de Aladá, na África Ocidental, região que os portugueses designavam em suas fontes como a Costa da Mina⁹, dada a localização mais a oeste da feitoria de São Jorge da Mina.

Aladá, até o ano de 1724, era um dos mais importantes reinos da região, detendo o monopólio do comércio local, além de impor submissão aos territórios vizinhos. A história de Aladá e do seu envolvimento no comércio de seres humanos é bem mais documentada a partir de 1670, quando iniciou seu declínio, dado o aumento da venda de pessoas e produtos e a concorrência com comunidades vizinhas pelo monopólio de compra e venda.¹⁰ A razão para isso é que como em fins do século XVII a região foi largamente frequentada por europeus—sobretudo portugueses, holandeses, ingleses e franceses—, há um maior registro e notícias para este recorte. Regra simples da História. No entanto, pesquisas indicam que antes de 1670, Aladá já vendia cativos—juntamente com marfim, conchas e demais produtos— para os portugueses, muito embora o escravizado não fosse parte significativa das trocas locais antes da presença massiva europeia na região na virada dos séculos.¹¹

Mas foi a partir da década de 1670 que Aladá foi perdendo cada vez mais seu nada invejável posto de tratante de escravizados. Um dos reinos que lhes prestava submissão, Ajudá, entrou cada vez mais no comércio que se fazia naquela costa, trocando cativos por armas e demais produtos, como tecido. A localização costeira de Ajudá permitia que os europeus erguessem feitorias em seu litoral. No final do século XVII, houve confrontos abertos entre Aladá e Ajudá, de onde este saiu vitorioso, conquistando sua

independência. No começo do século XVIII, foi a vez do Daomé. Porém, a partir de um processo de expansão deste reino, na década de 1720, houve não apenas a invasão à Aladá em 1724, como também em 1727 em Ajudá. Após 1730, quando finalmente se assentou, o Daomé, além de exercer um controle da região, monopolizou a venda de cativos naquela costa¹².

Destes conflitos, milhares de pessoas feitas prisioneiras foram vendidas como cativas. Portanto, é muito provável que Thereza e seu irmão, Francisco Nunes, tivessem embarcado em navios negreiros luso-brasileiros durante as invasões do Daomé, fosse em 1724 ou nos anos subsequentes, fosse em 1727, se ela e sua família tivessem procurado abrigo em Ajudá. Ainda que não tenha como ter certeza, dada a precariedade das informações, a direção do destino foi Pernambuco.

À época a Praça do Recife era bem arregimentada e enviava embarcações todos os anos, junto com Salvador. Até onde os dados informam, entre 1727 e 1737, cerca de 71 idas foram registradas. Número abaixo das 124 saídas da Bahia, mas ainda assim expressivo, se comparado com a Paraíba (9) e o Rio de Janeiro (1)¹³. Não é novidade que Salvador mantinha uma relação comercial muito mais forte com a Costa da Mina do que qualquer outra capitania. Era o tabaco da Bahia, o refugio (ou de terceira qualidade), que era preterido nas trocas por cativos. Tanto que, em fins da década de 1730, para fechar a carga de ida para a África Ocidental, os negreiros de Pernambuco compravam o tabaco da Bahia para complementar com seu próprio, que vinha da região de Alagoas e Goiânia, fazendo uma carga mista do produto. Mas isso não significa que o tabaco saído do Recife e cultivado nos espaços sob a jurisdição de Pernambuco fosse indesejado. Muito pelo contrário¹⁴. A questão é que, ao que parece, esse tabaco, mesmo o refugio, era adocicado demais se comparado com o exportado por Salvador e cultivado nas áreas do Recôncavo baiano, caindo em desagrado no paladar das pessoas daquela região em África¹⁵.

As 30 primeiras décadas do século XVIII foram momentos áureos no comércio que se desenrolou entre Pernambuco e a Costa da Mina, o que possivelmente resultou num aumento demográfico da população mina na capitania. Ora, segundo as estimativas do Provedor João do Rego Barros, entre 1722 e 1731, cerca de 22.220 escravizados apenas da Costa da Mina desembarcaram no Recife, o que perfaz uma média anual de 2.220 cativos. É bem verdade que uma média anual obscurece o fato que em 1724, ano da queda de Aladá, registra-se a entrada de 2.505 pessoas ou mesmo

que em 1727 e 1728, Rego Barros informou que, respectivamente, 2.684 e 2.803 seres humanos entraram no Recife¹⁶. Mas a média ilustra que esse comércio era em nada minguado. E Thereza certamente fez parte dos números apontados pelo Provedor.

No entanto, a partir de 1730 o cenário começou a mudar. Dado o comércio ilegal que se fazia, tanto de tabaco e principalmente de ouro, a Coroa deu início a uma série de medidas que buscaram cercar a ida de negreiros à Costa da Mina, fosse de Pernambuco como da Bahia. Também estava em questão a diminuição do pagamento dos 10% como tributos aos holandeses em Elmina, pagos, aliás, em tabaco e ouro de Minas Gerais¹⁷. Tais ações régias, como bem informou o conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, tinha o intuito de “evitar a extração do ouro (...) e tabaco fino”, isto é, de primeira qualidade, “que os ditos holandeses se utilizam”¹⁸. Holandeses, sim, mas também ingleses. Pesquisas recentes têm confirmado aquilo que o Lorde Tyrawly observou em 1732: “o ouro que trazem dessa maneira clandestina, em pó ou em barra, é comprado por nossos agentes ingleses”¹⁹. Isso já teria sido antevisto pelo padre Antonil quando escreveu que “a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos e a menor é a que fica em Portugal”²⁰. Segundo o que indicou Gustavo Lopes e Leonardo Marques, o tabaco tinha sim uma porção (ainda que modesta) neste trato na Costa da Mina, mas é no descaminho do ouro que as pesquisas devem se concentrar²¹.

Disto resultou uma série de queixas. Em um documento de 1732, Duarte Sodré Pereira, então governador, lamentava: “quando tomei posse deste governo havia 15 ou 16 embarcações que navegavam para a Costa da Mina (...) e que desta parte não tem mais que cinco”²². É possível que a baixa ida de naus para a compra de cativos ocasionou em não apenas em escassez de mão de obra para compra, como também encarecimento. Em carta de 1741, o governador Henrique Luís Pereira Freire, informou aquilo que mais ou menos pode fazer recordar as palavras de Felipe Paes Barreto. Dizia o governador: “os engenhos vão se perdendo por falta de escravos” e os senhores “não podem pagar pelos pretos que correm por causa do abatimento que se tem tido os açúcares e estar quase extinto o contrato com a Costa da Mina”²³. Ou seja, ainda na década de 1740, a preferência dos negreiros não se dava em abastecer o comércio localmente—certamente por ressentimentos entre a praça e o engenho²⁴—, mas Minas Gerais.

Em maio de 1743, uma missiva enviada pela Coroa informava que as

naus que desejassem comerciar na Costa da Mina deveriam se enquadrar no sistema de giro, isto é, as embarcações—fosse de Pernambuco ou Bahia—deveriam obedecer a um sistema de sorteio para que a ida a África não se desse “com aquela liberdade e desordem, que até agora se tem feito”²⁵. É necessário reiterar: El-Rey não buscava acabar com o comércio com a Costa da Mina, já que era lucrativo apesar dos descaminhos, mas controlar. Ora, diferente de Angola, que tinha em Luanda o centro administrativo daquela região, na Costa da Mina dominava a livre concorrência entre europeus, mas sempre seguindo a lógica local, isto é, africana. Desde o pagamento de tributos aos soberanos, línguas (tradutores), canoieiros até a forma de compra: tudo se dava dentro dos moldes africanos. Portanto, o fato de a Coroa implementar o sistema de giro era uma forma de controlar, do lado de cá, as idas de embarcações e o descaminho de produtos²⁶.

Um maior arrocho foi sentido pelos negreiros de Pernambuco na década de 1750—ainda mais devido ao início da escassez dos metais e pedras preciosas. Em vista das significativas idas e vindas de embarcações, e porque parte do ouro de Minas Gerais era descaminhando para a costa ocidental africana, a Coroa tentou impor proibições variadas com o intuito de diminuir o “resgate” de africanos na Costa da Mina, (re)deslocando-os para a praça de Luanda e, portanto, inserindo-os sob o controle régio. Soma-se também que na década de 1750, além da instalação da Mesa de Inspeção—que regulou os preços de cativos e mercadorias—, a formação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, visou fechar um eixo de comércio que ligavam as Praças de Portugal, Angola, Pernambuco e Paraíba, e inseria os comerciantes no monopólio metropolitano e régio, uma vez que o comércio era feito através das normas da Companhia.

Segundo relatório do governador de Pernambuco, José César de Menezes, entre 1742 e 1759 cerca de 16.189 cativos entraram no porto do Recife. Cifra que apresenta déficits, se compararmos aos anos em que supostamente Thereza tinha desembarcado na capitania, ali por volta da década de 1720. E esta queda é contínua durante a presença da Companhia, pois o governador apresenta um número total de 7.801, entre 1760 e 1777²⁷. A historiografia especializada no comércio negreiro, sobretudo de cunho econômico, crê que os negreiros do Recife perderam o interesse na rota para a Costa da Mina, mantendo-se na rota Recife-Angola mesmo depois do fim da CGPP²⁸. O que não é surpresa, dado a relação comercial estabe-

lecida com Angola e seus portos durante o monopólio. Mas não estamos seguros de tal interpretação. Pelos próprios números do governador, é possível observar que havia entrada de cativos minas no porto do Recife, mesmo sob a atuação da Companhia. Aliás, um mapa dos navios pertencentes a CGPP, de 1777, é claro ao indicar quais embarcações se dedicaram à rota Recife-Costa da Mina²⁹. Somam-se aí os dados de batismos da Igreja do Santíssimo Sacramento da freguesia de Santo Antônio do Recife. Esses dados indicam que durante toda a década de 1790 africanos minas receberam batismo como recém-chegados³⁰. Foi o caso de Joanna adulta do gentio da Costa, batizada em 1790, cativa de Miguel Francisco Cabral. Ou mesmo de Domingas adulta do gentio da Costa, batizada em 1799, escravizada de Francisco Carneiro do Rozário³¹. Portanto, não há perda de interesse, mas diminuição nas idas. Tal discussão extrapola nossos objetivos aqui, mas para entendê-las é necessária uma análise sistemática que lance mão de fontes variadas, indo além das com cunho mais institucional e administrativo.

Passada tal digressão, voltemos ao nosso objetivo. Apesar da diminuição dos minas no Recife, dado o arrefecimento da rota de comércio com a Costa da Mina, homens e mulheres da África Ocidental podiam ser encontrados no Recife atuando em atividades diversas, exercendo práticas religiosas e reconstruindo seus laços muitas das vezes com outros sujeitos vindos da mesma região. Este foi o caso de Thereza no Recife.

“[Me]libertei com o meu dinheiro”: Thereza no Recife

Como consta nas fontes disponíveis, Thereza faleceu em dezembro de 1767 e seu inventário foi aberto em janeiro de 1768. Neste mesmo ano, em abril, desembarcava no Recife o marquês do Lavradio, fazendo uma pausa de 5 dias antes de ir para seu destino: a cidade de Salvador. Já na Bahia escreveu uma carta em julho de 1768 endereçada ao seu tio, o Arcebispo Regeador, onde comentou suas impressões sobre o Recife: “todos os sentidos ali padecem, os olhos sumamente escandalizados, os narizes da mesma forma do fedor insuportável de catinga”. Fez alguns comentários sobre a comida: “as carnes que se comem a maior parte delas são sensaborís-simas, o que cá chamam frutas são insuportáveis”. E sobre a população do Recife, escreveu que era “uma inumerável multidão de negros” e que “foi-me de grandíssimo trabalho o descobrir algum branco”³².

O comentário do marquês do Lavradio vai ao encontro do que mencionamos no início deste trabalho. O boom causado pelos metais e pedras preciosas de Minas Gerais ocasionou um aumento populacional, sobretudo de negros africanos, já que eram eles a principal mão de obra do serviço braçal na colônia. Por isso, como um dos portos mais importantes de desembarque de cativos, o Recife sentiu um aumento considerável da população negra no decorrer do século XVIII. Segundo um mapa populacional da década de 1760, realizado pelo governador Luiz Diogo Lobo da Silva, a população negra (isto é, pretos e pardos) somava 52.516 pessoas, cerca de 58% da população geral da capitania³³.

Ainda pairam algumas dúvidas sobre o local onde Thereza e seu irmão poderia ter desembarcado no Recife. Louis F. de Tollenare, um viajante francês que esteve no Recife nos anos iniciais do século XIX, informou que o desembarque de pessoas se fazia mais ao norte, na região de Santo Amaro³⁴. Lá, os cativos doentes eram encaminhados para o Lazareto— a quarentena—, e em seguida direcionados para o Recife a fim de serem postos à venda. Acontece que tal quarentena só foi criada na virada dos séculos, por D. Tomás de Melo, então governador de Pernambuco, após muitos confrontos com os comerciantes locais. É muito provável que antes os cativos pudessem ser desembarcados na própria vila ou, ainda que desembarcassem em Santo Amaro, eram de imediato encaminhados para venda, sem passar pelo Lazareto—que era inexistente na época do desembarque de Thereza. Em fins da década de 1740, o médico Manoel dos Santos foi taxativo sobre as doenças que tumbeiros disseminavam na vila após a chegada de cativos da África. Dizia que “raríssimas vezes chegam [os cativos] sem achaques contagiosos” e que “não é de admirar terem participado os seus ares muita parte da tal infecção”³⁵. Das informações do médico, sabe-se que o desembarque poderia se dar na vila, pois facilitava o deslocamento dos cativos recém-chegados para os mercados.

Seja como for, Thereza foi encaminhada para a rua da Cruz—atual rua do Bom Jesus, local da primeira Sinagoga das Américas—ou para sua paralela, a rua da Senzala—atual rua Domingos José Martins. Como consta em seu testamento, nessas ruas Thereza foi comprada por um tal de Antônio Afonço, de onde a africana herdou o sobrenome. E todos os indícios nos levam a crer que foi separada do irmão, Francisco Nunes, pois em seu testamento não há informações sobre a escravização de Francisco. É evidente que a lógica comercial não seguia uma lógica familiar e sentimental.

Alojados em armazéns e postos à venda nas ruas ao longo do dia, todos os dias, os africanos eram reificados em mercadoria. Não sabemos o preço de venda da africana, e se estivermos certos de que ela desembarcou no Recife na década de 1720, é ainda mais difícil de quantificar, pois os dados de compra e venda são raros e as estimativas duvidosas, já que os preços variavam por diferentes razões. Apesar disso, uma tentativa de quantificação foi elaborada por Gian Carlo Silva, mas para a segunda metade do século XVIII, tendo como base sobretudo o preço em inventários e demais fontes³⁶.

Mas como Thereza comprou sua alforria? Como já é de amplo conhecimento na historiografia, as africanas da Costa da Mina foram as que mais conseguiram deixar testamentos e bens a serem inventariados dentre a população africana liberta³⁷. Esses bens eram conquistados pelos ganhos diários de suas atividades nos centros urbanos. Há razões para supormos que Thereza trabalhava ao ganho, ou seja, tinha um pequeno negócio, talvez ambulante ou em alguma esquina ao ar livre, pois não há nenhum indício que possuía uma tenda aberta. Trabalhou no ramo de alimentos, talvez vendendo pães e bolos de milho e quiçá com acompanhamentos, como peixes e outros mariscos que poderiam ser vendidos a ela por africanos como José calabar que era pescador e escravizado de Manoel Correia Leal³⁸. Essas hipóteses não são arbitrárias, pois em seu inventário, na listagem de bens, há um canjirão e sete medidores de pão, uma pedra de moer milho com banco, tachos pequenos, além de oito alqueires de milho, estes avaliados em \$800 cada³⁹. Certamente, das andanças pelo Recife através do trabalho ao ganho Thereza conhecia Joaquim calabar e João xambá⁴⁰, ambos canoeiros que faziam o serviço de idas e vindas de Recife a Olinda. Também poderia conhecer Francisco Mina que trabalhava como barbeiro e sangrador, ofícios que eram populares entre africanos e seus descendentes⁴¹. Ou mesmo ter algum contato com Germana nagô, que trabalhava no serviço do sobrado de José Vaz Salgado, ou mesmo com Nazaria nagô e Joanna arda, ambas ganhadeiras, também cativas deste riquíssimo comerciante⁴².

A comunidade mina, como se vê pelos nomes e nações citados acima, era diversa. Havia, além dos citados (nagô, calabar, mina, xambá), sava-lus, dagomes e, como Thereza e seus esposo e irmão, ardas. Todas essas nações faziam referências à locais na Costa da Mina, fossem mais ao litoral como também território adentro, de oeste a leste. Portanto, todos

compartilhavam uma série de práticas culturais, como a língua ou religião, além de organizações sociais, rixas e/ou afinidades. Por exemplo, em uma carta de 1780 do conde de Povolide, que foi governador de Pernambuco, a Martinho de Melo e Castro, Secretário do Ultramar, sobre práticas africanas no Recife, há uma denúncia de repressão que foi realizada contra uma casa de culto de africanos da Costa da Mina. Confessava que no Recife os pretos eram divididos em nações e que cada nação possuía costumes próprios, mas que os agentes coloniais deveriam ficar atento aos de nação da Costa da Mina, pois à escondidas eles adoravam bodes e ídolos⁴³. Em Pernambuco, e na América portuguesa, essas pessoas viviam sob uma identidade que lhes eram atribuídas pelos colonos. Mas sem deixar de imputar novo significado que era construído na prática cotidiana. Portanto, longe da homogeneidade mina que a sociedade colonial impunha, eles eram mina-arda, mina-nagô, mina-savalu. Possuíam fronteiras étnicas que eram construídas no contato do dia a dia, no desenrolar das relações sociais⁴⁴.

Portanto, é muito provável que dos seus negócios ao ganho pelo Recife, Thereza tivesse comprado sua liberdade. Consta em seu testamento, que sua alforria foi onerosa, ou seja, custou-lhe dinheiro e que ela havia comprado de seu senhor, o tal Antônio Afonço. Dizia “[me] libertei com meu dinheiro como consta da minha carta de liberdade em meu poder”⁴⁵. A menção “meu dinheiro” é interessante pois destaca sua agência em conquistar sua liberdade. Disto se apreende que Thereza não havia tomado empréstimo ou auxílio, já que não havia mencionado, mas a alforria teria sido fruto de seu trabalho. Não sabemos quando a compra aconteceu, pois Thereza não informou. No entanto, o que sabemos por este documento de 1763 é que, além da liberdade, a africana era proprietária de bens variados (cadeados de ouro, botões grandes de ouro lavrado, relicário de ouro, uma volta de cordão fino de pescoço, xícaras, copos, pratos de guardanapo de Veneza, tecidos da Costa, entre outros) e de cativas⁴⁶.

O debate a propósito dos libertos possuírem escravizados gera polêmicas no senso comum, mas já possui contornos bem claros para os especialistas no assunto. A sociedade colonial era escravista, isto é, era baseada—em diversos níveis e setores—no trabalho do escravizado e sua manutenção era garantida de diferentes maneiras: desde a constante entrada de novas pessoas até às práticas de reprodução natural, com estímulos senhoriais aqui e acolá. Portanto, possuir escravizado, ou seja, ser

proprietário—e aqui estamos fazendo alusão ao sentido simbólico, pois demonstra a ascensão do sujeito na escala social—, era um *status* almejado por pessoas das diferentes camadas sociais, mas ter o poder de compra, era para poucos. Porém, se do lado de cá, da América portuguesa, havia não só a prática de possuir escravos, mas todo um complexo simbólico que dava legitimidade a esta ação, do lado africano não podemos ignorar os sistemas de *pawnship*. Em diversas partes da África, *pawnship* eram as formas de servidão erroneamente entendidas pelos europeus como escravidão. Neste sistema os sujeitos tanto poderiam ter sua submissão prolongada—incluindo também seus descendentes que eram incorporados à família do chefe, quando não eram filhos dele próprio, no caso das mulheres prisioneiras que se tornavam esposas ou concubinas—, como terem uma submissão mais curta, por um período quiçá acordado entre ambas as partes⁴⁷. Mas o que é digno de nota nesta discussão é que a submissão de um ser humano por outro não era estranha aos africanos. Certamente, como indicou Daniele dos Santos Souza, ao tornarem-se proprietários, os libertos “assimilavam minimamente os valores da sociedade escravista”⁴⁸, dada a inserção nesta sociedade. No entanto, deve-se considerar que a leitura que os africanos faziam da escravidão na América portuguesa possivelmente passava pela interpretação da *pawnship*, mas certamente adaptada ao contexto da sociedade colonial.

Voltemos a Thereza e suas escravizadas. Em seu testamento de 1763, a africana informou que possuía duas cativas: Anna e Maria José⁴⁹. Há duas coisas dignas de nota: a primeira é que ambas as escravizadas eram da Costa da Mina, como sua proprietária. É muito provável que tal escolha não fosse fortuita e que Thereza tivesse comprado cativas da mesma nação que a sua para promover uma manutenção—ainda que em escala doméstica—de práticas da África Ocidental, como formas de comunicação, crenças e/ou costumes a fim de reafirmá-los no dia a dia. Nada arbitrário também foi o fato de serem mulheres e não homens. De fato, a mulher escravizada era cotada abaixo do valor do homem no mercado, o que poderia ser um atrativo para grande parte das pessoas desejosas de comprarem cativos. Além disso, para uma mulher que vivia de sua própria agência, a compra de um homem poderia apresentar riscos, pois nada garantia que este homem fosse prestar submissão, dada as lógicas das diferenças sexuais. No entanto, no caso de uma mulher africana que vivia do ganho, a compra de escravizadas significava ajuda na mão de obra dirária.

Sheila de Castro Faria sugeriu que tais escolhas tinham origens egressas e baseadas em uma divisão sexual do trabalho, onde mulheres trabalhavam lado a lado com outras mulheres, e que esta prática foi implementada por essas africanas⁵⁰. Um relato do início do século XVII, do holandês Pieter de Marees, confirma a hipótese de Faria. Ao escrever sobre as mulheres da Costa da Mina, chamou-lhes de “negociantes ávidas” que andavam em grupos femininos para vender seus produtos no mercado, “caminhando 5, e algumas delas 6 milhas” de suas casas até o litoral, onde havia o intenso comércio⁵¹.

A segunda questão digna de nota é que Thereza libertou suas cativas, ainda que de forma condicional. A alforria condicional era uma das formas de garantia de liberdade, mas diferente da onerosa ou gratuita, o escravizado ficava condicionado a conquistar a carta mediante condição estipulada pelo proprietário. Era muito comum que senhores e senhoras, em testamento, informassem as condições, variando entre a completa liberdade após a morte do proprietário ou mediante pagamento a algum parente vivo, testamentário ou inventariante. No caso em questão, tanto Anna como Maria José estavam em cativeiro até a morte de Thereza e, em seguida, deveria pagar a soma de 40\$000 ao seu irmão, Francisco Nunes, e a segunda 400 réis semanais a Francisco Lessa. Mas o curioso é que para Anna, Thereza deixou instrumentos de trabalho (o tacho, a pedra de moer milho e o banco, o tapo de cobre...). Certamente tal ação tinha o intuito de contribuir não apenas para a libertação mais rápida de sua cativa—como de fato aconteceu, pois já aparece como liberta em 1775—, mas também para auxiliar quando Anna fosse uma mulher forra e tivesse que viver sobre si. Mas por que apenas para Anna? Infelizmente não há uma resposta concreta para esta pergunta. Supomos que fosse porque ambas, Anna e Thereza, tivessem desenvolvido uma relação mais forte, talvez até mais antiga.

Também em 1763, Thereza confessou que não possuía herdeiros, sendo assim, parte dos seus bens foram distribuídos, para além da sua cativa Anna, entre seu irmão, sua sobrinha (uma crioula cativa de nome Vicência), o capitão Antônio Francisco Lessa—um homem branco—e a Igreja de Nossa Senhora dos Homens Pretos. Porém, entre a elaboração de seu testamento e o ano de seu falecimento, em 1767, Thereza relacionou-se com Antônio Moreira Coelho, um africano da Costa da Mina, como boa parte das personagens deste trabalho. Não sabemos quando e como se conhe-

ceram, talvez tenha sido na urbe ou nas idas à Igreja. Moreira Coelho ganhava a vida vendendo garapas e aguardente, ali na rua da Senzala. Que paradoxo! O local deveria ser movimentado, já que cativos eram postos à venda ali todos os dias. Seus clientes poderiam ter sido as pessoas responsáveis pela sua vinda ao Recife, como negociantes e a tripulação. Também na rua da Senzala, talvez em momentos de menor movimentação, ensinava aos seus aprendizes a tocar flautas, trompas e timbaldes. Moreira Coelho era um mestre, sendo contratado, não apenas para ensinar, mas também tocar em festividades⁵².

Consta-se que em maio de 1767, casaram-se Thereza Afonço e Antônio Moreira Coelho e que, sete meses após o casamento, em dezembro, a africana falecia, deixando Moreira Coelho viúvo. Ao que tudo indica, Thereza faleceu no dia quinze, sendo assim, nos demais dias o africano fez toda preparação para o velório. Conforme recibo do funeral, Moreira Coelho e Francisco Lessa gastaram com hábitos de São Francisco, tafetá e fitas pretas, um par de sapatos e demais itens⁵³, além do que fora pedido pela africana, quando em 1763 elaborou seu testamento: que fosse acompanhada pelas irmandades que fazia parte: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santo Antônio de Cartagerona, Jesus Maria José, Santo Elesbão, Santa Ifigênia e Santo Rei Baltazar. Também pedia Thereza que se fossem rezadas missas, 50 ao todo, 25 na matriz do Corpo Santo e 25 na Igreja do Rosário dos Homens Pretos, o que demonstra o prestígio social que a africana possuía dentro da comunidade negra⁵⁴.

No ano seguinte, em janeiro de 1768, Moreira Coelho deu entrada no processo de inventariação dos bens de sua falecida esposa. Tudo parecia correr bem até o ano seguinte, de 1769. Ao que tudo indica, houve problemas na partilha dos bens, pois como marido que foi da africana não desejava ceder, já que era herdeiro universal, dado o casamento. Acrescentava-se que o africano se negava a pagar uma dívida de 70\$000 de Thereza com tal Francisco Lessa, pois em seu entendimento informava “não dever coisa alguma”⁵⁵. Nada sabemos sobre este senhor Lessa, mas parece que era muito próximo de Thereza, pois não só Francisco Nunes, o irmão, ficou como testamenteiro, como também Francisco Lessa. Aliás, no processo que se desenvolve, uma testemunha relata que ambos, Thereza e Lessa, possuíam negócios pelo Recife. Negócios estes não revelados em nenhum canto dos processos. Se supõe que seriam negociações que envolvesse o universo do comércio, do ganho, ao qual certamente Thereza fazia parte.

Mas os imbróglis não param por aí. Devemos lembrar que no testamento de 1763, Thereza declarou não possuir herdeiros, além de definir o destino de seus bens. Também informou que o documento era definitivo, pois “revoga outro qualquer testamento”. Além disso, informou que era solteira. E realmente era à época. Mas quando se casou em 1767, a africana, dentre os sete meses que viveu com Moreira Coelho como casados, não alterou—não pôde ou não quis alterar—seu testamento em tempo, o que colocava qualquer outra pessoa fora da partilha e destino dos bens. Em vista de tal situação, Moreira Coelho teve de provar que havia se casado *in face ecclesia*, isto é, na Igreja, e para tal recorreu ao assento de casamento—e foi daí que se descobriu que ambos eram ardas da Costa da Mina⁵⁶. Nos rumos dos processos e definição de Antônio Moreira Coelho como herdeiro universal—excluindo-se Francisco Lessa—, testemunhas foram ouvidas a fim de se saber se, apesar de casados, os africanos faziam “vida marital”.

Suspeitamos que Thereza não quis alterar seu testamento. Sheila Faria, para os casos que analisou de São João del Rey e do Rio de Janeiro, informou que parte das africanas minas que deixaram testamento não quiseram se casar—e daí suas famílias eram compostas por suas cativas e os filhos destas—e algumas casadas não deixaram bens para os maridos. A hipótese levantada por Faria é que essas mulheres “tentaram preservar seus bens em relação a seus maridos”⁵⁷, talvez por receio de que todo o esforço de uma vida não tivesse uma boa administração. E há relações com o caso de Thereza no Recife. O relato de uma das testemunhas é revelador, pois segundo seu conhecimento, Thereza casou-se com Moreira Coelho porque “fazia gosto (...) ainda que lhe comesse toda fazenda”⁵⁸, isto é, o africano se utilizava dos bens e dinheiro de Thereza. Mas é curioso que mesmo assim, sabendo das práticas de Moreira Coelho, a africana aceitou o matrimônio, talvez porque de fato sentisse algo por ele e tivesse desistido de viver como mulher solteira, já que possuía entre seus 50 ou 60 anos de idade, segundo informou o Antônio Moreira Coelho.

Mas estas informações se descobriram falsas. De fato, o casamento aconteceu conforme o assento eclesiástico, mas a idade da africana—que deveria ter entre 40 e 50 anos, pois consta-se da fala de diferentes testemunhas que Thereza tinha “seu costumado nas luas”⁵⁹, isto é, ainda menstruava—, quando se casou, foi informada falsa de propósito por Moreira Coelho. Isto porque, ao que parece e em conformidade com a lei No-

víssima de 1769—de Sebastião José de Carvalho e Castro, o futuro marquês de Pombal⁶⁰—, uma mulher quinquagenária, sem filhos, que tomasse casamento, os bens deveriam ser repassados aos indivíduos que fossem herdeiros mais próximos e, embora o testamento de 1763 não nomeasse Moreira Coelho, ele havia se casado com a africana. Sendo assim, seria um herdeiro universal de seus bens, anulando Francisco Lessa como testamenteiro.

Descobrimos a falsidade do relato de Moreira Coelho e de algumas de suas testemunhas, tanto com relação a idade da africana quando se casou quanto sobre outras questões, acordou-se que deveria haver a partilha dos bens com o testamenteiro original, Francisco Lessa. Fosse tomado por alguma noção de injustiça da Justiça colonial, fosse por desgosto, Moreira Coelho negou-se a partilhar os bens com o capitão Lessa, sendo preso em maio de 1777⁶¹. Na casa do africano foram encontrados os relicários, botões e ouro, mesa e outros bens, inclusive os que deveriam se doados, conforme testamento de Thereza. Esses bens foram entregues a Francisco Lessa e se realizou um novo inventário.

Até o momento não sabemos mais nada sobre as pessoas que inter cruzaram a vida de Thereza e que aparecem nomeadas no testamento e nos processos—como seu irmão, sobrinha, as escravizadas etc.—o que impõe limites à interpretação. Além disso, todas as informações que dispomos se restringem a um conjunto de questões que estão em órbita de seus bens, de seu testamento. Somam-se a isso, as escassas informações que estão dispostas nos documentos em questão. Sabemos que inventários e testamentos são documentos em que possuíam funções bem circunscritas: preparar para o além vida. Portanto, não são memórias, onde o autor discorre sobre sua trajetória. Mesmo assim, percebe-se que ainda há lacunas que precisam ser sanadas, dado os limites do que é dito.

Mas seja como for, as informações extraídas sobre a trajetória de Thereza são importantíssimas para se pensar aspectos sobre a trajetória de libertos africanos, pois toca em pontos fundamentais sobre a vida das diversas pessoas que estiveram na América portuguesa, como: desembarque, conquista de alforria, trabalho, religiosidade, redes de relacionamentos. E comprova que a vida de um africano—fossem homens ou mulheres—na colônia ia muito além de uma trajetória marcada pelas dores do cativeiro. Mas muito ainda precisa ser feito, muito precisa ser analisado, não apenas no que tange a vida de Thereza e de sua rede, como também de outros

libertos, sobretudo no Recife, lugar onde a historiografia tanto nacional como estrangeira já definiu como um dos mais importantes portos de desembarques da América portuguesa⁶².

“Eu, Thereza Afonço”: considerações finais

Não há como fazer uma história da escravidão africana e de seus descendentes na América portuguesa sem olhar para África. Isso porque não apenas significados mais diretos (como as nações e práticas variadas) exigem do historiador tal aproximação, como também indícios menos claros. A trajetória de Thereza deixa isso bem claro. Desde a sua nação que faz referência à região da Costa da Mina, até seus relacionamentos com pessoas da comunidade mina, como suas escravizadas e seu marido. Certamente tais escolhas estiveram orientadas para a manutenção de práticas da Costa da Mina, como o exercício da língua ou mesmo crenças e formas de organização, ainda que em um agrupamento de tipo doméstico. Além disso, não podemos desvincular a vida dessas pessoas do infame comércio que se fazia entre as costas do Atlântico, já que era por meio dele que seres humanos desembarcavam todos os anos. Estudar os africanos na diáspora exige o esforço de se compreender o que se passava em ambos os lados do Atlântico. Dessa forma, comércio e trajetórias individuais e/ou coletivas se tornam faces de uma mesma moeda, por pelo menos duas razões: a) reforça que os africanos possuíam uma vida egressa antes do cativeiro na América; b) foi o comércio o principal estímulo para entrada de novas pessoas, o que modelava e remodelava social e culturalmente grupos heterogêneos compostos por homens e mulheres. Além disso, humanizam-se os números.

Uma outra questão é estudar de forma mais pormenorizada os africanos (sejam eles escravizados ou libertos), como um grupo social com suas particularidades próprias. O historiador Russel-Wood, em um clássico estudo intitulado *Através de um prisma africano*, já tinha alertado que os historiadores sobre escravidão devem dar atenção equivalente aos componentes africanos e americanos se quiserem fazer uma história da diáspora africana não homogeneizante, a fim de capturar a pluralidade dos sujeitos e de suas ações e movimentos na sociedade colonial⁶³. É o que esperamos ter feito aqui.

Notas

1. Doutorando em História pela UFPE e mestre em História Social pela UFRPE. ID Lattes: 0225971761449629. ORCID: 0000-0001-5932-5975. E-mail: filipemarinho@gmail.com. Agradeço aos comentários críticos de Suely Almeida, Gian Silva e Valéria Costa e pelas intervenções no encontro Escravidão e Liberdade (maio, 2021). Esta pesquisa foi financiada pela FACEPE.
2. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas minas*. Brasília: Senado Federal, 2011, p. 265.
3. Parecer do Conselho Ultramarino de 18 de setembro de 1728, *DH*, 94 (1951), p. 28–30.
4. Tipo de embarcação. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A cabotagem no Nordeste oriental: Um Imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Ed. 34, 2002
5. ANTONIL, André João. *Op. Cit.*, p. 266.
6. Carta de 19 de setembro de 1726 do capitão-mor do Cabo de Santo Agostinho, Felipe Paes Barreto, ao rei D. João V, *AHU-Pernambuco*, cx. 34, d. 3159.
7. Cf. GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. *The American Historical Review*, Oxford, v. 111, n. 3, p. 741–757, 2006, p. 741–757.
8. “Reino” assim como “Estado” serão utilizados aqui apenas com intuito de aproximar o leitor da discussão. No entanto, é necessário destacar que tais termos fazem referência às formas de organização europeias e, portanto, ao modo como os europeus, com base em suas organizações, enxergava as sociedades africanas. É muito provável que essas pessoas não se vissem como pertencentes a um Reino ou Estado, ou que o soberano local fosse um Rei, como o sentido moderno lhes atribui.
9. Atualmente corresponde ao território que engloba os países Gana, Togo, Benim e parte oeste da Nigéria.
10. LAW, Robin. The Slave Trade in Seventeenth Century Allada: a revision. *African Economic History*, n. 22, 1994, p. 60–61.
11. AKINJOBHIN, I. A. *Dahomey and his neighbors, 1708–1818*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967, p. 18.
12. Cf. MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *De Reino Traficante a Povo Traficado: a diáspora dos courás do Golfo do Benim para as minas de ouro da América portuguesa (1715–1760)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
13. VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos, do século XVII ao XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 774.
14. Cf. LOPES, Gustavo Acioli. *A Fênix e o Atlântico: a capitania de Pernambuco e a economia-mundo europeia (1654–1750)*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 119–155.

15. Ofício de 29 de agosto de 1741 do governador de Pernambuco, *AHU-Pernambuco*, cx. 57, d. 4899.
16. Carta de 16 de janeiro de 1732 do Provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, *AHU-Pernambuco*, cx. 42, d. 3786.
17. Cf. MELO, Filipe Matheus Marinho de. “Que negros somos nós?”: africanos no Recife, século XVIII. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – UFRPE, Recife, p. 60–61.
18. Carta de 23 de abril de 1732 dos oficiais da câmara do Recife, *AHU-Pernambuco*, cx. 43, d. 3860.
19. BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415–1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 351.
20. ANTONIL, André João. *Op. Cit.*, p. 265–266.
21. Cf. LOPES, Gustavo Acioli; MARQUES, Leonardo. O outro lado da moeda: estimativas e impactos do ouro no Brasil no tráfico transatlântico de escravos (Costa da Mina, c. 1700–1750). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 37, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2019.37.2.15>>
22. Ver anexos da carta de 23 de abril de 1732 dos oficiais da câmara do Recife, *AHU-Pernambuco*, cx. 43, d. 3860.
23. Ofício de 29 de agosto de 1741 do governador de Pernambuco, *AHU-Pernambuco*, cx. 57, d. 4899.
24. Estamos nos referindo aos conflitos entre mascates e mazombos. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, 1666–1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003
25. Informação geral da capitania de Pernambuco em 1749, *ABNRJ*, 28, 1908, p. 203–204.
26. Cf. VERGER, Pierre. *Op. Cit.*, 2021; SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e EdUERJ, 2004; MELO, Filipe Matheus Marinho de. *Op. Cit.*, 2021.
27. Ofício de 13 de julho de 1778 do governador de Pernambuco, *AHU-Pernambuco*, cx. 130, d. 9823.
28. Cf. LOPES, Gustavo Acioli. *Op. Cit.*, 2018.
29. Lista dos navios que a Companhia Geral Pernambuco e Paraíba possui, *AHU-Pernambuco*, cx. 126, d. 9604.
30. Cf. MELO, Filipe Matheus Marinho de. *Op. Cit.*, 2021.
31. AIMSSAR. *Livro de Batismo 1*, f. 86V; *Livro de Batismo 4*, f. 119V.
32. LAVRADIO, Marquês do. *Cartas da Bahia (1768–1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972, p. 33–34.
33. Mapas Estatísticos de Pernambuco, *BNRJ*, 1762–1763.

34. TOLLENARE, L. F. de. *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Recife: EDUPE, 2011, p. 128.
35. SANTOS, Manoel dos. *Calamidades de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 1987, p. 12.
36. Cf. SILVA, Gian Carlo. A presença africana em Pernambuco: aspectos sobre escravidão, família e sociedade no período colonial—séculos XVI ao XIX. *Revista Ultramares*, v. 1, n. 3, 2013.
37. Cf. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades de Rio de Janeiro e São João Del Rey (1700–1850)*. Tese (professor titular). Niterói, UFF: 2004.
38. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Manoel Correia Leal (1756).
39. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 17–18.
40. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de José Vaz Salgado (1759).
41. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 93–94.
42. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de José Vaz Salgado (1759). Sobre José Vaz Salgado, ver: SOUZA, George Cabral de. *Tratos & Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654– c.1759)*. 2. ed. Recife: UFPE, 2020.
43. Cf. MELO, Filipe Matheus Marinho de. Uma preta mina, um altar e seus ídolos: o comércio com a Costa da Mina e religiosidade da antiga Costa dos Escravos em Pernambuco, século XVIII. *Revista da ABPN*, v. 12, ed. Especial, ago. 2020.
44. Cf. BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
45. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 7. Grifo nosso.
46. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 13–20.
47. Para diferentes formas de *pawnship* na África, ver: LOVEJOY, Paul; FALOLA, Toyin (Org.). *Pawnship, Slavery, and Colonialism in Africa*. Trenton: Africa World Press, 2003.
48. SOUZA, Daniele dos Santos. *Tráfico, escravidão e liberdade na Bahia nos “anos de ouro” do comércio negreiro (c. 1680–c. 1790)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador
49. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 6.
50. FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras: as pretas-minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850). In: SOARES, Mariza de Carvalho (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da baía do Benim ao Rio de Janeiro*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2007, p. 119.
51. MAREES, Pieter de. Descrição e relato histórico do Reino do Ouro e da Guiné. In: SILVA, Alberto da Costa e. *Imagens da África: da antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Penguin, 2012, p. 170.

52. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 131.
53. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 25.
54. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 6.
55. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 31.
56. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 29; 34–35.
57. FARIA, Sheila de Castro. *Op. Cit.*, p. 115.
58. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 110.
59. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 152.
60. Lei de 9 de setembro de 1769. *Additamentos Ordenações Filipinas*, Livro 4, p. 1061. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4pa1061.htm>>, acesso em dez. de 2021.
61. IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768), fl. 166.167.
62. Cf. SILVA, Daniel Domingues; ELTIS, David. *The Slave Trade to Pernambuco, 1561–1851*. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. [S.l.]: Yale University Press, 2008; ALMEIDA, Suely Cordeiro. *Rotas atlânticas: o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina (c. 1724–c. 1752)*. *História*, São Paulo, v. 37, 2018.
63. Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial: Histórias do Atlântico português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 269–270.

Fontes

- IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Manoel Correia Leal (1756).
- IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de Thereza Afonço (1768).
- IAHGP, Fundo Orlando Cavalcanti, inventário de José Vaz Salgado (1759).
- AHU-Pernambuco, cx. 34, d. 3159.
- AHU-Pernambuco, cx. 57, d. 4899.
- AHU-Pernambuco, cx. 43, d. 3860.
- AHU-Pernambuco, cx. 130, d. 9823.
- AHU-Pernambuco, cx. 126, d. 9604.
- AIMSSAR. *Livro de Batismo 1*.
_____. *Livro de Batismo 4*.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas minas*. Brasília: Senado Federal, 2011.
- INFORMAÇÃO geral da capitania de Pernambuco em 1749. [S.l.]: ABN RJ, 1908.

- LAVRADIO, Marquês do. *Cartas da Bahia (1768–1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972.
- MAREES, Pieter de. Descrição e relato histórico do Reino do Ouro e da Guiné. In: SILVA, Alberto da Costa e. *Imagens da África: da antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Penguin, 2012.
- SANTOS, Manoel dos. *Calamidades de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 1987.
- TOLLENARE, L. F. de. *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Recife: EDUPE, 2011.

Referências

- AKINJOBHIN, I. A. *Dahomey and his neighbors, 1708–1818*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.
- ALMEIDA, Suely Cordeiro. Rotas atlânticas: o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina (c. 1724–c. 1752). *História*, São Paulo, v. 37, 2018.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415–1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras: as pretas-minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850). In: SOARES, Mariza de Carvalho (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da baía do Benim ao Rio de Janeiro*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2007.
- GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. *The American Historical Review*, Oxford, v. 111, n. 3, p. 741–757, 2006.
- LAW, Robin. The Slave Trade in Seventeenth Century Allada: a revision. *African Economic History*, n. 22, 1994.
- LOPES, Gustavo Acioli. *A Fênix e o Atlântico: a capitania de Pernambuco e a economia-mundo europeia (1654–1750)*. São Paulo: Alameda, 2018.
- LOPES, Gustavo Acioli; MARQUES, Leonardo. O outro lado da moeda: estimativas e impactos do ouro no Brasil no tráfico transatlântico de escravos (Costa da Mina, c. 1700–1750). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 37, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2019.37.2.15>>.
- LOVEJOY, Paul; FALOLA, Toyin (Org.). *Pawnship, Slavery, and Colonialism in Africa*. Trenton: Africa World Press, 2003.
- MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *De Reino Traficante a Povo Traficado: a diáspora dos courás do Golfo do Benim para as minas de ouro da América portuguesa (1715–1760)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A cabotagem no Nordeste oriental: Um Imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, 1666–1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MELO, Filipe Matheus Marinho de. “Que negros somos nós?”: africanos no Recife, século XVIII. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – UFRPE, Recife.
- _____. Uma preta mina, um altar e seus ídolos: o comércio com a Costa da Mina e religiosidade da antiga Costa dos Escravos em Pernambuco, século XVIII. *Revista da ABPN*, v. 12, ed. Especial, ago. 2020.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial: Histórias do Atlântico português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- _____. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e EDUERJ, 2004.
- SILVA, Daniel Domingues; ELTIS, David. The Slave Trade to Pernambuco, 1561–1851. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. [S.l.]: Yale University Press, 2008.
- SILVA, Gian Carlo. A presença africana em Pernambuco: aspectos sobre escravidão, família e sociedade no período colonial—séculos XVI ao XIX. *Revista Ultramares*, v. 1, n. 3, 2013.
- SOUZA, Daniele dos Santos. *Tráfico, escravidão e liberdade na Bahia nos “anos de ouro” do comércio negreiro (c. 1680–c. 1790)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SOUZA, George Cabral de. *Tratos & Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654–c.1759)*. 2. ed. Recife: UFPE, 2020.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos, do século XVII ao XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Escravidão indígena

Violência e o mundo do trabalho

George Marx¹ João Francisco de Moraes Junior²

Introdução

A narrativa comumente associada ao destino dos povos indígenas durante o processo da colonização, especificamente, e também durante todo o decurso da História do Brasil, de modo mais geral, é intrinsecamente marcado por um processo de apagamento histórico que propiciou e legitimou a exploração, a morte e a segregação desses povos que até hoje sofrem preconceito e violências estruturais e corriqueiras. Essa narrativa construiu no imaginário social a imagem do “Índio” indolente, primitivo e ingênuo que assistiu de forma passiva e submissa a colonização.³ Essa imagem do passado colonial se deve principalmente às cores com as quais a literatura nacional se valeu na composição do típico indígena durante o pós-independência.⁴ Se omitiu a pluralidade das identidades no termo singular e na natureza genérica da denominação. O papel dessas populações na constituição nacional⁵ foi em muito encoberta ou soterrada pela história, mas principalmente seu lugar de mão-de-obra escrava, o processo de escravização e as relações no cárcere. Os índios “pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que se serviam deles conforme seus interesses” (ALMEIDA, 2010, p. 13). Na literatura a derrocada é maior, basta recordar que “Peri é, literal e voluntariamente, escravo de Ceci, a quem venera como sua Iara, ‘senhora’, e vassalo fidelíssimo de dom Antônio” (BOSI, 1992, p. 177).

A distorção discursiva normalmente difundida sobre a questão fez crer, quando muito, que em determinado ponto da história da relação europeus-indígenas a escravização desses indivíduos deixou de acontecer. São nes-

ses termos extremamente nebulosos e imprecisos que, durante muito tempo, se resumiu e comentou o assunto da mão de obra indígena escrava no imaginário social. Disso decorreu uma porção de narrativas adjuntas: a natureza preguiçosa dos nativos, inaptos ao trabalho; a inconstância desses indivíduos que dificultava a sociabilidade deles; a fuga, possibilita pelo conhecimento das matas. Elidido por essas explicações, a sistemática exploração das populações autóctones do Brasil no período colonial passa como se nada ou muito pouco fosse e seu tamanho, forma e violência são obliterados do debate quando se assoma a dinâmica colonial o também bárbaro e macabro tráfico de negros escravizados trazidos de África para as colônias do Império português.

Reapresentada pela Nova História indígena como um profícuo tema para análise e entendimento das relações coloniais, a escravidão indígena passou despercebida por boa parte da historiografia brasileira, configurando quando muito uma ausência soturna nos quadros da formação social do país. A nova forma de olhar para as temáticas indígenas promoveu, nas palavras de Almir Diniz de Carvalho Júnior, “uma leitura mais cuidadosa das fontes demonstrando que o protagonismo dos conquistadores deveria dividir espaço com uma persistente agência ameríndia” (2013, p. 73).⁶

Partindo das concepções de *etnogenese*⁷ e levando em consideração a duração e a forma peculiar da escravização indígena, construir-se-á nos próximos tópicos uma breve elaboração da questão revisitando os precursores da nova história indígena tendo como itinerário a problematização do lugar e da identidade indígena no ambiente escravista da colônia.

Contextualização

A respeito da relação do sistema colonial com a escravização de indivíduos é perceptível a relação íntima e mútua que se constituiu nas colônias portuguesas, chegando a tal ponto que sem esforço se pode dizer que são indissociáveis um do outro. Dir-se-ia, por conseguinte, que a utilização de mão de obra escrava é um sistema hegemônico em todo o período colonial. A mão de obra escrava aparece como abstrato de uma prática real com formas e tipos bem diferentes. A mão-de-obra escrava indígena possui, nas práticas e no discurso da época, uma enorme distância em relação à africana. Além disso, se propalou também que essa era hegemônica em

relação àquela, ou pelo menos que a preferência dos colonos e do sistema colonial favorecia em toda parte e durante toda a história de forma homogênea o uso da força de trabalho de escravizados traficados da África para a América portuguesa.

A pesquisa documental conduzida por historiadores fez ver uma distribuição social desse fenômeno radicalmente contrária à tese da homogeneidade da exploração da mão de obra escrava negra. Um dos primeiros a realocar a questão foi John Monteiro que em *Os Negros da Terra* (1994) analisa densamente a questão⁸. Nesse sentido, ao analisar o caso de São Paulo fica patente que "Certamente mais interessada no desenvolvimento da Colônia do que na liberdade dos índios, a Coroa portuguesa acabou consentindo tacitamente com a existência da escravidão indígena em São Paulo" (MONTEIRO, 1994, p. 136)⁹. Ainda no caso paulista é ressaltado pelo autor os vários casos em que os colonos cobram à administração dos indígenas cativos¹⁰ e ressaltando que "sem o trabalho indígena, a existência de São Paulo teria pouco sentido no contexto colonial" (*Ibidem*. p. 135).

Dessa forma, levando em consideração a análise de John M. Monteiro, é possível perceber uma demanda social pelo uso da mão de obra indígena e que sua existência não só sobreviveu a inserção na sociedade e no trabalho dos escravizados do tráfico negreiro como prosseguiu com certa folga de forma paralela à essa última.

**

Vale ressaltar que entre 1655 e 1663, no Estado do Maranhão e Grão Pará, os jesuítas se tornaram responsáveis pela administração das aldeias, por determinação da Coroa portuguesa, com esta responsabilidade veio também o comando sobre a repartição dos indígenas. Esta legislação teve fim após as revoltas contra os jesuítas nas cidades de São Luís e Belém, essas desembocaram na expulsão dos jesuítas em 1661 e com a revogação do regimento em 1663. Em 1680 o contexto havia mudado, a Coroa então determinava a liberdade total dos indígenas por meio de várias leis, além de reempossar a Companhia de Jesus no ofício de administração dos descimentos, aldeamentos e evangelização dos índios. As leis também descreviam a forma como se daria a repartição de índios aos colonos e como seria usada a mão-de-obra indígena livre, desta forma, um terço dos índios ficariam disponíveis ao trabalho com os moradores, um terço permaneceria nas comunidades indígenas e um terço ficaria ao serviço dos jesuítas¹¹.

A provisão de 1684 surgiu como resposta às instabilidades causadas pelas leis de 1680, leis essas que mobilizaram os moradores que viam sua mão-de-obra se esvaziar e o controle dos religiosos sobre os trabalhadores crescer. Em setembro de 1684 foi promulgada uma provisão que estabelecia os descimentos particulares aos colonos que tinham condições de fazê-lo, dando a esses colonos o direito exclusivo por esses trabalhadores. A provisão previa que um grupo de moradores ou um apenas um poderia custear o descimento, os índios deveriam ser alocados em aldeamentos particulares, o descimento e o aldeamento precisariam de auxílio de um religioso, os índios descidos seriam repartidos entre os moradores e trabalhariam para eles por uma semana, na semana seguinte ficariam na aldeia. Também deveriam receber salário pelo trabalho. O problema do fornecimento de mão-de-obra foi a chave para esta provisão, além de delegar o custeio aos moradores. Quanto a sua efetivação, não se deu como o esperado, pelo contrário, sua realização foi deficitária. Muitas foram as circunstâncias que barraram o funcionamento dos aldeamentos privados, a provisão em si não foi bem recebida por colonos e religiosos, pois a mão-de-obra continuava escassa, além da negativa dos religiosos em auxiliar nos descimentos. A provisão de 1684 foi importante na pouca efetivação da provisão de 1686, com a volta da escravização indígena e as guerras justas, além de pôr sobre os religiosos a responsabilidade de administração temporal e espiritual das aldeias. Na prática, ainda havia aldeamentos privados, toda forma de se conseguir mão-de-obra era importante, sendo mais prática ou mais complexa, as solicitações de licença para novos aldeamentos nos permitem ver que esta era uma das formas ainda utilizadas para recrutar indígenas.¹²

Por conta de fortes pressões, alimentadas por opiniões de colonos e de moradores de Lisboa, além de revoltas como a de Beckman¹³, seria o escopo para a criação do Regimento das Missões de 21 de dezembro de 1686. Este regimento dispunha sobre a administração das aldeias por missionários e sobre a repartição da mão-de-obra indígena. Por conta da instabilidade ocasionada com a revolta de Beckman, além do contexto de então, o documento tinha como finalidade mediar as relações entre indígenas, colonos e indígenas.

Diferente da lei de 1680, a repartição dos indígenas seria pela metade (a lei de 1680 propunha um terço), além do aumento de tempo de trabalho, que em São Luís foi reajustado de dois para quatro meses e em Belém para

seis meses, além da recomendação de que os descimentos fossem realizados por religiosos. Mais a favor dos religiosos, o texto dava aos jesuítas o governo espiritual, temporal e político das aldeias. Este regimento durou até 1757. No entanto, em 1688, o rei mudaria a orientação quanto à escravização de indígenas. O alvará de 28 de abril de 1688 vai tratar da reorganização da escravização indígena no Estado do Maranhão e Grão Pará. A partir da promulgação do alvará, ficou autorizada os resgates custeados pela Coroa, além das guerras justas, esta última muito responsável por sustar o desenvolvimento dos aldeamentos privados (CHAMBOULEYRON, 2011, p. 604).

Descimentos

As teorizações acerca da escravização indígena eram vistas como prioritárias, isto porque a luta dos jesuítas pela liberdade dos indígenas era vista como necessária para o progresso e eficácia da evangelização. A situação jurídica dos indígenas era bastante vacilante e contraditória. Perrone Moisés, em seu estudo sobre a legislação indigenista, analisa o tratamento desigual dado pela Coroa Portuguesa no Brasil aos índios. Os "índios... aldeados" ou "amigos" tinham do rei a proteção e o direito à "liberdade", estes podiam ser trabalhadores assalariados e eram usados para o combate de inimigos, principalmente se estes inimigos eram os "índios do corso" ou "tapuias bravos", que tinham outro status jurídico perante a monarquia portuguesa, podendo ser escravizados pelos colonos como pena pela não aceitação da colonização. Este status, na prática, tinha pouca utilidade para os nativos, pois seu direito de liberdade era constantemente desrespeitado, com os chamados "resgates" e guerras justas, que "preavam" [Sic.] tanto aldeamentos missionários quanto nações indígenas¹⁴.

A conceituação de Chambouleyron, nesse contexto, contrasta com a de Perrone-Moisés quanto à relação "índio inimigo" versus "índio" aliado, na caracterização da legislação indigenista colonial. O autor defende que, ainda que essa dicotomia estivesse presente nas legislações indigenistas, não abarcavam as relações reais. As várias legislações, a variabilidade das leis no trato dos descimentos são o espectro das múltiplas particularidades que cada grupo étnico assumia¹⁵.

Entretanto, Perrone-Moisés é cirúrgica ao descrever a sociedade colonial, segundo ela estas práticas formam o contexto em que os nativos esta-

vam inseridos: a oscilação das leis, o esvaziamento quase total da relação entre legislação e prática colonial, a transgressão constante homologada pelas autoridades da Colônia (PERRONE-MOISES, 1992). Essa oscilação do ambiente legal e de sua interpretação em relação aos cativos também é percebida por Monteiro no caso de São Paulo que muda drasticamente sua interpretação acerca do destino dos decididos, sendo o exemplo mais claro o par de posicionamentos da Câmara Municipal de São Paulo que em 1587 se decide claramente a favor dos aldeamentos e apenas três anos depois, em 1590, declina em benefício do uso particular por parte dos colonos (MONTEIRO, 1994, p. 131). A Companhia de Jesus se posiciona nesse processo como defensora da liberdade indígena, embora cúmplice da escravidão africana (PERRONE-MOISES, 1992).

Luiz Felipe de Alencastro¹⁶ nos alerta que, mesmo contraditória, esta relação africano-indígena referente à escravidão e liberdade é, antes de tudo, complementar. Alencastro contextualiza este período como produto do processo de mercantilização de africanos, resultado do fracasso da evangelização jesuíta em Angola. A partir disso, o domínio colonial se desenvolverá por meio de uma exploração organizada. Este tipo de exploração se faz através dos descimentos, deslocamentos de nações indígenas inteiras para aldeias próximas aos estabelecimentos coloniais. Os aldeamentos tinham como principais funções: a proteção dos portugueses contra os índios ditos "do curso", "bravos", pelos índios "amigos"; circunscreviam as áreas coloniais impedindo a fuga de escravos africanos; a manutenção de contingente de mão-de-obra próximo a vilas e portos. Porém, há outro papel fundamental nestes descimentos: a dessocialização dos indígenas, fazendo-os abertos à evangelização. Neste fio, é necessário retomar a complementaridade jesuíta na dicotomia escravidão/liberdade. Segundo Alencastro, este é um dos motivos da ajuda da Companhia de Jesus aos descimentos, assim como sua anuência com o tráfico negreiro. Afinal, o que é a travessia de africanos às américas senão um grandíssimo descimento? O descimento é uma das estratégias mais assertivas de reificação parcial ou total de africanos e indígenas, extraídos de África ou de suas nações indígenas onde o contexto corrente não facilitava a plena cristianização, pois havia maior resistência, seja pela sua comunidade, pela terrível rede de comércio em que foram brutalmente envolvidos ou pelo cenário intrincado e complexo, o desenraizamento total de populações inteiras se mostrava a alternativa mais eficaz para evangelização, nesse sen-

tido, as estratégias de colonização e escravização africana e indígena se entrecruzam e evidenciam o maquinário e imaginário escravocrata.¹⁷

Segundo Chambouleyron toda esta máquina política e jurisdicional que trata dos descimentos e aldeamentos de indígenas se mostrou um tanto flexível, adaptando-se ao contexto real dos colonos. Na década de 1690 a epidemia de Varíola matou milhares de indígenas no Estado do Maranhão e Grão Pará. Por conta dos problemas ocasionados pela epidemia, moradores começaram a solicitar descimentos que eles próprios custeariam, a prática dos descimentos privados, já mencionada. A depender do contexto, do Estado, das conveniências locais, a prática de descimentos era refreada ou efetivada. Em São Paulo, à época, era bem estabelecida, já no Estado do Maranhão e Grão Pará tinha sua dificuldade. Ainda que o Regimento das Missões de 1686 e o alvará de 1688 tenham sustado a provisão de 1684, a circunstância mencionada, da epidemia de varíola, mostra bem a importância do cenário na rearticulação dessa política. Por indução, podemos perceber que a epidemia aumentou de forma significativa a necessidade de mão-de-obra no Estado do Maranhão. Apesar da necessidade de mão-de-obra exigir uma reação enérgica para sanar o problema, a Coroa empreendeu relativo esforço para determinar a forma de efetivação dos descimentos privados, por exemplo, solicitando pareceres de autoridades locais referentes às solicitações. Entretanto, sensível era o tema da administração dos índios, esta deveria ser feita pelos missionários, porém, os índios podiam aldear-se próximo à vila em que trabalharam, eles também não viveriam nas propriedades do colono, como os escravos, e só poderiam trabalhar para quem os desceu. Chambouleyron atenta para essa nova forma de regime de trabalho que se configurava no Estado do Maranhão e Pará, mostrando o movimento da legislação indigenista, caminhando junto às circunstâncias e ao contexto.¹⁸

Em todo o caso, vale ressaltar também a posição da Coroa em relação aos aldeamentos e mais especialmente aos jesuítas, na promulgação da lei de 1611 sobre a assistência espiritual que é, nos termos de Almeida, “uma lei feita a favor dos colonos para inibir o controle dos jesuítas sobre os índios”, mas que “não abria mão de convocá-los, privilegiando-os no serviço de vigários das aldeias” tratando, portanto, “de uma clara demonstração do reconhecimento por parte da Coroa da eficiência desses missionários no tocante às atividades junto aos índios” (ALMEIDA, 2010, p. 122)¹⁹.

Violências

A legislação dos descimentos, que a priori tinha por forma a paz e a amizade, passa a legitimar juridicamente de forma gradual a violência como recurso à sua realização. Além disso, essa violência não era anônima nem oriunda de um poder abstrato e sádico, mas sim explicitamente demandada pelos colonos. O quadro da violência é mais sofisticado. Na ordem do discurso, a violência foi não só justificada como também requerida sob a égide da defesa da ordem social. A esse respeito, assevera John M. Monteiro que:

Para os colonos, era precisamente no rompimento desta situação de amizade e sossego por parte de índios hostis que se localizava a necessidade prática e a justificativa moral para a escravidão. Segundo estes, os índios 'bravos' haviam passado a atacar os portugueses, tanto pelo ódio que tinham dos índios 'mansos' aliados aos primeiros, quanto simplesmente 'pelo exercício de sua braveza por serem acostumados a contínuas guerras para cativaram gentes e fazerem deles açouge [sic.] uma sua sustentação'. Já os brancos, encurraladas e sentindo-se incapazes de reduzir estes povos à fé cristã em função de 'sua grande braveza e brutalidade', viam-se na necessidade de os dominar pela força das armas, além de 'cativarem alguns destes gentios que trouxeram a povoado e deles se serviram nas suas lavouras, instruindo-os como católicos para se bati-zarem como sempre o fizeram'. (MONTEIRO, 1994)²⁰.

As promessas de evangelização e toda a propaganda de uma vida melhor com o Cristianismo não bastavam para vencer os índios (CHAMBOULEYRON, 2000), embora a violência já fosse um recurso utilizado, tinha a contraposição da Coroa (MONTEIRO, 1994)^{21,22}.

Entretanto, em 1718 era promulgada uma legislação sobre a questão, esta dizia que os índios deveriam ser livres para escolher descer ou não, entretanto, em caso de os índios não usarem roupas, não estarem sob um governo, praticarem incesto e antropofagia, além de outros casos, estes poderiam ser descidos à força, estes índios não poderiam ser mortos caso fugissem dos aldeamentos ou na realização do descimento. Em outras palavras, qualquer etnia que não tivesse contato com portugueses poderia

ser descida. Dentro do contexto desta legislação, em 1724, ocorreu uma nova epidemia de Varíola no Estado do Maranhão e Pará. Em consequência das muitas mortes ocasionadas pela epidemia, as solicitações e deferimentos de descimentos privados aumentaram. A epidemia gerou medo nos índios, que adentraram cada vez mais às florestas e recusaram aldear-se²³.

Em 1728, nova legislação sobre a questão dos descimentos privados foi outorgada pela Coroa, desta vez proibindo. Entretanto, a mesma legislação autorizava os descimentos feitos pelas autoridades, sendo os índios descidos repartidos aos moradores. "O tiro saiu pela culatra", as autoridades locais e os moradores tiveram outra interpretação da carta régia, entenderam que agora as solicitações de descimentos privados deveriam ser feitas à Junta das Missões, esta ficaria encarregada de seu deferimento ou indeferimento. Como resultado, houve aumento de solicitações e autorizações, todas com a justificativa da epidemia de 1724. Todas as concessões referentes aos descimentos determinavam que os índios descidos fossem dos que andassem nus, não tivessem governantes e tivessem a prática da antropofagia. A violência se torna de praxe a condição para descer indígenas, é uma forma velada de guerra justa.²⁴

Resistências

Podemos pensar no tipo de influência que as populações indígenas tiveram nas mudanças realizadas na legislação dos descimentos e a inserção da violência como condição necessária de realização.

Várias variáveis se tornavam importantes no planejamento e execução dos descimentos, tais como o local em que os grupos étnicos habitavam, as características de cada um, a densidade demográfica, além do que cada grupo tinha interesses e políticas diferentes, relacionar-se com cada etnia era a priori um desafio, pois cada nação indígena constituía um microcosmo singular. A política de descimentos não era prerrogativa dos colonos, era articulada a cada grupo indígena que teciam acordos para ir aos aldeamentos. Além de que cada acordo foi elaborado em contextos, períodos e espaços diversos, utilizando de suas autonomias para negociar suas sobrevivências, para agenciar seus destinos e garantir seus interesses.²⁵

A participação dos indígenas longe de ser pacífica e passiva tão pouco

se resumia a guerra e a violência direta. Se dava por uma porção de dinâmicas com matizes mais ou menos violentos com o intuito de, pela transformação, dar continuidade a tradições e identidades. Maria Regina Celestino de Almeida sintetiza a questão ao afirmar que "ao ingressar nos aldeamentos, os índios, como visto, iam em busca de, pelo menos terra e proteção, pelas quais iriam lutar, até o início do século XIX, com os instrumentos novos que o mundo colonial passava a lhes fornecer" (ALMEIDA, 2000, p. 118)²⁶. Essa abordagem, reconhece a ação, ou ainda a agência dos indígenas, mesmo que cativos, frente a colonização.

Uma das estratégias de resistência utilizadas eram as fugas recorrentes, tanto individuais quanto coletivas, sendo uma das causas da escassez de mão de obra indígena no século XVII, estando relacionadas às violências que os índios sofriam. Exemplo elucidativo se mostra a determinação do rei em 1710, que obrigava os colonos a pagarem duas varas de pano para que os índios livres parassem de fugir²⁷.

Outras tantas formas de enfrentamento do sistema foram empregadas pelos nativos no cativeiro. Nas palavras de Maria Regina C. de Almeida os "acordos, negociações, conflitos, rebeldias, [...] atitudes ambíguas e contraditórias eram parte do cotidiano dos índios e dos padres e expressavam as tentativas de realização de seus objetivos que se transformavam com o tempo e as circunstâncias" (Ibidem).²⁸ Ainda nesse contexto de resistências é importante pontuar que "o empenho dos índios em manter suas aldeias, conforme se percebe na documentação sobre os conflitos, constitui forte indício de que aquele espaço físico era também deles" (ALMEIDA, 2000, p. 118).

**

A respeito das formas de reação e de ação das quais os gentios dispunham, uma das mais complexas e importantes era a figura das lideranças políticas. Intimamente ligadas à administração e ao poder, essas figuras entendidas como anfíbias²⁹ tiveram um papel importantíssimo na relação entre os índios e os colonos—e suas instâncias jurídicas e de poder.

É de suma importância explicitar o valor histórico dessa flexão jurídica, especialmente a força política que esse movimento legal assinala. Para tanto, convém expor, mais detidamente, uma conceituação do político que faça ver a grandiosidade dessas ferramentas utilizadas na resistência e a compreendê-las para além do ambiente legal.

Para a desambiguação, vale recordar que uma vasta gama de opressões e repressões se encontram formuladas, precipitadas e cristalizadas na documentação jurídica da época, mas que nesse tipo de articulação que compôs legalmente as lideranças, grosso modo, figura menos política e mais aquilo que Jacques Rancière conceitua como *polícia*³⁰. De forma sintética, sobre o conceito de *polícia* adotado aqui, aponta o filósofo:

A *polícia* é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as partilhas entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. (RANCIÈRE, 2018, p. 43).

Nas relações de poder encontradas na colônia portuguesa nas Américas, são inúmeros os exemplos que cabem na definição de Rancière. Os aldeamentos, vilas e demais circunscrições traçadas para designar o espaço destinado aos indígenas. Os ofícios, trabalhos e profissões tipificados juridicamente ou simplesmente destinados pela conveniência para a mão-de-obra indígena. Assim como o respaldo mutável, quando não volátil, consagrado a diferentes atores sociais ao longo da história para falarem em nome dos índios escravizados ou livres.

Mas a mudança não surge do lado dessa política-polícia. As lideranças, embora indicadas pelos colonos para o cargo, são rostos de um protagonismo anterior dos povos nativos junto ao embate político. Para explicitar a questão é conveniente retornar ao plano mais filosófico da proposição. "O dano fundador da política é", nas palavras de Jacques Rancière, "de uma natureza muito particular [...]. Distingue-se antes de mais nada do litígio jurídico passível de se objetivar como relação entre partes determinadas, [...]" e "Isso se deve simplesmente ao fato de que as 'partes' não existem antes do dano" (2018, p. 53). Essa é a primeira instância em que é possível considerar a ação verdadeiramente política. Reparar ou enfrentar o dano que funda a existência dessas lideranças: a condição para que os índios sejam reconhecidos como parte política da sociedade é fruto do apagamento das identidades e diversidades. As lideranças passam a representar a parte dos tantos que não têm parte. Ainda no abstrato, sobre esse tipo de representação política, é válido pontuar que:

Um sujeito político não é um grupo que “toma consciência” de si, dá voz a si mesmo, impõe seu peso na sociedade. É um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, quer dizer, no nó entre as partilhas da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições. (RANCIÈRE, 2018, p. 54).

Portanto, talvez a principal documentação acerca dessas figuras seja aquela mesma que, em termos jurídicos, as criou: o Alvará de 1596. Tanto Monteiro³¹ como Almeida³² enxergam nesse documento uma inflexão importante para entender o devir social do período. O documento e a jurisprudência que o cerca são parte dessa dinâmica mais policial por destacar e determinar quem representaria os índios ou, de outra forma, legou a um e não a outro o prestígio de ter sua fala entendida como discurso. Delimitou uma função, uma capacidade e um discurso. Fundou uma ordem do dizível, que reconhecia determinada fala de determinado ator social como um discurso.

O cargo embora mal remunerado de Procurador dos Índios “despertava interesses”, entre outros motivos, por ser a possibilidade de “exercer poder sobre os índios e seu trabalho” (ALMEIDA, 2000, p. 124), foi utilizado como possibilidade de ação política. O Juiz dos Índios desempenhou papel singular junto ao ordenamento dos aldeamentos e foi um cargo importante na constituição política dessas populações.³³ Em muitos casos, foram a voz e o rosto dessas populações aldeadas que não eram homogêneas—constituídas por várias nações em alguns casos—, mas que se valeram dos meios existentes para sobreviver e se desenvolver. Os sujeitos políticos que ocupando o cargo de representação se constituíram, assim, pela violenta junção de identidades, funções e capacidades distintas em aldeias, categorias e nomes para a partir dessa imposição, por meio de seus discursos então reconhecidos pelo poder, reclamar a supressão pela violência que os vitimava.

Conclusão

O contexto plural das relações entre nativos e colonos deixa transparecer a dificuldade de se manter uma legislação colonial única, principalmente

quando se trata dos descimentos, esta era conformada ao contexto e as relações dialéticas entre índios e colonos, estas jurisdições deixam entrever as negociações estabelecidas na construção do mundo colonial, as brechas pelas quais o jogo do poder aconteceu.

A mão-de-obra indígena foi importantíssima no desenvolvimento, sustentação e defesa dos portugueses, os descimentos se tornaram uma das principais formas de recrutamento dessa mão-de-obra para servir aos missionários, colonos e à Coroa. Mas também fica explícito o quanto esses aldeamentos se constituíram como importantes focos de resistência. É possível ver assim, populações nativas politicamente ativas e aguerridas.

Notas

1. George Marx Santos Carvalho é graduando em História pela Universidade Federal do Maranhão—UFMA. ID Lattes: 1674491290514852. ORCID: 0000-0003-1839-7926. E-mail: g.marx.sc@gmail.com.
2. João Francisco de Moraes Junior é graduando em História pela Universidade Federal do Maranhão—UFMA. ID Lattes: 0677668345701783. ORCID: 0000-0002-7358-708X. E-mail: joao.fmj@discente.ufma.br.
3. BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 176–177.
4. *Ibidem*.
5. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
6. CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Índios Cristãos no cotidiano das colônias do Norte (Séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 168, p. 69–99, 2013, p. 69–99.
7. Sobre a genealogia do termo e a sua conceituação tal como utilizada aqui vide: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Índios Cristãos no cotidiano das colônias do Norte (Séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 168, p. 69–99, 2013.
8. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
9. O posicionamento da Coroa sobre a questão sempre foi cobrado e discutido. *Ibidem*. p. 136.
10. *Ibidem*. p. 131–136.
11. CHAMBOULEYRON, Rafael. Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 601–623, 2011, p. 603.
12. *Ibidem*. p. 606–607.

13. A revolta de Beckman, em 1684, na cidade de São Luís, é uma demonstração da insatisfação dos moradores com as leis de abolição da escravidão indígena, além da pauta do monopólio da Companhia de Comércio do Maranhão. O governador Gomes Freire de Andrade, mandado ao Maranhão para dar fim à revolta, tinha na corte grande influência. Após sua atuação na Revolta de Beckman, em outubro de 1685, Freire de Andrade enviava uma carta em que argumentava a favor da escravidão indígena, além de justificar a revolta que mirou o monopólio alegando as dificuldades que o Estado do Maranhão passava. Sobre a escravidão indígena, dizia ele ser necessária, sendo imprescindível para o crescimento do Maranhão. (CHAMBOULEYRON, 2011, p. 604).
14. PERRONE-MOISES, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 115–132, p. 115–132.
15. CHAMBOULEYRON, Rafael. Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 601–623, 2011, p. 606–607.
16. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
17. *Ibidem*. p. 178–182.
18. CHAMBOULEYRON, Rafael. *Ibidem*. p. 609–615.
19. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial: Novos Súditos Cristãos do Império Português*. Campinas: [s.n.], 2000, p. 122–123.
20. MONTEIRO, John Manuel. *Ibidem*. p. 134–135.
21. CHAMBOULEYRON, Rafael. *Ibidem*. p. 612–616.
22. MONTEIRO, John Manuel. *Ibidem*. p. 130.
23. CHAMBOULEYRON, Rafael. *Ibidem*.
24. *Idem*.
25. CHAMBOULEYRON, Rafael. *Ibidem*. p. 617–620.
26. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Ibidem*. p. 118.
27. CHAMBOULEYRON, Rafael. *Ibidem*.
28. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Ibidem*.
29. No sentido rigoroso do termo, como aquele ou aquilo que frequenta, participa, compõe e liga dois mundos, duas naturezas ou duas funções.
30. RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2018. p. 42.
31. MONTEIRO, John Manuel. *Ibidem*. p. 132.
32. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Ibidem*. p. 123.
33. MONTEIRO, John Manuel. *Ibidem*.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial: Novos Súditos Cristãos do Império Português*. Campinas: [s.n.], 2000.
- _____. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Índios Cristãos no cotidiano das colônias do Norte (Séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 168, p. 69–99, 2013.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 601–623, 2011.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PERRONE-MOISES, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 115–132.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2018.

De flecheiros e emboscadas

Agência Indígena e a Máquina de Guerra Colonial nas Capitânicas do Norte dos Sécs. XVI e XVII

*Kalina Vanderlei Silva*¹

Introdução

A historiografia que atualmente se debruça sobre a sociedade colonial da América portuguesa cada vez mais reconhece não apenas os distintos e constantes processos de resistência indígena como também a atuação multifacetada de atores sociais indígenas naquela sociedade.² Uma área, entretanto, na qual esses personagens foram tão influentes, mas na qual são constantemente subestimados pela historiografia, é a das estruturas militares. As capitânicas do norte do Estado do Brasil estiveram, por todo o período colonial, enquadradas em uma estrutura administrativa moldada a partir de um componente militar: donatários e governadores exerciam funções militares, assim como todos os homens livres eram registrados e contabilizados como ordenanças³; mas mais do que isso: pretos, pardos e indígenas construíram mecanismos de ascensão social dentro da organização militar, a partir das milícias, sendo tais instituições muitas vezes as únicas a lhes possibilitarem essa mobilidade⁴.

Os séculos XVI e XVII foram particularmente relevantes para a construção de estruturas militares e de seus espaços de obtenção de prestígio social para homens de cor, devido às muitas guerras de conquista que os ocuparam. Guerras combatidas graças ao recurso à mão de obra bélica indígena, presença constante e massiva nas várias empreitadas militares contra povos indígenas, quilombolas ou invasores europeus. Os atores sociais indígenas, entretanto, não apenas forneceram braços para as guer-

ras coloniais, mas também moldaram táticas e estratégias de combate das tropas coloniais nas capitanias do norte.

Nesse contexto, a máquina militar colonial do norte do Estado do Brasil apesar de, em termos administrativos, ter sido construída sobre princípios organizacionais ibéricos com sua divisão em tropas regulares, milícias e ordenanças⁵, por outro lado, em termos táticos teve seus princípios com dupla origem, tanto ibérica, com arcabouço organizacional e estratégias gerais, quanto indígena, com a definição de táticas e peso numérico. Entretanto, se essa máquina militar naturalizou o serviço bélico indígena, ela também tirou desses atores o crédito pela elaboração de táticas, esforçando-se inclusive por colocar os comandantes indígenas baixo controle, ao menos nominal, de missionários e oficiais regulares⁶.

Nessa perspectiva, objetivamos discutir formas de interação indígena com a máquina militar colonial nas capitanias do norte nos Quinhentos e Seiscentos a partir da observação de dois cenários, um litorâneo e outro sertanejo, acerca dos quais os vestígios históricos permitem entrever o protagonismo indígena nos eventos e nas estruturas militares que moldaram essas capitanias: em primeiro lugar, a conquista da Paraíba e Rio Grande do Norte aos Potiguar efetuada pelas forças luso-espanholas e Tabajara nas décadas de 1580 e 1590; e em segundo, o vasto e complexo processo de interiorização da colonização e de resistência dos povos indígenas continentais ocorrido entre a segunda metade do século XVII e primeiras décadas do XVIII e conhecido pela historiografia como 'guerra dos bárbaros'. Para atingir esses objetivos trabalhamos com fontes narrativas de cronistas e correspondência administrativa de autoridades coloniais. Quanto aos cronistas, as três principais fontes narrativas sobre a conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte são o anônimo *Sumário das Armadas*, o tratado de Gabriel Soares de Souza e a resenha histórica de Frei Vicente de Salvador.⁷ No caso da correspondência administrativa, trabalhamos com cartas e ordens de governadores e comandantes pertencentes à Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, que compõem o grosso dos registros ainda existentes sobre tropas e combatentes coloniais no Estado do Brasil durante a 'guerra dos bárbaros'.⁸ No entanto, por serem documentos oficiais, em sua maior parte escritos por homens inseridos na estrutura administrativa, os mesmos não apenas se atem às formulas comuns ao gênero das missivas institucionais, como aos discursos comuns à estrutura burocrática do período. Dessa forma, para bus-

caros a agência e o protagonismo indígenas nessas fontes empregamos uma análise discursiva, segundo as premissas de Eni Orlandi, procurando a atuação indígena por trás dos discursos coloniais que subestimavam esses personagens.⁹

Ao destrinchar esses discursos, encontramos uma ação indígena consciente no processo de conquista territorial, o que nos leva às reflexões da *New Conquest History* que contestam a própria noção de uma conquista americana na qual os europeus teriam vencido de forma definitiva e hegemônica. Segundo autores como Restall e Schroeder, as ditas guerras de conquista nas Américas estiveram longe de serem simplesmente conflitos entre europeus e indígenas, já que as tropas ibéricas não apenas contavam com forte apoio de forças nativas americanas, como em alguns casos apenas seguiam na esteira das agendas políticas destas.¹⁰ Além disso, mesmo as vitórias europeias significaram, não poucas vezes, também vitórias de grupos indígenas que se reconfiguraram, tornando-se elites indígenas coloniais. Assim, a partir dessas premissas, revemos a conquista da Paraíba e Rio Grande do Norte e a 'guerra dos bárbaros' enfatizando o peso da ação indígena por trás dos discursos coloniais que sempre procuraram ignorá-los.

Atuação Indígena na Conquista dos Territórios Potiguar no Séc. XVI

A historiografia brasileira muito já disse sobre a instalação de núcleos urbanos e engenhos na costa da América Portuguesa após 1530, apesar de que muitos eventos desse processo precisam ser revisitados sob a perspectiva de novas abordagens, especialmente aqueles relacionados aos conflitos com os indígenas, concomitantes a essas instalações. Um desses conflitos, todavia, a guerra aos Potiguar, que passou para os anais como conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte, começou a ser objeto de revisão no começo do século XXI, quando os trabalhos de Regina Célia Gonçalves e Fátima Lopes contestaram as narrativas tradicionais sobre os eventos em questão, analisando a participação indígena na colonização dessas capitanias, e quando a reflexão de John Manuel Monteiro sobre as etnogêneses coloniais, e a situação potiguar nas mesmas, incitou à questionamentos sobre identidades indígenas e suas configurações culturais na colonização.¹¹

No século XVI, os Potiguar habitavam uma multitude de aldeias aparentadas, mas sem centralização política, na região que se estendia entre o litoral das capitanias da Paraíba, Itamaracá e Rio Grande do Norte, cultivando uma rivalidade histórica com seus vizinhos Tabajara e Caeté, também Tupi, com quem compartilhavam uma tradição de guerra intrinsecamente entrelaçada com a memória coletiva das inimizades tradicionais que embalava uma cultura política baseada na noção de vingança, já bastante discutida pela Antropologia.¹² Assim, apesar de inimigos tradicionais, Potiguar, Tabajara e Caeté compartilhavam de uma mesma cultura militar. Por outro lado, era exatamente essa inimizade fiel que definiu suas alianças com os europeus, com os Tabajara fazendo acordos com luso-espanhóis, e os Potiguar com os franceses. Importante frisar que, do ponto de vista tupi, essas alianças serviam a suas próprias agendas de guerra, e não priorizavam a defesa dos portugueses ou franceses. E se luso-espanhóis usavam Tabajara contra Potiguar, os Tabajara usavam os ibéricos contra seus inimigos, da mesma forma que os Potiguar faziam com os franceses.¹³

Do ponto de vista colonial, a capitania da Paraíba se viu abandonada por seu donatário sendo alvo de algumas expedições de conquista, partidas de Pernambuco, durante o reinado de D Sebastião; expedições, entretanto, que apenas após a ascensão de Filipe II de Espanha ao trono português—e a implementação da política imperialista da Monarquia Católica—começaram a ser bem-sucedidas.¹⁴ Mas os sucessos das forças ibéricas foram intercalados pelos da resistência potiguar: apoiados pelos franceses, os Potiguar enfrentaram as forças da Monarquia Católica estacionadas em Pernambuco, por sua vez apoiadas pelos Tabajara, até 1599, quando assinaram acordo de paz definitivo no Rio Grande do Norte.¹⁵

Sendo palco para confronto entre Tupi e ibéricos, assim como para a cooperação entre eles, essa guerra se apresenta como momento privilegiado para a observação das interações indígenas com a estrutura militar colonial então em formação, principalmente porque ela não foi simplesmente um conflito entre europeus e indígenas, já que, de um lado, estavam os Potiguar apoiados pelos franceses, e do outro os luso-espanhóis apoiados pelos Tabajara, em um contexto no qual armamentos e táticas se mesclavam de tal maneira que os contendores usavam, em maior ou menor grau, as mesmas armas. E se para os Tupi esse contato levou a uma reconfiguração dos aspectos de sua cultura militar em meio a violentas

mudanças no cenário da costa americana quinhentista, com os Potiguar especificamente se reinventando nos aldeamentos, construindo uma elite indígena a partir da constituição do Terço dos Índios,¹⁶ para a colonização esse foi um momento de construção de práticas militares que seriam empregadas nas capitanias do norte por séculos, baseadas principalmente no uso massivo dos flecheiros.

Os fatos relativos à conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte envolvem uma série de expedições luso-espanholas armadas desde Pernambuco e montadas com base nas estratégias de conquista da Monarquia Católica empregadas para as Américas e que ocuparam as décadas de 1580 e 1590.¹⁷ Uma empreitada que contou com forte presença indígena em todos seus movimentos: já na primeira grande vitória colonial sobre os Potiguar, em 1584, a famosa expedição do comandante espanhol Diego Flores de Valdez, contava com cerca de mil homens, segundo as fontes da época, dos quais os narradores estimam que pelo menos quinhentos fossem flecheiros tabajara.¹⁸ E esse percentual de indígenas nas forças luso-americanas seria constante, aparecendo em muitos indícios nas narrativas do período: quando o *Sumário das Armadas* descreve, por exemplo, uma derrota colonial que teve como saldo 50 'brancos' e 400 'índios' mortos, esses números ilustram bem a proporção entre os efetivos luso-espanhóis e os de flecheiros tupi nessas incursões.¹⁹ Já quando Frei Vicente de Salvador, ao descrever uma expedição contra os Potiguar do Rio Grande do Norte em 1597, afirma que a mesma levava "188 homens de pé e de cavalo, fora o nosso gentio, que eram das aldeias de Pernambuco 90 flecheiros, e das da Paraíba 730, com seus principais, que os guiavam, o Braço de Peixe, o Assento de Pássaro, o Pedra Verde, o Mangue, e o Cardo Grande",²⁰ novamente os números sugerem, ainda que exagerados para um ou outro lado, o peso dos contingentes de flecheiros nesses eventos.

Essa onipresença indígena nas forças de conquista americanas não era uma particularidade da empreitada paraibana e muito menos da América portuguesa: um exemplo contemporâneo à guerra aos Potiguar foi aquela travada pela Monarquia Católica contra os Chichimeca, na Mesoamérica, onde uma tropa ibérica que contava com 30 ou 40 espanhóis levava como apoio uma força de 400 ou 500 indígenas.²¹ Já nas expedições de conquista do Maranhão os contingentes incluíam 30 ou 40 soldados portugueses e até 800 flecheiros, por vezes empregando mais de 40 canoas.²²

Tal desproporção entre soldados luso-espanhóis e guerreiros indíge-

nas nas expedições de conquista do final do século XVI teve muitas repercussões, que incluíam desde a formação de elites militares indígenas—vistas tanto nas capitânicas do norte da América portuguesa quanto na Nova Espanha²³—até a própria definição das táticas que passaram a compor a cultura militar das capitânicas do norte, com os indígenas assumindo papéis decisivos no desenho dessa—caso da guerra de emboscada ou guerra brasileira, que seria fundamental na restauração do poderio luso-pernambucano contra a holandesa WIC na década de 1650.²⁴ E apesar de que são os números de flecheiros o elemento indígena que mais se destaca nas descrições da composição militar colonial, a atuação indígena foi muito além da simples presença nas tropas, apesar dessa em si ser consideravelmente importante: a logística que dava sustentação às tropas coloniais foi moldada, no século XVI, sobre elementos tupi, como demonstra a extrema dependência das forças coloniais na Paraíba da ‘farinha de guerra’ produzida pelos indígenas; sem falar que toda a inteligência militar, as informações coletadas sobre os adversários que serviam de base para a construção das estratégias de combate, era baseada em guias, tradutores e espiões indígenas.²⁵ Os guias em particular ocupavam um lugar central nesse desenho, não apenas descortinando o terreno e as melhores rotas, mas atuando também como espiões e muitas vezes como força avançada, precedendo o grosso da tropa e até mesmo queimando aldeias adversárias.²⁶

Apesar de que as narrativas sobre as guerras potiguar enfatizam as vitórias luso-espanholas, elas apresentam indícios do quão bem-sucedidas foram as expedições potiguar, assim como das transformações sofridas pela cultura política tupi, com a reestruturação das inimizadas tradicionais: confrontados com a intensificação da escravização indígena promovida pelos portugueses, Tabajara e Potiguar firmaram uma aliança que derrotou as forças luso-espanholas, em uma reconstrução cultural que Monteiro já havia estudado para a capitania de São Vicente no mesmo período.²⁷ A aliança entre Potiguar e Tabajara, todavia, não durou, com os últimos voltando a se aliar aos portugueses. Os Potiguar continuaram lutando até 1599 quando, enfraquecidos por epidemias, terminaram por assinar um acordo de paz com a Coroa portuguesa que definiu seu aldeamento.²⁸ Mas a assinatura desse acordo e seu aldeamento longe de significarem sua rendição apenas registrou um novo capítulo de sua história, o da constituição do Terço dos Índios; uma milícia que exerceria um im-

portante papel nas guerras do século XVII, principalmente na Reconquista de Pernambuco à WIC.²⁹ Além disso, enquadrados nesse terço, os Potiguar comporiam os quadros das forças coloniais enviados para combater os Tarairiú nos sertões do Rio Grande do Norte durante a ‘guerra dos bárbaros’.

Atuação Indígena na ‘Guerra dos Bárbaros’ no Século XVII

Um contexto diferente de expansão colonial veria, no século XVII, o mesmo padrão de onipresença indígena na máquina militar portuguesa: o contexto da dita ‘guerra dos bárbaros’. Serie de conflitos que se multiplicaram nos interiores das capitânicas do norte do Estado do Brasil na segunda metade do século XVII, provocados pelo avanço da pecuária e da escravização indígena nos sertões e pela resistência nativa ao mesmo, a ‘guerra dos bárbaros’ não foi um evento unificado, mas diferentes guerras entre povos independentes em distintos espaços continentais que foram combatidas a partir de um mesmo conjunto estratégico colonial e, posteriormente, unificadas nas narrativas coloniais e historiográficas em pelo menos dois grandes conflitos, a guerra do Recôncavo e a guerra do Açú.³⁰

A diversidade de contendores—os Tarairiú no Rio Grande do Norte, os Cariri no Rio São Francisco, os Paiaí e os Aimoré, no Recôncavo baiano, entre outros—³¹ e a grande extensão territorial fazem com que qualquer estudo geral dessa guerra só possa ser feito do ponto de vista das autoridades coloniais, já que não houve nenhuma unidade indígena nesses conflitos. Mas nesse intrincado e extenso processo, a máquina militar, ainda que bem mais complexa que aquela que combatera os Potiguar em 1580, ainda se apoiava fortemente em braços e experiências indígenas.³² Apesar de que na segunda metade do século XVII a estrutura militar colonial já estar organizada em tropa regular, o exército português, milícias e ordenanças, contando com guarnições espalhadas por fortalezas e presídios por toda a extensão das capitânicas do norte, e de nesse arcabouço militar-administrativo os indígenas serem oficialmente aceitos apenas no Terço dos Índios, isso não impedia que os governadores e capitães mores tornassem a arregimentação de flecheiros aldeados em uma prática corriqueira empregada em todos os conflitos. E após a expulsão dos holandeses, esses conflitos foram basicamente contra quilombolas e indígenas.³³

O contexto no qual os conflitos entre colonos e indígenas nos sertões foram se intensificando à medida que os currais de gado iam sendo empurrados para o interior, via a aparelhagem militar açucareira, recém-saída da guerra de Restauração contra a WIC na década de 1650, inchada, com excesso de contingente e buscando reforma. Além do mais, essa guerra armara não apenas as autoridades coloniais, mas também reestruturara a cultura militar de vários grupos indígenas sertanejos, como os Tarairiú que haviam adaptado armas de fogo, negociadas com os holandeses, ao seu conjunto tático.³⁴ Do ponto de vista colonial, além de um exército desnecessariamente volumoso que os governadores queriam retirar nos núcleos urbanos açucareiros, as novas milícias recém-institucionalizadas do Terço dos Índios e do Terço dos Henriques se apresentavam como unidades apropriadas para o combate aos levantados do sertão. Mas toda essa aparelhagem não evitou que as expedições nos muitos conflitos da 'guerra dos bárbaros' contassem com contingentes de flecheiros aldeados.

Apesar de se espalharem pelas capitanias da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, em geral esses conflitos seguiam uma ordem comum, começando com o choque entre sesmeiros e indígenas, agravando-se de forma exponencial com ataques indígenas a vilas e o envolvimento dos governadores que, assentados nos principais núcleos açucareiros, ordenavam expedições punitivas. Na Bahia, essas expedições tomavam a forma de jornadas do sertão, formadas normalmente por um pequeno contingente de tropa regular, com comandante regular e apoiadas por flecheiros recrutados dos aldeamentos do Recôncavo.³⁵ Na jurisdição de Pernambuco e no Rio Grande do Norte, os contingentes regulares eram apoiados pelo Terço de Índios e dos Henriques, e novamente por flecheiros aldeados.³⁶ Em ambas as jurisdições, entretanto, não demorou para que um novo elemento fosse acrescentado às forças régias, os sertanistas paulistas.³⁷

Mas se nesses conflitos sertanejos é visível a complexidade da máquina de guerra colonial, assim como as diferenças regionais de uma capitania para a outra, a presença indígena nos mesmos continua constante. De forma geral, o recrutamento dos indígenas era feito arregimentando-se grupos de flecheiros de aldeamentos e anexando-os às tropas institucionais. A responsabilidade por essa mobilização era repassada para as autoridades dos aldeamentos, que podiam ser os próprios chefes indígenas ou 'capitães de índios'—e na capitania de Pernambuco, o governador de

índios—mas que também podiam ser padres.³⁸ Mas fosse qual fosse a base institucional da expedição de conquista, o grosso da tropa era sempre indígena: a jornada de 1654 contra os Paiajá, por exemplo, teve ordem para recrutar 600 flecheiros que deveriam dar suporte aos 280 soldados de infantaria da expedição.³⁹ Além disso, o Governador Geral ainda ordenou aos capitães de índios de várias aldeias do Recôncavo que fornecessem todos os homens “*capazes de marcharem, de flecharem e os tenha todos prontos para a jornada que mando fazer brevemente ao sertão*.”⁴⁰ No Rio Grande do Norte, por sua vez, a expedição de 1688 originada em Pernambuco, contou com 200 soldados regulares, 100 soldados Henriques e 400 do Terço dos Índios, além de uma ordem para retirar “*todos os arcos que quiser*” das aldeias da Paraíba, sem falar nos paulistas deslocados de Palmares para o Açu e cujo terço era pelo menos 50% composto por flecheiros.⁴¹ Os exemplos são inúmeros: a correspondência administrativa fala em expedições do Recôncavo que contavam com 300 soldados de infantaria e pelo menos 600 ‘índios’;⁴² no Rio Grande do Norte, o terço paulista de Morais Navarro que em 1698 contabilizava 10 companhias de 193 soldados cada, e que registrou apenas 12 desses como ‘índios’, alistou, no entanto, contingentes de flecheiros cariri, tarairiú e paiacú retirados dos aldeamentos da Paraíba, além de soldados nomeados como *caboclos de língua geral* oriundos de missões no Rio Grande do Norte.⁴³

Por outro lado, assim como no caso das guerras potiguar, nos conflitos sertanejos a atuação indígena também foi muito além do fornecimento de mão-de-obra bélica. Foi o conhecimento indígena que permitiu que as tropas litorâneas e paulistas pudessem adentrar serras e caatinga, localizar aldeias adversárias e preparar emboscadas. Isso graças a guias que eram solicitados nas ordens governamentais aos aldeamentos no momento em que se preparava uma expedição ao sertão. Esse foi o caso da mobilização dos flecheiros do aldeamento de Camamú, no Recôncavo, em 1654, cuja ordem solicitava o envio de 40 dos melhores flecheiros, armados “*de toda flecharia que puderem trazer*” e sob as ordens de um ‘cabo’ escolhido entre os *principais* “*de mais satisfação*.”⁴⁴ Ou seja, os comandos estratégicos coloniais não arrematavam apenas braços armados indígenas, mas homens capacitados a guiar as expedições e definir táticas.

E assim, em termos práticos, a ‘guerra nos bárbaros’ se tornou um conflito eminentemente indígena em todas as frentes. Os próprios governadores afirmavam que o tipo de guerra que os indígenas seus adversários

lhes impunham deveria ser combatida principalmente por outros indígenas, apoiados por paulistas e negros, visto que “essa casta de gente” estava mais preparada para a guerra no sertão por ser “mais ligeira” e “capaz de seguir o gentio pelo centro dos sertões”.⁴⁵ Interessante notar, dessa forma, que eram os indígenas sertanejos que definiam não apenas onde, mas também como os conflitos eram travados, e que as autoridades coloniais tinham consciência desse fato.

Considerações finais

Considerando o papel que as estruturas militares desempenharam na formação da sociedade colonial nas capitânicas do norte do Estado do Brasil — uma importância que a historiografia vem explorando cada vez mais⁴⁶ — é imprescindível que os estudos dedicados a história indígena na América portuguesa considerem a intersecção da atuação indígena nessa sociedade com a estrutura militar da mesma. Se a presença indígena nas guerras dos séculos XVI e XVII em Pernambuco e Bahia já havia sido percebida pela historiografia novecentista, no entanto, esta não dedicou a devida atenção ao protagonismo desses atores sociais: as tropas indígenas foram mencionadas nos estudos sobre as guerras holandesas, por exemplo, mas apenas como massa passiva de manobra.⁴⁷ E, no entanto, os flecheiros indígenas atuaram de forma ativa, não apenas recebendo ordens, mas fornecendo informações vitais para o desenho das táticas e definindo os combates.

Nesse processo de escamotear o protagonismo indígena, a historiografia do séc. XX seguia de perto os discursos coloniais. Nesses, a posição das autoridades com relação à atuação indígena foi sempre contraditória: por um lado, governadores e comandantes tinham ciência da dependência de suas estratégias não apenas dos braços armados indígenas, mas também de seus conhecimentos. Por outro, as mesmas autoridades procuraram constantemente controlar essa atuação, colocando os contingentes indígenas sob controle de oficiais regulares e até mesmo padres. Entretanto, com o despertar da Nova História Indígena, no século XXI, vários questionamentos sobre protagonismo e etnogêneses colocaram em xeque essas narrativas que obscureciam os indígenas na sociedade colonial, permitindo que a história da conquista das capitânicas do norte possa agora ser lida sob uma nova ótica. E é a partir dessas releituras que podemos

discernir como a máquina de guerra militar foi construída, em termos práticos senão em termos nominais, sobre inteligência, logística e braços indígenas—caso tanto da guerra contra os Potiguar quanto das expedições sertanejas—, mas também como indígenas reconfiguraram suas estruturas sociais a partir da interação militar com a colonização, caso dos Potiguar. A onipresença indígena é a norma em todos os conflitos registrados pelas fontes coloniais, atuando a favor e contra a Coroa.

Todas essas considerações sintetizam pesquisas feitas sobre fontes quinhentistas e seiscentistas para as capitanias do norte do Estado do Brasil em busca da ação indígena na máquina militar colonial, mas muito ainda há a ser feito, desde a análise de conflitos específicos em diferentes capitanias, até o estudo do emprego de tropas indígenas contra mocambos no litoral e no sertão dessas capitanias.

Notas

1. Doutora em História pela UFPE, Professora Associada da Universidade de Pernambuco. ID Lattes: 0551212219219114. ORCID: 0000-0002-8370-1894. E-mail: kalina.silva@upe.br.
2. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 21–39, 2012; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Multiplicidades de Análises, Escritas e Aportes Teóricos-Metodológicos Sobre a História Indígena no Brasil entre os Séculos XVI e XIX. *História*, São Paulo, v. 40, e2021050, 2021.
3. SILVA, Kalina V. *O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2000.
4. SILVA, Geiza K. A. Teias de alianças, lealdades e dependência: tabajaras e potiguares aliados aldeados na capitania de Pernambuco. *Clio, Serie História do Nordeste*, v. 2, n. 25, p. 187–214, 2007; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Ações multifacetadas dos Tarairiú nos sertões das capitanias do Norte entre os séculos XVI e XVIII. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais. Fortaleza: ANPUH, 2009
5. SILVA, Kalina Vanderlei. A Conquista da Paraíba e do Rio Grande nos Planos Estratégicos da Monarquia Católica: guerra, trânsitos e conexões na América Portuguesa dos Habsburgo no final do século XVI. In: SANTOS PÉREZ, José Luis; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis (Org.). *Redes y Circulación en Brasil Durante la Monarquía Hispánica (1580–1640)*. Madri: Silex Ediciones, 2020. v. 1. P. 317–338.
6. SILVA, Kalina Vanderlei. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na ‘Guerra dos Bárbaros’ (1651–1704). *Estudos Ibero-Americanos*,

v. 45, n. 2, p. 77–91, 2019.

7. SUMÁRIO das Armadas [1585]. *Revista Municípios em Destaque*, n. 69, p. 17–60, 1996; SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil [1627]*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587 [1587]*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Massangana, 2000.

8. DOCUMENTOS Históricos, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 110 volumes. 1929.

9. ORLANDI, Eni. *Terra à Vista: Discurso do confronto, Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

10. SCHROEDER, Susan. Introduction: The Genre of Conquest Studies. In: MATTHEW, Laura E.; OUDJIK, Michel R. (Ed.). *Indian Conquistadors: Indigenous Allies in the Conquest of Mesoamerica*. Norman: University of Oklahoma Press, 2007. P. 5–27; RESTALL, Matthew. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

11. GONÇALVES, Regina Célia. *Guerra e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Parayba, 1585–1630*. São Paulo: Edusp, 2007; LOPES, Fátima Martins. *Índios, Colonos e Missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003; MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. Tese (Concurso de Livre Docência em Etnologia) – Unicamp, Campinas.

12. CUNHA, Manuela Carneiro da; CASTRO, Eduardo Viveiros. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 71, p. 191–208, 1985.

13. LOPES, *op. cit.*, 2003. p. 60.

14. MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI–XVIII*. 2004. Tese (Doutorado em História da Arte) – Universidade do Porto, Porto; GONÇALVES, Regina Célia. O Capitão-Mor e o Senhor de Engenho: os conflitos entre um burocrata do rei e um ‘nobre da terra’ na Capitania Real da Paraíba (Século XVII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2008, Lisboa. *Actas*. Lisboa: Instituto Camões, 2008. P. 1–14.

15. LOPES, *op. cit.*

16. APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Quando as Chefias Indígenas se fortalecem enquanto pequena nobreza nos sertões das Capitanias do Norte na segunda metade do século XVIII. In: CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA NOBREZA NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS DE ANTIGO REGIME, 2011, Lisboa. *Atas*. Lisboa: [s.n.], 2011; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Capa, espada, hábito e tença: concessão de títulos nobiliárquicos às lideranças indígenas na luta contra invasores estrangeiros na América portuguesa (séc. XVII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA NOBREZA NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS DE ANTIGO REGIME, 2011, Lisboa. *Atas*. Lisboa: [s.n.], 2011

17. MOURA FILHA, *op. cit.*; LOPES, *op. cit.*
18. GONÇALVES, Regina Célia. O Capitão-Mor e o Senhor de Engenho: os conflitos entre um burocrata do rei e um 'nobre da terra' na Capitania Real da Paraíba (Século XVII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2008, Lisboa. Actas. Lisboa: Instituto Camões, 2008. P. 1–14
19. SUMARIO das Armadas. *op. cit.* Cap. 5.
20. SALVADOR. *op. cit.* p. 104.
21. BLOSSER, Bret. "By the Force of Their Lives and the Spilling of Blood": Flechero Service and Political Leverage on a Nueva Galicia Frontier. In: MATTHEW, Laura E.; OUDJIK, Michel R. (Ed.). *Indian Conquistadors: Indigenous Allies in the Conquest of Mesoamerica*. [S.l.]: University of Oklahoma Press, 2007. P. 289–316, p. 290.
22. LIMA, André da Silva. *A Guerra pelas Almas: Alianças, Recrutamentos e Escravidão indígena, (do Maranhão ao Cabo do Norte, 1615–1647)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Pará.
23. OUDJIK, Michel R.; RESTALL, Matthew. Mesoamerican Conquistadors in the Sixteenth Century: Indigenous Allies in the Conquest of Mesoamerica. In: MATTHEW, Laura E.; OUDJIK, Michel R. (Ed.). *Indian Conquistadors*. Norman: University of Oklahoma Press, 2007. P. 28–64.
24. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada guerra e açúcar no Nordeste, 1630–1654*. São Paulo: Editoria 34, 2007.
25. SUMÁRIO das Armadas. *op. cit.* Cap. 10.
26. SUMÁRIO das Armadas. *op. cit.*; SALVADOR, *op. cit.*
27. MONTEIRO, *op. cit.* p. 29, 35.
28. MOURA FILHA. *op. cit.* p. 80, 98–99.
29. MELLO. *op. cit.*
30. PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650–1720*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.
31. *Idem*, p. 91, 128–129, 135.
32. SILVA. Agência Indígena na Conquista do Sertão. *op. cit.*
33. SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras: A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: CEPE, 2010.
34. APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Ações multifacetadas dos Tarairiú nos sertões das capitanias do Norte entre os séculos XVI e XVIII. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: ANPUH, 2009; XAVIER, Romulo. A Flecha e o Mosquete: Índios e Batavos no Brasil Holandês. *Clio–Série História do Nordeste*, Recife, n. 25-2, 2007.
35. SANTOS, Solon Natalício Araújo dos. *Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651–1706)*. 2011. Dissertação (Mestrado

em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFBA, Salvador.

36. PIRES, Maria Idalina Cruz. *A Guerra dos Bárbaros: Resistência e Conflitos no Nordeste Colonial*. Recife: UFPE, 2002, p. 68.
37. JESUS, Miriam. *Abrindo Espaços: Os 'Paulistas' na Formação da Capitania do Rio Grande do Norte*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
38. MEIRA, Jean Paul Gouveia. Ressignificando a Saga do Governador dos Índios Antônio Domingos Camarão 1721–1732. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais*. São Paulo: ANPUH, 2011.
39. MENDES, Laura Peraza. *O Serviço de Armas nas Guerras contra Palmares: Expedições, Soldados e Mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, Campinas.
40. CARTA para o Capitão da Aldeia de Jaguaribe. *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 3, p. 217–218, 1929.
41. PUNTONI. *op. cit.* p. 136.
42. Idem. p. 199.
43. MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.
44. CARTA para o Superior da Aldeia do Camamú. *Documentos Históricos*, v. 3, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, p. 228–229, [s.d.].
45. PIRES. *op. cit.* p. 75.
46. POSSAMAI, Paulo (Org.). *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012
47. MELLO, *op. cit.*

Fontes

- CARTA para o Capitão da Aldeia de Jaguaribe. *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 3, p. 217–218, 1929.
- CARTA para o Superior da Aldeia do Camamú. *Documentos Históricos*, v. 3, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, p. 228–229, [s.d.].
- SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil [1627]*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587 [1587]*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Massangana, 2000.
- SUMÁRIO das Armadas [1585]. *Revista Municípios em Destaque*, n. 69, p. 17–60, 1996.

Referências

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 21–39, 2012.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Ações multifacetadas dos Tarairiú nos sertões das capitanias do Norte entre os séculos XVI e XVIII. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- _____. Multiplicidades de Análises, Escritas e Aportes Teóricos-Metodológicos Sobre a História Indígena no Brasil entre os Séculos XVI e XIX. *História*, São Paulo, v. 40, e2021050, 2021.
- _____. Quando as Chefias Indígenas se fortalecem enquanto pequena nobreza nos sertões das Capitanias do Norte na segunda metade do século XVIII. In: CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA NOBREZA NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS DE ANTIGO REGIME, 2011, Lisboa. Atas. Lisboa: [s.n.], 2011.
- BLOSSER, Bret. "By the Force of Their Lives and the Spilling of Blood": Flechero Service and Political Leverage on a Nueva Galicia Frontier. In: MATTHEW, Laura E.; OUDJIK, Michel R. (Ed.). *Indian Conquistadors: Indigenous Allies in the Conquest of Mesoamerica*. [S.l.]: University of Oklahoma Press, 2007. P. 289–316.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; CASTRO, Eduardo Viveiros. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 71, p. 191–208, 1985.
- GONÇALVES, Regina Célia. *Guerra e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Parayba, 1585–1630*. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. O Capitão-Mor e o Senhor de Engenho: os conflitos entre um burocrata do rei e um 'nobre da terra' na Capitania Real da Paraíba (Século XVII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2008, Lisboa. Actas. Lisboa: Instituto Camões, 2008. P. 1–14.
- JESUS, Miriam. *Abrindo Espaços: Os 'Paulistas' na Formação da Capitania do Rio Grande do Norte*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- LIMA, André da Silva. *A Guerra pelas Almas: Alianças, Recrutamentos e Escravidão indígena, (do Maranhão ao Cabo do Norte, 1615–1647)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Pará.
- LOPES, Fátima Martins. *Índios, Colonos e Missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Capa, espada, hábito e tença: concessão de títulos nobiliárquicos às lideranças indígenas na luta contra invasores estrangeiros na América portuguesa (séc. XVII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA NOBREZA NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS DE ANTIGO REGIME, 2011, Lisboa. Atas. Lisboa: [s.n.], 2011.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

DE FLECHEIROS E EMBOSCADAS

- MEIRA, Jean Paul Gouveia. Ressignificando a Saga do Governador dos Índios Antônio Domingos Camarão 1721–1732. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: ANPUH, 2011.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada guerra e açúcar no Nordeste, 1630–1654*. São Paulo: Editoria 34, 2007.
- MENDES, Laura Peraza. *O Serviço de Armas nas Guerras contra Palmares: Expedições, Soldados e Mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, Campinas.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. Tese (Concurso de Livre Docência em Etnologia) – Unicamp, Campinas.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI–XVIII*. 2004. Tese (Doutorado em História da Arte) – Universidade do Porto, Porto.
- ORLANDI, Eni. *Terra à Vista: Discurso do confronto, Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- OUDJIK, Michel R.; RESTALL, Matthew. Mesoamerican Conquistadors in the Sixteenth Century: Indigenous Allies in the Conquest of Mesoamerica. In: MATTHEW, Laura E.; OUDJIK, Michel R. (Ed.). *Indian Conquistadors*. Norman: University of Oklahoma Press, 2007. P. 28–64.
- PIRES, Maria Idalina Cruz. *A Guerra dos Bárbaros: Resistência e Conflitos no Nordeste Colonial*. Recife: UFPE, 2002.
- POSSAMAI, Paulo (Org.). *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História Militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650–1720*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.
- RESTALL, Matthew. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SANTOS, Solon Natalício Araújo dos. *Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651–1706)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFBA, Salvador.
- SCHROEDER, Susan. Introduction: The Genre of Conquest Studies. In: MATTHEW, Laura E.; OUDJIK, Michel R. (Ed.). *Indian Conquistadors: Indigenous Allies in the Conquest of Mesoamerica*. Norman: University of Oklahoma Press, 2007. P. 5–27.
- SILVA, Geiza K. A. Teias de alianças, lealdades e dependência: tabajaras e potiguares aliados aldeados na capitania de Pernambuco. *Clio, Serie História do Nordeste*, v. 2, n. 25, p. 187–214, 2007.
- SILVA, Kalina V. *O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2000.

- SILVA, Kalina Vanderlei. A Conquista da Paraíba e do Rio Grande nos Planos Estratégicos da Monarquia Católica: guerra, trânsitos e conexões na América Portuguesa dos Habsburgo no final do século XVI. In: SANTOS PÉREZ, José Luis; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis (Org.). *Redes y Circulación en Brasil Durante la Monarquía Hispánica (1580–1640)*. Madri: Sílex Ediciones, 2020. v. 1. P. 317–338.
- _____. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na 'Guerra dos Bárbaros' (1651–1704). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 45, n. 2, p. 77–91, 2019.
- _____. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras: A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: CEPE, 2010.
- XAVIER, Romulo. A Flecha e o Mosquete: Índios e Batavos no Brasil Holandês. *Clio–Série História do Nordeste*, Recife, n. 25-2, 2007.

Cristianização do espaço

Templos religiosos no território da Freguesia do Seridó (1695–1808)

*Isac Alisson Viana de Medeiros*¹

Introdução

Buscaremos analisar a participação da Igreja Católica na produção de territórios cristãos na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó². Admitimos que tal processo se deu por meio da transformação dos espaços pela Igreja Católica, sendo a construção de templos cristãos—capelas e matriz—a principal forma de exercício dessa prática. Nesse sentido, a escolha do recorte temporal se deu a partir do período em que pudemos identificar, fosse a partir das fontes documentais ou historiografia—as quais serão discutidas mais à frente—o período de cristianização desse espaço, sendo 1695 o ano em que já pudemos afirmar a existência da primeira capela no território—a Capela de Sant’Anna do Vale do Acauã ou Caicó—e 1808 o ano da construção da Capela de Sant’Ana de Currais Novos, presente na última povoação a se estabelecer na Freguesia do Seridó, considerando o corte de tempo histórico aqui lembrado.

Como aporte teórico para resolução de nossa problemática, faremos uso primeiramente do conceito de “Cristianização espacial” cunhado por Cláudia Damasceno Fonseca, que se refere a uma estratégia de conversão e manutenção da fé católica, utilizada pela Igreja e Coroa portuguesa que se baseava na construção de templos cristãos nos diversos espaços conquistados durante o período colonial. Nesse sentido, tanto a matriz quanto as capelas serviam como materialização de um território cristão.

Mais do que um local de fé, esses templos religiosos se constituíam em pontos de legitimação da conquista do território³.

Também iremos nos apropriar do conceito de “Território”, a partir de Marcelo de Lopes Souza⁴, o qual o classifica como projeção espacial das relações de poder. Sendo assim, territórios seriam “no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos”⁵. A partir dessa concepção, a Freguesia do Seridó passa a ser entendida como representação espacial do poder que a Igreja Católica—amalgamada com a Coroa portuguesa—mantinha naquelas terras, sendo ambas instituições entendidas como agentes modeladores do espaço, em meio ao processo de territorialização da Freguesia do Seridó. Para isso, levamos em consideração que a doutrina cristã se estabelece como um conjunto de práticas que tem como função o controle do território e das pessoas sobre as suas próprias diretrizes e interesses, a partir de estratégias que visam manter a existência e legitimar a fé, assim como a sua reprodução ao longo da história.

No que tange ao corpo documental utilizado para a análise de nosso problema, dispomos de uma série de registros paroquiais devidamente transcritos e alocados em banco de dados na plataforma *Microsoft Access*: são eles referentes a seis tomos divididos em batizado, casamento e óbito (dois de cada tipologia) que juntos somam um total de 4.904 registros e cobrem o período de 1788 a 1838⁶. Também fizemos uso de um Livro de Tombo da Freguesia do Seridó (1748–1906) e daquelas que se desmembraram; como também o Livro de Fábrica (1806–1892) da mesma freguesia.

O seguinte artigo buscará discutir a produção de um território cristão na Freguesia do Seridó, tendo como estratégia a cristianização desse espaço. Tal análise se dividirá em cinco seções posteriores. Primeiramente iremos discorrer acerca dos templos construídos no território comportado pela referida freguesia (seção 1), destacando os elementos relacionados à construção dos mesmos (seção 2). Em seguida, a discussão irá recair sobre “fundadores” dos templos religiosos, ou seja, àqueles que doaram as terras e se responsabilizaram pela captação de cabedal suficiente para tal feito (seção 3). Dando continuidade, a seção seguinte irá tratar das justificativas utilizadas para promover ou solicitar a construção das capelas e matriz. E por último fecharemos a discussão por meio de uma análise da circunscrição eclesiástica da Freguesia do Seridó ao início do século XIX, período este em que a mesma passaria a fragmentar o seu território em novas freguesias.

Templos religiosos da Freguesia do Seridó

Segundo Câmara Cascudo⁷, o processo de ocupação e povoamento do sertão da capitania do Rio Grande do Norte só se deu anos depois da ocupação da faixa litorânea das terras da América portuguesa. Somente ao término da ameaça holandesa e fim dos combates com as populações nativas da região é que foi possível aos funcionários da Coroa portuguesa se estabelecerem nessas terras.

De acordo com Muirakytan Macêdo⁸, a sedução pelas terras dos sertões teria se originado a partir do ajustamento da região à lógica dos lucros do comércio atlântico exigidos pelo capitalismo mercantil que movia a empresa colonial. Sendo o litoral o principal exportador de cana-de-açúcar, coube aos sertões o emprego da pecuária, que a priori serviu de consumo para o próprio mercado interno, mas que também acabou sendo capturada pelo comércio atlântico.

Acompanhando as primeiras boiadas vieram os colonizadores luso-brasílicos e, com estes, a fé cristã. O processo de inserção da Igreja Católica nas terras do Seridó está profundamente relacionado a vinda das primeiras famílias—as quais iriam se converter na elite social, política e econômica do Seridó—e início da formação das primeiras aglomerações populacionais na região.

Ao mesmo tempo em que se abriam os espaços para a penetração do gado nos sertões, a fé cristã também se impunha conquistando espaços antes abençoados por entidades das religiosidades indígenas e demarcando territórios a partir da construção de templos cristãos. Segundo Giuseppe Marcocci⁹, as igrejas, capelas, matrizes e cruzeiros tornaram-se umas das principais simbolizações utilizadas pela Coroa portuguesa e Igreja Católica—durante as conquistas—para demarcar a posse de terra pela ordem cristã. Ao chegar em novas terras encontradas tornou-se comum erguer uma cruz e posteriormente construir um edifício cristão para simbolizar àquelas terras como posse de Portugal e da Igreja Católica.

Tal processo foi reproduzido na conquista dos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte. Durante o ato evangelizador a Igreja Católica não cristianizava apenas as almas das pessoas que ali habitavam, mas, também, o próprio espaço¹⁰. Apesar do processo de cristianização do espaço e início da produção de um território cristão naquelas terras se estabelecer durante o século XVIII, com a fundação da Freguesia do Seridó, a primeira marca deixada pela fé católica no espaço físico do território seridoense

data ainda do século anterior.

A tabela na página seguinte contém o número de capelas/Matriz edificadas, assim como o período de construção, resumindo o processo histórico de cristianização do espaço que passou a comportar a Freguesia do Seridó. A tabela foi produzida a partir de dados retirados do Livro de Tombo da Freguesia do Seridó, como também de fragmentos transcritos dos demais livros de tomo das povoações respectivas às suas capelas transcritos ou citados por autores na historiografia acerca da região¹¹. A primeira coluna contém a ordem de surgimento dos templos; a segunda o período de doação das terras para construção; a terceira, o período de término ou a data mais recente documentada que o templo já funcionava; a quarta corresponde ao nome da santa invocada pelo templo e quinta contém a povoação que se formou aos seus arredores.

Percebe-se que a linha 4 está destacada na tabela, esta compreende a edificação da Matriz de Sant'Anna ou Matriz do Seridó, como também é nomeada na documentação. O ato de doação de terras para a construção deste templo ocorreu junto ao processo de fundação da Freguesia do Seridó. Em relação à criação da freguesia, segundo Olavo de Medeiros Filho, na data referente a 15 de abril de 1748, a mesma se originou da fragmentação da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Nascia assim, a Freguesia do Seridó, sob o título e a invocação da Gloriosa Senhora Santa Ana¹².

Segundo Macêdo¹³, a Freguesia do Seridó foi a primeira organização espacial da região. Sendo essa circunscrição de cunho eclesiástico, configurou-se também em um território cristão. No entanto, a partir da tabela, podemos perceber que o processo de cristianização espacial foi iniciado bem antes do estabelecimento da freguesia, visto que a edificação das capelas de Santana do Vale do Acauã; Nossa Senhora do Ó, da Serra Negra e Nossa Senhora da Guia, do Acari antecedem a fundação da Freguesia do Seridó. Logo, esses templos fazem parte de um território cristão que já existia desde o momento em que a Igreja produziu o espaço, com a implantação da Capela de Santana do Acauã. Posteriormente, tal território ficou subordinado ao Piancó. Em 1748, teve foro religioso próprio, a partir da fundação da referida freguesia.

Dessa forma, podemos afirmar que a fundação da Freguesia do Seridó, apesar de ser a primeira circunscrição espacial de cunho eclesiástico organizada no referido espaço, não foi o início da cristianização daquele es-

Tabela 7.1: Linha do tempo da construção dos templos religiosos da Freguesia de Santa Ana do Seridó (1695–1808)

Classificação por ordem de construção	Doação de patrimônio e início da construção	Término da construção	Templo	Povoação
1	?	1695	Capela da Senhora Santa'Ana do Vale do Acauã	Arraial do Acauã
2	1735	1735	Capela de Nossa Senhora do Ó	Serra Negra
3	1736	1738	Capela de Nossa Senhora da Guia	Acari
4	1748	1780	<i>Matriz da Gloriosa Senhora de Santa Ana do Seridó</i>	Caicó
5	?	?	Nossa Senhora dos Aflitos	Jardim de Piranhas
6	?	1756	Capela de Santa Luzia	Sabugi
7	?	1772	Capela de Nossa Senhora da Guia dos Patos	Patos
8	1768	?	Capela de Nossa Senhora das Mercês	Serra do Cuité
9	1774	1781	2ª capela de Nossa Senhora do Ó	Serra Negra
10	1760	1792	Capela de Nossa Senhora da Luz	Pedra Lavrada
11	1790	1805	Capela de Nossa Senhora da Conceição	Conceição do Azevedo
12	1808	1808	Capela da Senhora Santa Ana do Currais Novos	Currais Novos

Fonte: elaboração do autor Isac Medeiros com base em no Livro de Tombo da Freguesia do Seridó e historiografia acerca das respectivas povoações.

paço. Porém, não se pode negar a fundação da Freguesia para a continuidade do processo, visto que após esse acontecimento cada vez mais capelas foram sendo construídas no território, somando-se doze no total, ao fim de 1808, ano de construção da Capela de Sant'Ana de Currais Novos, a última de nosso recorte. Também é importante atentar que nas povoações de Caicó, Acari e Serra Negra houve a construção de dois templos, onde o mais novo substituiu o antigo, sendo este passado a jurisdição de capela do Rosário. Nesses casos contamos os dois templos, como mostra a tabela.

Elementos relacionados às construções dos templos

A partir da documentação e historiografia referente aos templos religiosos do Seridó—já citados anteriormente—pudemos identificar algumas características em comum referentes as construções dos templos religiosos, no processo de produção do território cristão da Freguesia do Seridó a partir da cristianização espacial. Em primeiro lugar, todos os templos tiveram sua construção iniciada após o término dos confrontos bélicos dos luso-brasílicos contra a população nativa da região. Como já explicado, somente após esse evento o povoamento da região ganhou força, o que culminou na doação de sesmarias para fixação de colonos e formação de fazendas de gado. Obviamente, só posteriormente a esse fato, as capelas puderam ser levantadas.

Em segundo lugar, a construção de tais templos religiosos estiveram diretamente relacionados ao início de aglomerados populacionais que se converteram ao passar dos anos em povoações, vilas, freguesias e municípios, tal qual afirma, Dantas: "Na história de nossos sertões, as cidades nascem, quando nascem suas igrejas, suas capelas"¹⁴. O autor destaca o fortalecimento demográfico, social e econômico provocado na região a partir da edificação do templo religiosos.

Em terceiro lugar, destacamos a participação da população nesse processo. Em todos os casos analisados, a iniciativa de construir uma capela partiu da própria população. De forma mais específica, de um fazendeiro(a) de gado que doava parte de suas terras e juntava cabedal suficiente para o erguimento da capela e pagamento do pároco que lá iria se estabelecer. Portanto, apesar da construção dos templos ter sido parte de um projeto mais amplo—a cristianização dos espaços—promovido pela Igreja

Católica em consonância com a Coroa Portuguesa. Muito desse projeto foi elaborado a partir da participação da população. Por isso relacionava-se diretamente ao fortalecimento econômico da região, visto que a mesma deveria ter uma população de cabedal suficiente para arcar com as despesas necessárias a cristianização daquele espaço.

Privilégios destinados aos doadores de terras para construção de capelas

A tabela abaixo traz a lista de doadores responsáveis pelas construções das capelas presentes no território comportado pela Freguesia do Seridó entre 1695 a 1808. A exemplo da tabela anterior a parte destacada refere-se a sede da Freguesia.

Tabela 7.2: Doadores de terras para construção de templos (1695-1808)

Templo	Doador	Povoação
Capela da Senhora Santa' Ana do Vale do Acauã	?	Arraial do Acauã/Queiquó
Capela de Nossa Senhora do Ô	Manoel Pereira Monteiro	Serra Negra
Capela de Nossa Senhora da Guia	Manuel Esteves de Andrade	Acari
<i>Matriz da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó</i>	<i>Manoel Fernandes Jorge</i>	<i>Caicó</i>
Nossa Senhora dos Aflitos	Margarida Cardoso Cavalcante	Jardim de Piranhas
Capela de Santa Luzia	Geraldo Ferreira Neves	Sabugi
Capela de Nossa Senhora da Guia dos Patos	Paulo Mendes de Figueiredo	Patos
Capela de Nossa Senhora das Mercês	Caetano Dantas Correia	Serra do Cuité
Capela de Nossa Senhora da Luz	José Bezerra da Costa	Pedra Lavrada
Capela de Nossa Senhora da Conceição	Antônio de Azevêdo Maia	Conceição do Azevedo
Capela da Senhora Santa Ana do Currais Novos	Cipriano Lopes Galvão.	Currais Novos

Fonte: elaboração do autor Isac Medeiros com base em no Livro de Tombo da Freguesia do Seridó e historiografia acerca das respectivas povoações.

Como dito anteriormente, cada povoação teve uma capela, assim como

um doador de terras para a construção desta, respectivamente. Alguns privilégios eram oferecidos às pessoas responsáveis pela doação de terras para esse fim em especial, o que concorria a certos benefícios dos mais variados fatores—social, político, comerciais, religiosos—para estas pessoas e suas famílias. Portanto, percebemos que uma série de interesses individuais, por parte do doador, norteavam a motivação para tal ato.

Em primeiro lugar, existia o fator social que recaía sobre os sujeitos que realizavam a ação de doar terras para construção de templos religiosos. Tal ato era carregado de religiosidade o que fazia com que aos olhos da comunidade, o doador—e sua família—fosse visto como uma pessoa de bem, alguém que contribuía com os planos divinos na terra. Para isso auxiliava o discurso católico, carregado de relações de poder que buscava moldar a mentalidade da época para a noção cristã de conceber o mundo.

Em segundo lugar, ao doador também concorria vantagens políticas, visto que na história das terras que hoje entendemos como Seridó, era concebido o título de “fundador” da aglomeração a pessoa responsável por doar as terras que alocaram as primeiras capelas/Matriz edificadas nesses locais. Dom José Adelino Dantas nos ajuda a sustentar essa afirmação ao apontar que:

Na história de nossos sertões, as cidades nascem, quando nascem suas igrejas, suas capelas [...]. Na verdade, no Seridó são tidos e havidos como legítimos fundadores de cidade aqueles varões que patrocinaram a ereção de suas primeiras igrejas. Os exemplos são ricos. Em Serra Negra, o Capitão Manoel Pereira Monteiro. Em Acari, o sargento-mór Manoel Estêvão de Andrade. Em Currais Novos, o capitão-mór Cipriano Lopes Galvão. Em Jardim do Seridó, o capitão Antônio de Azevêdo Maia. Todos eles, pelo fato de terem apadrinhado a construção de suas capelas, receberam da Autoridade Eclesiástica de então os títulos de Benfeitores e Fundadores (DANTAS, 1961).

Entendido como território cristão, as terras do Seridó tinham como principal autoridade a Igreja Católica, logo, se posto dessa forma é normal que a instituição conferisse títulos e honrarias às pessoas que lhe prestassem serviços, como bem fizeram os sujeitos mencionados por Dantas e que, até os dias atuais são considerados os fundadores de seus respectivos

aglomerados urbanos. Portanto, em uma sociedade que enaltecia a honra e religiosidade, tal título conferia grande prestígio e valor político e social.

Em terceiro lugar, existiam os fatores econômicos que também se traduzem em vantagens para os doadores. O ato de doar terras para a fundação de templos religiosos podia ser extremamente útil aos fazendeiros, visto que esse feito viabilizava o surgimento de um aglomerado de sítios e residências aos arredores do prédio, possibilitando a criação de um pequeno mercado consumidor para seus produtos, assim como o aumento do valor de suas propriedades. Em relação a isso, Rubenilson Teixeira atenta para o fato de que normalmente, as terras concedidas a Igreja costumavam ser bem maiores do que a porção necessária para a construção dos templos. A razão de isso ocorrer se daria justamente pelo interesse dos doadores em utilizar tal porção de forma suplementar, relacionada a objetivos econômicos, pois: “[...] se os novos moradores quisessem se instalar próximo da igreja, certamente nas terras do doador, deveriam lhe pagar o foro”¹⁵. Logo, o ato de doar terras para a Igreja poderia se resumir em um negócio altamente lucrativo para aqueles que o fizessem.

Por último, dentre os benefícios cabíveis aos doadores estava o mais óbvio, mas não menos importante, o privilégio religioso. Afinal, mesmo apesar dos demais interesses supracitados, não se pode negar que para a mentalidade de alto fervor religioso como a da população de nosso recorte, o ato de doar terras para a Igreja também comportava uma forte dimensão espiritual.

Essa série de interesses individuais que norteavam as doações de terras para construção de templos religiosos no Seridó, conseqüentemente estiveram presentes nas tomadas de decisões—fosse em maior ou menor grau, dependendo do caso—dos fundadores das aglomerações que viriam a formar a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana.

Justificativas para as construções dos templos

Apesar da construção dos templos religiosos no Seridó antigo ter ocorrido pela iniciativa dos seus habitantes de maior cabedal, é necessário ter em mente que essa ação não era unilateral, muito pelo contrário, perpassava a autorização da Igreja Católica, mais especificamente, a diocese de Pernambuco, a qual era responsável pela jurisdição eclesiástica da capitania do Rio Grande do Norte. Dessa forma, antes que fossem construídas, to-

das as capelas necessitaram de aprovação de seu respectivo bispo. Para isso, algumas justificativas centralizaram os pedidos dos habitantes pela autorização de edificação das capelas.

O processo de edificação da capela de Acari nos permite analisar algumas destas justificativas. A Manuel Esteves de Andrade¹⁶ cabe o posto de fundador do atual município de Acari, na ótica da historiografia regional, visto que foi esse a mandar erigir a primeira capela em homenagem a Nossa Senhora da Guia, padroeira da localidade¹⁷. O mesmo teria chegado solteiro para residir no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte. Vendo-se sozinho nas novas terras, mandou chamar sua mãe para lhe fazer companhia. Esta, que era baiana e muito católica respondeu que só atenderia ao pedido do filho caso houvesse nas proximidades da fazenda uma igreja capaz de atender as suas necessidades espirituais. Buscando conceder o pedido de sua mãe foi então que Manuel Esteves de Andrade encaminhou no ano de 1736 uma petição endereçada a dom José Fialho, bispo de Pernambuco, em Olinda, pedindo autorização para a construção da capela. A transcrição deste documento, localizada na obra de Santa Rosa revela questões interessantes ao que toca no processo de organização eclesiástica nas terras que hoje compreendem a porção de terra que hoje é compreendida como o Seridó nordestino. Eis o traslado da petição:

Ilustrissimo senhor. Dis o Sargento Mor Manuel Esteves de Andrade morador no districto do curato de Piancó que ele pretende erigir hua capella com a invocação de N. S. da Guia, no lugar xamado Acari districto do dito curato, **para o fim de sua alma e dos mais moradores circunvizinhos, por ficarem dis-tantes de sua Matris oito dias de viagem, para cujo fim tem junto muita pedra**, lhe fez a escritura do patrimônio que apresenta em meia legoa de terra **que rende todos os anos de ar-rendamento deis mil reis, os quais aplica p.^a os paramentos, reparação, fabrica da dita capella** por tanto pide a vossa ilustrissima lhe faça mercê atendendo ao muito serviço de Deos que se seguirá com a ereção desta capela conceder-lhe licença para apuder erigir, estando de toda acabada, e ordenada com os paramentos necessários o seu Reverendo Parocho a possa benzer e nela celebrarem-se os divinos officios, e já os moradores daquelle lugar alcansarão licença que apresentarão para

apuderm erigir por ter sido vossa Ilustrissima informado do Reverendo Parocho ser util, em numerario, e receberá mercê¹⁸.

A partir da análise do documento podemos perceber alguns pontos interessantes em relação a construção de templos religiosos no território cristão da Igreja Católica nas terras que viriam a ser compreendidas por Seridó. Em primeiro lugar fica claro o sentimento de religiosidade que o documento busca suscitar quando sugere que a construção da capela seria um alívio para a alma da população cristã que ali residia.

Em seguida é citada a distância que o povoado tem da Matriz. Vale lembrar que o prédio em questão refere-se à Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, localizada na sede da freguesia de mesmo nome, em Piancó, Capitania da Paraíba, visto que para o período em questão a Freguesia do Seridó ainda não tinha sido fundada. A distância alegada de oito dias de viagem revela grande dificuldade para a população que ali residia para acompanhar os ritos cristãos, fosse missas semanais até sacramentos de batismo, casamento e óbito.

Por fim, outro ponto do documento que merece destaque se dá ao fato de que Manuel Esteves de Andrade faz questão de informar que o povoado já tinha juntado muita pedra, destinada aos serviços a serem executados para a construção da capela, assim como também faz menção aos arrendamentos anuais de suas terras, deixando claro que o povoado seria capaz de arcar com as despesas—de construção e manutenção—da preterida capela.

Esse fato vai de concordância com as assertivas de Cláudia Damasceno Fonseca, quando a autora afirma que o estabelecimento das estruturas do poder eclesiástico na colônia dependeu essencialmente da iniciativa dos habitantes, os quais movidos por sua religiosidade e por um forte espírito associativo criavam irmandades, erigiam e ornavam capelas, igrejas e, muitas vezes, remuneravam os sacerdotes que ali celebravam os ofícios¹⁹. Sem dúvida, ao se responsabilizar pelas despesas da capela, Manuel Esteves de Andrade tornou mais fácil à decisão favorável à construção do templo, a qual foi, por fim, atendida.

A análise da referida petição nos ajuda a perceber que apesar das licenças para construção de templos católicos serem dadas pela diocese, necessitando, destarte da permissão do bispo para que fosse concretizada, a iniciativa comumente partia da população, mais precisamente membros da elite da região que doavam partes de suas propriedades desejando a

construção de igrejas. Mesmo sendo obrigação da Coroa assegurar o investimento para a conquista religiosa nas colônias, percebe-se que isso nem sempre ocorria na prática. Os interesses tanto da metrópole quanto de habitantes do Novo Mundo construía uma dinâmica diferente que acarretava em quebras na legislação.

Construída a capela no ano de 1738 em uma pequena esplanada em nível superior, o Sargento Mor Manuel Esteves de Andrade voltou a presença da autoridade eclesiástica, o Senhor Bispo Dom José Fialho para solicitar a autorização da bênção do templo. Esta, segundo Olavo de Medeiros Filho foi concedida no mesmo ano e tão logo passou a funcionar o templo.

Percebemos dois pontos que, segundo Manoel Esteves de Andrade, justificam a edificação de uma capela em sua propriedade: 1) Assistência religiosa, mediante a distância da Matriz do Piancó e 2) a condição econômica favorável para edificação e manutenção dos templos, assim como de pagamentos dos párocos. Ambas as justificativas foram recorrentes nas demais petições para construção de capelas no Seridó, sobretudo para a fundação da Freguesia do Seridó e construção da Matriz:

Por termos cabal notícia do copioso povo, que nos sertões do nosso bispado há, e que cada vez cresce mais em número, principalmente nos Distritos do Ico, e Piancó, e incumbir no nosso pastoral ofício, acoder com Pasto Espiritual a tantas ovelhas nossas; e veremos que a providência mais eficais que lhe podemos dar, é a divisão das Igrejas e sua tiplicidade dos párocos para que mais prontamente se acuda com os sacramentos e fiquem mais bem assistidos os paroquianos: ordenamos ao nosso Reverendo Vizitador Manoel Machado Freire, que, chegando a os tais Distritos, divida os dois Curatos Icó, e Piancó pelas partes, que forem mais convenientes, ficando cada um em dois; e nesta divisão observará os requizitos necessários, e o mais, que em Nossas Instruções lhe temos ordenado, para o que lhe concedemos a jurisdição que nos é permitida, como si por Nós fossem divididos ditos Curatos [...]divido, e hei por dividida, desmembrada e desanexada desta dita Freguesia, para criação de outra nova, que intitulo, e hei por intitulada com o titulo e Invocação de "Santa Ana" [...] ²⁰.

É interessante perceber que o argumento utilizado para explicar a di-

visão do território mostra-se inteiramente de cunho religioso. As preocupações por parte das autoridades eclesiásticas são de que o aumento demográfico da população dificultava a cristianização dos povos, sendo necessária uma reorganização do território para que melhor pudesse acudir espiritualmente a população citada. O fato de todo um território ser dividido a partir de uma justificativa religiosa é significativo da mentalidade colonial em nosso recorte. No período em questão os limites das esferas civil e religiosa eram tênues, de modo que ficava a cargo da Igreja a responsabilidade por diversos expedientes voltados para a vida civil, a exemplo dos registros de nascimento, casamento e óbito, os quais ao adentrarem a esfera espiritual dos ritos cristãos eram sacralizados pela instituição. A autoridade eclesiástica ainda ultrapassava outras ações da vida pública voltadas à assistência social da população, ensino e até mesmo as diversões, sob a forma das festas de padroeira, um dos principais eventos festivos no período colonial ao que tange nosso recorte espacial.

Da mesma forma, a preocupação financeira também é citada no documento de desmembramento da Freguesia do Seridó, onde a responsabilidade pela construção e pagamento de despesas da capela e padres são repassados para a população:

Os paroquianos da nossa Freguesia pagarão à seus Reverendos Párocos estipêndios e emolumentos que antes pagarão, e era uso e costume pagarem ao de Nossa Senhora do Bom Sucesso, sem que, em razão da divisão, haja alteração ou diminuição nos sobreditos emolumentos, e direitos: e poderão erigir sua Matriz, com o sobredito título da Senhora Santa Ana, no lugar, que julgarem mais apto para serem curados, e para se lhes administrarem os sacramentos. Este se publicará na Matriz desta Freguesia e em uma das Capelas da Freguesia novamente criada, e se lançarão em os Livros de Provimientos de uma e outra, para que a todo tempo conste e se lhe dê seu inteiro e devido cumprimento²¹.

O documento faz menção aos emolumentos pagos pela população a Igreja, se referindo aos dízimos, foros e demais despesas relacionadas à instituição. É importante atentarmos que por mais essa questão fosse omitida na justificativa é bem provável que grande parte da preocupação da Igreja em dividir e estabelecer um melhor controle de seu território em

muito tivesse relação com a cobrança dessas fábricas à população, as quais significavam junto com as esmolas grande parte do lucro da Instituição nas colônias. Possivelmente, devido a extensão do território muitas pessoas tenham escapado ao olhar da Igreja, não só nas questões espirituais, como também nas tributárias. Com a reorganização do território a partir da criação da Freguesia do Seridó supõe-se que se pôde aferir um maior cuidado a essas questões e da mesma forma que o pasto espiritual conseguiu ter uma melhor assistência é provável que também tenha passado a dar maior contribuição financeira à Igreja Católica.

Por último, o documento se refere à autorização da construção da Matriz—em lugar que a população julgar mais apto, vale salientar—e sobre questões relativas a administração e documentação dos ritos sagrados sobre a forma dos registros paroquiais—registros de batismo, casamento e óbito—de fábrica e demais provimentos que deveriam ser anotados em livros nas respectivas capelas e mandadas para a sede da freguesia. Tais documentos eram justamente os meios em que a instituição católica poderia arrecadar os dados e informações necessárias para controlar os espaços e almas dispostos em seu território, por isso mesmo a preocupação em fazer constar um trecho em referência ao tratamento dessa documentação no edital de desmembramento das freguesias.

A Freguesia do Seridó como estabelecimento de um território cristão

O aumento de capelas na Freguesia do Seridó, sobretudo na segunda metade do século XVIII, representou tanto o aumento da jurisdição eclesiástica quanto o próprio crescimento populacional, afinal, se estavam construindo novas capelas era pra suprir uma demanda espiritual dos fiéis católicos. Percebe-se, então, que para o período em questão, a Freguesia do Seridó estava expandindo-se em termos de fiéis e, conseqüentemente, de espaços.

A conversão dos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte realizou-se gradativamente, acompanhando a marcha do povoamento e da construção de capelas pelos colonos e a conseqüente expansão progressiva da malha paroquial. As capelas mostraram-se como um elemento essencial ao povoamento do Seridó, fosse pela efetiva piedade religiosa de assistir a

população necessitada de pasto espiritual ou por interesses máximos da colonização.

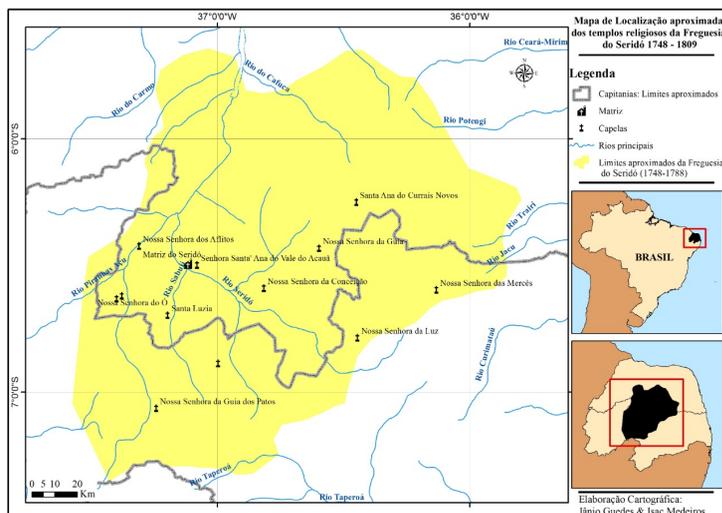
Com base no exercício de tentar analisar a produção do território do Seridó em uma perspectiva histórica através da inserção da Igreja Católica, tornou-se necessário admitir o desafio de estabelecer seus limites territoriais. Afinal, como apontado por Ione Moraes²², as fronteiras estabelecidas pelo sistema de capitanias já não davam conta da dinâmica estabelecida entre as populações que ali conviviam. A própria Freguesia do Seridó foi um exemplo dessa inadequação, visto que comportava em seu território povoações pertencentes tanto a Capitania da Paraíba, quanto da Capitania do Rio Grande do Norte.

Portanto, buscamos a construção de um mapa contendo a representação dos domínios da Freguesia do Seridó até o ano de 1808, quando a mesma atingiu o máximo de extensão territorial analisada em nosso recorte, situando suas capelas, povoações e vila.

É importante citar que esse mapa segue a orientação preconizada por Muirakytan Macêdo e Helder Macedo²³ de tomar como premissa a malha hidrográfica das ribeiras do Piranhas, Espinharas, Seridó e Acauã, a qual, de acordo com a documentação que criou a freguesia, constituiu a área de controle espiritual onde estariam situados os fregueses de Santa Ana. A delimitação da área da freguesia não tem seus contornos definidos com uma linha, vez que não se mostraria prudente, visto a falta de um mapa oficial desse curato, o que impede a representação com limites exatos. Optamos, então, por propor a visibilização do território abençoado por Santa Ana por meio de uma mancha²⁴, que cobre a malha hidrográfica já mencionada e mais os seus espaços adjacentes.

A representação exposta no mapa acima refere-se a uma aproximação de como se estabeleceu o território da Freguesia do Seridó até o ano de 1808, construção da última capela, localizada na Povoação de Currais Novos. Nesse sentido, um ponto que deve ser chamado atenção é em relação às capelas de Patos e da Serra do Cuité as quais terminaram o período desmembradas da Freguesia do Seridó e alçadas ao posto de igrejas matrizes de suas respectivas freguesias. Porém, apesar desse fato, optamos por deixar que permanecessem no mapa para que pudessem ser visualizadas todas as capelas construídas no território da Freguesia do Seridó e que contribuiriam para o processo de cristianização espacial realizado pela Igreja Católica na região.

Figura 7.1: Limites aproximados da Freguesia do Seridó (1748–1808)



Fonte: Produção do autor Isac Medeiros, em parceria com Jânio Guedes. O mapa foi uma expiração feita a partir de outro, o Mapa 3, da tese outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII–XIX) de autoria de Helder Macedo, o qual tem como premissa de orientação as malhas dos principais rios da região e os limites territoriais apontados no livro de Tombo da Freguesia do Seridó. PSC. CPSJ. Livro de Tombo nº 1. FGSSAS, 1748–1906 (Manuscrito).

Esse modelo de expansão utilizado por Coroa e Igreja na América portuguesa resultou em uma série de semelhanças em respeito ao início das povoações no Seridó. Autores como Rubenilson Teixeira já haviam chamado atenção para esse fato. Como discute o autor²⁵, o processo embrionário de surgimento das aglomerações populacionais no Seridó antigo está intimamente relacionado às manifestações do sagrado. Nesse sentido, as povoações da Freguesia do Seridó obedeceram a um processo de gestação que encerrou algumas características fundamentais.

Para a realidade da Freguesia do Seridó a multiplicação do número de capelas durante o decorrer do século XVIII e início do XIX esteve estreitamente associada a expansão da fronteira pecuarista nos sertões. Grosso modo, pode-se dizer que em cada nova zona ocupada por um grupo de fazendeiros surgia uma pequena capela. Em torno de vários destes templos brotaram arraiais.

Em seguida, a doação de terras por parte do padroeiro da igreja produ-

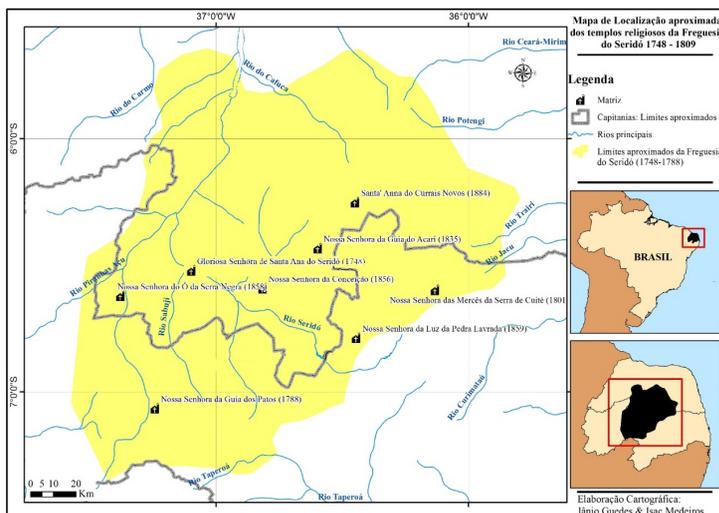
ziu um tipo de estrutura fundiária que tornou possível, a médio ou longo prazo, uma concentração habitacional em torno do edifício religioso. A partir daí, o nível da aglomeração correspondeu ao nível demográfico, social e econômico da população que ali se estabeleceu. Obviamente, esse modelo não foi exclusivo do povoamento do Seridó, visto que foi um modelo aplicado na América portuguesa. Cláudia Damasceno afirma que nesses casos:

Se a localidade continuava a se desenvolver—graças a ocupação progressiva das terras por uma população majoritariamente branca e abastada e ao desenvolvimento comercial—, a pequena capela era substituída por um edifício maior, a fim de que se pudesse pretender à sua promoção na hierarquia eclesiástica. Os “aplicados” solicitavam, então, a elevação da capela à condição de igreja matriz, ou seja, de sede de uma freguesia. Neste estágio, na maioria dos casos, o local onde se encontrava o edifício religioso não era mais um “sítio”, um amontoado disperso de propriedades rurais, mas um arraial, dispondo de uma concentração mais expressiva de casas e, por vezes, até mesmo de lojas e vendas²⁶.

A partir do desenvolvimento desses núcleos populacionais tais capelas foram substituídas por igrejas de maior porte e erigidas ao posto de matrizes, assim como suas respectivas povoações elevaram-se em vilas.

Como pudemos perceber esse foi o caso de a princípio a povoação de Caicó, quando foi elevada a Freguesia do Seridó e, a posteriori, as povoações de Nossa Senhora da Guia dos Patos e Nossa Senhora das Mercês da Serra de Cuité que logo em seguida se desmembraram da primeira e fundaram suas respectivas freguesias. No entanto, elas não seriam as únicas a realizar tal processo, conseqüentemente, a Freguesia do Seridó veria o seu território se fragmentar ainda mais no decorrer do século XIX. O mapa abaixo mostra o processo de desmembramento das povoações da Freguesia do Seridó, gerando novas freguesias na região e ampliando o controle eclesiástico sobre o território. Optamos por deixar a mancha que cobria o território da Freguesia do Seridó até 1788, período em que esta atingiu sua extensão máxima, antes dos primeiros desmembramentos das freguesias de Patos e Cuité.

Figura 7.2: Sequência de Freguesias fundadas no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte (1748–1884)



Fonte: PSC. CPSJ. Livro de Tombo nº 1. FGSSAS, 1748–1906 (Manuscrito)

É importante esclarecer que a fragmentação desse território não significava uma perda de poder por parte da Igreja Católica. Tratava-se, sim, de uma reorganização dos respectivos domínios, a qual favoreceria um maior controle territorial à instituição. Quando foi criada, a Freguesia do Seridó compreendia um território demasiadamente extenso para o eficiente desempenho dos serviços religiosos, com a intensificação do povoamento tornou-se cada vez mais difícil para a administração eclesiástica manter o controle de suas almas em tamanha imensidão de terras. O aumento de freguesias permitiu além da divisão dos territórios, a partilha das responsabilidades administrativas²⁷.

Como afirma Ione Moraes, a Freguesia do Seridó foi responsável por estabelecer os primeiros rascunhos da região que seria demarcada futuramente como Seridó. Essa circunscrição se estabeleceu a partir do que a autora chama de “cartografia da fé”, visto o modelo em que foi produzida, tendo como base a crença católica em meio a capelas e arraiais. Nesse sentido:

Ao longo do tempo, a cartografia do Seridó foi sendo redefinida em termos de contornos e fragmentação interna, em de-

corrência da atuação de múltiplas estruturas de poder expressas por diferentes territorialidades. As fronteiras, ora elásticas, ora comprimidas pela ação antrópica, foram geradoras de cartografias várias, objeto e objetivação de diversas temporalidades do/no espaço e de múltiplas espacializações do/no tempo. O Seridó, em termos de limites, constitui-se emblemático da premissa de que a cartografia dos lugares circunscreve prerrogativas humanas, portanto, corresponde, a um traçado de linhas carregadas de conteúdo histórico, político, econômico e/ou cultural. Assim, a região apresenta-se não como uma herança da natureza, definitivamente inscrita no espaço, mas como uma construção histórica e social, consequentemente sujeita a mutações decorrentes do nível e da intensidade dos impactos externos e internos em sua estrutura e em seus limites²⁸.

As palavras supracitadas de Ione Morais representam bem a nova conjuntura que passou a se estabelecer no Seridó após a fragmentação da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana. Os novos referenciais acerca do território que passaram a atuar com o início do povoamento serviram para realçar elementos como a pecuária, as fazendas e os homens de fé na trama histórica regional. Tais elementos, frutos da ação humana no espaço—interessante lembrar—contribuíram para a produção do território, assim como sua fragmentação. A cartografia traçada pelas capelas durante o decorrer do século XVIII iria servir como base para os limites municipais das futuras cidades do Seridó. O século XIX representaria, portanto, uma nova forma de entender e organizar o território.

Notas

1. Mestre em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Especialista em História dos Sertões pelo CERES-Caicó. ID Lattes: 5756222533110118. ORCID: 0000-0002-3079-4679. E-mail: isac.medeiros.academico@gmail.com.
2. A partir daqui também utilizaremos o termo Freguesia do Seridó para uma melhor fluidez do texto.
3. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaços de poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011a.

4. SOUZA, Marcelo Lopes. O Território: Sobre Espaço e Poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
5. SOUZA, Marcelo Lopes. O Território: Sobre Espaço e Poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 87.
6. Referimo-nos às fontes paroquiais da Freguesia do Seridó, já coletadas e disponibilizadas em bancos de dados por pesquisadores e bolsistas dos projetos de pesquisa coordenados pelos Profs. Muirakytan Kennedy de Macêdo e Helder Alexandre Medeiros de Macedo. São as seguintes: Livros de batizados nº 1, 1803–1806; nº 2, 1814–1818; Livros de Matrimônio nº 1, 1788–1809; nº 2, 1809–1821; Livros de Óbito nº 1, 1788–1811; nº 2, 1812–1838. Ainda, é importante salientar que o trabalho com as fontes abordado nesse tópico no que se refere a revisão, transcrição e alocação dessas em banco de dados não foi de realização exclusiva nossa e, sim, por bolsistas de projetos de pesquisa ligados a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação dos professores Muirakytan Macêdo e Helder Macedo, desde o ano de 1999 em diante, até o ano atual em que continua-se dando prosseguimento ao projeto. Realizamos apenas uma parcela destas atividades no período de 2013 a 2016 quando estávamos na graduação e vinculados a projetos de pesquisa, onde trabalhamos com parte dessa documentação.
7. CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro; Natal: Achiamé; Fundação José Augusto, 1984.
8. MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária. (Seridó—Século XVIII)*. Natal: Flor do Sal; EDUFERN, 2015.
9. MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV–XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
10. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraías e vilas d'el rei: espaços de poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011a.
11. AZEVEDO, Igor Rasec Batista de; GALVÃO, Maria Luiza de Medeiros. A (re) construção do território urbano da cidade de Jardim de Piranhas/RN na segunda metade do século XX. In: CONGRESSO NORTE E NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7, Palmas. *Anais*. Palmas: [s.n.], 2012; DANTAS, Dom José Adelino. *Homens e fatos do Seridó antigo*. Garanhuns: O Monitor, 1961. P. 12; MACEDO, Helder Alexandre Medeiro de. Contribuição ao estudo da Casa-Forte do Cuó, Caicó-RN. *MNEME: revista de humanidades*, Caicó, v. 6, n. 13, 2005; MACEDO, Helder Alexandre Medeiro de. *Ocidentalização, territórios e população indígenas no sertão da capitania do Rio Grande*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos*

XVIII–XIX). 2013b. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Fregueses da Freguesia da Vila Nova do Príncipe, d’onde sempre foram: identidades territoriais nos sertões do Seridó. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América Portuguesa*. João Pessoa; Natal: Ideia; Edufrn, 2013a; MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012; MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Estado das almas: população, família e educação escolar no Rio Grande do Norte colonial (século XVIII). *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 41, n. 27, p. 244–268, 2011; MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária. (Seridó—Século XVIII)*. Natal: Flor do Sal; EDUFRN, 2015; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*. Caicó: Edição do autor, 2005; MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingr-Un Rosado, 2002. v. 1268. (Mossoroense, Série C); RIETVELD, Padre João Jorge. *História da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Pedra Lavrada: a devoção de José Bezerra da Costa*. Campina Grande: Maxgrafe, 2010; SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. *Acari: Fundação, História e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

12. MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingr-Un Rosado, 2002. v. 1268. (Mossoroense, Série C), p. 49.

13. MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

14. DANTAS, Dom José Adelino. *Homens e fatos do Seridó antigo*. Garanhuns: O Monitor, 1961. P. 12, p. 12.

15. TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens: A Secularização do Uso, da Forma e da Função Urbana*. Natal: EDUFRN, 2009, p. 401.

16. Sobre o fundador da povoação de Acari, Helder Macedo levanta um fato relevante acerca do povoamento do Seridó. A historiografia regional aponta para uma população de origem luso-brasílica e qualidade branca como responsável pela formação das primeiras aglomerações populacionais do Seridó. Macedo vai contra essa teoria, apontando para uma descendência mestiça referente a Manuel Esteves de Andrade, fundador da povoação do Acari, o qual seria um “homem de cor”. O autor, a partir de uma data de sesmaria, pôde evidenciar um parentesco entre Manuel Esteves de Andrade e Nicolau Mendes da Cruz. Sendo este último qualificado como “Criolo Forro”, tornou possível inferir, que pelo menos por parte materna ou paterna, Manuel Esteves de Andrade possuiria ligação familiar com não brancos. Ainda, a partir do rastreamento em registros paroquiais de seus descendentes, —sobrinhos, visto que este foi solteiro e não possuiu filhos—o autor encontrou

- a qualificação de pardos para tais, apontando para uma origem mestiça, muito provavelmente relacionada a Manuel Esteves de Andrade. Logo, pelo menos em respeito à povoação do Acari, não se pode afirmar uma origem branca e luso-brasílica para sua formação, problematização esta que desconstrói a tese tão propagada pela historiografia regional acerca desse espaço. Ver: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII–XIX)*. 2013b. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 211–212.
17. SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. *Acari: Fundação, História e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974
18. PSC. CPSJ. Livro de Tombo n° 1. FGSSAS, 1748–1906 (Manuscrito) apud SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. *Acari: Fundação, História e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974, p. 38–39, grifo nosso.
19. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaços de poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011a, p. 426.
20. FGSSAS, Livro de Tombo n° 1 (1784–1906). Cópia fiel da provisão do Senhor Bispo Dom Frei Luiz de Santa Teresa, pela qual se dividiu a Freguesia da Gloriosa Senhora de Santa Ana do Seridó, desta do Piancó, em 15 de abril de 1748.
21. FGSSAS, Livro de Tombo n° 1 (1784–1906). Cópia fiel da provisão do Senhor Bispo Dom Frei Luiz de Santa Teresa, pela qual se dividiu a Freguesia da Gloriosa Senhora de Santa Ana do Seridó, desta do Piancó, em 15 de abril de 1748.
22. MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*. Caicó: Edição do autor, 2005.
23. Inclusive o mapa em questão foi elaborado a partir de outro, contido na tese de Helder Macedo. Buscamos fazer uma adaptação ao nosso recorte, de modo a compreender as povoações e capelas por nós analisadas. Ver: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII–XIX)*. 2013b. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 48.
24. O método em questão busca denotar o caráter de volatilidade do território apresentado. O mesmo é de autoria do Professor Muirakytan Macêdo, que o expôs em um dos encontros da Base de Pesquisa “Formação dos Espaços Coloniais: economia, sociedade e cultura”, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e foi seguido por Helder Macedo em sua tese de doutorado supracitada.
25. TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens: A Secularização do Uso, da Forma e da Função Urbana*. Natal: EDUFRRN, 2009, p. 227.
26. FONSECA, Cláudia Damasceno. Freguesias e capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais. In: FEITLER, Bruno (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas*

durante a vigência das Constituições primeiras do arcebispado da Bahia. São Paulo: EdUnifesp, 2011b, p. 112.

27. MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*. Caicó: Edição do autor, 2005.

28. MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*. Caicó: Edição do autor, 2005, p. 67.

Referências

AUGUSTO, José. *Seridó*. Brasília: Centro gráfico do senado federal, 1980.

AZEVEDO, Igor Rasec Batista de; GALVÃO, Maria Luiza de Medeiros. A (re) construção do território urbano da cidade de Jardim de Piranhas/RN na segunda metade do século XX. In: CONGRESSO NORTE E NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7., Palmas. *Anais*. Palmas: [s.n.], 2012.

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. *Mouseion*, Canoas, n. 12, p. 129–159, 2012.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Comp.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro; Natal: Achiamé; Fundação José Augusto, 1984.

COSTA, Renata Assunção da. *Porta do céu: o processo de cristianização da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681–1714)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

DANTAS, Dom José Adelino. *Homens e fatos do Seridó antigo*. Garanhuns: O Monitor, 1961. P. 12.

FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia (ed. e estudo introdutório)*. São Paulo: EDUSP, 2010.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaços de poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011a.

_____. Freguesias e capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais. In: FEITLER, Bruno (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. São Paulo: EdUnifesp, 2011b.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a.

_____. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Edição: Carlo Ginzburg. Lisboa: Difel, 1989b. P. 169–191.

LAMARTINE, Oswaldo. *Sertões do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

CRISTIANIZAÇÃO DO ESPAÇO

- LAMARTINE, Pery. *Serra Negra Anos 30*. Natal: Offset Gráfica e Editora LTDA, 2000.
- LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal; Brasília: Fundação José Augusto; Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiro de. Contribuição ao estudo da Casa-Forte do Cuó, Caicó-RN. *MNEME: revista de humanidades*, Caicó, v. 6, n. 13, 2005.
- _____. *Ocidentalização, territórios e população indígenas no sertão da capitania do Rio Grande*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Fregueses da Freguesia da Vila Nova do Príncipe, d'onde sempre foram: identidades territoriais nos sertões do Seridó. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América Portuguesa*. João Pessoa; Natal: Ideia; Edufrn, 2013a.
- _____. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII–XIX)*. 2013b. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.
- _____. Estado das almas: população, família e educação escolar no Rio Grande do Norte colonial (século XVIII). *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 41, n. 27, p. 244–268, 2011.
- _____. *Rústicos cabedais: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária. (Seridó—Século XVIII)*. Natal: Flor do Sal; EDUFRN, 2015.
- MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV–XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe—1850/1890. Sertão do Seridó—Um estudo de caso da pobreza*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MEDEIROS FILHO, Olavo. *Velhas Famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingr-Un Rosado, 2002. v. 1268. (Mossoroense, Série C).
- _____. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.
- MONTEIRO, Denise de Mattos. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RN, 1., 2004, Natal. *Anais*. Edição: Raimundo Nonato Araújo da Rocha. Natal: Associação Nacional de História e EDUFRN, 2006.
- MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*. Caicó: Edição do autor, 2005.
- RIETVELD, Padre João Jorge. *História da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Pedra Lavrada: a devoção de José Bezerra da Costa*. Campina Grande: Maxgrafe, 2010.

- ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o espaço. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explosões Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. O sagrado e sua dimensão espacial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. *Acari: Fundação, História e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.
- SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. *O Processo de Dessacralização da Morte e a Instalação de Cemitérios no Seridó, Séculos XIX e XX*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- SOUZA, Marcelo Lopes. O Território: Sobre Espaço e Poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. Território da Divergência (e da Confusão). In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo: Expressão Popular e UNESP Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.
- _____. Território e Desterritorialização. In: _____. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens: A Secularização do Uso, da Forma e da Função Urbana*. Natal: EDUFRN, 2009.

Administradores do contrato das baleias na capitania de Santa Catarina, 1742–1835¹

Jeferson dos Santos Mendes²

Introdução

O presente artigo busca analisar o papel dos administradores das armações da pesca de baleia na capitania de Santa Catarina durante os séculos XVIII e XIX—oficiais dos Corpos de Ordenanças ou das milícias auxiliares, vereadores das Câmaras municipais e/ou negociantes—responsáveis pela supervisão dos trabalhos na pesca, pelo fluxo de embarcações destinadas ao mercado atlântico do óleo de baleia, além da prestação de contas e contabilidade da armação para o contratador sediado em Lisboa, no Rio de Janeiro ou na própria capitania. Esses administradores envolveram-se em outros negócios; conhecedores dos meandros da política e da economia colonial, atuavam nas principais capitanias e contavam com contatos nos principais portos da América. Dessa forma, buscamos compreender os mecanismos de acumulação desses administradores que, na esteira dos assentos e contratos régios dos negócios das baleias, estavam promiscuamente ligados em negócios como arrematação de impostos, contrabando e tráfico de escravos. Em outras palavras, buscamos analisar como os administradores do contrato da pesca de baleia na América portuguesa utilizaram do cargo e da função exercida para ampliar seus negócios lícitos e ilícitos nas franjas do Império. Em suma, como esses homens que cuidavam da administração dos negócios dos outros e, muitas vezes, da administração, nas próprias vilas e/ou freguesias nos corpos de Ordenanças e auxiliares ou no exercício das funções camaristas, usavam do cargo para benefício próprio.

Antes de entrar no tema dos administradores do contrato das baleias da capitania de Santa Catarina precisamos destacar alguns conceitos e noções que nortearam nossa análise. A ampliação dos programas de pós-graduação no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, e o profícuo diálogo entre pesquisadores brasileiros e portugueses, no final do século XX, ampliaram as discussões sobre a participação da América portuguesa na economia e na política do Império português. Essas novas pesquisas colocaram em dúvida a utilização dos conceitos de Absolutismo e de pacto colonial, além das relações entre o centro e suas periferias. Antônio Manuel Hespanha (1994) propôs analisar o Antigo Regime a partir de uma lógica negocial, onde o rei era a cabeça de um corpo político e social. Com ênfase no tráfico Atlântico, Manolo Florentino (2000) demonstrou que o controle sobre o mercado de escravos no Atlântico não estava nas mãos do capital mercantil lusitano, mas ao contrário, dos negociantes residentes na América. Na mesma perspectiva, João Fragoso (1998) ao analisar um grupo de negociantes da praça do Rio de Janeiro no final do século XVIII e início do XIX, demonstrou a existência de circuitos de um mercado interno que atendia diferentes capitanias.

Além da noção de uma monarquia corporativa que funcionava na lógica da negociação e da concessão, e da participação dos homens da América na organização do comércio Atlântico, nesse caso, da pesca da baleia, precisamos definir o que era administração no Antigo Regime. Diferente daquilo que hoje designamos, o termo "administração", geralmente era usado com um complemento. Pedro Cardim (2005) lembra que "falava-se em administrar a casa, administrar uma cidade, um dote, o reino ou um património". Nessa lógica, administrar uma armação e ao mesmo tempo ocupar cargos e ofícios na América, dependia da lealdade ao rei, da participação na conquista de novos territórios, funcionando como moeda de troca nas relações entre esses homens e a coroa. Essa indistinção entre a esfera da política e da economia é central para compreender tal sociedade (FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO; 2007).

Nessa direção, buscaremos analisar como esses administradores, que cuidavam dos contratos dos contratadores sediados no Reino ou na América, administravam o mercado de comércio de óleo de baleia, o trabalho nas armações, dentro e fora dela, nos engenhos de açúcar e na produção de farinha e, ainda, o escoamento comercial do mercado interno e externo. Também intentaremos examinar como esses homens forjaram estraté-

gias de integração e permanência na administração local, seja como oficiais das ordenanças e das milícias auxiliares ou nas Câmaras municipais; ou seja, como empenharam esforços nas estratégias de integração, ampliação de seus negócios particulares e permanência no território. Para tal análise utilizaremos o conceito de *Estratégia*, que é interpretado aqui a partir de Barth e Levi, como o modo que um indivíduo age a partir de recursos limitados que o seu lugar na trama social lhe confere, em contextos onde a sua ação depende da interação com as ações alheias e onde, portanto, o controle sobre o seu resultado é limitado por um horizonte de constante incerteza (LIMA FILHO, 1999).

Além disso, outro conceito que complementa o anterior é o de rede. Muito utilizado pela historiografia da época moderna, será fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Pensar essas redes constituídas não por governadores ou grandes comerciantes, mas por administradores menores que desejam em algum momento tornar-se grandes. Assim escolhemos o conceito de rede por ser o que "melhor define e dá forma à noção de império; a de um império constituído por homens e mulheres que se movimentavam pelos diversos espaços, dando forma e sentido ao mundo português na época moderna. Indivíduos que integravam grupos que integravam sociedades de modo dialético e dinâmico, conectando as partes que formavam esse conjunto imperial" (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010).

Outro conceito fundamental para entender os espaços inseridos por esses agentes é o conceito de fronteira. Um conceito polissêmico e elástico, compreendido como um espaço aberto para a expansão (REITANO; POSSAMAI, 2015). A partir de uma noção que não se refere ao limite ou linha que divide jurisdições políticas ou administrativas, mas zona de contatos e trocas com avanços e recuos. Em outras palavras, um lugar de encontro de povos e onde as fronteiras geográficas e culturais ainda não estavam claramente definidas. Em suma, perceber a fronteira enquanto processo, longe da narrativa eurocêntrica e laudatória de uma conquista americana (ADELMAN; ARON, 1999).

É importante ressaltar que esta pesquisa encontra-se em fase inicial de coleta e análise das fontes. Falta-nos um aprofundamento das fontes do Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, além do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Por outro lado, apresentaremos algumas hipóteses e delimitaremos alguns avanços, mesmo que praticamente a partir de fontes bibliográficas, citando alguns documentos

existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, disponibilizadas pelo Projeto Resgate. Escolhemos o período cronológico de 1742 a 1835 por marcar o início dos contratos régios que incorporaram a Capitania de Santa Catarina na atividade baleeira; já a década de 30 do século XIX marca o período imperial onde os antigos administradores das armações passaram a arrematar o contrato das armações.

Baleias e armações

Introduzida na América portuguesa durante a ocupação ibérica, a pesca de baleias foi, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, uma fonte de riqueza, importante atividade comercial e de recursos para as coroas ibéricas. Da Bahia à Ilha de Santa Catarina as armações baleeiras faziam parte da paisagem costeira. A pesca foi introduzida pelos biscainhos, no princípio do século XVII, quando o império ultramarino luso-espanhol estava sob hegemonia da coroa madrilenha (ELLIS, 1969). As armações, além de unidades de produção, também eram “espaços de vivência e sociabilidade”, entre pescadores, mercadores, pequenos comerciantes, administradores e a população local (COMERLATO, 1998, 2020).

Na Ilha de Santa Catarina, a primeira instalação baleeira foi da armação *Grande de Nossa Senhora da Piedade*. Situada no atual município de governador Celso Ramos, fundada em 1746, segundo August de Saint-Hilaire, sua construção foi iniciada em 1743 (1978, p. 162). Estrategicamente localizada, foi construída no continente, na entrada da Baía Norte, em frente da fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Excelente ponto para baleação e atracagem das embarcações. Fabiana Comerlato lembra que a armação de *Nossa Senhora da Piedade* possuía “um conjunto de edificações bastante expressivo para a época de sua construção”. Compunha-se, ainda, de:

[...] trapiche, capela, engenho de azeite, casas dos tanques, armazéns, ferraria, casa-grande, casa dos feitores, companhia dos baleeiros, senzala, telheiro do escaler, casa de depósito da lenha, ditto dos cabos, ditto do panno, telheiro para a construção, casa de hospital e botica, cariocas e engenhos (COMERLATO, 2020).

Na armação, mais tarde, foi construído um quartel para as tropas e casa para os oficiais (COMERLATO, 2020). Durante o contrato dos Quinte-

las ocorreu uma expansão dos núcleos baleeiros em toda costa da América portuguesa. Na capitania de Santa Catarina, foram construídas as armações da Lagoinha (1772), armação de São João Batista de Itapocoróia (1778), armação de São João da Garopaba (1792) e armação de Imbituba (1796).

É certo que, durante o século XVIII, a Ilha de Santa Catarina converteu-se no centro de pesca comercial de baleias, com grande concentração de instalações pesqueiras. Arpoadores, pescadores livres, escravos, caçadores de baleias, mesclavam-se entre a população ribeirinha. O trabalho árduo e penoso era desempenhado, na maioria das vezes, por escravos e a população local. "O empreendimento da caça a baleia e principalmente a muitos escravos negros, que têm a executar os trabalhos mais duros durante todo o ano, para ganhar o sustento de cada dia" anotou em seu diário Langsdorff (1996, p. 178). A geografia da Ilha facilitava a visibilidade do cetáceo quando se aproximavam da costa. A baleia era um animal apreciado pelo seu valor comercial e pelas suas partes e fluídos. Após serem arpoados, os cetáceos eram tratados nas armações. Com sua grossa camada de gordura, o óleo após a extração tornava-se principal combustível para a iluminação de casas e ruas. O azeite também era utilizado nas construções, dando mais consistência aos muros das fortalezas, casas e prédios; misturando-se com cal e areia, resistiam melhor a umidade. Além disso, havia a fabricação de velas, sabão, preparo de couro e peles, tecidos, tintas, calafetagem de barcos. Nos mercados europeus, a barbatana era utilizada na fabricação de guarda-chuvas, bengalas, estojos, chicotes, escovas, brochas, na armação de chapéus, golas, mangas, saias e espartilhos de roupas femininas (ELLIS, 1969).

O cachalote era o principal cetáceo a frequentar as águas da Ilha de Santa Catarina. Com grande porte...

[...] o cachalote que mede de 15 a 20 metros de comprimento. Sua cabeça corresponde a até 40% do seu tamanho total. Pelo valor comercial de partes do seu corpo, especialmente o espermacete e o âmbar-gris, o cachalote tornou-se o preferido dos pescadores e tem uma das mais antigas e contínuas histórias de perseguição entre estes animais. O espermacete, extraído do cérebro do cachalote, é uma matéria branca, oleosa, transparente e viscosa que, em contato com o ar, transforma-se em cera. Um animal adulto pode fornecer cinco quilos desta matéria-prima. A indústria baleeira no Brasil interessou-se

por ele na segunda metade do século XVIII para a fabricação de velas. O espermacete era também consumido nas boticas como detergente, consolidador, emoliente no preparo de unguentos, pomadas, bálsamos, cosméticos e sabões finos (ELLIS, 1969).

Em 1777 a Ilha de Santa Catarina foi tomada pelos espanhóis como resultado das guerras fronteiriças entre as coroas ibéricas. Durante a ocupação castelhana os espanhóis intensificaram a produção e a pesca. "En una de las primeras cartas remitidas a España se decía que había dos almacenes con 500 esclavos desde los que se pescaban al año unas 800 ballenas, extrayéndose de cada una 16 "pipas" o recipientes de aceite y 4 quintales de barbas" (BODELÓN, 2013, p. 596). Cevallos, sem perda de tempo, buscou informações sobre a atividade pesqueira. Incumbiu o governador castelhano, Guilherme Vaughan, responsável pela administração da Ilha de Santa Catarina durante a ocupação, para dedicar todos os esforços na produção das armações baleeiras. Vaughan, prontamente respondeu a Cevallos dizendo estar empenhado na atividade "he procurado fomentar la pesca de ballena todo cuanto me era posible, franqueando al oficial comisionado negros, lanchas y demás cosas pertenecientes a dicha pesca, para que nada impida su buen éxito" (BODELÓN, 2013, p. 597).

O sucesso da pesca das baleias na Ilha de Santa Catarina foi fundamental para a coroa madrilenha decidir investir em outros pontos da América espanhola. As boas notícias e informações enviadas por Cevallos e demais comandantes foram cruciais para a coroa fundar as bases pesqueiras no vice-reinado do Rio da Prata. Ao finalizar as negociações de paz com Portugal e a devolução da Ilha de Santa Catarina ao governo luso-brasileiro, Vértiz recebeu uma ordem real para a fundação de uma localidade na baía patagônica. A armação em São Julião tinha como propósito, além de firmar a soberania territorial, buscar impedir que ingleses e norte-americanos continuassem com as atividades pesqueiras em território castelhano (QUESADA, 1876, p. 279).

O fim do contrato dos Quintelas nas capitanias marcou tanto o apogeu das armações catarinenses e demais armações da costa da América portuguesa como sua decadência. Em 1801, a coroa extinguiu o monopólio. O decreto previa que fábricas, escravos responsáveis pelo trabalho nas armações, ativos da Coroa nas feitorias e demais utensílios fossem inventariados e vendidos. Em 1816, um grupo de empresários do Rio de Janeiro

tentou reativar as armações, mas a pesca já estava em decadência e não conseguia mais competir com a concorrência no Atlântico Sul de baleeiros britânicos e norte-americanos (EDMUNSON, HART, 2014, p. 52). Nesse ano, Joaquim José Siqueira, Fernando Carneiro Leão (viúva Carneiro & filhos), Manuel de Lima e Joaquim Antônio Alves, com capital de 40:000\$00ors arremataram o contrato de pesca—pelo período de 1816 a 1825, no valor de 21:000\$00ors ao ano. A Real Pescaria das Baleias, nome dado à sociedade comercial, rescindiu o contrato em 1825. Dois anos depois, as armações foram incorporadas a Fazenda Nacional pelo decreto imperial de 13 de novembro de 1827 (PIAZZA, 1982, p. 201).

Administradores do contrato das baleias na Capitania de Santa Catarina

O importante papel desempenhado pelos administradores que, muitas vezes, eram oficiais das ordenanças e milícias auxiliares, além de camaristas, na dinâmica política e econômica de relações de interdependência estabelecida entre os poderes central e local no longo, negocial e diversificado Império português, contrasta com o reduzido interesse da produção historiográfica brasileira pela história da pesca da baleia na América portuguesa (PAZ, 2015, p. 17). A primeira pesquisa sistemática sobre a pesca da baleia no Brasil foi realizada por Myriam Ellis, *A baleia no Brasil colonial* (1969), e priorizou o estudo sobre os assuntos e os contratos régios, principalmente os contratadores da praça de Lisboa. Por outro lado, deu pouca atenção aos administradores dos contratos sediados nas capitanias.

Só da capitania de Santa Catarina, uma das mais importantes na produção do óleo de baleia, do período de 1742 até 1830, encontramos nove administradores. A maioria pertencente as Ordenanças ou auxiliares e alguns camarários. Chama atenção o caso do capitão Manoel Machado de Souza, que era administrador do contrato dos Quintelas (1765–1801), arrematador em 1835, e, do inspetor do corte de Madeira, Antônio Mendes Carvalho, que vai arrematar duas armações: em 1829, Nossa Senhora da Piedade e em 1831, Garopaba e Imbituba.

Entre 1742 até 1753 a arrematação do contrato das armações baleeiras na costa da América portuguesa ficou a cargo do arrematador português Tomé Gomes Moreira. No contrato da pesca, a arrematação incluía a pesca na costa das capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Santa

Catarina, onde inaugurou a atividade baleeira e formou a primeira feitoria. O administrador da armação de Nossa Senhora da Piedade era João Marcos Vieira, que administrou a armação por cinco décadas. E, ao que parece, foi substituído por Jacinto Jorge dos Anjos. Em estudo recente, Fernanda Zimmermann (2011), ao trazer um retrato da economia e sociedade da Freguesia de São Miguel da Terra Firme na primeira metade do século XIX, analisa a armação da Piedade, que contava com grande número de trabalhadores livres e escravos, como uma grande unidade produtora escravista no litoral de Santa Catarina. Sem discutir o papel do administrador da armação, o tenente de Ordenanças Jacinto Jorge dos Anjos Correia, que exerceu o cargo do final do século XVIII até a segunda metade do século XIX, ela destaca que com o fim da armação, o administrador ficou com os trabalhadores escravizados.

Durante 11 anos, entre 1754 e 1765, as armações da capitania estavam sob o contrato de Francisco Pereira de Souza e associados. Ele controlava a pesca nas capitanias do Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Sebastião, Santos e São Paulo. Francisco se mantém como sócio dos Quintelas que iniciará justamente no ano que acaba o contrato de Francisco Pereira de Souza.

O auge da pesca baleeira na costa da América portuguesa foi na segunda metade do século XVIII. A política pombalina das companhias comerciais beneficiou empresas particulares. O contrato favoreceu a família Quintela. Rabello lembra, que "os Quintelas [eram] opulentos mercadores, grandes proprietários fundiários e donos de fábricas em Portugal, com uma fortuna que se avolumava a cada nova geração, mercê de suas ligações com o poder" (RABELLO, 1997, p. 172). Através dos vínculos com o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo estabeleceram o monopólio sobre o contrato das companhias comerciais. Em 1764, ano que marca o período de maior produção baleeira, Ignacio Pedro Quintela e companhia arrendaram o contrato da "pescaria das Baleas nas Costas do Brasil". Seis anos depois o contrato foi renovado (DOS SANTOS, 1976, p. 252). Sob a administração da família, em 1772 foi construída outra armação na Ilha de Santa Catarina, *Armação de Sant'Ana da Lagoinha* ou das *Lagoinhas*. Para manter o monopólio, Quintela pagava 80.000 cruzados ao ano. Além desse contrato, também arrendou os contratos do sal, tabaco e dízima da Alfândega do Rio de Janeiro. Em 1775, Ignacio faleceu e, em seu lugar, ocupou os negócios da família seu sobrinho Joaquim Tibúrcio Quintela (RA-

BELLO, 1997, p. 172; MAXWELL, 1996, p. 138). Em 1777, "año en que finalizó el contrato, los Quintela obtuvieron un beneficio de quatro millones de cruzados" (BODELÓN, 2013). Marcelo de Oliveira Paz (2015), em sua dissertação em Estudos Brasileiros, analisou a *Companhia da Pesca das Baleias de 1765–1801*, priorizando a administração de Inácio Pedro Quintela e Joaquim Pedro Quintela, negociantes oriundos de uma eminente família da elite mercantil lisboeta da segunda metade do século XVIII. Chegou reservar um subcapítulo ao administrador do contrato da baleia dos Quintelas, em Santa Catarina, João Marcos Vieira. Um homem de negócios do Rio de Janeiro que circulava pelas capitanias mais ao sul da América, comercializava todo tipo de fazendas e escravos, que mesmo após a prisão e a capitulação da Ilha de Santa Catarina (1777) permaneceu com o cargo de capitão-mor de Ordenanças da Ilha (MENDES, 2019). Para Marcelo de Oliveira Paz, João Marcos Vieira "gozava da posição privilegiada" enquanto administrador da armação da Piedade. Da Ilha de Santa Catarina, sede do governo da capitania, onde morava e trabalhava, organizou "uma ampla e ambiciosa rede comercial entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata com incidência inclusive sobre toda a ilha ilimitada franja territorial ao sul da colônia" (2015, p. 228). Além de João Marcos Vieira destaca-se o administrador de Itapocoróia Manoel Machado de Sousa. Manoel era pai do coronel Fernando Machado de Souza (RIHGSC, v. II, 1913, p. 46). Manoel de Sousa vai arrematar a mesma armação em 1835.

Entre 1816–1825 o império concedeu a Joaquim José Siqueira, Fernando Carneiro Leão, Manoel Dias de Lima e Joaquim Antônio Alves a administração do contrato da pesca de Santa Catarina. E como administrador estava Jacinto Jorge dos Anjos, na armação de Nossa Senhora da Piedade. Jacinto ocupava o cargo de tenente da companhia de infantaria auxiliar da freguesia de São Miguel da terra firme (AHU_CU_021, Cx. 6, D. 391). Em 1794, obteve terras em Três Riachos (atual município de Biguaçu). Jacinto, no cargo de capitão-mor, ainda, fez parte, da presidência da Junta Provisória da província de Santa Catarina entre 1822–1824 (AHU_CU_021, Cx. 9, D. 495; AHU_CU_021, Cx. 10, D. 609; RIHGSC, v. II, 1913, p. 16). Na armação de Santana da Lagoinha estava Antônio Luís Pereira, capitão da Companhia da Cavalaria da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades (AHU_CU_021, Cx. 5, D. 353). E, da armação de São João de Garopaba, o tenente, sargento-mor e administrador Manuel Marques Guimarães. Natural de Lisboa, Manuel Marques vai deixar em seu cargo, em 1824, o filho

homônimo para assumir a administração.

O Decreto Imperial de 13 de novembro de 1827 incorporava as armações a Fazenda Real. Contudo, não impediu que as armações fossem novamente arrematadas. Veríssimo Mendes Viana e Associados arremataram a armação da Lagoinha, em 1831. Antônio Mendes de Carvalho, a armação de Nossa Senhora da Piedade. Antônio ocupava o cargo de inspetor do corte de madeira na capitania. Era responsável pelo escoamento de madeiras para o Rio de Janeiro, Montevidéu, entre outras capitanias (AHU_CU_021, Cx. 10, D. 589; AHU_CU_021, Cx. 10, D. 592). Em 1829, Antônio já administrava a armação da Garopaba e suplemento de Imbituba. Em 1835, Manuel Machado de Souza, que era administrador no tempo dos Quintelas, vai arrematar o contrato da armação de Itapocoróia.

Considerações finais

Como destacamos no texto, a presente pesquisa encontra-se em fase de coleta de fontes documentais e bibliográficas. Especialmente a documentação existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Histórico Ultramarino, principalmente referentes à capitania de Santa Catarina, e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Contudo, por outro lado, mesmo com as consultas praticamente a partir de fontes bibliográficas, constatamos que muitos dos administradores das armações do século XVIII e início do século XIX tornaram-se arrematadores das armações que administravam. Aparentemente, tudo indica que buscavam dar continuidade a vida comercial, o fortalecimento das redes de poder, ao mesmo tempo, que buscavam a ampliação da influência política na capitania e posteriormente na província. E, estavam eles, envolvidos em diferentes tipos de atividades.

Reconhecemos que é preciso refinar a análise das negociações comerciais, de como montaram, fortaleceram e cristalizaram suas redes na complexidade da região de fronteira aberta da América portuguesa. Além da necessidade de ampliar a discussão sobre a ascendência, o envolvimento nos negócios lícitos e ilícitos nos circuitos comerciais, as relações de amizades e de alianças que ligavam esses indivíduos da periferia ao centro do Império. Por outro lado, como oficiais das Ordenanças ou das milícias auxiliares e camarários estavam a serviço da coroa na defesa do território. Vínculos que os inseriam em redes de reciprocidade. Na sociedade

de Antigo Regime, é importante ressaltar, que a fidelidade ao monarca e os serviços prestados à coroa, eram retribuídos com cargos, terras e privilégios concedidos aos vassallos pelo rei. As dádivas trocadas forjavam a obrigatoriedade de retribuições dos súditos na administração dos domínios reais.

Notas

1. Algumas observações do presente texto foram apresentadas na III Semana Acadêmica de História da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade de Divinópolis. Evento realizado entre os dias 22 a 26 de fevereiro de 2021.
2. Doutor em História e Cultura do Brasil, FLUL (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); Graduado, Mestre em História e especialista em Ciências Sociais pela UPF (Universidade de Passo Fundo). ID Lattes: 3284620192147683. ORCID: 0000-0002-9536-707X. E-mail: mendesjeferson@campus.ul.pt.

Referências documentais

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania de Santa Catarina.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (RIHGSC). v. II. 1913.

Referências bibliográficas

- ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From borderlands to borders, Empires, Nation-States, and the peoples in between in North American history. *The American Historical Review*, v. 104, n. 3, p. 814–841, 1999.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BODELÓN, Óscar Rico. *La ocupación Española de Santa Catarina (1777–1778): Uma Isla brasileira para Carlos III*. 2013. Tesis (Doctoral de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea) – Universidad de Salamanca, Salamanca.
- CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português—séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- COMERLATO, Fabiana. *A instalação das armações de pesca da baleia em Santa Catarina no século XVIII*. [S.l.: s.n.]. Núcleo de Estudos Açorianos-UFSC. Disponível em: <<https://nea.ufsc.br/artigos/artigos-fabiana-comerlato/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

- COMERLATO, Fabiana. *Análise Espacial das Armações Catarinenses e Suas Estruturas Remanescentes: Um Estudo Através da Arqueologia Histórica*. 1998. Dissertação (Mestrado em História, concentração em arqueologia) – Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- DOS SANTOS, José Maria (Org.). *Catálogo da Coleção de Miscelâneas*. Tomo 8º (Vols. DCLI a DCXCV). Coimbra: Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1976.
- ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790–1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no império português, século XVI–XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HESPAÑA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal, século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- LANGSDORFF, G. H. Von. *Bemerkungen auf einer Reise um die Welt in den Jahren 1803 bis 1807 von G. H. von Langsdorff*. In: HARO, Martim Afonso de Palma de (Ed.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4. ed. Florianópolis: UFSC e Lunardelli, 1996.
- LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues de. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MENDES, Jeferson dos Santos. *Capitulações Portuguesas na América Meridional, 1762–1777: Histórias, Julgamentos e Punições das Autoridades Coloniais*. 2019. Doutorado (História e Cultura do Brasil) – Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MOSIMANN, João Carlos. *Ilha de Santa Catarina—1777–1778: a invasão Espanhola*. Florianópolis: Edição do autor, 2003.
- PAZ, Marcelo de Oliveira. *Companhia da Pescaria das Baleias nas costas do Brasil (1765–1801): a caça ao Leviatã dos mares*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Faculdade de Letras, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Editora da UFSC e Editora Lunardelli, 1982.
- QUESADA, Vicente G. *La Patagonia y las tierras australes del continente americano*. Buenos Aires: Imprenta e Librerías de Mayo, 1876.
- RABELLO, David. *Os Diamantes do Brasil na Regência de Dom João (1792–1816): Um estudo de dependência externa*. São Paulo: Arte & Ciências, 1997.
- REITANO, Emir; POSSAMAI, Paulo (Org.). *Hombres, poder y conflicto: Estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis*. Argentina: Universidade Nacional de La Plata, 2015.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Tradução: Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte e São Paulo: Ed. Itatiaia e Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

ZIMMERMANN, Fernanda. *De armação baleeira a engenhos de farinha, fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme-SC, 1800–1860*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

O enjeitamento de crianças como estratégia social

A trajetória do Tenente Joaquim Lino Rangel na freguesia da cidade do Natal, 1760?–1839¹

Thiago do Nascimento Torres de Paula²

Introdução

O abandono de recém-nascidos é uma realidade nas sociedades humanas ocidentais desde longas datas. Muitos foram os motivos que possibilitaram o enjeitamento de crianças recém-nascidas, entre eles pode-se destacar: crises de alimentos, pobreza extrema, falta de leite humano ocasionado pela morte da mãe, ou mesmo a ilegitimidade, entre outros.

Salienta-se que a prática do enjeitamento não compunha o habitus dos nativos da América, nem muito menos dos muitos homens e mulher negros trazidos da África e escravizados no Novo mundo, sedo algo intrínseco a cultura dos homens católicos ocidentais. Enjeitar, expor, abandonar era abrir a possibilidade de outras pessoas praticarem a caridade, algo tão necessário para obter a salvação da alma. (VALDEZ, 2003, p. 25).

Assim, o fenômeno do enjeitamento de crianças recém-nascidas chegou ao Novo mundo por via das muitas embarcações que lá atracaram na América portuguesa. Com isso, o objetivo desta pesquisa é examinar a trajetória do Tenente Joaquim Lino Rangel, morador na freguesia da Cidade do Natal na transição do século XVIII para o século XIX, que foi enjeitado quando recém-nascido, mas que constituiu família legítima e tornou-se membro da governança.

Com isso, as fontes consultadas e analisadas ao longo da investiga-

ção foram: documentos paroquiais (Assentos de batismo, casamento e óbito); documentos camarários (Termos de vereação, Cartas e provisões); documentos cartoriais (testamentos); documentos administrativos (Cartas e requerimentos do Conselho Ultramarino, Cartas de sesmarias), entre outros. Todo material estudado encontra-se depositado respectivamente nos arquivos da Curia Metropolitana da Arquidiocese de Natal, Instituto Histórico e Geográficos do Rio Grande do Norte, Laboratório de Experimentação em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Os procedimentos utilizados giraram entorno da leitura criteriosa das fontes elencadas, fichamentos, transcrição e quantificação sistemática. A partir disso, buscou-se operar com o conceito de figuração, que refere-se a formações sociais, onde os indivíduos estão ligados uns aos outros por laços de interdependência, compondo amplas redes de relações e distribuídos em níveis específicos da sociedade. (ELIAS, 2001, p. 12–13).

Além do conceito de figuração elaborado pelo sociólogo Norbert Elias, o conceito de economia moral, revisto e reutilizado pelos historiadores Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, para analisar as relações políticas no Antigo Regime português que, segundo eles, se difundia por todos os níveis sociais, também pode ser usado para compreender os meandros da prática do enjeitamento de Joaquim Lino Rangel, e os caminhos que conduziram o enjeitado aos cargos mais importantes do Senado da Câmara da Cidade do Natal.

Sendo assim, os pesquisadores lusitanos denominaram a relação de troca que estruturava a sociedade do Antigo Regime como a economia moral do dom, considerando a influência do cristianismo, já que todo dom adivinha de Deus. Ou seja, Xavier e Hespanha, afirmam que a economia moral do dom foi responsável pela composição de redes clientelares que se baseavam no princípio de dar, receber e retribuir. (XAVIER; HESPANHA, 1993, p. 381–392).

Ressalta-se que tal relação no Antigo Regime, estava estabelecida em uma amizade desigual que legitima as relações de poder entre homens livres. Relação esta que possibilitava um ganho simbólico, ao meu juízo construía um espaço simbólico até mesmo de poder para os indivíduos. Segundo Luciana Gandelman (2005, p. 111), o ganho simbólico se consubstanciava, pois “[...] tudo que os homens possuíam era dádiva de Deus e assim deveria seguir adiante como dádiva entre os homens [...]”. Tendo esta

circulação de benefícios a seguinte fundamentação:

O amor e a vontade divinos eram, portanto, para o pensamento da época, a única entidade que possuía verdadeiramente um "poder constituinte" e o laço amoroso, não entendido em seu sentido romântico posterior, mas na medida em que espalhava os princípios divinos, o elemento responsável por organizar as relações entre as pessoas de forma mais estável e duradoura. (GANDELMAN, 2005, p. 111).

A caridade era a característica mais católica da economia moral do dom ou da dádiva, pois estava totalmente imbuído no sentimento divino e, possivelmente, a retribuição não viria no mundo material. Com isso, 'A caridade [...], dizia respeito, portanto, à relação dos "grandes" com os "pequenos", tanto em termos concretos quanto em termos simbólicos e, neste sentido, estava no cerne das relações de poder do Antigo Regime'. (GANDELMAN, 2005, p. 115).

A relação dos "grandes" com os "pequenos" em nível da caridade pode ser observada no ato do recolhimento dos recém-nascidos enjeitados, principalmente em regiões onde não existia uma assistência institucionalizada. Dessa maneira, os "grandes" seriam qualquer pessoa que encontrasse um recém-nascido largado na rua, em uma estrada, praia, logradouro ou mesmo depositado na soleira de uma casa e o conduzisse ao batismo, ou mesmo o batizasse e, por último, tomasse providências para cuidar daquela vida. Como apresenta-se no caso específico abaixo:

Cosme exposto [enjeitado] em casa de José de Lima achado por ele na sua porta aos sete de setembro de mil setecentos e sessenta e cinco as dez horas da noite pouco mais ou menos foi batizado com os santos óleos de licença minha pelo Reverendo padre Miguel Pinheiro Teixeira na capela de São Gonçalo do Potengi aos vinte de outubro do dito ano. Foram seus padrinhos Felipe de Santiago Nogueira homem casado, e Michela Arcângela filha de Antônio Rodrigues Vição, do que fiz este termo em que por verdade me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.³

Assim, o enjeitado na economia moral do dom ou da dádiva, era representado como o "pequeno", o ser que recebia o benefício, e posteriormente

quem o batizou esperaria no plano do divino o retorno, acreditando que tal atitude ajudaria na construção de sua salvação. Mas sobretudo na elaboração em uma rede de clientelar de relação, que poderia consolidar a inserção de um enjeitado na figuração social.

Por conseguinte, a freguesia onde viveu o enjeitado Joaquim Lino Rangel, jurisdição eclesiástica mais antiga da Capitania do Rio Grande do Norte, correspondeu no período examinado a uma fração do Bispado de Pernambuco, tendo em seu território: uma igreja matriz, várias capelas, fazendas, sítios e padres que assistiam a população de católicos, composta de indivíduos livres, forros e escravos. (PAULA, 2009, p. 15–55). Considerando ainda que, entre os anos de 1774 e 1786, a freguesia da Cidade do Natal contava com uma população de aproximadamente 3.288 indivíduos⁴, muito provavelmente um espaço de sociabilidade onde quase todos se conheciam, e eram talvez sabedores da história do enjeitado que tornou-se ouvidor da comarca do Rio Grande do Norte.

Vida pública: Câmara, Revolução e economia

Entre 1816 e 1823, o Tenente Joaquim Lino Rangel teve participação efetiva nas atividades do Senado da Câmara da Cidade do Natal; em sete anos, foi possível detectar dezesseis atuações dele no âmbito da política⁵. Foi eleito vereador para o ano de 1821 em 21 de novembro de 1820⁶. Em 24 de maio de 1821 esteve presente entre os mais de cem homens que assinaram o documento de juramento, veneração e respeito à santa religião, obediência ao Rei, manter, guardar e conservar a Constituição da monarquia portuguesa⁷; no mesmo ano, em 29 de agosto, Rangel estava entre as autoridades civis e militares da freguesia que reafirmaram o juramento à Constituição monárquica portuguesa, em consequência da Revolução liberal burguesa do Porto⁸.

O personagem em questão muito provavelmente vivenciou os movimentos e efeitos da Revolta liberal de 1817 na Capitania do Rio Grande do Norte, insurreição que teve na Capitania de Pernambuco seu epicentro, de onde os efeitos se estenderam às capitanias anexas. A derrota dos insurretos pernambucanos e seus aliados apresentou aspectos positivos para o Rio Grande do Norte, pois este foi desanexado de Pernambuco no mesmo ano de 1817; em 1818 o Rio Grande do Norte tornou-se independente juridicamente da Paraíba, e em 3 de fevereiro de 1820 o rei oficializava a

Alfândega do porto de Natal.

Aponta-se que a desanexação do Rio Grande do Norte de Pernambuco foi uma medida punitiva da Coroa portuguesa, sediada no Rio de Janeiro, contra a capitania revoltosa. Não há como saber qual foi o nível de contato que Rangel teve com o grupo simpático às ideias liberais e aliado ao movimento pernambucano no ano de 1817, formado por clérigos, militares e outros homens de distinção, tendo por líder na Capitania do Rio Grande do Norte André de Albuquerque Maranhão, morto aos 26 de abril de 1817 por partidários da Coroa portuguesa. (MARIZ; SUASSUNA, 2002, p. 126–133).

Após a dissolução do movimento revolucionário liberal no Rio Grande do Norte e a prisão e morte de André de Albuquerque Maranhão, adotaram-se medidas para ocultar as decisões do governo rebelde.

Aos doze dias do mês de julho de mil oitocentos e dezessete anos, nesta cidade do Natal, e seu termo, Capitania do Rio Grande do Norte, nos passos do Conselho dela onde se achavam o Juiz Presidente, Vereadores e Procurador, menos o primeiro e terceiro vereadores, que deram parte de estarem doentes e que por essa causa não assistiam à presente sessão para acordarem no bem comum: Acordaram em arrancar as folhas 26 e folhas 27 deste livro e folhas 89 do livro de registros da Câmara, nas quais se achavam lançados termos feitos no período tempo do governo instalado nesta capitania, em virtude da ordem do governador desta capitania José Inácio Borges, que nos foi dirigida em data de dez do corrente mês, que fica registrada no livro 18 a folha 118 que serve nesta Câmara; em virtude da mesma ordem mandaram passar Edital para fazer certos aos povos deste termo para que logo entreguem todos e quaisquer papéis ou carta que tiverem em seus poderes, feitos naquele malvado tempo. (LYRA, 1972, p. 73).

Pois o governo monárquico fez uso do monopólio da violência, não só para expurgar todo e qualquer registro deixado pelos rebeldes, como também para exercer pressão sobre todos os indivíduos da figuração do Termo da Cidade do Natal para que devolvessem documentos produzidos pelos revoltosos. Suponho que Rangel também tenha sofrido estas pressões egressas do grupo dirigente da capitania, já que ele fazia parte do

grande conjunto de indivíduos interdependentes que compunha a figuração da Cidade do Natal, e estava entre os homens da Câmara no ano 1816.⁹

Ao que tudo indica, a vida política do exposto adquiriu maior destaque,¹⁰ e sua inserção social foi plenamente consolidada quando ele foi eleito Juiz Ordinário, no princípio de 1822.¹¹ Rangel ocupou outros cargos na governança: em 3 de julho de 1822 foi indicado para Ouvidor da Comarca da Capitania do Rio Grande do Norte, substituindo Mariano José de Brito Lima, que solicitou licença de seis meses para ir à Corte do Rio de Janeiro¹².

É de suma importância notar, que o Tenente Joaquim Lino Rangel atingiu um dos postos mais importantes da governança local, não era apenas mais um vereador eleito para uma legislatura, ele teve como chefe do Senado da Câmara, era o mais velho entre os homens bons [um tipo de presidente da casa]. Porém, a condição de Ouvidor tornava aquele indivíduo excepcional e singular, alguém diferente na hierarquia, Rangel ocupava uma função na magistratura, mesmo que de forma provisória, mas que o tornavam proeminente na formação social da freguesia, caminho que só pode ser trilhado possivelmente a partir uma rede clientelar construída ao longo de uma vida. (HESPANHA, 2010, p. 69).

Assim, na condição de homem da Câmara, o enjeitado deve ter sentido, junto com os outros homens-bons, os abalos econômicos causados pela fuga da produção de algodão realizada nos sertões da capitania, bem como dos impostos que deveriam ser pagos sobre aquele rico produto, tão desejado pela indústria inglesa.

Em carta enviada ao Ministério da Fazenda do Brasil pela Alfândega do Algodão e Junta da Fazenda da Capitania do Rio Grande do Norte, em 25 de julho de 1822, o presidente da Alfândega apresenta a inacreditável situação da exportação oficial da capitania: naquela data, só havia uma saca a declarar. A causa de tal conjuntura era o desvio da produção algodoeira para o Ceará, Paraíba e Pernambuco, alegando os produtores que tais portos eram mais próximos dos sertões, além de não existirem acessos decentes nem bons caminhos até a Alfândega de Natal.

Joaquim Lino Rangel supostamente deve ter tomado conhecimento, ou mesmo participou dos conflitos e tensões que tal conjuntura originou, pois o Rio Grande do Norte, na figura de sua sede, Natal, passou a reclamar às capitanias vizinhas, por mecanismos legais, o reembolso dos impostos sobre o algodão produzido em suas terras, não obtendo, no entanto, respostas positivas. (DIAS, 2011, p. 229–233).

No apagar das luzes do período colonial, em um momento de plena contestação do Antigo Regime, Rangel participou de ações importantes para a política local, conectadas à figuração mais ampla do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Em 7 de fevereiro de 1822, ele esteve presente na eleição do governo provisório da Capitania do Rio Grande do Norte,¹³ e deve ter participado dos conflitos entre os grupos locais às vésperas da Independência¹⁴; em 13 de julho do mesmo ano, o Tenente e demais autoridades da freguesia requereram a conservação do Príncipe Dom Pedro no Reino do Brasil, como Regente constitucional¹⁵. A última participação de Rangel na governança, que há conhecimento foi na data de 22 de janeiro de 1823, quando assinou o termo de aplausos à coroação do Imperador do Brasil:

[...] em louvor à aclamação e coroação de sua Majestade, Imperador, Defensor Perpétuo do Reino do Brasil, o Augusto Senhor Dom Pedro de Alcântara, a quem rendem toda obediência e fidelidade de que com prazer e alegria deram continuados vivas ao mesmo Augusto Senhor [...].¹⁶

Ao examinar os Termos de Vereação, depreende-se que Joaquim Lino Rangel era inegavelmente uma figura pública na freguesia da Cidade do Natal, e que esteve presente no processo de independência política da colônia portuguesa na América, votando e assinando termos. Por outro lado, o personagem realizou atividades ligadas a sua vida particular que foram registradas pela Igreja católica, o que permite verificar a consolidação de sua inserção na figuração social da freguesia.

Vida familiar: casamento, sogro, filhos e outros elementos

Não foi localizado o seu registro de casamento, mas sabe-se, a partir dos registros de batismo de seus filhos, que Joaquim Lino Rangel foi casado com Ana Francisca Barbosa, filha do casal Félix Barbosa Tinoco (natural da Capitania de Pernambuco) e Antônia Maria da Conceição (natural da freguesia da Cidade do Natal).¹⁷

O sogro do Tenente recebeu as concessões de duas sesmarias na Capitania da Paraíba: a primeira, em 1745, localizada na Ribeira das Piranhas;

a segunda, em 1752, localizada no sertão do Pianco—ambas justificadas pela necessidade de criar gado. Afirmava Félix Barbosa Tinoco ter descoberto aquelas terras com suas próprias fazendas e pondo em risco sua própria vida.¹⁸ A condição de criador de Tinoco confirma-se a partir do registro de um ferro de marcar gado nos documentos da Câmara da Cidade do Natal, aos 6 de agosto de 1747.¹⁹

Aos 2 de setembro de 1748, o sogro do Tenente recorreu ao Conselho Ultramarino, buscando confirmação de sua carta patente de Tenente-coronel, sendo a dita mercê confirmada no ano seguinte.²⁰ Percebe-se que Rangel ligou-se, por via do casamento, a um grupo do nível superior da figuração social. A típica aliança matrimonial que lhe garantiria um dote.²¹ Um casamento que o ajudou em sua projeção na vida pública.

Pode-se compreender que Félix Barbosa Tinoco, criador de gado vacum e cavalariço, dono de terras e provavelmente de alguns poucos escravos, participante da governança,²² casou sua filha com um homem de genealogia zero, que segundo as leis do Reino só poderia entrar nos testamentos na terça parte, pois era um enjeitado, mas em contrapartida “[...] não deveria ser impedido de galgar cargos públicos e eclesiásticos”, como de fato não foi. (FRANCO, 2010, p. 160).

O que teria motivado seu consentimento em tal união? Seriam o sogro e o genro homens brancos? Era o exposto dotado de habilidades que ajudariam o sogro nos negócios? É sabido que o enjeitado era conhecedor das artes de ler, escrever e contar²³. Frisa-se que as famílias ricas selecionavam seus genros por aptidões: “[...] quando um genro se ajustava ao tipo de negócios em que seu sogro tinha interesse, isso era duplamente vantajoso”. (NAZZARI, 2001, p. 75). Pode-se afirmar com muita propriedade que tanto Joaquim Lino Rangel, exposto, quanto seu sogro Félix Barbosa Tinoco, eram indivíduos juridicamente livres: este era um ponto em comum entre eles.²⁴

Passando ao largo dos motivos conjecturais que possibilitaram o matrimônio, pode-se afirmar que o ato de casar representava, na trajetória individual de um enjeitado, uma soma a consolidação de sua inserção na figuração. Assim,

Não se pode, igualmente, deixar de perceber a importância das relações de parentesco na construção de uma dada rede de poder. Neste âmbito, os casamentos ganhavam um peso considerável, uma vez que segundo Mafalda Soares da Cunha,

'a escolha do cônjuge constituía um dos momentos com maiores implicações nas trajetórias individuais. (GOUVÊA; FRAZÃO; SANTOS, 2004, p. 100).

Daquela união vieram ao mundo quatro filhos: Rita (nascida em 1787, batizada na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação)²⁵; José (nascido em 1789, não sendo registrado o local de batismo)²⁶; Félix (nascido em 1791, batizado na igreja de Santo Antônio)²⁷; e Francisco (nascido em 1793, batizado também na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação)²⁸. Não se sabe se todos chegaram à vida adulta.

Não existia uma preocupação efetiva por parte dos genitores ou mesmo da Igreja se as crianças recém-nascidas cresceriam lindas e saudáveis. A preocupação era notoriamente espiritual: nas orientações da Igreja os rebentos tinham que ser batizados com no máximo oito dias de vida, pois em caso de uma morte prematura, como era muito comum, a alma dos pequenos não iria para o Limbo,²⁹ uma vez que todos os recém-nascidos traziam consigo a marca do pecado original, herdado de Adão e Eva. (MARTINS, F. L. P., 1951, p. 225).

Estudando os registros de batismo dos filhos de Joaquim Lino Rangel, torna-se clara a preocupação que ele tinha com o batismo de seus rebentos, preocupação está que compunha o habitus do homem católico ocidental durante o Antigo Regime. Assim, dos quatro filhos, apenas Rita, a mais velha, foi batizada tardiamente, recebendo os santos óleos com quase 30 dias de nascida. Ressalto ainda que o assento de batismo de Rita é o único documento referente à vida do Tenente Joaquim Lino Rangel que apresenta o seu qualificativo de exposto, sendo este registro o documento que forneceu o indício necessário para a tessitura da trajetória.

Rita filha legítima de Joaquim Lino Rangel exposto em casa de Antônio Martins Praça Júnior, e de Ana Francisca Barbosa naturais desta freguesia neta materna de Felix Barbosa Tinoco natural de Pernambuco e de Antônia Maria da Conceição natural desta freguesia nasceu aos vinte e sete de junho de mil setecentos e oitenta e sete foi batizada com os santos óleos aos vinte e quatro de julho do dito ano de licença minha nesta matriz pelo padre Francisco Manuel Maciel de Melo e foram seus padrinhos José Teixeira casado e Maria Inácia solteira e não se continha mais em dito assento do que mandei fazer este

em que por verdade me assino. Pantaleão da Costa de Araújo / vigário do Rio Grande. [grifo meu].³⁰

Uma vez nascidas as crianças, o Tenente e sua esposa, Ana Francisca Barbosa, compuseram uma pequena rede de compadrio, o que revelava sobretudo uma cadeia de relações com determinações recíprocas, a interdependência direta entre os indivíduos. Sendo um conjunto de oito parentes rituais, até onde a documentação permite saber, sendo quatro compadres e quatro comadres.

Tabela 9.1: Compadres do Tenente Joaquim Lino Rangel

Nome das crianças	Ano do batismo	Padrinhos	Madrinhas
Rita	1787	José Teixeira (casado)	Inácia (solteira)
José	1790	José Francisco de Paula (casado)	Francisca de Tal (solteira)
Félix	1791	Manuel de Souza Marinho (Sargento-mor)	Maria José (casada)
Francisco	1793	Manuel de Souza (casado)	Floriana Joaquina (casada)

Fonte: ACMAN, Livro de Batismo da freguesia da Cidade do Natal.

Os Termos de Vereação da segunda metade do século XVIII e início do XIX referentes à Cidade do Natal e as Cartas de Sesmarias da Capitania do Rio Grande do Norte permitem constatar que possivelmente nenhum dos compadres de Rangel foi oficial da Câmara ou solicitou terras à Coroa. A partir disso, acredita-se que Joaquim Lino Rangel não constituiu uma rede de compadrio com pessoas de destaque na freguesia; perceba-se que apenas o padrinho do pequeno Félix era detentor de uma patente militar. Outro ponto importante a ser observado é que os pais e mães espirituais dos quatro filhos do enjeitado não constituíam casais, mas os padrinhos em sua maioria eram casados.

Aponta-se ainda que Félix, filho de Rangel, aos seis anos de idade, em 1797, exerceu a função de herdeiro de seu padrinho, quando o sargento-mor Manuel de Souza Marinho declarou em seu testamento que deixava para seu afilhado uma faca, um par de colheres e alguns garfos³¹; provavelmente Félix estava entre os afilhados mais queridos pelo padrinho. A nossos olhos, tal legado de talheres de um padrinho para um afilhado de

pouca idade pode não fazer sentido algum, pois foge totalmente ao universo da infância construído no século XX; porém, para os homens do século XVIII, estes eram bens de suma importância, símbolos de distinção social. (ELIAS, 2011, p. 78).

Nem todos os filhos do enjeitado foram localizados nos assentos de batismo. Contudo, os assentos de casamento revelaram a existência de mais um filho legítimo: na data de 18 de agosto de 1820, na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Bernardo José Gadelha casou-se com Maria Inácia do Carmo (filha de Rangel), tendo por testemunhas de sua união o Doutor Francisco Xavier Garcia e o Capitão Agostinho Lisboa de Almeida, ambos casados.³² É importante destacar que Rangel não somente conseguiu contrair casamento em face da Igreja, como também casou um dos seus filhos segundo as normas da Igreja Católica. É provável que seus outros filhos tenham tido o mesmo destino da irmã, caso não tenham morrido na primeira infância.

Joaquim Lino Rangel foi arrolado pela primeira vez como testemunha de um matrimônio aos 21 de novembro de 1784.³³ Quinze anos após aquele ato público, nosso personagem reaparece como testemunha de outro casamento; neste, o padre registrou e afirmou que ele era um homem branco e detentor de uma patente militar.³⁴ Os sacerdotes, ao redigirem os assentos de casamento, omitiram a condição de exposto do Tenente, tal como os padres que registraram os batismos de seus filhos. Não se sabe com exatidão o motivo de tal atitude; uma hipótese a ser abraçada é que o enjeitado utilizou a cerimônia do crisma como estratégia para libertar-se do qualitativo de exposto, pois era um momento em que se podia realizar alterações no nome. (RODRIGUES, 2010, p. 336–337).

Por outro lado, o casamento dignificava o homem; assim, infere-se que na Cidade do Natal a ascensão ao altar, a união selada pela Igreja, permitia que a expressão *exposto* fosse apagada, na maioria das vezes, do nome de homens e mulheres, pois era o casamento um rito de maior significância e posterior ao crisma. Talvez o nível estreito e direto do entrelaçamento social entre Joaquim Lino Rangel e os padres da freguesia, considerando que eram todos pertencentes à camada superior da figuração social, tenha possibilitado que os sacerdotes não se referissem a ele como um enjeitado em seus registros.

Homem casado, branco, livre, pai de filhos legítimos, feche de domicílio, testemunha de casamento, Vereador, Juiz Ordinário, Ouvidor, membro

votante na freguesia, era o Tenente Joaquim Lino Rangel um enjeitado de triplo sucesso. Não morreu na primeira infância, constituiu família segundo as normas da Igreja e participou da governança. No entanto, qual foi o significado do abandono de Rangel? Quem possibilitou a consolidação plena de sua inserção social? Seria o menino recém-nascido de pele branca, deixado em casa de Antônio Martins Praça Júnior, um enjeitado qualquer? A princípio, revela-se que o pequeno estava inserido em uma trama familiar que passava pela madrasta do seu receptor, Dona Catarina Peralta Rangel, e por relações proibidas.

Vida privada: estratégia familiar e proteção

Não existe melhor caminho para desvendar segredos de determinadas famílias do que investigar antigos testamentos. Foi ao devassar as folhas do testamento da madrasta de Antonio Martins Praça Júnior, aberto aos 28 de janeiro de 1775, que encontrou-se a significação do abandono de Joaquim. Teria sido ele afilhado e ao mesmo tempo agregado da madrasta do dono da casa que o recebeu? Percebe-se uma candente semelhança entre o último sobrenome dos dois indivíduos. Teria Dona Catarina transmitido o sobrenome Rangel a Joaquim? As linhas do testamento da senhora em questão deixam claro e evidente que o enjeitado era muito mais que um provável afilhado, agregado e protegido. Vejam-se as palavras ditadas pela falecida:

[...] deixo por esmola a meu sobrinho Joaquim Lino Rangel filho de minha sobrinha Dona Felícia Joaquina, o qual tenho em minha casa um molequinho por nome Pedro, o qual é o que me fez dele doação meu marido Antonio Martins Praça, e assim mais um espadim de prata, uma área grande, uma sarasa de chita, um lençol de pano de linho fino com rendas, e cem mil reis em dinheiro [...].³⁵

Perceba-se que Joaquim Lino Rangel, batizado na condição de enjeitado, era, incontestavelmente, sobrinho-neto de Dona Catarina Peralta Rangel, filho natural ou ilegítimo de Dona Felícia Joaquina, sobrinha da testamenteira. Pode-se afirmar que a gravidez de Dona Felícia foi consequência de uma relação ilícita, "um mau passo", fosse com um homem

casado, um padre, um indivíduo de menor qualidade ou, quem sabe, o próprio dono do domicílio receptor: Antonio Martins Praça Júnior. Tais suposições sobre a paternidade de Joaquim ficarão no nível das conjecturas, sem respostas plausíveis, pois as fontes disponíveis não permitem um aprofundamento no âmbito das intimidades.

Nesta busca por informações acerca da origem do Tenente Joaquim Lino Rangel, em que situações concretas se misturam a conjecturas, compondo gradientes de questões, é importante delinear o modelo daquele abandono. Observem-se três pontos: A) Joaquim foi exposto em uma casa, abandono classificado como protetor, em que ele deveria ser encontrado, recolhido e batizado, como era o padrão de enjeitamento dos indivíduos da freguesia;³⁶ B) Além de protetor, o abandono foi provavelmente articulado, combinado entre as partes, pois tanto o expositor da criança quanto seu receptor estavam conscientes da necessidade do enjeitamento; C) Todo o processo foi intrafamiliar: o exposto era filho da sobrinha da madrasta do proprietário do domicílio receptor.³⁷

O abandono protetor, articulado e intrafamiliar foi, em suma, uma estratégia de grupo, fios de uma trama que tinha por função não somente assistir à vida do recém-nascido mas também, e sobretudo, proteger a honra de Dona Felícia Joaquina, que, pertencendo ao nível superior da figuração social da freguesia, não poderia batizar e registrar um filho ilegítimo de pai incógnito, apresentando-se como uma mãe solteira. O enjeitado poderia ter sido batizado com quaisquer outros nomes, mas foi registrado com uma variação do nome de sua mãe.

Considera-se que a alternativa mais viável para aquele grupo familiar seria ocultar o escândalo, "forjar" o abandono do pequeno e batizá-lo na condição de exposto. Cabe lembrar que a ilegitimidade não foi um indicativo de ordem geral para se abandonar recém-nascidos nas terras da freguesia da Cidade do Natal,³⁸ a não ser quando o *status quo* de um grupo estava ameaçado, conforme a historiografia tem apontado.

[...] o problema da exposição em terras coloniais ressalta a existência de um sistema de honra trazido pelo colonizador, no que tange à mulher na América Portuguesa. Tal sistema não permitia a violação dos padrões de virgindade das mulheres solteiras, de fidelidade aos maridos, no caso das mulheres casadas, e de castidade das viúvas, sobretudo no seio da elite que

via na honra o *ethos* que racionalizava a existência da hierarquia colonial. (CAVAZZANI, 2005, p. 75)—Grifo do autor.

Destaca-se que, com a morte de Dona Catarina Peralta Rangel, seu sobrinho-neto foi alvo da atenção da falecida, que deixou para ele alguns bens móveis e imóveis: um pequeno escravo, terras, um objeto de prata, tecidos e uma soma em dinheiro. Joaquim ainda era uma criança de idade desconhecida quando o testamento de sua tia-avó foi elaborado:

[...] entregará tudo tendo-lhe idade capaz de receber ao tempo de meu falecimento, e não tendo idade separam os ditos cem mil réis a juro dando conta ao Juiz dos Órfãos para o mandar recolher ao cofre, e se dar a juro para tendo idade capaz o poder tirar e os mais bens os conservará meu testamenteiro em seu poder para lhe entregar todas as vezes que dele os pedir [...].³⁹

Como nada era por acaso, mas socialmente condicionado, o enjeitado não foi deixado aleatoriamente em casa do enteado de sua tia-avó: o pequeno era um elo social na figuração da freguesia, um corpo no longo e contínuo processo de circulação de crianças.⁴⁰ Deve-se lembrar que em um dado momento da vida o exposto Joaquim adotou - ou foi orientado a adotar - o nome de Lino, sendo este o nome do primeiro marido de sua tia-avó, a quem ela dedicou várias missas em seu testamento.⁴¹

Pode-se supor que Joaquim cresceu sabendo de sua qualidade de filho ilegítimo, mascarada pela condição de exposto, quase sempre omitida nos documentos que nos ajudaram a remontar sua trajetória. No entanto, acredita-se que não apenas ele sabia de sua real origem, mas também a quase totalidade dos indivíduos da figuração da Cidade do Natal, em que o enjeitado estava inserido, considerando que quase todos se conheciam e estavam interligados em uma malha de dependência recíproca direta. A origem do Tenente não foi empecilho para seu triplo sucesso, já que durante toda a sua vida foi possivelmente protegido por seu grupo familiar, em uma relação de interdependência.

Mais fragmentos da vida pública e os últimos fios da trama

No ano de 1820, Joaquim Lino Rangel foi convidado mais uma vez para ser testemunha de um casamento, ao lado de um padre que provavelmente pertencia à família que o recolheu, acolheu e possibilitou a consolidação de sua inserção social.

Aos sete de janeiro de mil oitocentos e vinte as dez horas da noite na capela do Senhor Bom Jesus das Dores; depois de corrido as denúncias, segundo determina o Sagrado Concilio Tridentino, nesta freguesia onde a nubente é natural, e ambos moradores, como o temos trazidos nos banhos que ficam em meu poder, e não me constando impedimento algum canônico, ou civil, em minha presença, e das testemunhas o Reverendo Francisco Antonio de Souza Praça, e o Tenente Joaquim Lino Rangel, casado, todos desta freguesia, sendo o nubente viúvo quando falecida sua mulher nesta cidade; se casaram os nubentes o Capitão Joaquim José Gomes, e Dona Bernardina Maria dos Prazeres desta freguesia, logo dei as bençãos do estilo segundo os ritos e cerimônias da Santa Madre Igreja. De que para constar fiz este termo no qual me assino. Francisco Antonio Lumachi de Melo / Vigário interino.⁴²

Na noite de 7 de janeiro de 1820, Rangel foi testemunha em um casamento noturno, situação pouco comum na freguesia e não recomendada pela Igreja.⁴³ O exposto testemunhou o matrimônio de duas pessoas proeminentes, um militar, com uma patente maior que a sua, e uma senhora com o tratamento de Dona. Nesse período, Rangel exercia atividades na Câmara da Cidade do Natal; a partir disso, surge como testemunha de casamentos em 16 de agosto de 1820⁴⁴, 5 de maio de 1821⁴⁵ e, por fim, já viúvo, em 21 de agosto de 1832.⁴⁶ A última informação arrolada sobre a trajetória do enjeitado em questão foi o fechamento do seu ciclo vital:

Aos dezoito de novembro de mil oitocentos e trinta e nove, faleceu da vida presente, com todos os sacramentos, o Tenente Joaquim Lino Rangel, viúvo com idade de setenta e nove anos,

foi sepultado nesta matriz depois de encomendado por mim envolto em habito branco [...].⁴⁷

É impossível saber precisamente a data em que Rangel foi exposto em casa de Antônio Martins Praça Júnior, já que não foi encontrado o seu assento de batismo. Tendo por referência o assento de óbito, aventa-se que seu enjeitamento tenha ocorrido por volta de 1760. Com base no mesmo documento, pode-se afirmar que o enjeitado teve uma boa morte, recebendo todos os sacramentos e sendo enterrado no mesmo espaço do sagrado aonde provavelmente foi batizado, contraiu matrimônio e batizou os seus filhos. Considera-se ainda que a mãe do enjeitado, Felícia Joaquina Rangel, era uma pessoa bem conhecida no âmbito da freguesia, já que dois anos após o abandono do próprio filho ela esteve presente em um batizado na condição de madrinha.

Manuel filho legítimo de Manuel Alvarez da Costa, natural da freguesia de Porto do Calvo, e de sua mulher Basília Antonia natural desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação [freguesia da Cidade do Natal] do Rio Grande do Norte, e dela ambos moradores, neto por parte paterna de Jacinto da Costa e de sua mulher Margarida da Silva naturais da freguesia de Porto do Calvo, e por parte materna de Domingos Nunes, natural das ilhas e de sua mulher Raimunda Vieira natural desta freguesia, foi batizado com os santos óleos aos vinte de abril de mil setecentos e sessenta e dois nesta matriz de Nossa Senhora da Apresentação, por mim vigário encomendado desta abaixo assinado; foram padrinhos João de Barros Coelho, homem casado, e Dona Felícia Joaquina Rangel, sobrinha de Dona Catarina Rangel, mulher de Antonio Martins Praça, fregueses e moradores desta dita freguesia [...].⁴⁸

Poucos dias depois do batizado do recém-nascido Manuel, a mãe do enjeitado tornou-se também mãe espiritual de outra criança. Na data de 3 de maio do mesmo ano, na mesma igreja, Dona Felícia Joaquina Rangel estreitou laços de compadrio com Maximiano da Silva (natural da freguesia de Nossa Senhora da Vargem) e com sua mulher, Joana Maria da Assunção (natural da freguesia da Sé de Olinda), na condição de madrinha do filho legítimo do casal.⁴⁹ Perceba-se que Felícia Joaquina gerou dois filhos na

fé católica, porém seu filho Joaquim teve que ser “ocultado” na condição de exposto em nome da manutenção da honra.

Outros casos de abandono, estratégias semelhantes

A prática do abandono de crianças recém-nascidas para evitar escândalos e, sobretudo, a perda de prestígio social, foi uma estratégia recorrente entre os grupos do nível superior da figuração social da América portuguesa. Caso semelhante ao do Tenente Joaquim Lino Rangel foi identificado em São Paulo, na segunda metade do século XVIII. Paulo César Garcez Martins revela que o padre Diogo Feijó, regente do Império do Brasil (1835–1837), foi batizado como exposto e declarado “de pais incógnitos”. (MARTINS, P. C. G., 2002, p. 55). Miriam Dolhnikoff faz um comentário mais amplo sobre o ilustre enjeitado:

Diogo Antônio Feijó [...] nasceu em 1784 como filho ilegítimo de uma rica família paulista, os Camargos. Esta é a hipótese mais aceita pelos historiadores para uma origem não identificada, já que o recém-nascido foi abandonado por uma mãe provavelmente solteira que, para fugir à desonra, deixou a criança na porta da própria casa, de modo a criá-lo sem expor à condenação pública. (DOLHNIKOFF, 2004, p. 72).

Tem-se também o caso de Luiz Ribeiro da Silva, homem livre, branco, natural da freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Mogi do Campo, Capitania de São Paulo, que, quando recém-nascido, foi exposto em uma porta domiciliar. Qual a conexão entre este enjeitado e os demais apresentados? Os passos dados em sua vida de sucesso são a resposta. Luiz Ribeiro da Silva emergiu da pesquisa cuidadosa realizada por André Luiz M. Cavazzani; este historiador agrupa fragmentos da vida do enjeitado, demonstrando com muita habilidade como o mesmo consolidou sua inserção na figuração social da vila de Curitiba em meados do século XVIII. (CAVAZZANI, 2005, p. 121–128).

Em síntese, Luiz Ribeiro era um forasteiro na vila de Curitiba, que migrou de sua freguesia-mãe em busca de oportunidades no sul da Capitania de São Paulo. Branco e livre, Ribeiro contraiu matrimônio em 22 de maio de 1765 com Isabel de Borges Sampaio, filha de Manuel Borges de Sampaio,

reinol do Arcebispado de Braga e escrivão da Câmara Municipal de Curitiba. Este foi sem dúvida o primeiro passo para uma carreira promissora. Onze anos depois, em 1776, Ribeiro aparece como chefe do domicílio onde morava com a esposa, um filho, a sogra (Sampaio já era falecido) e quatro cunhados.

Segundo Cavazzani, o enjeitado vivia de seus negócios, atuava no foro das milícias como Ajudante, exerceu a função de Almotacé na Câmara, recebeu a patente de Capitão Miliciano e conseguiu ampliar seu plantel de dois para 13 escravos, conforme foi arrolado em 1797. Ribeiro também se envolveu no contexto do abandono de crianças recém-nascidas na vila, uma localidade totalmente desprovida de assistência institucionalizada; a soleira de sua porta foi o local do abandono de cinco enjeitados, três meninos e duas meninas.

O pesquisador não desvendou os meandros do processo de abandono de Luiz Ribeiro, mas acredita que ele não era qualquer enjeitado, sugerindo ainda que seu sogro fosse conhecedor das suas origens, o que o teria motivado a contribuir com sua carreira promissora. Ouso complementar com a sugestão de que Ribeiro fosse mais um filho ilegítimo travestido na condição de exposto.

Em outra localidade da América portuguesa, na vila de Sorocaba, foram identificados dois casos de expostos que eram filhos ilegítimos de membros da elite local:

[...] foram reconhecidos após o casamento entre o tenente-coronel João Floriano da Costa e sua mulher, D. Bárbara Maria da Silva, ocorrido em 26 de maio de 1823. Bárbara, sua filha, havia sido exposta em casa de seu próprio pai, aos 22 de setembro de 1821. Josefina, a outra filha, também fora exposta na casa paterna aos 24 de maio de 1823, exatos dois dias antes do casamento. Em ambos os casos, o pároco ressalta que as meninas 'ficaram legitimadas pelo casamento dos pais'. (BACELLAR, 2002, p. 23).

Do mesmo modo, na vila de São João Del-Rei, na segunda metade do século XVIII, tais situações se fizeram presentes:

[...] Tereza, batizada em 30 de agosto de 1766, como exposta em casa do Tenente João da Costa Vale. Em nove de setembro

de 1767, seus pais biológicos, o Capitão José Cabral Tavares e Dona Maria Josefa Ferreira, se casaram, reconhecendo-a posteriormente como filha. (BRÜGGER, 2006, p. 125).

Situações semelhantes se repetiram em outras figurações da América portuguesa. Foi o caso de Bernardina Clara Magalhães, moradora na Capitania da Paraíba do Sul, na vila de São Salvador, proprietária de quatro escravos, casas de telha (algumas alugadas à Câmara), roupas várias e jóias. Bernardina, pertencente à camada superior da sociedade, também ocultou por trás do abandono seus filhos ilegítimos, explicitando tal realidade em seu inventário, em 1793.

Declaro que sempre tive no estado de solteira e por fragilidade humana tenho três filhos de pais incógnitos a saber: Vicente exposto em casa de Antônio Rangel; Luiz exposto em casa de Pedro Soares de Moura; Manoel que criou [ilegível] com o assento no batismo de exposto em casa de Simão de Oliveira os quais ditos meus filhos os constituo por meus legítimos herdeiros. (Grifo do autor).⁵⁰

Em uma figuração mais ampla, no vasto território da América hispânica, na cidade de Cartago (Província da Costa Rica), no século XVIII, abandonar o filho recém-nascido fruto de relações proibidas também era uma estratégia para os abastados: “[...] un medio ‘fácil’ de ocultar un embarazo y de evitar un escándalo era el de exponer al producto de la relación sexual ilícita o bien, declararlo como huérfano [...]”. (SÁNCHEZ CHAVES, 2005, p. 3).

Em todo o mundo ibero-católico as famílias das elites locais buscavam representar “[...] la historia de una buena familia, avalada por generaciones de matrimonios santificados y nacimientos de hijos legítimos [...]”. (TWINAM, 1991, p. 131). Em Real Cédula de 5 de janeiro de 1794, a Coroa de Castela estabeleceu que nenhum recém-nascido exposto poderia ser caluniado nem castigado com pena de vergonha pública, pois aqueles pequenos poderiam ser filhos de famílias ilustres:

[...] castiguen como injuria y ofensa a qualquiera persona y llamare á expocito alguno com los nombres de borde, ilegítimo, bastardo, expureo incestuoso, y adulterino, y que ademas de hacerle retractarle judicialmente de esta injuria, le impongan

la multa pecuniaria que fuere proporcionada a las circunstancias dandole la ordinaria aplicacion. Finalmente mando que em lo sucessivo no se impongan a los expocitos las penas de berguensa publica, ni la de asotes, ni la horca (solo) aquellas que em iguales delitos se impondrian, á personas privilegiadas, incluyendo el ultimo suplicio (como se ha practicado com los expositos de la inclusa de Madrid) pues pudiendo suceder que el expocito castigado sea de familia ilustre [...].⁵¹

Transparece a preocupação da Coroa de Castela com os enjeitados, que poderiam ser filhos ilegítimos de homens e mulheres de qualidade. Em uma freguesia rural de Buenos Aires setecentista, Pago de la Costa, tal realidade assim se configurou: “entre los blancos, la verguencia de la ilegitimidad se oculta dejando a los niños expósitos frente a la iglesia o a las casas de españoles cuya posición económica les permitiese hacerse cargo de su crianza”. (OLIVERO, 2005, p. 1333).

É possível afirmar que de norte a sul da América ibérica os grupos familiares localizados no nível superior da figuração social fizeram uso do abandono para proteger o moral das suas mulheres, mas não somente isso: em jogo estava a perda de prestígio social e uma situação que marcaria a todos no grupo familiar. Melhor seria travestir os filhos do pecado, do mau passo, frutos de relações ilícitas, em filhos da caridade, pois estes eram dignos de amor, atenção e, sobretudo, da misericórdia alheia. Segundo o padre, escritor e dicionarista português Rafael Bluteau, o abandono dignificava os recém-nascidos:

[...] Com todos os seus infortúnios, notáveis prerrogativas lo-gram os enjeitados. São reputados limpos de sangue, sem casta de mouros, nem judeus, e por leis antigas, são livres do poder paterno. Em muitos destes infelizes partos do gênero humano tem Deus manifestado o milagroso patrocínio da sua providencia. Do cestinho em que foi exposto, e entregue às correntes do Nilo, subiu Moises a imperar na Corte de Faraó. A Romulo, e Remo, com o leite da loba, que os criou, se lhes tingiu a púrpura do Império Romano. Ciro, primeiro do nome, exposto em uma mata brava, e criado na cabana de um pastor, chegou a conquistar o Oriente, &c. (1728, p. 557).

Sendo assim, homens e mulheres se organizaram em uma rede de interdependência forjando o abandono de seus filhos ilegítimos, caracterizando um enfeitamento protetor, articulado e intrafamiliar. Criando assim, pelo menos em tese, um indivíduo de "genealogia zero".

Conclusão

A mais da verdade, o fenômeno do abandono de crianças recém-nascidas marca as sociedades humanas, desde longas datas, tal como demonstrou ao fim o padre Rafael Bluteau. Dessa forma, no mundo católico ocidental do Antigo Regime, onde se localizava a freguesia da Cidade do Natal, enjeitar um neonato, tal como recolher e batizá-lo fazia parte do habitus daqueles homens e mulheres na transição do século XVIII para o século XIX.

De resto, abandonar era uma prática comum e corriqueira, mas carregada de significados. Saber que os pequenos expostos eram limpos de sangue, não possuidores de castas de mouro e judeu, permite compreender com muita clareza e consciência a atitude de determinados grupos do nível superior das figurações sociais católicas.

Por fim, os enjeitados estavam em todas as camadas da sociedade, porém o Tenente Joaquim Lino Rangel indivíduo da freguesia da Cidade do Natal, estava no nível mais alto, o seu abandono assegurou a honra de sua mãe e todo o grupo familiar, permitindo que ele próprio tivesse uma trajetória próspera.

Em suma, o abandono como uma estratégia social, e as relações de interdependência dentro dos grupos familiares, tornou-se possível que expostos como o Tenente Joaquim Lino Rangel, o Padre Diogo Antônio Feijó, da Capitania de São Paulo, e mesmo o Capitão Luiz Ribeiro, da vila de Curitiba, fossem criados sob os olhos atentos de suas mães biológicas e tivessem em suas vidas um triplo sucesso, não morrendo na primeira infância, ascendendo a funções políticas e, em alguns casos, organizando suas famílias legítimas e reproduzindo as condições materiais de seus domicílios receptores.

Ao cabo de tudo, fosse na Cidade do Natal, Vila de Sorocaba, Vila de São João Del-Rei, Vila de São Salvador (Capitania da Paraíba do sul), ou em outros rincões da América de Castela, Cidade de Cartago na Província da Costa Rica, Pago de la Costa na região rural de Buenos Aires, ou em

quaisquer outra figuração social do mundo católico ocidental, homens e mulheres não poupariam esforços para protegerem sua honra, ocultando, travestindo os seus filhos ilegítimos na condição de pequenos abandonados.

Notas

1. O presente capítulo é produto de uma pesquisa de doutoramento, desenvolvida entre os anos de 2012 e 2016 na Universidade Federal do Paraná (UFPR), com financiamento da CAPES. Ressalta-se que o trabalho em tela foi veiculado na Revista Especialidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no ano de 2018, com o título—De enjeitado a ouvidor: a trajetória do Tenente Joaquim Lino Rangel na freguesia da Cidade do Natal, 1760?–1839.
2. Pós-Doutor em Educação pela UFRN, Doutor em História pela UFPR, professor pesquisador da FAPERN (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte). Atua como Pesquisador do LEHS/UFRN (Laboratório de Experimentação em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Docente Colaborador na Pós-Graduação Lato Sensu do IFRN e do Núcleo de Capacitação de Professores da SEEC-RN. Além de autor de inúmeros artigos científicos e capítulos de livros. ID Lattes: 1215912772573170. ORCID: 0000-0002-4481-4327. E-mail: thiagotorres2003@yahoo.com.br.
3. ACMAN (Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal), Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1760–1765, f. 15.
4. IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &^a &^a desde o anno de 1774 [...] In: ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO [...], p. 107–108.
5. AIHGRN (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte), Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815–1823.
6. AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815–1823, f. 78–78v.
7. AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815–1823, f. 88v–91v.
8. AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815–1823, f. 95–97v.
9. Considera-se que “[...] o contexto serve para preencher as lacunas documentais da biografia e é usado como pano de fundo, de maneira sistemática, com relação ao desdobramento biográfico [...]”. (DOSSE, 2009, p. 222).
10. O termo *exposto* e *enjeitado* eram sinônimo uma referência a recém-nascidos abandonados até o final do século XIX, recorrentemente usada pelos padres que redigiam os documentos de batismo na freguesia da Cidade do Natal. (PAULA, 2016, p. 19).

11. AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815–1823, f. 114v–115.
12. AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815–1823, f. 123v–124.
13. AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815–1823, f. 111v–112v.
14. AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), Rio Grande do Norte. Cx. 10. Doc. 25. CARTA dos membros da Junta Governativa Provisória ao rei [D. João VI] sobre os distúrbios ocorridos em Natal após a eleição e os motivos que tiveram para abandonar a cidade e fugir para a Paraíba. Paraíba, 24 de fevereiro de 1822.
15. AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815–1823, f. 125–129.
16. AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815–1823, f. 140v–142.
17. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776–1795, f. 15.
18. CARTAS de sesmaria de Felix Barbosa Tinoco. Disponível em: <<https://www.silb.cchla.ufrn.br/visualSesmeiro.php?numeroSesmeiro=1554>>. Acesso em: 19 jun. 2014.
19. AIHGRN, Registro de cartas e provisões do Senado da Câmara, Cx. 2, Livro n. 9: 1743–1754, f. 74.
20. AHU—Rio Grande Do Norte, Cx. 5, Doc. 44. REQUERIMENTO de Félix Barbosa Tinoco ao rei [D. João V] pedindo confirmação de carta patente do posto de tenente-coronel de cavalaria da Ribeira e Freguesia do Açú, passada pelo capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques. Anexo: carta do governador de Pernambuco, D. Marcos de Noronha; carta patente e patente de confirmação. Natal, 2 de setembro de 1748; AIHGRN, Registro de cartas e provisões do Senado da Câmara, Cx. 2, Livro n. 9: 1743–1754, f. 111v.
21. Considera-se que em ambos os mundos coloniais, o português e o castelhano, o dote era um elemento indispensável para o casamento das mulheres da elite. (SANTOS, 2013, p. 215)[p. 274]EnVivo2009.
22. AHU—Rio Grande do Norte. Cx. 7. Doc. 47. CARTA do provedor interino da Fazenda Real do Rio Grande do Norte Manuel Teixeira de Moraes ao rei [D. José] enviando o recenseamento das contas do ex-almoxarife Felix Barbosa Tinoco. Anexo: certidão e informação do provedor do assentamento Miguel de Gouveia Pegado. Natal, 22 de fevereiro de 1762.
23. Tal afirmativa é realizada com base nos documentos da Câmara e nos registros de casamento em que Joaquim Lino Rangel assinou como testemunha, chegando mesmo a ter uma firma muito mais fluente e rebuscada que a do próprio Vigário da Cidade do Natal. Cf. ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço de 1785–1790, f. 177.
24. É importante ressaltar que o sogro do Tenente Joaquim Lino Rangel foi receptor de exposto. Em 22 de agosto de 1765, Felix Barbosa Tinoco, já portador da patente de Tenente-Coronel, recebeu em sua porta um exposto que foi batizado com o nome de Antônio. (ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1765–1766, f. 3).
25. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776–1795, f. 4–4v.
26. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776–1795, f. 79.

27. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776–1795, f. 106.
28. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776–1795, f. 145.
29. O limbo era uma espécie de purgatório: “[...] um terceiro receptaculo, em que eram recolhidas as almas justas, antes da vinda de Cristo. Ali desfrutavam um suave remanso, sem nenhuma sensação de dor. Alentavam-se com a doce esperança do resgate [...]”. (MARTINS, F. L. P., 1951, p. 135)[p. 65–69]EnLegoff1995nascimento.
30. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776–1795, f. 4–4v.
31. AIHGRN, Cx. única, Livro de notas, Testamento do Sargento-mor Manuel de Souza Marinho—1797, f. 4.
32. ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816–1836, f. 43v.
33. ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço de 1785–1790, f. 177.
34. ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço de 1798–1807, f. 33.
35. AIHGRN, Cx. única, Livro de notas, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel—1775, f. 3v.
36. Salienta-se que entre os anos de 1727 e 1835, todos os recém-nascidos enjeitados na freguesia da Cidade do Natal, foram deixados em domicílios, compondo um padrão comum para aquele fenômeno na formação social. Lembrando, que nunca existiu na freguesia uma Irmandade da Misericórdia, nem Santa Casa, ou mesmo uma Roda dos expostos (PAULA, 2016). Sobre a Roda dos expostos comenta-se que era: “Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados [...]. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocadas na repartição do lado de fora da parede. A roda era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê. A primeira instituída especialmente para receber crianças foi a do Hospital do Espírito Santo em Roma, em 1198. Já no século XV, a instalação de tais rodas em hospitais tornara-se prática corrente. Havia vários métodos de informa aos internos de que um bebê tinha sido colocado na roda. Normalmente, existia um pequeno sino do lado de fora da parede, junto à roda, para ser tocado pela mãe; havia também as rodas mais sofisticadas, em que o peso do bebê fazia soar automaticamente um sino dentro do hospital. (ROOSEL-WOOD, 1981, p. 233). Por último, o historiador Emanuel Araújo, apresenta uma definição muito mais íntima no que é relativo a utilização da roda por parte das religiosas que viviam enclausuradas nos recolhimentos, quando comparada a de Russel-Wood. E sendo assim, comenta: “Junto à grade [um certo limite do recolhimento onde algumas pessoas do mundo externo, poderiam chegar com autorização das madres superiores] fi-

cava a roda, espécie de caixa giratória que, por movimentar-se para dentro ou para fora, servia para a troca de mimos entre os enamorados: ele depunha ali bilhetes, poemas, lenços, fitas, lenços, relógios, anéis, livros, peças de tecidos e o que mais à imaginação viesse para melhor cortejar, induzir, obsequiar, persuadir; ela o brindava, em troca, com fina merenda de doces, por certo sublinhando que foram feitos especialmente para ele". (ARAUJO, 1997, p. 261). A roda era um verdadeiro portal de amores e paixões proibidas.

37. É de grande valor mencionar que Catarina Peralta Rangel era comadre de Antonio Martins Praça Júnior. (AIHGRN, Cx. única, Livro de notas, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel—1775, f. 4).

38. Na segunda metade do século XVIII, havia um desequilíbrio quanto aos números do abandono de recém-nascidos e ilegitimidade. Arrolou-se, um índice de 19,8% de filhos ilegítimos, frente a 3,9% de enjeitados, para uma realidade de 2.100 batismos de crianças livres. (PAULA, 2005, p. 78)[p. 235]EnPaula2010enjeitados[p. 148]EnPaula2013deixados.

39. AIHGRN, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel—1775, f. 3–4v.

40. *circulação de crianças*, conceito elaborado pela Antropologia, que se refere à prática sancionada entre adultos que transferiam para outros adultos a responsabilidade pela criação de um recém-nascido. (FONSECA, 1995, p. 116).

41. O primeiro marido da senhora em questão foi o Alferes de Infantaria Lino Gonçalves de Souza. (AIHGRN, Livro de notas, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel—1775, f. 1v).

42. ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816–1836, f. 21.

43. "[...] mandamos aos párocos, capelães e mais sacerdotes que com legitima licença houverem de assistir ao matrimônio, não consentam se celebre antes de nascer o sol, nem depois dele posto, nem fora da igreja paroquial sem nossa especial licença [...]". (CONSTITUIÇÕES primeiras do arcebispado da Bahia, Livro Primeiro, Título LXVIII, § 289).

44. ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816–1836, f. 44.

45. ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816–1836, f. 36.

46. ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816–1836, f. 131v.

47. ACMAN, Assentos de óbito, Livro de 1820–1847, f. s/n.

48. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1765–1766, f. s/n.

49. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1765–1766, f. s/n.

50. Arquivos dos Cartórios do 1º e 3º Ofício de Notas de Campos de Goitacases, Inventário 109—Bernardina Clara Magalhães, 1793. (Apud FARIA, 1998. p. 72).

51. ANCR (Arquivo Nacional da Costa Rica), Complementario colonial, Exp. 3716, 1794, f. 2v–3. (Apud SÁNCHEZ CHAVES, 2005, p. 5).

Fontes

Assentos de batismo da freguesia da Cidade do Natal, 1753–1815. (ACMAN—Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal).

Assentos de casamento da freguesia da Cidade do Natal, 1785–1836. (ACMAN—Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal).

Assentos de óbito da freguesia da Cidade do Natal, 1820–1847. (ACMAN—Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal).

Cartas de Sesmarias (Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br>>)—Laboratório de Experimentação em História Social.

IDEIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notaveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &^a &^a a desde anno de 1774 em que tomou posse do Governador das mesmas Capitánias o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes. In: *ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO*, publicados sob a administração do Director geral interino (Dr. Aurelio Lopes de Souza). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923. (Vol. XL — 1918).

Livro de notas, testamento de Dona Catarina Peralta Rangel—1775. (AIHGRN—Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte)

Livro de notas, testamento do Sargento-mor Manuel de Souza Marinho—1797. (AIHGRN—Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte)

Rafael Bluteau. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, v. 9 (suplemento). Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/engeitado>>

Registros de cartas e provisões do Senado da Câmara da Cidade do Natal, 1743–1754. (AIHGRN—Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte)

Requerimentos e cartas do Conselho Ultramarino, Capitania do Rio Grande do Norte (AHU—Arquivo Histórico Ultramarino/CD's-Projeto Resgate Barão do Rio Branco)

Termos de vereação do Senado da Câmara da Cidade do Natal, 1815–1823. (AIHGRN—Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte)

Bibliografia

ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonos nas Soleiras das Portas: A Exposição de Crianças nos Domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de Família*. São Paulo: Annablume, 2002.

- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Crianças expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 116–146, 2006.
- CAVAZZANI, André Luiz M. *Um Estudo sobre a Exposição e os Expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda Metade do Século XVIII)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- DIAS, Thiago Alves. *Dinâmicas Mercantis Coloniais—Capitania do Rio Grande do Norte (1760–1821)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Feijó, um Liberal do Século XIX. *Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 72–75, 2004.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução: Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução: Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FRANCO, Renato Júnior. Assistência e abandono de recém-nascidos em Vila Rica. In: VE-NÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil—séculos XVIII–XX*. São Paulo: Alameda, 2010.
- GANDELMAN, Luciana. As mercês são cadeias que não se rompem: liberdade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime português. In: SOIHEIT, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ e MAUAD, 2005.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império português, 1688–1735. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 96–137, 2004.
- HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do Império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI–XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.
- LYRA, Augusto Tavares de. *A independência do Brasil no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972.
- MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2002.
- MARTINS, Frei Leopoldo Pires. *Catecismo Romano*. Petrópolis: Vozes, 1951.

O ENJEITAMENTO DE CRIANÇAS COMO ESTRATÉGIA SOCIAL

- MARTINS, Paulo César Garcez. Mulheres de elite, filhos naturais—São Paulo, séculos XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. São Paulo: Annablume, Nemge/USP e Fapesp, 2002.
- NAZZARI, Muriel. Sem perda da honra: a preservação da reputação feminina no Brasil colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- OLIVERO, Sandra. Natalidad y bautismo en una parroquia rural de la campaña rioplatense: la población blanca del Pago de la Costa en la primera mitad del siglo XVIII. In: GUTIÉRREZ, Antonio Escudero; CUETOS, Maria Luisa Laviana (Coord.). *Estudios sobre América: siglos XVI–XX*. [S.l.]: AEA (Asociación Española de Americanistas), 2005.
- PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. Deixados nas portas: recém-nascidos abandonados na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). *Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa*. Natal: EDUFRN, 2013.
- _____. *Filhos da escuridão: crianças expostas na Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação, Capitania do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XVIII*. 2005. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- _____. *O abandono de crianças na América ibérica: um estudo sobre os recém-nascidos expostos e suas trajetórias na freguesia da Cidade do Natal (Capitania do Rio Grande do Norte, 1727–1835)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- _____. Os enjeitados da Capitania do Rio Grande do Norte. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil—séculos XVIII–XX*. São Paulo: Alameda, 2010.
- _____. *Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação—Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- RODRIGUES, Henrique. Sobrevivências e trajetórias de expostos emigrados para o Brasil. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil—séculos XVIII–XX*. São Paulo: Alameda, 2010.
- ROOSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550–1775*. Brasília: Ed. UNB, 1981.
- SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. Niños expósitos y huérfanos em la Provincia de Costa Rica, siglo XVIII. *Diálogos—Revista Electrónica de História*, San Pedro de Montes de Oca, Costa Rica, v. 5, n. 1–2, p. 1–13, 2005.
- SANTOS, Rosenilson da Silva. Quem casa quer dote: de como se dotava as mulheres no sertão da Capitania do Rio Grande (1759–1795). In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). *Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa*. Natal: EDUFRN, 2013.
- TWINAM, Anné. Honor, sexualidad e ilegitimidad en la Hispanoamérica colonial. In: LAVRIN, Asunción (Coord.). *Sexualidad y matrimonio en la América hispánica, siglos XVI–XVIII*. México, D.F.: Grijalbo, 1991.

- VALDEZ, Diane. *História da infância em Goiás: século XVIII e XIX*. Goiânia: Alternativa, 2003.
- VIVO, Cristina Mazzeo. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho de (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. Redes Clientelares. In: MATTOSO, José (director). *História de Portugal*. Lisboa: Otampa, 1993.

Indícios da Educação no Período Colonial Brasileiro nas cartas de Anchieta¹

Úrsula Andréa de Araújo Silva² Marlúcia Menezes de Paiva³

Introdução

Escrever sobre jesuítas não parece algo novo à primeira vista, pois muito se tem estudado e publicado, visto que foram bastante influentes na história de Portugal e do Brasil também. A novidade aqui está no enfoque. A História da Educação brasileira no período colonial ainda é pouco tratada. As pesquisas dão conta dos aspectos políticos, sociais e culturais da época. Apesar da Educação, de um modo geral, estar atrelada a todos esses âmbitos, não havia uma centralidade nem nos documentos nem nas pesquisas realizadas e também talvez porque o campo educacional esteja mais voltado para pensar questões mais próximas aos problemas contemporâneos, recuando pouco no tempo.

Entretanto, minha intenção é justamente buscar entender como era a Educação no período colonial brasileiro através do olhar e do relato do padre jesuíta José de Anchieta.

José de Anchieta foi um homem do século XVI e a sua própria história familiar apresenta indícios de uma interação cultural. Pai português, mãe espanhola, nasceu na Espanha e estudou na adolescência em Portugal, onde ingressou na Companhia de Jesus. Esse período foi curto, apenas 3 anos. O destaque intelectual e a condição de saúde conduziram-no ao Brasil.

O padre José de Anchieta foi um dos pioneiros na tarefa educacional no Brasil. Na época em que viveu na Colônia, encontrou uma população na qual não existia estruturação educacional, política, religiosa e cultural como na Metrópole, considerada a civilização, o exemplo a ser seguido.

O discurso jesuítico desse período era em prol da civilização, o que significava moldar comportamento e adequar a organização social e política ao que existia na Europa e salvar as almas através da adesão à fé católica. Tornar o Brasil um território civilizado foi um grande desafio para esses pioneiros. A Educação da população indígena foi o foco inicial desse trabalho, porém ainda preservando alguns traços culturais. O ensino dos índios era realizado através da catequese, apresentando as primeiras letras e instruindo para alguns ofícios manuais que eram necessários para a sobrevivência, subsistência e o comércio que era realizado pelos padres.

Especificamente tratando de Anchieta, temos uma experiência peculiar e até um pouco controversa, por isso é preciso relativizar nossa análise e ter sempre em mente que ele era um homem do seu tempo, europeu, católico e que carregava todas essas certezas e verdades na sua trajetória, mas também entender que ele teve momentos em que negou todas essas prerrogativas com ações.

Assim, vamos iniciar entendendo o contexto no qual José de Anchieta esteve inserido, a Política Atlântica e a Interculturação decorrente da experiência no Brasil. Na sequência, apresentaremos a Pedagogia Brasileira e trechos da obra do padre para dialogar com os conceitos pertinentes.

Política atlântica e interculturação

Trataremos aqui a Política Atlântica e a Interculturação juntamente por entender que esta última é parte da primeira. A Política Atlântica é entendida aqui como o contexto europeu de disputas de mercados internacionais decidido nas rotas do comércio atlântico e a Interculturação indica a troca entre europeus e indígenas, a convivência e o consequente aprendizado decorrido desse processo que na experiência brasileira estava entrelaçado.

Esse período histórico foi caracterizado pelas grandes navegações, pela forte aliança entre Estado e Igreja e pela fortíssima presença dos jesuítas ao lado dos monarcas portugueses. Eles foram escolhidos como os mais apropriados entre as ordens religiosas para acompanhar os empreendimentos marítimos portugueses e para conduzir a instalação nas novas terras conquistadas. O discurso religioso era associado ao cultural e até humanitário: fazer os gentios e/ou infiéis conhecerem a fé católica e a civilização, cujo modelo era a europeia.

O século XVI era uma época de espaços abertos e de grandes possibilidades nas terras recém-descobertas. A expansão ultramarina modificou o mundo, ampliou mercados, expôs povos, culturas, fauna, flora desconhecidos até então, construiu e moldou relações pessoais, institucionais, económicas, políticas e sociais entre as potências e suas colônias, além de promover o intercâmbio biológico. Portugal e Espanha no século XVI eram os países que dominavam esse empreendimento e os lucros decorrentes dele até perderem força. Apesar das potências ibéricas terem experiências parecidas, suas colônias na América apresentaram resultados bem diferentes. Na América Espanhola houve uma maior tolerância cultural e inclusive integração dos mestiços na administração. Isso não aconteceu na América Portuguesa, o que é impressionante se considerarmos o contingente de conquistadores. Então, como explicar esse fenômeno? No caso do Brasil e nas demais colônias, os jesuítas acompanhavam as grandes navegações e eram essenciais para promover o contato inicial pacífico. O ritual de posse da terra descoberta era obrigatório, apesar de não ter significado para os nativos e sua validade era controversa perante os outros países europeus. A partir daí o contato era feito através de música para demonstrar que a intenção era pacífica. Os indígenas eram culturalmente curiosos e principalmente os que habitavam o litoral estavam abertos a novas experiências, conhecimentos e descobertas. A experiência missionária em grande parte do território brasileiro foi pacífica.

A experiência jesuítica no Brasil foi fruto da vontade e da necessidade de evangelizar os nativos para retirá-los do estado de selvageria que se acreditava que eles se encontravam e torná-los civilizados e súditos da Coroa Portuguesa. Para que essa intenção fosse concretizada, houve a necessidade de implementar adaptações para a atuação no Novo Mundo, o que ocorreu com o emprego da Pedagogia Brasília.

Nas ocasiões em que o meio pacífico não surtia efeito, eram realizados confrontos impondo a superioridade bélica portuguesa. Independentemente da forma que se utilizavam para dominação e instalação no território, os religiosos passavam a fazer a aproximação com os indígenas fosse através de música ou de gestos e, posteriormente, com o uso da Língua Geral.

Esses religiosos vinham da Metrópole com todo um grande aparato cultural, religioso e social. Treinados para enfrentar com resiliência todas as adversidades do Brasil, chegavam animados para cumprir o projeto de

salvação daquelas almas e munidos de regras específicas para o trabalho catequético, porém, a realidade na Colônia era bastante diversa e muitas vezes inviabilizava a prática educacional tal como era recomendada nos documentos oficiais. Mesmo assim o trabalho não era abandonado, pelo contrário, ocorreram adaptações para adequação à realidade que estava posta através da ação dos jesuítas do Período Heróico—Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.

Os desafios da colonização do Brasil tornaram-se conhecidos após os primeiros contatos, mas, ao contrário do que um desavisado possa imaginar, as dificuldades atraíam missionários ao invés de afastá-los.

Após o primeiro contato e estabelecido o vínculo pacífico, os jesuítas passavam a interferir em toda a cultura indígena e a aplicar seu método pedagógico. É importante colocar que houve um intercâmbio cultural nessa experiência na qual os índios foram imprescindíveis para a ambientação dos religiosos e colonos em relação à alimentação, ao modo de dormir, à entrada e/ou exploração do espaço, à adaptação de materiais, na arte da guerra, etc. Em contrapartida, aprenderam a língua, a instrução elementar, o catecismo.

A educação jesuítica na Colônia não se restringia à educação escolar, formal. Isso é completamente compreensível porque havia um projeto civilizatório, colonizador e nada mais natural que pretendessem moldar tudo na realidade nativa.

Os primeiros jesuítas tiveram que se despir de algumas certezas em prol do objetivo maior. A relativização dos conceitos religiosos é um exemplo disso, como se pode observar através do que aconteceu em relação aos casamentos. Entre os indígenas havia casais com laço consanguíneo próximo, porém não era permitido pela Igreja. O padre José de Anchieta (1988, p. 46) aconselhava sobre essa questão:

parece grandemente necessario que o direito positivo se afrouxe nestas paragens, de modo que, a não ser o parentesco de irmão com irmã, possam em todos os graus contrair casamento, o que é preciso que se faça em outras leis da Santa Madre Igreja, às quais, se o quizermos presentemente obrigar, é fora de dúvida que não quererão chegar-se ao culto da fé cristã.

Anchieta demonstra aqui a inteligência necessária para manter as conquistas realizadas até esse momento e a característica de adaptação ine-

rente à experiência colonial portuguesa, ou seja, eles entendiam que era mais produtivo ceder em determinados pontos para atingir ou manter objetivos maiores. A Igreja também demonstrou ao longo da História esse traço. Assim, pede a adaptação das regras da Igreja para aceitar casamentos consanguíneos que não fossem de primeiro grau. Isso possibilitaria a realização dos sacramentos e o possível interesse dos nativos em aderir à fé católica.

Sabe-se que a quase totalidade de colonos que veio para o Brasil era exclusivamente de homens. Isso gerou um problema adicional para os religiosos, pois a convivência com as índias gerou relações sexuais esporádicas, permanentes e até mesmo convivência conjugal nos moldes indígenas que permitia separação e poligamia tanto masculina quanto feminina, dependendo da cultura da tribo. Assim, o afrouxamento das regras da Igreja relativa aos casamentos fazia-se urgente para regular a moralidade no Brasil.

Os enlances matrimoniais entre colonos e indígenas implicavam em outro fator que agravou a relação dos colonos e dos religiosos, pois quando um colono casava-se com uma índia toda a tribo tornava-se parente do colono, ou seja, ele ganhava uma esposa e um exército em caso de necessidade bélica, já que a partir do casamento ele se tornava parente.

Devido a todas as especificidades do território e do espaço brasileiro, o projeto educacional jesuítico não foi completamente aplicado na Colônia. As condições com as quais os religiosos se deparavam no Brasil não eram favoráveis do ponto de vista material e no espiritual constituía-se em um desafio mensurável somente na vivência da experiência.

A intenção inicial era promover uma alteração dos índios social e espiritualmente, porém o contato demonstrou que isso não era algo possível. Os próprios religiosos precisavam dos índios para garantir sua sobrevivência no território e para a exploração do mesmo. A convivência entre jesuítas e índios fez emergir uma experiência bastante peculiar, promovendo a interculturação como demonstrado na questão dos casamentos. Outro exemplo é dado por Anchieta (1988, p. 73):

Neste tempo que estive em Piratininga, servi de médico e barbeiro, curando e sangrando a muitos daqueles Índios, dos quais viveram alguns de quem se não esperava vida, por serem mortos muitos daquelas enfermidades. [...] Demais disso tenho aprendido um ofício que me ensinou a necessidade, que é fa-

zer alpergatas, e sou já bom mestre e tenho feito muitas aos irmãos, porque se não pode andar por cá com sapatos de couro pelos montes.

No trecho acima podemos perceber a integração de Anchieta e uma relação de troca entre ele e os indígenas. O padre atuava também como médico e barbeiro devido à dificuldade de acesso às tribos devido provavelmente à distância, bem como a escassa presença desse tipo de profissional, além do receio geral que havia de interação com os índios para quem não pertencia a esse círculo. Outro dado importante e totalmente intercultural é o seu aprendizado do ofício de artesão de alpergatas, pois evidencia que foi um ensinamento recebido através dos índios e por causa da necessidade de adaptação ao espaço e ao clima brasileiro.

Pedagogia brasileira

A Pedagogia Brasileira é percebida como a faceta pedagógica no tratamento com os índios durante os primeiros anos de colonização—Período Heroico—materializada na experiência dos padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta. Essa adequação operada pela Pedagogia Brasileira associou o saber cultural e religioso dos jesuítas e agregou aspectos dos nativos brasileiros de modo a produzir uma ação educativa peculiar e um material pedagógico vasto e riquíssimo. Podemos dizer que a Pedagogia Brasileira foi fruto da interculturação vivida em solo brasileiro.

O termo Pedagogia Brasileira foi cunhado por Saviani (2013) para definir a Educação na América Portuguesa durante o Período Colonial. Essa terminologia carrega, enquanto conceito, o ato educativo no Novo Mundo, o modo de colocar em prática o modelo educacional idealizado nos documentos oficiais da Ordem que, na verdade, ainda estavam em elaboração e revisão no período inicial da colonização no Brasil, dentro das condições que a Colônia permitia. Assim, percebe-se que, apesar da noção de superioridade cultural, os jesuítas entenderam que, para alcançar o êxito almejado, era preciso conhecer os nativos e realizar adaptações, estimulando o interesse deles e posteriormente a difusão, aumentando o contingente de convertidos.

Os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta foram os responsáveis por materializar esse processo. Nóbrega foi o pioneiro e Anchieta

proseguiu com o trabalho na mesma linha. Destacou-se pela rapidez que aprendeu a língua nativa e pela decodificação da mesma para fazer com que os nativos entendessem os preceitos católicos com os conceitos da própria cultura indígena.

A educação jesuítica nesse período atendia a um projeto civilizatório, colonizador e nada mais natural que principalmente naquela época que pretendessem moldar tudo na realidade nativa. Os ensinamentos transcendiam a educação escolar. Isso é completamente compreensível porque a organização indígena era muito diferente daquela vivenciada na Europa, então também nesse quesito, houve adaptação ao universo indígena com inclusão do modelo educacional europeu e católico.

Diante da necessidade de entrar na realidade dos nativos do Novo Mundo, se intrometer, e realizar a missão, os primeiros jesuítas, liderados por Nóbrega, conservaram aspectos importantes da cultura nativa que não contrariavam a religião e a fé católica, como a sua dança, os seus cantos, o uso de instrumentos e, sobretudo, a língua. Criaram orações, sermões e catecismos na língua tupi para ensinar conteúdos cristãos. José de Anchieta foi o expoente máximo dessa tarefa, criando já em 1556 a "gramática da língua mais falada do Brasil", produzindo catecismos, peças de teatro, doutrinas, orações em tupi, misturando elementos da cultura nativa à cultura cristã.

Podemos dizer que a estratégia utilizada era bastante eficiente, na medida em que permitia a aproximação, criava-se o laço de confiança e, sobretudo, não violentava a cultura imediatamente. Por isso mesmo os jesuítas pioneiros tiveram que relativizar suas certezas e seus conceitos religiosos em prol de avançar no projeto colonizador.

Além da questão linguística apontada anteriormente, Anchieta interveio no caso dos casamentos consanguíneos demonstrando a característica de adaptação da Igreja adaptação inerente à experiência colonial portuguesa, logo necessário para manter as conquistas realizadas até esse momento, ou seja, eles entendiam que era mais produtivo ceder em determinados pontos para atingir ou manter objetivos maiores. A Igreja também demonstrou ao longo da História esse traço. Assim, pede a adaptação das regras da Igreja para aceitar casamentos consanguíneos que não fossem de primeiro grau. Isso possibilitaria a realização dos sacramentos e o possível interesse dos nativos em aderir a fé católica.

Sabemos que a quase totalidade de colonos que veio para o Brasil era

exclusivamente de homens. Isso gerou um problema adicional para os religiosos, pois a convivência com as índias gerou relações sexuais esporádicas, permanentes e até mesmo convivência conjugal nos moldes indígenas que permitia separação e poligamia tanto masculina quanto feminina dependendo da cultura da tribo. Assim, o afrouxamento das regras da Igreja relativamente aos casamentos fazia-se urgente para regular a moralidade no Brasil. Essa ação implicava em outro ponto que acabou por piorar ainda mais a relação dos colonos e dos religiosos. É que quando um colono casava-se com uma índia, toda a tribo entrava para o parentesco do colono, ou seja, ele ganhava uma esposa e um exército em caso de necessidade bélica, já que a partir do casamento tornava-se parente. Isso também alterava a questão do uso da mão-de-obra que era um ponto de conflito entre os padres e os colonos.

José de Anchieta dá notícia sobre o espaço e a metodologia empregada com os índios para catequizar (ANCHIETA, 1988, p. 424):

Tem nelas suas casinhas, cobertas de palmas, bem acomodadas e igrejas capazes onde ensinam aos Índios as coisas necessárias a sua salvação, lhes dizem missa e ensinam a doutrina cristã duas vezes cada dia, e também em cada uma ensinam aos filhos dos Índios a ler, escrever, contar e falar português, que aprendem bem e falam com graça, ajudar as missas, e desta maneira o fazem polidos e homens. Em umas delas lhes ensinam a cantar e tem coro de canto e flautas para suas festas, e fazem suas danças à portuguesa com tamboris e violas, com muita graça, como se fossem meninos portugueses, e quando fazem estas danças põem uns diademas na cabeça de penas de pássaros de várias cores, e desta sorte fazem também os arcos, empenam e pintam o corpo, e assim pintados e mui galantes a seu modo fazem suas festas muito aprazíveis, que dão contento e causam devoção por serem feitas por gente tão indômita e bárbara, mas pela bondade divina e diligência dos nossos, feitos já homens políticos e cristãos.

Nesse trecho temos a descrição dos espaços nos quais ocorriam o trabalho catequético. Anchieta evidencia que é ensinado o que é necessário para a salvação das almas; que se rezam as missas, as quais incluíam ativamente os indígenas durante a celebração; temos um exemplo de inter-

culturação não somente em relação à missa, mas também nas danças e na música, onde se usava tambores e violas, além da permissão da pintura do corpo.

Chama atenção a forma natural da descrição por se tratar de algo que destoava das orientações oficiais que preconizavam a aculturação e total enquadramento ao que era considerado civilizado. Nesse sentido, podemos dizer que se operava um ensinamento para a Ordem que precisava flexibilizar suas orientações e permitir que a cultura local fosse um elemento agregador e não totalmente descartável.

Fontes jesuíticas

A produção jesuítica tinha a função de “[...] consolidar e edificar, dando a conhecer as obras feitas em nome de Deus” (LONDOÑO, 2002, p. 15). A cultura corporativa jesuítica tinha expressivo alcance, pois fazia circular diversas cartas, informações e pessoas e permitia estender para além do Evangelho as indagações dos membros. Ou seja, de posse das informações sobre natureza e cultura de diversos lugares, eles podiam interrogar sobre questões como a humanidade indígena e a manutenção da escravidão. Esse processo favorecia a produção local do conhecimento que se transmitia à Companhia na Europa.

Para os jesuítas, o contato com os nativos era um estímulo intelectual que enriquecia sua missão apostólica, e o intercâmbio de notícias através de cartas e informes beneficiava a atividade intelectual. As cartas eram um hábito, um exercício e uma obrigação para os missionários. Era através dessa ferramenta que se davam as notícias, faziam-se pedidos, reclamações e exercitava-se a arte da retórica e da persuasão, por isso, seus escritos são verdadeiros instrumentos de propaganda missionária.

Para Ledezma e Figueroa (2005, p. 15–16), *“Acercarse de manera efectiva a los nativos, cuya salvación era el objetivo de las misiones, implicaba conocer el mundo natural del cual derivaban sus prácticas culturales”*. O conhecimento da natureza era imprescindível e somente através do contato com os nativos isso seria possível. Eram os nativos que propiciavam os deslocamentos, as indicações para alimentação, o modo de dormir e todo o mais necessário para a sobrevivência dos jesuítas.

De acordo com Oliveira (2003), para os jesuítas da época barroca conhecer o mundo no qual estavam inseridos, decifrá-lo era uma estratégia

gia de sobrevivência. Para se sentirem seguros era necessário estar bem localizados, inclusive geograficamente. Eles consideravam que a vida na Terra era um estágio para se alcançar o reino dos céus, por isso era imprescindível saber viver. Eles deviam também exercitar seu aprendizado inserindo-se numa "cartografia moral" através de seus escritos.

Pode-se observar as características da escrita jesuítica na obra do padre José de Anchieta. Ao longo desse artigo, focamos em uma de suas obras: "Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Anchieta". Prefácio de Afrânio Peixoto e notas de Alcântara Machado, que foi selecionada pela importância e pela densidade.

Nessa obra é possível analisar a escrita jesuítica, evidenciar o trato educativo entre o padre e os índios e vice-versa, demonstrar os resultados alcançados através da narrativa do padre, compreender as relações estabelecidas, as negociações para atingir objetivos, como os nativos absorviam os ensinamentos e preceitos católicos, entre outros.

Na Nota Preliminar dessa publicação Afrânio Peixoto exalta a obra de Anchieta ao se referir ao pagamento de uma dívida histórica de 4 séculos ao reunir seus escritos que estavam dispersos, escondidos ou inéditos nessa compilação.

A obra reúne traduções de escritos em diferentes línguas: latim, italiano, castelhano, português... e traça a trajetória das cartas que estavam dispersas e as identifica com a organização na referida obra para localizar o leitor. Dá notícia também sobre as obras em prosa como as chama, informando que o percurso das mesmas foi bem mais controlado.

"Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Anchieta" é composta por: 28 cartas no período de maio de 1554 a dezembro de 1592, perfazendo 38 anos de atuação; 6 informações; 1 fragmento histórico e 2 sermões. Muitos são os temas relacionados nesses escritos. Podemos destacar os seguintes: a Língua Geral que poderia ser o primeiro entrave, mas que no caso da ação de Anchieta configurou-se como um motor para sua inserção e aceitação entre os nativos que são outro foco permanente nos relatos. Dá-se muita notícia também sobre os padres: suas ações, suas conquistas, os desafios, as viagens, as questões de saúde e assim por diante. Destacamos ainda a catequese, o trabalho e a Educação.

Considerações finais

Diante de todo o exposto podemos concluir que a obra do padre José de Anchieta possui relevância para o entendimento da História do Brasil e da História da Educação no Brasil, bem como está conectada com os moldes da Companhia de Jesus, ainda que destoe da prática vigente anteriormente à implantação da Pedagogia Brasileira.

A atuação de Anchieta foi essencial para mudar os parâmetros da relação dos padres e nativos. O modo como Anchieta ensinava aos índios era peculiar e muito mais eficiente porque ele tinha a preocupação de realizar a transposição didática, usar a língua nativa e significar com elementos da cultura indígena tudo que estava sendo transmitido e por isso sua experiência é algo que merece ser estudada em seus pormenores com a crítica devida, bem como os reflexos da mesma tanto no Brasil como diante da Companhia de Jesus.

Notas

1. Esse artigo foi originariamente publicado em Portugal no evento CIHELA em 2021.
2. ID Lattes: 7920722562481342. ORCID: 0000-0003-0358-4251. E-mail: ursulaaraujos@gmail.com.
3. ID Lattes: 2624591870785039. ORCID: 0000-0002-1123-342X. E-mail: mmarulpaiva3@gmail.com.

Referências

- ALMEIDA, Admilson Gonçalves de. *Educação e Evangelização: a convivência de jesuítas e índios no século XVI no Brasil*. 2016. Tese (Doutoramento em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.
- ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554–1594)*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e Editora Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Anchieta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. Outra ed.: Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1988.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- COSTA, Célio Juvenal. *A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540–1599)*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

INDÍCIOS DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO NAS CARTAS DE ANCHIETA

- DE LA FLOR, Fernando R. *La península metafísica: Arte, literatura y pensamiento en la España de la Contrarreforma*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1999.
- FERNÁNDEZ-ARRESTO, Felipe. Los imperios en su contexto global, c. 1500–c. 1800. *Debate y Perspectivas*, Fundación Mapfre Tavera, Madrid, n. 2, p. 27–46, 2000.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. José de Anchieta: um missionário entre a História e a Glória dos altares. *Projeto História*, n. 41, 2010.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Historiografia da educação na América Portuguesa: balanço e perspectivas. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 14, p. 111–124, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-2502009000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- HERNANDES, Paulo Romualdo. A Companhia de Jesus no século XVI e o Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 40, p. 222–244, 2010.
- LEDEZMA, Domingo; FIGUEROA, Luis Millones. Introducción: los jesuitas y el conocimiento de la naturaleza americana. In: _____. *Historias Naturales y el saber de los jesuitas*. [S.l.]: Iberoamericana, 2005.
- LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no século XVI. *Revista Brasileira de História*, ANPUH: Humanitas Publicações, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.
- MILLONES FIGUEROA, Luis. La intelligentsia jesuita y la naturaleza del Nuevo Mundo en el siglo XVII. In: MILLONES FIGUEROA, Luis; LEDEZMA, Domingo (Ed.). *El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo*. Madrid: Iberoamericana, 2005. P. 27–47.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005a.
- _____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2005b.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. (Coleção Memória da Educação).
- SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 1, p. 446.

Espaço urbano e a construção da cidade barroca

São Paulo na segunda metade do século XVIII

*Francisco Isaac D. de Oliveira*¹

Introdução

O barroco foi um estilo artístico que construiu cidades. Durante muito tempo a historiografia produzida no Brasil não olhou com cuidado para a história da arte na cidade de São Paulo, essa sempre foi vista como cidade construída a partir do dinheiro do café, cidade moderna e locomotiva do Brasil. Para muitos o Barroco era um estilo artístico reservado para a história de Minas Gerais, Rio de Janeiro e, além disso, era encontrado no Nordeste do Brasil, nunca em São Paulo.

Esse breve relato de pesquisa tenta fazer um apanhado geral na recente escrita da história da cidade de São Paulo e o barroco, e analisa a presença marcante desse estilo como construtor da cidade junto com o poder político e religioso. Nesse sentido, São Paulo será uma cidade dramática e podemos encontrar essa representação na arquitetura religiosa de conventos e igrejas. A metodologia buscou apoio na bibliografia especializada para podermos interpretar tais indícios. Ao final não vamos concluir, mas deixar aberto para novas e futuras análises sobre a São Paulo colonial.

A documentação iconográfica e cartográfica depositada no Arquivo Histórico Ultramarino² em Lisboa, relativa à capitania de São Paulo, revela que existia um controle estatal forte sobre a criação e formatação do espaço dessa cidade.

O domínio sobre o território nos mostra as pretensões estratégicas do corpo administrativo, religioso e militar, esse por meio do exército português, ordenou e defendeu a cidade, dos ataques de índios do sertão ou estrangeiros vindos por rotas marítimas³, sabidamente, os índios selvagens eram a maior ameaça para a cidade de São Paulo, esses eram competidores que mereciam respeito e temor.

A cidade cresceu lentamente. A população colonial foi dando sua cara barroca aos espaços. "O planejamento urbano é revelado por meio das plantas detalhadas de hospitais, quartéis, cadeias, sedes de Câmaras, igrejas e edifícios públicos, mas que também podiam servir de inspiração para residências civis" (ARRUDA, 2000, p. 13). O planejamento urbano do espaço colonial tinha diretrizes barrocas. Nesse sentido, podemos entender a cidade como um elemento das ordenações civis e eclesiásticas.

Esta pesquisa compreende o período dos Capitães Gerais e Governadores da Capitania de São Paulo, que vai de 1765⁴ até o início do século XIX, mais precisamente a primeira década do XIX. Começa no governo de D. Luís A. de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus e vai até o governo de Antônio J. da Franca e Horta⁵.

Entretanto, isso não quer dizer que não vamos recuar no tempo, recorrendo a períodos anteriores ao nosso recorte temporal. Com toda certeza, vamos nos apropriar de documentos visuais, textuais e bibliografia especializada anterior para explicar e exemplificar a história social de São Paulo.

O florescimento de São Paulo se dá nessa época. A cidade evoluiu e cresceu, tropeiros e viajantes circulavam mais pelos caminhos paulistas, vendendo e comprando produtos e os distribuindo por todo o sertão, com isso, e de forma lenta, a cidade se desenvolveu.

A cidade cresceu em momentos anteriores, não há como negar. Porém, é no século XVIII que esse crescimento urbano fica mais evidente, é no decorrer dos setecentos que a urbanização fica latente aos olhos e aparece de forma mais clara nos documentos oficiais, e como marco dessa retomada urbana temos o governo de Morgado de Mateus, onde a colonização e a ocidentalização das pessoas e dos espaços já estavam bem encaminhadas.

O empreendimento colonizador vislumbrava rentabilidade e lucro, segundo G. S. M. Reis:

O empreendimento para o processo de colonização do Brasil teve particularidades marcadas por uma ordem jurídico-

administrativa, modelado por Portugal, com objetivos de assegurar o lucro e sustentar a sua empresa mercantil e colonial (REIS, 2000, p. 293).

No final do século XVIII a coroa portuguesa limitou as concessões e privilégios concedidos aos nobres e à pequena nobreza portuguesa. Dentro desse contexto político de retomada do poder e maior controle do governo sobre a Capitania de São Paulo, a Coroa portuguesa viu suas autoridades nomeadas

enfrentando a nada fácil tarefa de “civilizar”, trazer moradores de (outros) núcleo urbano e dos “sítios volantes” para o sociável convívio e a fé cristã, para o pagamento dos impostos e as obrigações relativas à manutenção de espaços de uso comum (BRESCIANI, 2007, p. 14).

Nesse sentido, a empreitada colonizadora nunca foi de fácil realização. Muitos empecilhos se impuseram para que as autoridades portuguesas alcançassem seus objetivos.

Estratégias de ordenamento

Durante muitos anos, o pesquisador Sergio Buarque de Holanda deixou impressa sua visão historiográfica sobre a ideia de que a urbanização das cidades do Brasil teria se dado de forma espontânea e ao sabor do relevo e dos acidentes geográficos da paisagem. De verdade absoluta, essa ideia aos poucos foi sendo revista e questionada em novas pesquisas que repensaram essa ideia e trataram de superá-la. No capítulo “O Semeador e o Ladrilhador” do clássico livro *Raízes do Brasil*, de 1936, S. B. de Holanda refere-se à urbanização praticada pelos portugueses:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” (HOLANDA, 1995, p. 110).

Ao contrário do que pensou S. B. de Holanda, existia uma lógica na construção e no traçado urbano das cidades coloniais. A própria documentação colonial está cheia de planos e projetos arquitetônicos para a cidade, houve uma preocupação com a organização territorial e o planejamento na formação urbana de São Paulo no século XVIII, principalmente a partir de 1765. Várias pesquisas demonstraram que a urbanização colonial durante o século XVIII tinha planos a serem seguidos.

Os desafios impostos a ser um ladrilhador foram reconhecidos em seu tempo pelo Morgado de Mateus — “Numa carta de 1772 do 4º Morgado de Mateus ao Marquês de Lavradio, o governador da capitania assumia sua posição ladrilhador: ‘Eu achei esta capitania [de São Paulo] morta e ressuscitá-la é mais difícil do que criá-la de novo’” (SEGAWA, 2013, p. 10). Ressuscitar a cidade seria um trabalho hercúleo, sobre-humano, era uma ação divina reservada a Cristo, apenas ele era capaz de realizar tal feito. Criar outra cidade seria mais fácil, porém, D. Luís Antônio de Sousa B. Mourão, deveria fazer alianças, se aproximar da elite, contornar, negociar, ser dinâmico e ser sensível aos desejos locais. Assim, poderia fazer o jogo político necessário para abrir o caminho as oportunidades e refazer a cidade, dando o tom de sua administração⁶.

A colonização portuguesa na América foi desenvolvida primordialmente no litoral do Brasil. Foi no século XVI que começaram a surgir alguns “embriões” urbanos, que foram fixados pelo litoral, como, por exemplo, Olinda e São Salvador da Bahia. Entretanto, nesse mesmo século, um pequeno grupo de padres jesuítas, “[...] já tinham ultrapassado a serra do Mar e chegado a um planalto interior onde fundaram o Colégio de São Paulo de Piratininga (1554)” (DERNTL, 2013, p. 13). Contrariando o “padrão” português de fundar vilas pelo litoral, esses padres escolheram o sertão.

Além disso, São Paulo é um caso paradigmático por ser a primeira vila da América portuguesa construída no sertão, se executarmos a efêmera Santo André, que é absorvida por Piratininga em 1560, e por ter tido um desenvolvimento econômico distinto de outras áreas da América portuguesa. Ela é a primeira tentativa de conquista do interior da colônia, tanto do espaço quanto das almas dos indígenas: é o primeiro experimento da estratégia da conversão criada pelos jesuítas no bojo da Reforma católica e no desejo de aumentar a cristandade trazendo os rebanhos dispersos dos pagãos para a “gloriosíssima

Cidade de Deus, que neste mundo peregrina em busca da pátria soberana (SANTO AGOSTINHO, 1990, II: 194)" (TORRÃO FILHO, 2007, p. 22).

São Paulo foi fundada no sertão da América pelo interesse religioso em converter novas almas para o cristianismo católico. Avesa ao litoral, queria estar no sertão, era lá que apresariam os índios para o trabalho compulsório e para a catequese da igreja. Buscaram minério e ouro, os paulistas desde cedo entraram no mato e desbravaram florestas, construíram caminhos e expandiram as fronteiras da colônia portuguesa.

Ao redor do colégio jesuíta desenvolveram-se outras comunidades de índios, que eram o principal grupo humano observado pelos padres da Cia. de Jesus.

A vila de Piratininga, instalada em 1560, tornou-se o centro de expedições que se lançaram aos sertões para apresar indígenas e eventualmente encontrar minérios preciosos. Nas últimas décadas do século 17, já havia em torno de São Paulo uma constelação de vilas marcando novos pontos de partida da expansão sertanista em diferentes direções (DERNTL, 2013, p. 13).

Mesmo pequena, São Paulo já começava a se firmar como centro das expedições para o sertão adentro. Isso não foi suficiente para que a cidade não fosse confundida com uma área rural, essa característica marcou São Paulo mesmo na segunda metade dos anos setecentistas⁷.

A segunda metade do século XVIII foi importante para as transformações que se avizinhavam, foi um tempo de mudança para a cidade⁸. Uma nova gestão colonial iniciou-se, e uma nova gestão política foi marcando espaço de poder dentro da nova administração, assim, essa forte presença marcadamente lusitana foi decisiva para as modificações realizadas nos espaços. Dessa forma, a metrópole tinha planos estratégicos para os territórios do sul, onde São Paulo seria uma das cabeças locais na organização das expedições para o fortalecimento dos interesses lisboetas nessa região. Assim, foram criadas ações para fundar vilas e cidades, povoar as terras que ainda não tinham sido ocupadas, essas ações estratégicas foram pensadas e realizadas a partir de um ano chave, 1765, considerado por

muitos historiadores como o ano da retomada e do florescimento urbano da capital como também da Capitania como todo.

A instabilidade na fixação das pessoas nos centros urbanos foi uma grande barreira para a Coroa portuguesa. Conduzir esse processo era um desafio, era preciso criar espaços urbanos para que o poder político agisse, controlando e moldando a sociedade. Dessa forma, a “noção de urbano aparece então associada aos espaços de onde emana o poder político, os centros administrativos” (DERNTL, 2013, p. 14). Eram nas cidades onde ficavam os órgãos públicos e políticos do poder português.

Os prédios da câmara e cadeia, a sede episcopal e as igrejas, as ordens religiosas, as irmandades religiosas, os hospitais de caridade e assistência eram instituições que ajudavam a normatizar os espaços e a população. Todos esses prédios vigiavam, puniam e emanavam poder, vislumbrando educar e ocidentalizar a população em São Paulo. Nesse sentido, a cidade é o centro do poder político e educa os seus cidadãos.

As práticas sociais e as experiências locais ajudaram a influenciar a política na definição, construção e remodelação da cidade. De forma conjunta, a arte barroca e a política barroca, influenciaram nesse processo. Como mencionamos anteriormente, existia um intrincado jogo político que deveria ser considerado para realizar tais mudanças. Nesse contexto, os projetos de urbanização e a política para a cidade estão inseridos num cenário de conflitos e interesses múltiplos, dinâmicos e diversificados, onde em muitas situações as autoridades metropolitanas estavam alheias a tal realidade⁹ local. A urbanização de São Paulo no século XVIII estava condicionada a alguns caprichos locais, logo, a arte e o método empregado na São Paulo colonial buscaram agradar a igreja, aos senhores de terras e ao governo, assim:

Método e arte refere-se aqui à ideia de que a Coroa Portuguesa foi tentando organizar determinados modos de conduzir a expansão urbana, ao passo que experiências e circunstâncias locais constantemente exigiam arranjos novos e específicos. (DERNTL, 2013, p. 15).

Segundo os documentos coloniais e M. F. Derntl comprova, os muitos rearranjos e interesses locais escapavam a vigilância metropolitana, os governadores tinham que agradar a elite paulista, mas claro, tentando

fazer os projetos urbanos a partir das normas reais e o que estava em vigor na metrópole.

Da arquitetura paulista do século XVIII pouca coisa chegou aos nossos dias, a taipa foi a principal técnica de construção nessa área da colônia. A arquitetura de taipa da maioria das vilas setecentistas fora destruída pelo tempo e pelas modificações a longo prazo que depois ocorreram em São Paulo. O pouco que restou, conta a história das pessoas e traz a possibilidade de problematizarmos as relações sociais dos índios aldeados, das elites locais com religiosos e colonos pobres, que também interagiram nessa história, é sabido que esses encontros geraram constantes tensões.

Imagens de São Paulo no século XVIII

Durante muito tempo a historiografia produzida no século XX tratou a cidade de São Paulo como pequena e de população parca e distante¹⁰. Segundo a pesquisadora Stela Breschiani ao citar Fernando de Azevedo, reforça a percepção de uma São Paulo insignificante, ela entende que:

São Paulo, século XVIII. Cidade modorrenta, “pequenina e bisonha”, população parca, pobre, reclusa, vivendo isolada no planalto. Fruto da ação catequizadora dos jesuítas, com suas ruas tortuosas, poucas delas calçadas, oferece a imagem da cidade colonial portuguesa implantada com pouca arte na restrita área do alto de uma colina rodeada de rios e suas margens pantanosas (AZEVEDO, *A cultura brasileira, Melhoramentos, 1964*. In: BRESCIANI, 2007, p. 12).

Em 1964, essa ainda era a visão que persistia sobre São Paulo no século XVIII. Essas imagens ajudaram a popularizar no imaginário social paulista e brasileiro a ideia de uma cidade reduzida, quase sem ninguém, imagens negativas que construiriam também uma “história oficial” da cidade no período colonial. Essas imagens foram tão fortes que duraram até a década de 1990, e perpetuou a visão de que o português era apenas um semeador, segundo Montoia “[...] o espaço da natureza, recusa do artifício, ausente qualquer polimento que permitia o exercício da civilidade” (MONTÓIA, 2007, p. 12).

Por muitos anos a historiografia paulista tratou de descrever a cidade de São Paulo dessa forma¹¹. Sem criticar ou questionar a interpretação dos

antigos cânones como S. B. de Holanda, que apresentaram uma visão estática e cristalizada da urbanização da cidade. Segundo o professor Amilcar T. Filho (2007, p. 19), foi,

A partir do texto de Sérgio B. de Holanda, 'O Ladrilhador e o Semeador', de seu livro *Raízes do Brasil*, inicia-se uma interpretação da cidade colonial que a vê como espaço da desordem. Este é um texto fundador da interpretação da cidade colonial e da oposição entre cidade portuguesa, paradigma do caos, e a cidade hispânica, exemplo de ordem urbanística e social.

O texto de S. B. de Holanda fundou uma interpretação equivocada de uma realidade ampla, onde foi instituído praticamente um único modelo inicial de cidade colonial, e a nossa historiografia replicou essa verdade por anos, uma das primeiras cidades a serem vitimadas por essa interpretação foi São Paulo. Durante muito tempo essa visão foi aceita, porém com o renovado interesse dos pesquisadores da história da arquitetura e da história colonial, novas interpretações surgiram e os textos defendidos nas universidades mostram olhares alternativos alicerçados em documentação e novas discussões sobre a cidade colonial portuguesa.

Em 1766, pouco tempo depois de assumir o governo da capitania e ter chegado à cidade de São Paulo, o 4º Morgado de Mateus escreveu ao conde de Oeiras, relatando suas primeiras impressões da cidade, ele nos conta que,

Está edificada no meio de uma grande campina, em sítio pouco elevado, "que a descobre toda em roda'. O seu terreno é brando e tem as ruas 'planas, largas e direitas e algumas bem compridas, porém não são calçadas, todas as paredes dos edifícios são de terra" (Trecho da carta de 10 de dezembro de 1766. In: TORRÃO FILHO, 2007, p. 17).

A partir da descrição de D. Luís A. de S. Botelho Mourão, podemos imaginar a paisagem urbana de São Paulo. Em termos técnicos de construção não é muito diferente da rusticidade dos prédios, templos e moradias civis nas cidades do litoral do Brasil. A cidade que ele descreve é muito semelhante com a estrutura física das tantas outras cidades coloniais portuguesas da América, principalmente quando ele chama a atenção para as

paredes dos edifícios que são de terra, ou seja, de taipa, e as ruas que não são calçadas.

A descrição feita pelo governador de São Paulo poderia reforçar a imagem de uma cidade desprezível, porém, a estrutura urbana da cidade de São Paulo estava dentro do padrão e ordenamento da lógica portuguesa de defesa da cidade. Fosse pequena ou de tamanho reduzido em suas dimensões, não era muito diferente das cidades do litoral como Natal, Olinda e Paraíba.

Se a cidade era modesta no tamanho e simples na feitura urbana de sua estrutura, não se distanciava muito da realidade colonial das cidades da América, mesmo aquelas fundadas pelos ingleses, franceses e espanhóis. A outra preocupação do governo de São Paulo, eram os costumes da população. Segundo o Morgado de Mateus, era preciso educar toda a gente, do "gentio do Brasil" aos próprios paulistas. A principal missão do governo seria

[...] civilizar, policiar e dar urbanidade de trato aos paulistas de "juízo grosseiro, e mal limado (DI, v. 73: 66)", transformando-os em povo útil, obediente e polido; pois o governador, homem piedoso e cristão, "não acreditava na ventura da cidade em que as muralhas estão de pé e os costumes em ruínas (SANTO AGOSTINHO, 1990, v. 1: 63)" (TORRÃO FILHO, 2007, p. 18).

Não bastava erguer a cidade e suas muralhas. Precisava-se de pessoas educadas e civilizadas, isso era tão importante quanto ter prédios públicos para legislar. A missão de fundar cidades era importante, como também transformar o povo, polindo-o e ensinando-lhe a obediência ao Estado. Embelezar a cidade era necessário, tirar o homem da escuridão "selvagem" e dar-lhe à luz da razão também.

O século XVIII foi uma época repleta de reformas políticas e reajuste do governo metropolitano, Portugal estava se readequando às diretrizes das luzes iluministas por meio da figura do reformador Marquês de Pombal. Essas ações políticas atingiram as possessões americanas e governo de São Paulo teve que acompanhar as mudanças, ou seja, o governo do Morgado de Mateus começou a pensar os espaços, começou assim, uma nova relação com a cidade. Os documentos revelam atividades e planos realizados por D. Luís A. Botelho¹².

O governo do Morgado de Mateus é simbólico também para entendermos as mudanças na economia do Antigo Regime, dando início à associação com um Estado mais moderno, influência das políticas adotadas pelo Marquês de Pombal, que alicerçava suas políticas econômicas na filosofia e na razão, como também na Ilustração católica. Logo, é nesse governo que se dá "importância capital à cidade, não como local de intervenção global, mas enquanto espaço civilizador" (TORRÃO FILHO, 2007, p. 23).

Civilizar os espaços urbanos e as pessoas, essa era a política. Sendo assim, D. Luís tratou catalisar as pessoas e trazê-las para o convívio em São Paulo, prometendo a esses povoadores "muitas mercês, especialmente as do hábito de Cristo, com tenças conforme os serviços que cada um prestasse ao Estado (FLEXOR, 1995: 83)" (TORRÃO FILHO, 2007, p. 23). Reunir as pessoas em uma única cidade facilitaria o controle social, era mais gente para trabalhar e cobrar os impostos.

É difícil pensar que São Paulo foi criada sem critérios, ou que, em sua fundação pelos portugueses não tenham sido empregados arte e lógica urbana. Seus fundadores foram os jesuítas, os mesmos religiosos para os quais S. B. de Holanda abre exceção ao dizer que esses são os únicos que empregaram algum cuidado ao fundar as cidades coloniais¹³. São Paulo é assim:

[...] um ato de vontade dos jesuítas na conversão dos indígenas, dos colonos que se apropriam do espaço jesuítico para a conquista do sertão e para o Morgado de Mateus, para quem a cidade é um espaço para civilizar os índios, mestiços, dispersos, vadios e rebeldes, levando-lhes as luzes da razão e da sujeição à Religião e à Coroa (TORRÃO FILHO, 2007, p. 24).

Vamos lembrar que São Paulo nasce a partir do colégio dos jesuítas, onde existiu todo um método para ordenar o espaço do centro citadino, eles utilizavam uma lógica para a criação das suas cidades. Sendo assim, São Paulo nasce de uma ordem (além de uma Ordem Religiosa, refiro-me à ordem de organização), nasce da necessidade dos religiosos de catequizar os índios.

A cidade se converte no lócus de ação do poder político e religioso. Esses poderes agem se espacializando, interferindo na vida das pessoas, na cobrança dos impostos, nas leis escritas pelos homens na câmara municipal.

Outra imagem recorrente na historiografia tradicional conta do isolamento de São Paulo, que os paulistas eram fechados e viviam numa solidão, reclusos e às vezes alheios à comunicação com outras capitânias. Atualmente, sabe-se que houve muito mais dinamismo na relação de São Paulo com as cidades do sertão e outras capitânias vizinhas. Segundo o pesquisador A. T. Filho:

São Paulo estava não isolada, mas integrada a uma grande região em seu entorno, funcionando como verdadeira liderança de capitania no século XVIII. Liderança que já vinha sendo ensaiada nos séculos anteriores, como demonstra a tentativa de se elevar a vila de São Paulo a cabeça de capitania em 1681. A documentação não nos revela uma cidade vazia, mas dominando uma enorme área de campos ou matas entre os vários bairros, decorrente da ideia de um espaço quase ilimitado para a conquista, pelo qual a cidade se espraiava, tomando posse de espaços ainda não ocupados efetivamente (TORRÃO FILHO, 2007, p. 25).

Pelo trecho citado, vemos que os paulistas não estavam tão sozinhos assim. A documentação de época relata pessoas circulando com suas mercadorias pelos caminhos de São Paulo, o comércio foi muito importante e favoreceu o protagonismo e o dinamismo da economia na região. São Paulo não era uma cidade vazia e solitária, ela encabeçava a liderança local no século XVIII.

Notas

1. Doutorando em História Social pela PUC-SP; Mestre em história e Espaços pela UFRN; historiador pela UNP; Especialista em Literatura e Ensino pelo IFRN. ID Lattes: 821946438-7604183. ORCID: 0000-0003-2630-9949. E-mail: isaacdantassotemum@hotmail.com.
2. "Criado por decreto de 14 de julho de 1642, o Conselho Ultramarino exerceu, durante a sua existência, um importante papel nos despachos das matérias que pertenciam às conquistas. [...] O período que corresponde a criação do Conselho Ultramarino, em 1642, é sobretudo marcado pelas medidas administrativas do Estado Português para ampliar as bases da sua empresa colonizadora" (REIS, 2000, p. 293).
3. "As fortalezas, cuja técnica de construção era dominada com maestria pelos portugueses, sendo capazes de definir com precisão os locais estratégicos de sua inclusão, mesmo

considerando-se as imensas massas territoriais e os vastíssimos perímetros litorâneos extremamente recortados, eram peças essenciais do projeto colonizador, centros nevrálgicos do exercício do poder" (ARRUDA, 2000, p. 13).

4. Durante 17 anos a Capitania de São Paulo foi extinta, e sua administração passou para a Capitania do Rio de Janeiro. Esse período ficou conhecido como: Extinção da Capitania de São Paulo adjudicada ao Rio de Janeiro (1748 a 1765).

5. Dentro do período escolhido para a nossa pesquisa, foram governadores: D. Luís Antônio de Sousa B. Mourão, Morgado de Mateus; Martin Lopes Lobo de Saldanha; Francisco da Cunha e Meneses; Frei José Raimundo C. da Gama Lobo; D. Bernardo José Maria de Lorenna e Silveira; Antônio Manuel de Melo C. e Mendonça, e por fim Antônio José de Franca e Horta.

6. "O Morgado de Mateus e seus sucessores não foram casuísticos semeadores, tampouco ortodoxos ladrilhadores" (SEGAWA, 2013, p. 11).

7. "Enquanto isso, no planalto e nos campos paulistas, fazendas de criação de gado, roçados e sítios foram se estabelecendo por iniciativa dos colonos" (DERNTL, 2013, p. 13).

8. "O intenso impulso à urbanização nesse período foi parte de um esforço para integrar a capitania ao quadro de reformas ilustradas promovidas pelo ministro Sebastião J. de Carvalho e Melo, conde de Oeiras (1759) e marquês de Pombal (1769)" (DERNTL, 2013, p. 17).

9. DERNTL, Maria Fernanda. *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765–1811*. São Paulo: Alameda, 2013.

10. "A historiografia sobre São Paulo é marcada por algumas tópicas que insistentemente se repetem: a pobreza da vila, depois cidade, a dispersão da população, o bandeirismo, o isolamento do núcleo piratiningano, o que teria favorecido o aparecimento de uma cultura própria, a inexistência de um planejamento, ou melhor, de uma racionalidade urbana na política colonial portuguesa, a 'espontaneidade' na formação da cidade" (TORRÃO FILHO, 2007, p. 18).

11. "A maior parte das análises refere-se a São Paulo no período colonial apenas enquanto área periférica, fornecedora de mão de obra indígena, polo de desbravamento ou abastecedora das minas. Os estudos sobre a capital paulista privilegiam, quase sempre o processo de formação da grande metrópole; até meados do século XIX, coincidindo com o ciclo do café e a transformação da Província de São Paulo no centro econômico do país, é como se não houvesse uma história urbana a ser contada. Historiadores marcados pelo paradigma de ordem tendem a ver a São Paulo colonial sempre em termos da metrópole que ela se tornou posteriormente, de maneira teleológica e anacrônica, o que reforça os estereótipos da 'vila medíocre', miserável e sem importância" (TORRÃO FILHO, 2007, p. 18–19).

12. É bem verdade que "[...] suas ações na cidade de São Paulo não foram tão frequentes, ao menos em reformas mais ambiciosas, como serão a abertura da rua Nova de São José

em 1787, ou a construção da calçada do Lorena, o novo caminho do mar, em 1790-1792, pelo governador Bernardo J. de Lorena" (TORRÃO FILHO, 2007, p. 23).

13. "Na América portuguesa, entretanto, a obra dos jesuítas foi uma rara e milagrosa exceção. Ao lado do prodígio verdadeiramente monstruoso de vontade e de inteligência que constituiu essa obra" (HOLANDA, 1995, p. 98).

Referências

- ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o Sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *Revisão do paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ARRUDA, José J. de Andrade. Introdução. In _____: (Coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644–1830)*. Catálogo 1. Bauru e São Paulo: EDUSC, FAPESP e IMESP, 2000.
- BRESCIANI, Stella. Desfazer o novelo ou caminhar pelo labirinto das interpretações. In: TORRÃO FILHO, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?* São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765–1775). São Paulo: Annablume e FAPESP, 2007.
- DERNTL, Maria Fernanda. *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765–1811*. São Paulo: Alameda, 2013.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- REIS, Gilson S. Matos. Conselho Ultramarino. In: ARRUDA, José J. de Andrade (Coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644–1830)*. Catálogo 1. Bauru e São Paulo: EDUSC, FAPESP e IMESP, 2000.
- SEGAWA, Hugo. Entre o semeador e o ladrilhador. In: DERNTL, Maria Fernanda. *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765–1811*. São Paulo: Alameda, 2013.
- TORRÃO FILHO, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?* São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765–1775). São Paulo: Annablume e Fapesp, 2007.
- VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana B. *Brasil de todos os Santos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Parte II

Estudos do império do Brasil

A intelectualidade imperial e os selvagens

O IHGB, os indígenas e a identidade nacional do império de Pedro II

*Bruno Miranda Braga*¹

Grandes escritores, eruditos de então passaram a se reunir para apresentar ideias e ideais que tornassem pelo discurso, o Império nascente em uma nação próspera e digna de seu ambiente, e é claro, de seu imperador Dom Pedro II, este desde o princípio, mostra fervoroso afeto ao IHGB, protegia-o, ajudava-o e frequentava-o. Possivelmente, o imperador já sabia que contar com as falas auspiciosas da intelectualidade, ajudá-lo-ia a estabelecer e manter-se no poder por consideráveis anos.

No contexto da criação do Instituto, o Brasil estava vivenciando o Período das Regências, no qual uma série de ondas revolucionárias como a Cabanagem na Província do Grão-Pará e a Revolução Farroupilha na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, estavam pondo em xeque uma emancipação do poder regente, e sua possível libertação das amarras do regime imperial brasileiro que ainda trazia muitas marcas da tradição monárquica lusa.

A sugestão da criação de um instituto histórico e geográfico foi dada pelo cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo marechal Raimundo José de Cunha Matos, inspirados nos modelos institucionais europeus.

Em 18 de agosto de 1838, reunido o Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, foi apresentada a proposta para a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assinada pelo marechal Raimundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. Em 21 de outubro, os 27 fundadores do IHGB reuniam-se pela primeira vez em uma sala do Museu Nacional. Dos 27 membros

iniciais, 12 eram conselheiros de Estado—deste grupo, 7 eram também senadores—, 1 era exclusivamente senador, 3 eram professores (2 do recém-fundado Colégio Pedro II e 1 da Academia Militar); havia ainda outros membros ligados à burocracia estatal: desembargadores, funcionários públicos, militares, um pregador imperial (caso de Januário da Cunha Barbosa)²

Em 1846 o Instituto apresenta ao público o resultado de um concurso sobre “Como se deve escrever a história do Brasil”. Esse concurso foi vencido pelo naturalista alemão Carl Phillipp von Martius, que já conhecia o país por conta das expedições que havia feito. A partir da monografia escrita por Martius, se estabeleceram os critérios de inserção e divisão étnico-racial no império nascente, e, com essa ideia criou um passado nacional, bem como uma história até feliz na qual o brasileiro seria um fruto do portentoso encontro “das três raças” na qual brancos, negros e índios construíram a *terra brasilis*.

A historiografia brasileira surge vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que pretendia criar uma oficialidade histórica para o Império. Surgiu então o “Heródoto do Brasil³”, Francisco Adolfo de Varnhagen. Quem o patrocinou Varnhagen foi o próprio imperador, pois ele precisava de historiadores, para “legitimar-se no poder.⁴” E nada melhor do que um historiador para perpetuar seus grandes feitos no tempo, enaltecendo sua gestão e depreciando a fase anterior a seu mandato.

A história descrita por Varnhagen destaca e elogia a colonização portuguesa. Para ele, a nação só cresceria e se firmaria graças ao povoamento luso, que, com enorme precisão, ergueram um império nos trópicos que era habitado por pessoas em formação⁵. Os indígenas em sua descrição, eram mostrados como selvagens, bárbaros, insolentes, hostis. Eram seres exóticos, que compunham a paisagem exótica do país tropical. O interessante é que, segundo seus números, eram uma população grande, na verdade, mesmo descrevendo a natureza selvagem e indígena do país, Varnhagen mantém:

O olhar do colonizador português. Ele inicia a corrente de interpretação do Brasil que articulará os sentimentos e interesses dos “descobridores do Brasil”. Ele *reconstrói o Brasil, sintetiza os seus diversos ritmos temporais, submetendo-os à lógica do*

*descobridor e conquistador. O vencedor tem todos os direitos. Vencedor, o português impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa. Aliás, se o português venceu militarmente os seus adversários, se conquistou seus territórios e os escravizou e exterminou, é porque é superior. Eis o seu silogismo (ou sofisma?) básico! A vitória confirma uma superioridade presumida. E, se na luta colonial os brancos venceram, a jovem nação quer ser também vencedora e se identificar étnica, social, e culturalmente com o branco.*⁶

Assim, podemos vislumbrar que, com Varnhagen, o Brasil passou a assumir com gosto a colonização lusa! Ser brasileiro então não seria ser algo selvagem. O brasileiro, era descendente de portugueses, possuía um passado histórico feito por lutas e vitórias dos portugueses, quanto aos indígenas esses eram parte da paisagem. Varnhagen não demonstra emoção nem aspiração aos “primeiros habitantes do Brasil”, seria algo que passaria logo, à medida que se estabeleciam as práticas europeias como práticas corretas.

A Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brasil: divulgar a ciência e oficializar nossa História

Mas esse foi o discurso da história proferido e descrito por Varnhagen que, em sua narrativa, enalteceu o olhar e a atuação do além-mar. Mantinha sua visão apenas voltada do mar para a praia, ou seja, dos portugueses, do colonizador sobre os indígenas, que foram apresentados como vencidos e sem atitude. Essa visão perdurou por muitos anos em diversas narrativas se mantêm presente até a atualidade.

Ao ser criado nas bases sólidas “das ciências e letras modernas”, o IHGB desde de seu princípio se preocupou com a divulgação e circulação das ideias e ideais ali discutidos e apresentados por seus sócios. Com a periodicidade trimestral foi fundada em 1839 a Revista do *Instituto Historico e Geographico Brasileiro*,⁷ logo após a instalação do Instituto que se deu em 16 de agosto de 1838. A Revista em sua produção polarizou e destacou formas e gostos bem como ensinou como escrever história.

Em todo o oitocentos, a produção do IHGB noticiada pela revista, o tema “índio” é recorrente. Um dos temas que mais aparece nas edições

é “os povos primeiros” “os antigos habitantes” “os selvagens” os “índios” do Brasil em algum momento do passado distante. De fato, é recorrente os autores apresentarem histórias de diferentes grupos indígenas num período distante, ou até mesmo em terras distantes, como a transcrição intitulada “Historia dos índios Cavalleiros, ou da nação Guaycuru, escripta no real presidio de Coimbra por Francisco Rodrigues do Prado—Transladada de um manuscrito offerecido ao Instituto pelo socio correspondente Jose Manoel do Rosario”⁸ presente no número 01 da revista. Certamente como veremos adiante nessa tese, a constância do tema “índio” na Revista influenciou a atuação e trato e as políticas do imperador Pedro II para com os “primeiros habitantes do seu império”, tendo, pois, a presença de Sua Majestade como sócio do Instituto, e, sua participação inclusive nas reuniões da confraria.

Uma das figuras mais “falantes” desta confraria era sem dúvida o Cônego Januario da Cunha Barbosa.⁹ Um árduo defensor do progresso e da modernização do Império nascente, este personagem apresentou em sessões do IHGB ideias que de fato, dariam e deram um rosto para a historiografia e construção desta no Brasil.

Na 1ª sessão, realizada em 1 de dezembro de 1838, estando na presidência o Exm.^{mo} Sr. Visconde de São Leopoldo, propôs o Cônego Januário três assertivas que foram unanimemente aprovadas, das três, a seguinte é bastante determinante de como pensavam os intelectuais do Instituto: “3ª Proponho que na próxima sessão entre já em discussão o ponto seguinte: -Determinar se as verdadeiras épocas da historia do Brazil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quaes devem ser suas divisões.”¹⁰ A partir dessa propositura, entrou em discussão no IHGB a datação histórica do Brasil: como fazê-la e como estabelecê-la, e se desenvolveu ampla argumentação na confraria sobre esta questão.

Em 4 de fevereiro de 1839, realizou-se a 4ª sessão do IHGB, sobre a presidência do ainda Ex.^{mo} Sr. Visconde de São Leopoldo, novamente o Cônego Januario fez proposições, desta vez seis ao total, nas falas da ata:

O sr. cônego Januario leu as seguintes questões, que todas foram aprovadas para servirem nas discussões da casa, a saber:

1ª Quaes sejam as causas da espantosa extincção das famíllias indígenas que habitavam as províncias littoraes do Brazil: si entre essas causas se deve numerar a expulsão dos Jesuitas,

que pareciam melhor saber sobre o systema de civilisar os indígenas.

2ª O que se deve concluir sobre as a historia dos indigenas, ao momento da descoberta do Brazil; e d´ahi por diante a vista das continuadas guerras, entre as suas diversas tribus; da differença de suas línguas e de seus costumes: se os devemos suppôr famillias nomadas, e no primeiro grão da associação, ou si segregadas das grandes nações ocidentaes da America por qualquer calamidades que as fizessem emigrar, e nesse caso, se algum vestígio de civilisação das grandes nações do resto da America aparece nos índios do Brazil.¹¹

Nas duas primeiras questões, Januario Barbosa já deixa claro como pensar a história dos “índios do Brasil”: sempre no passado. A inquietação na primeira proposição é de saber as razões da extinção das famílias indígenas que habitavam o litoral do Brasil. O autor já deixa visível que os índios foram extintos, não cede lugar a ouvi-los, mas já os relega o passado. Como religioso que era, enaltece o trabalho jesuítico junto a catequese dos índios na colonização do país, e, parece ser saudosista do sistema da Ordem no trato com os indígenas. Na segunda questão, o propositos aguça o sentimento em descobrir mais sobre a história dos indígenas, desde os 1500, interessa-lhe o processo das guerras interétnicas e das suas diferentes línguas e costumes. O padrão a ser seguido para uma análise dos grupos indígenas do Brasil são as demais populações da América. Um dos temas aí proposto que vingou em diferentes discussões no IHGB é a questão da procedência dos povos do Brasil: há em diferentes publicações da revista do IHGB, após essa fala do Cônego Januario o interesse e a formulação de diferentes teses sobre “de onde vieram os índios que habitavam (sempre no passado) o Brasil”¹²

3ª Qual seria hoje o melhor systema de colonisar os Índios do Brazil entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os actuais.

4ª Se a introdução dos Africanos no Brazil serve de embaraço á civilisação dos índios, cujo trabalho lhes foi dispensado pe-

los dos escravos. Neste caso qual é o prejuízo da lavoura brasileira, entregue exclusivamente aos captivos.¹³

Na terceira questão, Januario apresenta uma dúvida com relação ao trato do índio: qual o melhor sistema de coloniza-los? De fato, em 1839, a "questão do índio no Brasil" e seu enquadramento estavam entre os assuntos mais discutidos e problematizados pela intelectualidade; se tenderiam ao desaparecimento como apontavam os seguidores da teoria da "evolução social", ou se "de tanto serem massacrados", deveriam ser auxiliados pelo estado como defendiam os românticos. O fato é que essa discussão sobre o trato do indígena acarretou no Segundo Império uma série de medidas por parte do poder central e dos poderes provinciais a adotarem providências para essa questão.¹⁴ O quarto debate era entorno das relações entre negros e indígenas. Januario aponta se o uso da mão de obra cativa do negro no lugar da dos indígenas interferiria no processo de civilização destes últimos. Essa colocação apresenta bem os ideias de civilização em voga naquele momento: por um lado os indígenas "chegariam em algum momento na civilidade", posto que o império, e os brancos o ajudassem nesse caminho, já os negros "jamais chegariam a tal grau, pois por sua cor de pele, já eram por natureza sem alma, e inaptos a esse processo." Vale destacar que a preocupação maior do autor não é o bem estar ou a inclusão do indígena no seio da sociedade, ou a exclusão do cativo do negro, sua maior preocupação é quais as consequências para a lavoura brasileira que estava sendo quase que unanimemente movida pelo trabalho negro.

Finalizando sua proposta, Januario Barbosa versa na quinta questão sobre os primeiros gêneros da lavoura brasileira, destacando o cultivo da cana de açúcar, do café e do tabaco, e que isso implicaria uma pesquisa. Já na sexta questão propõe a escrita da história sobre a criação das capitânicas gerais do Brasil, os bispados e as suas relações no regime colonial.

Além de suas funções eclesiásticas, o cônego Januario Barbosa¹⁵ assumiu a função de primeiro secretário do IHGB, e foi titulado "secretário perpétuo do Instituto", ainda em 1839. Segundo as diretrizes do Instituto, a escolha para os assuntos a serem abordados nas sessões, bem como publicados na revista, eram sorteados de uma sessão para a outra. No terceiro trimestre de 1839, Januario apresentou o programa: "Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira" o programa foi

sorteado na sessão de 04 de fevereiro de 1839 e desenvolvido na sessão 18. Assim inicia sua fala:

Antes de expender a minha opinião sobre este Programma, devo declarar, que não sou patrono da escravidão, nem dos índios, nem dos negros; e por isso considero a liberdade como um dos melhores instrumentos da civilização dos povos.

A Escriptura nos ensina que logo no Egyto se abrira um mercado de homens, os irmãos de Jose se apoderaram d'elle, e o venderam a mercadores egypcios. A Historia tambem nos conta que, logo que na Asia e na Grecia se abriram mercados deste genero, a terra e o mar se cobriram de salteadores e de piratas, que preavam innocentes victimas, e trafficavam sobre a sua liberdade [...]¹⁶

O posicionamento do cônego deixa a vista que mesmo sem defender a escravidão nem indígena nem negra ele não se opõe a mesma. Essa postura, bastante presente nesse período visava estabelecer uma neutralidade perante o Imperador e suas medidas. Considerar a liberdade como o maior instrumento da civilização não descarta a possibilidade de encarregar a ambos índios e negros por ofícios mais braçais e “inferiores” bem como estabelecer a unicidade e oficialidade da fé cristã. O religioso se embasa na referência bíblica do devaneio da escravidão, e na história destacando que esse ato sempre gerou atrocidades e infortúnios nos povos que a praticaram.

Januario historiciza ao longo de sua fala a escravidão dos indígenas do Brasil desde o século XVI, como essa prática foi levada adiante pelos colonos e como esses colonos atribuíram aos índios “trabalhos pesados, por sua condição atrasada de civilização.” Mesmo sendo um eclesiástico, Januario mostra que os clérigos também em sua maioria expropriaram, condicionaram ao “índio” um lugar de trabalho duro, tudo em nome “da cobiça e da impiedade.” Tal cobiça seria a causa de toda destruição e miséria, que se encontram a sociedade indígena.

O padre Vieira usou, nesta informação a El-Rei, de toda a eloquência e força de raciocínio, que lhe era mui própria, para defender a liberdade dos índios, ou reviver a execução de leis anteriores a este respeito. Mas foi tal o seu zelo nesta parte, que

esquecido de que a escravidão obstava a civilização dos indígenas, foi de parecer, que o governo introduzisse, nos Estados do Grão-Pará e Maranhão, escravos negros que se occupassem dos trabalhos da lavoura e outras fabricas, para os quaes já faltavam índios.¹⁷

O missionário, ofereceu o embaraço a civilização viabilizar a introdução dos “bárbaros africanos” a fim de sanar a “cubiça dos desalamados portugueses”¹⁸ de usa-los como mão-de-obra. Januario não aceita o pressuposto de que o índio é preguiçoso, uma vez que todos os ditos brancos, como os paulistas se utilizavam do trabalho do indígena.

A razão, a escusa, que se dá de ser esta chamada paga tão rara, e tão tênue, é ser os índios naturalmente preguiçosos, e de pouco trabalho; mas as pessoas muito praticas d’aquella terra, e muito fidedignas, affirmam que os paulistas geralmente se servem dos ditos índios de pela manhã a até noite, como o fazem os negros do Brazil, e que nas cafilas de S. Paulo a Santos não só vão carregados como homens, mas sobrecarregados como azemolas, quasi todos nús ou cingidos com um trapo, e com uma espiga de milho para ração de cada dia.¹⁹

Januario Barbosa, usa do testemunho do padre Viera, para introduzir o problema da falta de cumprimento de promessas—índios somente fugiram da catequese e se embrenharam no sertão, devida ao medo, pois nas missão dos jesuítas, através da catequese era lhe prometido paz e civilização, no entanto os portugueses viam e os arrancavam de lá e os punham a ferros—devido a sua cobiça. Aponta que a continuação da catequese empregada pelos jesuítas traria progresso a civilização brasileira:

Como somos da opinião que só a catechese se podem desen-
trar os indígenas de sua mattas, e trazê-los aos primeiros ca-
minhos da civilização, cremos, por isso mesmo, que a introdu-
ção dos índios é um grande obstáculo a nossa empreza.[plano
civilizatório]²⁰

Cônego Januario, Varnhagen, Von Martius e os "selvagens habitantes do passado"

O mais interessante é o discurso em si, em toda a sua fala, o cônego Januario não aponta uma solução para esse "problema", e relega o indígena ao passado brasileiro: é como se naquele momento da primeira metade ainda do XIX, não houvesse mais índios por aqui. O autor somente apresenta fatos, feitos, do passado, e deixando o indígena lá. Ao preferir não apresentar uma solução para o problema, Januario Barbosa enaltece a Catequese jesuítica, mesmo apontando os erros dos missionários, fica evidente uma apologia a este mecanismo. Com isso os portugueses desejosos de mão-de-obra, trataram de transportar africanos e esqueceram-se da civilização destinada aos indígenas.

Fica evidente a posição do cônego para com o trato do indígena: primeiramente cristianizá-los e introduzir aos poucos os ideais da civilização e o apreço pelo trabalho na lavoura brasileira—esta de fato era a grande preocupação do nosso cônego: o futuro da lavoura do império. Portanto, afirmava se tivessem continuado com a prática da catequese dos jesuítas, não alimentando entre os indígenas o sentimento de horror e desconfiança do colonizador - os civilizariam aos poucos e com isso não sumiriam como aconteceu. Essa visão de que os indígenas sumiram com a introdução do trabalho negro no Brasil era bem popular entre os círculos do oitocentos.²¹ Com o passar das gerações, não mais habituados a vida nômade, os filhos e netos desde indígenas apresentado a luz da catequese e da civilização seriam uma classe trabalhadora, que faria por dispensar o uso dos africanos. A necessidade de mão-de-obra obrigaría os fazendeiros a serem mais dóceis e a cumprir as convenções, se não fosse tão facilitado a possibilidade de adquirir escravos negros.

Januario, parte para uma análise mais universal e trata da sociedade europeia e os avanços na agricultura alcançados ao passo que estas sociedades abdicaram do uso do escravo. Fica claro aqui a relação que o IHGB, na figura de seu secretário perpétuo, faz entre o escravismo e atraso em que se encontra a nação diante das sociedades europeias.

Havia um interesse na questão do índio brasileiro, e como integra-lo no grêmio da sociedade. As leis do Segundo Império que tem ligação com a temática, aludem para essa questão, nas sessões do IHGB era constante pautar sobre isso. Em 1840, Januario Barbosa apresentou o "Programma—

Qual seria hoje o melhor systema de colonisar os índios entranhados em nossos sertões &. [...]", essa sessão ocorrera no dia 25 de janeiro e o sorteio para ser apresentado na sessão de 24 de agosto de 1839. Desde seu titulo, o programa do cônego já enfatiza um posicionamento sobre o presente e o futuro para os indígenas do império: serem catequisados!

PROGRAMMA: Qual seria hoje o melhor systema de colonisar os índios entranhados em nossos sertões: se conviria seguir o systema dos Jesuitas, fundado principalmente na propagação do Christianismo, ou se outro do qual se esperam melhores resultados que os actuaes.²²

Havia um sistema em andamento desde a expulsão dos Jesuítas para os índios do Brasil que misturava catequese, ensino de ofícios, e uso de seus nos corpos de defesa²³ e, os resultados da trágica ideia não era um portento como se esperava. A resistência política dos indígenas é presente desde os princípios da colonização.

O discurso de Januario como sempre parte de uma apologia ao engrandecimento do Brasil, que somente poderia crescer e avançar com o controle das "hordas errantes", um império tão carente de braços e tão farto de índios, a solução era quase que esperada por todos.

O império nascente precisava crescer. Januario abre a possibilidade para que alguém proponha alguma forma de controlar e civilizar os indígenas. O encarregado por apresentar tal solução mereceria segundo o cônego uma estátua em sua homenagem mais que os descobridores desta margem do Ocidente. Fica evidente pela leitura do fragmento que as políticas praticadas sobre os índios do Brasil não estavam alcançando seus objetivos e os indígenas continuavam a "vagar nas matas", havia a necessidade de "um plano bem consertado", como nos diz o autor, de algo que de fato atendesse as necessidades dos povos, e garantisse a prosperidade nacional. Reitero, Januario acreditava, com vistas nas experiências das nações europeias, que a escravidão, negra especialmente, retardaria o crescimento e o avanço do império.

Porém, como bom religioso, o cônego defende a catequese: "sou de opinião que a cathequese é o meio o mais efficaz, e talvez único, de trazer os Indios da barbaridade de suas brenhas aos comodos da sociabilidade."²⁴ Prosseguindo a apologia, afirma que sempre na história do Brasil a catequese fluiu bem, levando em conta os momentos que os jesuítas não exer-

ciam certa influência política. Há uma crítica sobre a imersão dos padres e missionários nas decisões políticas, Januario afirma que essa influência política foi “causa de muitos transtornos no systema da civilização dos indígenas, e até mesmo de sua final expulsão.”²⁵

Para defender sua ideia e a premissa do uso da catequese na civilização dos índios, o autor faz uma profunda alusão histórica, recorrendo em diferentes excertos de documentos, decretos, e atos da catequização ocorrida na colonização do império. Pela sua fala e evidente posição de defesa religiosa, o tom eclesial é categórico. É persuasivo na crença que a “falta de alma” nos índios ainda era realidade no Brasil, e somente o uso de missionários levaria a uma mudança os índios errantes.

Eis pois o motivo assaz poderoso para se cuidar afincadamente em se destruir o principal obstáculo à civilização dos índios; ele consiste nas justas desconfianças que nossos ambiciosos predecessores plantaram nos corações de taes homens, podendo dizer-se que elles tem sido mais religiosos em cumprir as suas promessas e alliaças, do que nós que os temos quasi sempre considerado ou como féras, ou como homens so creados para nos servirem de bestas de carga.²⁶

O cônego referencia as ações do padre Antonio Vieira junto aos grupos indígenas no século XVII, e como a sua relação foi eficiente. Há um juízo de valor em sua fala bem própria do oitocentos que culpabiliza o afastamento dos indígenas da civilização pelas diferentes espoliações que fora sucumbido. De fato, não ignoramos isso, essa resistência política por parte dos indígenas, porém minimizar seu afastamento somente pelo fato de sofrer espoliações é permanecer no discurso que apenas o “não indígena” invadiu e usou dos indígenas a seu bel-prazer, há muitas outras razões que os levaram a negar e resistir a esse processo imposto.

Um dos sócios mais proeminentes e um divisor na historiografia brasileira sem dúvidas foi Francisco Adolpho de Varnhagen.²⁷ Em 1841, num artigo/memória bem expressivo, “MEMORIA sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indigenas do Brazil” Varnhagen discursara no IHGB:

O objecto que este só titulo lembra nada tem de novo: os missionários lhe deram a consideração conveniente, e o puzeram

em pratica há já três séculos e, moderadamente muitos escriptores tem feito despertar a necessidade do estudo das línguas indigenas como urgente em virtude da sua influencia na cathequese e civisação dos índios. E sem duvida é, Senhores, que por tal intuito hade ser grande auxilio a conversão do cathecúmeno que este ouça na sua própria língua as palavras de doçura que o devem *attrahir e domar*.²⁸

De fato, de acordo com as atas das sessões do Instituto uma grande celeuma com relação ao conhecimento das línguas indígenas brasileiras, especialmente para melhorar o desenvolvimento do fracassado sistema de catechese e civilização, que não alcançava seus objetivos nas diferentes províncias brasileiras. O autor deixa claro que o estado do indígena é a "barbárie, uma selvageria" que somente pelo conhecimento de suas línguas seria possível "domar". Como sempre, em se tratando do tema "índio" o autor faz alusão ao passado remoto, valendo-se de fontes remotas.

*Trata-se de attrahir os selvagens oferecendo-lhes vantagens materiaes, como melhor modo de provar a homens tão rudes que se pretende o bem d'elles; grave-se-lhes logo no coração as maximas moraes do Christianismo, inspir-se-lhes o amor da propriedade estável, que o espirito da sociedade se apoderará d'elles, e por se comunicarem ver-se-hão necessariamente obrigados a aprender o idioma vulgar. Proceder do modo inverso é querer supperar da ignorancia duas dificuldades, quando já não é pequena victoria o vencer uma d'elles, entregando a outra ao cuidado do corpo instuctivo.*²⁹

O interesse em *attraahir* o "selvagem" era uma questão onipresente neste e em outros discursos e escritos de Varnhagen. Percebemos que Varnhagen pretendia difundir o conhecimento das línguas nativas não para bem-estar do gentio, mas para melhorar o sistema da catequese e civilização e alcançar o índio. É interessante percebermos o uso da função atrair: a partir de 1845, como veremos houve uma crescente presença do corpo político (imperador, senadores, deputados, missionários, presidentes de província, etc.) querendo atrair o indígena para a sua sociabilidade. As diferentes províncias do Brasil publicaram leis, decretos e regulamentos,

divulgando o uso de mecanismos de atrair os índios e integra-lo a vida social. Não para melhoria na qualidade de vida ou igualdade social do indígena, era um "atrair para o trabalho". Na segunda metade do oitocentos, havia, especialmente na Província do Amazonas uma ampla procura por mão de obra barata, e essa solução foi encontrada com o uso da mão de obra indígena, mas diferentes resistências foram postas no caminho.

Na colocação de Varnhagen há um forte juízo de valor já classificando os indígenas como "homens tão rudes". Essa classificação partindo de alguém da intelectualidade de então, denota uma visão na qual os índios eram pessoas sem educação, que estavam à mercê dos "civilizados".

As discussões entorno da questão indígena no império nascente eram recorrentes no seio da confraria. Surgiam diferentes reflexões como "a condição social do sexo feminino entre os indígenas"³⁰; sobre a unicidade de uma divindade entre os indígenas do Brasil³¹, essa segunda, proposta pelo sócio José Joaquim Machado de Oliveira, se propunha por um forte viés cristão incorporar elementos da fé católica nas crenças indígenas e uniformizar tais práticas, nas palavras do sócio:

Do pouco que a este respeito se discrimina na história nenhuma evidencia se pode tirar, de que fôsse geral entre todos os Indigenas do Brazil, conhecidos até hoje, a intima convicção da existência de um Ente Supremo com os attributos ineffaveis, como o que pela Fé Christã, e pela Revelação cremos que existe no Universo. A crença de Divindades, que predominavam sobre todas as cousas, era seguida por algumas tribus, como adiante se verá; mas para as invocarem, ou a ellas se dirigirem, não consta que houvesse um systema de princípios religiosos, único, homogeneo, combinado, que lhes desse preceitos, lhes prescrevesse regras para o fundamento do culto que lhe corresponderia.³²

O proponente do programa queria contestar e descrever as crenças e atos "sagrados" dos indígenas do Brasil, mas com uma postura e visão que partia de suas crenças, de suas aspirações sagradas. A grande visão que quero apresentar aqui é que mesmo considerando as atitudes religiosas dos indígenas diferentes, e tendo interesse em saber mais, o IHGB se mostrava contrário a tudo isso. Os questionamentos de José Joaquim

Machado partiam do seu mundo, e o mesmo queria saber se isso se enquadrava em meio as cosmologias e cosmogonias indígenas. Evidentemente que não. A liturgia cristã, bem como sua doutrina catequética diferem das idiosincrasias indígenas.

O autor já estabelece que os grupos indígenas que restavam do período da "conquista do Brasil" estavam ainda distantes da civilização, porém já havia certa comunicação entre eles e os não indígenas. O mais interessante é que pela exaltação da fé e da catequese cristã, o autor deixa sublinhado que o ideal de civilização é um homem religioso, que as "hordas de selvagens" são oposto ao homem religioso, e que esse homem religioso era o pilar da sociedade que estava se desenvolvendo no Império do Brasil. Outro ponto, é a ideia de exotismo que cada vez mais vinha sendo impressa nos indígenas que eram vistos e apontados como "muito diferente, com hábitos religiosos obscuros e degenerados". Seguindo seus apontamentos, José Joaquim Machado, destaca a pessoa do pajé como ente curador, como comunicador entre o terreno e transcendental. No fundo, reitero, vemos nesse discurso um enaltecimento da catequese e civilização que deveria ser imposta aos indígenas.

Interessante é destacar os temários com relação aos indígenas que apareciam na Revista Trimensal do IHGB: estudo sobre as línguas indígenas, papel da mulher indígena, religiosidade dos indígenas, dentre outros que fazia a produção historiográfica do IHGB se aproximar de um "gabinete de curiosidades". Havia muita propositura, muitas propostas, mas de fato, quase nenhuma solução ou resposta para o "problema do índio."

Em janeiro de 1845, fora publicada a dissertação "Como se deve escrever a História do Brasil",³³ oferecida ao Instituto pelo sócio honorário Carlos Frederico Ph. de Martius, o famoso e recorrente Von Martius. Nessa dissertação, o autor propôs suas "ideias geraes sobre a História do Brasil". No ensaio de 1844, Martius postula a necessidade de o historiador explicar a participação de cada uma das três 'raças'—"a de còr de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica"—que contribuíram para formação do país, recém independente, em outras palavras, pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua "índole innata", segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular.

Na proposta de Von Martius:



Vemos em Von Martius um forte tom de enaltecimento da miscigenação não para entrosamento das “três raças fundadoras”, porém, para suprimir os negros e os indígenas em contato com o “forte e superior sangue branco”. Fica estabelecido pelo seu texto, os critérios de uma “democracia racial”³⁴, gerando assim aquilo que o antropólogo Gilberto Freyre denominou “mito democrático” no qual o brasileiro é o resultado da feliz e prazenteira união das três raças acima expostas. Porém, o domínio, e a supremacia social, cultural e política era e ainda é da “raça superior, a branca.” Portanto, a partir do discurso de Von Martius se introduziu na historiografia brasileira uma visão idílica na qual tudo no tocante as relações interétnicas, foi agradável. De fato, isso mascarou toda a hostilidade que os indígenas sofreram ao longo do império nas diversas províncias do Brasil.

Quanto ao historiador que se encarregasse de escrever sobre a questão dos grupos indígenas do Brasil, Von Martius diz que que o se fez até então para os índios e negros foi resultado de instituições respectivas, com fins próprios. Ao historiador competiria no futuro julgar e estabelecer projetos úteis para o “desenvolvimento e melhoramento” dessas raças. Destacamos que o naturalista estava falando para um grupo muito específico: os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, que estavam se incumbindo de escrever uma história para o recém instaurado império tropical. Há em relato um tom que confere ao historiador um tom quase

cicerônico, na qual a história seria a *Magistra Vitae*, e o historiador um filantropo que “com quanto mais calor e viveza elle defender em seus escriptos os interesses d’essas por tantos modos desamparadas raças, tanto maior será o mérito que se imprimirá á sua obra, o qual terá igualmente o cunho d’aquella philantropia nobre, que em nosso século com justiça se exige do historiaodor.”³⁵ Mais uma vez, pouco foi discutido e/ou apresentado o que de fato se fazer para com o indígena. Esses povos eram vistos como “a margem”, como alguém que precisava de auxilio e com urgência, mas o que se fazer para auxilia-los era o grande problema sem solução. O papel do historiador então era evidenciar no seu relato com verossimilhanças e razões de auxilio a esses povos que “a ermo vagueia.”

Essas verossimilhanças e razões, partiriam assim de uma premissa na qual os povos indígenas tenderiam ao desaparecimento. Se Adolpho de Varnhagen já predissera e relegou os índios apenas a etnografia, pois eram povos “na infância, do qual não possuíam se que história”, Von Martius os relegou a um proeminente desaparecimento em detrimento da mistura das raças e da força e superioridade dos brancos, como na fábula dos três grandes rios, por ele proposta, o rio maior e mais caudaloso—o da raça branca, tenderia a suprimir os dois menores afluentes em razão de sua forte correnteza.

Vemos no texto, as concepções da época sobre o que era/seria o indígena:



O sentido atrelado aos indígenas do Brasil era repleto de exotismo e distanciamento temporal, e cultural. De fato, percebemos em Von Martius uma “escrita suavizada” se comparada a de Varnhagen que diretamente determinava o passado longínquo aos indígenas, e um povo fadado ao desaparecimento e sem história, Von Martius suaviza esse discurso, mas, se fizermos um exercício de exegese, percebemos seu tom eugenista e classificatório, bem como sua visão de naturalista e médico.³⁶

Sobre os índios, lemos também que:

Ainda não há muito tempo que era opinião geralmente adap-

tada que os Indígenas da América foram homens emanados da mão do Criador. Consideravam-se os aborígenes do Brasil como uma amostra do desenvolvimento possível do homem privado de qualquer revelação divina, e dirigido na vereda das suas necessidades e inclinações físicas unicamente por sua razão instintiva.³⁷

O naturalista em tom comparativo, estabelece a possível origem dos indígenas da América, os considerando obras do Criador, obras divinas portanto. Mas isso era uma opinião, salienta o autor, prosseguindo, considera os indígenas do Brasil como “uma amostra do desenvolvimento possível do homem privado de qualquer revelação divina”, ou seja, diferentemente dos indígenas da América, especificamente da Mesoamérica que seriam de origem em contato com o transcendente. Havia esse discurso e crença recorrente no IHGB com relação aos indígenas brasileiros, e os Incas, Maias e Astecas, considerando a monumentalidade das cidades e construções desses povos, enquanto os indígenas do Brasil, “nada deixaram de grandioso”.

Von Martius enfatiza que estudos sobre a língua dos índios brasileiros era uma necessidade, mesmo que fosse pelo viés da Língua Geral ou do Tupi. Mesmo se esse estudo fosse concretizado, haveria ambiguidades, pois, a Língua Geral e o Tupi são generalizadas e generalizantes.

Em seu texto há ainda as considerações sobre os “portugueses” e a “raça africana”. O discurso das três raças, que foi introduzido no Brasil pela escrita de Von Martius, apresentará o grande dilema da ciranda étnica brasileira, e que perdura até nossos dias. O mais interessante a destacar é a ideia que existia no oitocentos na qual de fato, “a raça branca iria suprimir as demais”, e fazê-las desaparecerem e o Brasil seria branco, e de raízes lusas. Essa grande ideia, ancorada nas mais diferentes teorias e estudos da época determinou naquele momento quem era bom ou não, apto ou não e quem devia ser espoliado, evitado e ensinado.

Sobre a construção da imagem do indígena no IHGB, houve quem os caracterizasse por outro viés, se por um lado, como mostrei, homens como Januário da Cunha Barbosa, Varnhagen, e Von Martius estabeleciam um fim aos indígenas, por seu estado de “decadência já em andamento”, houve quem defendeu que o grande transgressor foi o branco, e que o indígena foi uma vítima de sua astúcia e soberania.

Notas

1. Doutor em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. Licenciado em Geografia e em História. Membro do Núcleo de Estudos em História Social da Cidade. Atualmente sou bolsista de doutorado do CNPq. ID Lattes: 9593097050570247. ORCID: 0000-0001-7000-2456. E-mail: brunomirandahistor@hotmail.com.
2. CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 61.
3. A expressão é de José Carlos Reis, presente em: REIS, Jose Carlos. *As Identidades do Brasil 1: de Vanhargen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 23.
4. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O IHGB e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Vértice, Rio de Janeiro, 1988.
5. Uma das crenças do século XIX, era que os indígenas estavam num estágio anterior da civilização, estavam em formação, pois ainda não haviam chegado na civilidade. Eram vistos como primitivos. Crença típica do XIX, assim, os indígenas do Brasil, eram vistos como pessoas que ainda não haviam passado pelo processo progressivo que adivinha com a civilização portuguesa, branca naquele momento.
6. *Ibidem*, REIS, 2007, p. 33–34—Grifos meus.
7. Ainda em funcionamento, é segundo dados do site do IHGB, uma das “mais longevas publicações especializadas do mundo ocidental.” A periodicidade ainda é trimestral e nela, os sócios, e outros autores versam sobre as mais diferentes nuances das ciências humanas e sociais brasileiras e globais.
8. ROSARIO, Jose Manoel do. Historia dos índios Cavalleiros, ou da nação Guaycuru, escripta no real presidio de Coimbra por Francisco Rodrigues do Prado—Transladada de um manuscrito offerecido ao Instituto pelo socio correspondente Jose Manoel do Rosario. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, 1839. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.
9. Nascido no Rio de Janeiro, em 1780, foi ordenado padre em 1803, e, com o episódio da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, foi nomeado cônego da Capela real em 1808. Desde então, vivenciou e ascendeu politicamente no seio da corte, fazendo parte das altas cúpulas políticas e da intelectualidade de então. Participou ativamente da fundação do IHGB, e foi um dos maiores contribuidores deste instituto.
10. EXTRACTO das Actas das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro nos mezes de Dezembro de 1838, e Janeiro, Fevereiro e Março de 1839. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, 1839. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.

ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>, p. 45.

11. Idem, loc. cit.

12. Uma das muitas teses levantadas sobre essa questão é a de bases bíblicas sobre a unicidade de Adão enquanto primeiro homem criado, e que os europeus seriam seus descendentes a partir de sua união com Eva e geração vinda após Caim e Abel. Houve dentro do IHGB uma discussão entorno dessa temática da procedência ou ascendência dos grupos indígenas do Brasil, se descendiam de Adão ou não.

13. Idem, op. cit. p. 48.

14. Optou-se por manter o sistema de catequese e civilização dos índios. A medida tomada por Sua Majestade Pedro II certamente teve muito da influência do IHGB, posto que todos os artigos dos sócios apontavam que esse era o melhor caminho a ser seguido para a “questão do índio” no Brasil.

15. Cônego é um padre secular que pertence a um cabido ou colegiado em certas catedrais, assume funções administrativas dentro da Igreja. No geral, cônegos mantêm relação muito próxima dos fiéis leigos.

16. BARBOSA, Januario da Cunha. Se a introdução dos escravos africanos no Brazil embaraça a civilização dos nossos indigenas, dispensando-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, 1839. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>, p. 123.

17. Idem, p. 124–125.

18. Idem, p. 125.

19. Idem, p. 126.

20. Idem, p. 127.

21. Alguns documentos apontam para o “sumiço dos índios” do Brasil a partir de sua dizimação em guerras intertribais e nas guerras de colonização. Outros apontam para o enorme ajuntamento étnico que houve no país. Alguns estudiosos do período nos mostram que essas ideias eram proliferadas em razão de uma identidade nacional pautada nos ideais da “raça branca”, outros ainda enfatizam que “os indígenas estavam em processo de civilização” e tenderiam a desaparecer, pela crescente aproximação da cultura lusa, branca.

22. BARBOSA, Januario da Cunha. Qual seria hoje o melhor systema de colonisar os índios entranhados em nossos sertões &. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1840. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>, p. 3.

23. Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil na metade do século XVIII pelo Marquês de Pombal, a Colônia via-se mergulhada em ondas dos ideais iluministas ao qual Pombal se filiava. De fato, após esse episódio para a Amazônia até então considerada uma outra colônia portuguesa na América, foi implementado um plano de ação visando a sua modernização à guisa da educação. Com a publicação do famoso Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário, o Directório Pombalino, uma série de imposições foram postas aos aldeados visando uma lusitanização indígena.

24. Idem, op. cit. p. 3–4.

25. Idem, loc. cit.

26. Idem, op. cit. p. 6.

27. Nascido em São João de Ipanema, interior de São Paulo, Varnhagen foi militar e assumiu diferentes missões diplomáticas em nome do Império brasileiro. Foi condecorado com os títulos de Barão e Visconde de Porto Seguro e junto ao IHGB ocupou lugar de destaque sendo seu 1º secretário e Diretor da revista.

28. VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indigenas do Brazil. Lida na sessão do 1º de agosto de 1840 por Francisco Adolpho de Varnhagen—membro correspondente do Instituto. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, 1841. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>, p. 53. Os grifos são meus.

29. Idem, op. cit. p. 54. Os grifos são meus.

30. OLIVEIRA, Jose Joaquim Machado de. Qual era a condição social do sexo feminino entre os indigenas do Brasil? *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, 1844. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.

31. OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Se todos os indigenas do Brazil, conhecidos até hoje, tinham idea de uma única Divindade, ou se a sua Religião se circumscrevia apenas uma mera e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na imortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as nações ou tribus? No caso da afirmativa, em que diferenciavam eles entre si? *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 22, 1844. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.

32. Idem, p. 134–135.

33. MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. Como se deve escrever a Historia do Brazil. Oferecida ao Instituto Historico e Geographico do Brazil. Acompanhada de uma Bibliotheca

Brasileira, ou lista das obras pertencentes a Historia do Brazil. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, 1845. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>, p. 381.

34. O termo foi amplamente usado, discutido e desenvolvido por Gilberto Freyre.

35. Carlos Frederico Ph. de Martius, op. cit., p. 384.

36. Von Martius cursou medicina, e doutorou-se em 1814 com um trabalho na área de botânica, apresentado na Universidade de Munique.

37. Carlos Frederico Ph. de Martius, op. cit., p. 385.

Referências

BARBOSA, Januario da Cunha. Qual seria hoje o melhor systema de colonisar os índios entranhados em nossos sertões &. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1840. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.

_____. Se a introdução dos escravos africanos no Brazil embarça a civilização dos nossos indigenas, dispensando-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, 1839. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.

EXTRACTO das Actas das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro nos mezes de Dezembro de 1838, e Janeiro, Fevereiro e Março de 1839. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, 1839. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O IHGB e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricas*, Vértice, Rio de Janeiro, 1988.

MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. Como se deve escrever a Historia do Brazil. Oferecida ao Instituto Historico e Geographico do Brazil. Acompanhada de uma Bibliotheca Brasileira, ou lista das obras pertencentes a Historia do Brazil. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, 1845. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Se todos os indígenas do Brazil, conhecidos até hoje, tinham idea de uma única Divindade, ou se a sua Religião se circumscrevia apenas uma mera e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na imortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as nações ou tribus? No caso da afirmativa, em que diferenciavam eles entre si? *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 22, 1844. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.

OLIVEIRA, Jose Joaquim Machado de. Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil? *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, 1844. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.

REIS, Jose Carlos. *As Identidades do Brasil 1: de Vanhargen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROSARIO, Jose Manoel do. Historia dos índios Cavalleiros, ou da nação Guaycuru, escripta no real presidio de Coimbra por Francisco Rodrigues do Prado—Transladada de um manuscripto offerecido ao Instituto pelo socio correspondente Jose Manoel do Rosario. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, 1839. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brazil. Lida na sessão do 1º de agosto de 1840 por Francisco Adolpho de Varnhagen—membro correspondente do Instituto. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, 1841. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=460>>.

(In)desejável metro

A implementação do Sistema Métrico Decimal francês no Brasil Imperial (1830–1874)

*João Fernando Barreto de Brito*¹

Não se póde ver o numero prodigioso de medidas, não sómente usadas por diferentes povos, mas até por uma mesma nação; as suas divisões extravagantes e incommodas para os cálculos; a difficuldade de as conhecer e comparar, emfim o embaraço e as fraudes que dahi resultão para o commercio, sem considerar como um dos maiores serviços que os governos podem fazer á sociedade, a adopção de systema de medidas, cujas divisões uniformes se prestem facilmente ao calculo [...].O novo systema de pesos e medidas é o resultado do trabalho de seus comissários auxiliados pelo zelo e luzes de muitos membros da representação nacional [na França]. Este systema fundado sobre a medida dos meridianos terrestres, convém igualmente a todos os povos².

O trecho acima foi proferido em sessão da Assembleia Geral Legislativa do Império, no dia 12 de junho de 1830, momento em que se julgou o pedido apresentado pelo deputado Cândido Baptista de Oliveira no tocante ao “projecto sobre o systema de pesos e medidas”³. Iniciava-se ali um longo caminho que visava a oficialização do Sistema Métrico Decimal francês no Brasil, em detrimento das tradicionais medidas, processo sob o qual nos deteremos a partir de agora.

O parlamentar Cândido Baptista de Oliveira⁴, matemático formado na Universidade de Coimbra, defendeu com unhas e dentes o projeto de metrificação decimal para o Brasil, alertando para a necessidade de se subs-

tituir os antigos modelos pelo padrão francês. Ele recomendou “mandar vir da França os necessários padrões deste systema”⁵.

O capítulo em questão tem por finalidade analisar o processo de implementação do sistema decimal francês no Brasil. Investigamos fontes burocráticas do Império na intenção de identificarmos as principais características, dificuldades e caminhos percorridos no sentido da gestação e condução do projeto métrico nos trópicos tupiniquim. Assim, avaliamos em que medida se dera sua aplicação e aceitabilidade (ou não) pela população.

**

Apesar da euforia inicial, tal projeto não foi aprovado naquela oportunidade, sob a alegação de que a metrificação exigiria bastante dos cofres imperiais, portanto não deveria ser aprovada de maneira repentina ou urgente. Ademais, observemos que a proposição feita por Cândido Baptista veio somente uma década antes da própria lei francesa de 1840, a qual instituiu oficialmente o SMD na França. Podemos aferir que os resultados da metrificação na década de 1830 ainda eram questionadas mesmo na França.

O conselheiro, secretário, ministro do Estado e Negócios da Fazenda e presidente do Tesouro Público Nacional, Cândido José de Araújo Vianna, também conhecido por se tornar o marquês de Sapucaí (que também estudou em Coimbra e teria influências iluministas, sugere Sarmento), decretou em janeiro de 1833 que se assentasse, em termo “methodico e scientificamente preparado [...] uma razoavel reforma do actual systema de pesos e medidas que até o presente se acha em pratica no Brasil, e tambem pelo que respeita ao systema monetário”⁶. Para tanto, em 12 de abril daquele mesmo ano, o próprio Araújo Vianna se dirigiu ao parlamento brasileiro e anunciou que naquele “momento trabalha uma comissão creada pelo governo na reforma de nosso defeituoso systema de pezos, e medidas, e conjunctamente do systema monetário”⁷. Incumbida de preparar um relatório sobre o melhoramento de sistema de pesos, medidas e moedas do Império, coube tal missão aos senhores Ignacio Ratton⁸, Francisco da Silva Torres⁹ e Cândido Baptista de Oliveira, nomeados pelo respectivo conselheiro.

No que tange ao relatório elaborado pela comissão elencada acima, podemos destacar a uniformização dos padrões de pesos e medidas do

Império—ou seja, não se tratava do padrão francês—, alguns dos quais já usados pela população, como a vara, a libra e o côvado. Tais medidas deveriam ser acompanhadas, conforme o item dois do parecer, de uma relação que possibilitasse a conversão de medidas nacionais para medidas utilizadas em outros países, isto, segundo o citado parecer, “para atender às necessidades do comércio internacional”¹⁰. Já o terceiro item, dizia respeito a escolha do *marco* enquanto unidade de massa¹¹. A fim de que entendamos melhor a proposta apresentada pela comissão, que naquele momento não propunha a adoção imediata do sistema decimal francês, citemos Elenice Zuin, que afirma que Cândido Baptista Oliveira

foi o responsável por elaborar a tábua de equivalências entre as unidades do sistema métrico decimal e a *vara*, o *marco*, a *libra* e as demais unidades vigentes, no país, naquela época. Assim, o sistema francês de pesos e medidas seria apresentado como um padrão de conversão¹².

Francisco da Silva Torres propôs que “a questão da adoção completa do sistema métrico no Brasil fosse tratada com mais parcimônia, levando em conta os maciços investimentos necessários e a consolidação das antigas unidades pelos séculos de uso na América Portuguesa e na antiga metrópole”¹³. Percebamos que ele produz um discurso que considera a força das “antigas unidades”, quer dizer, das medidas usuais utilizadas de maneira costumeira na América Portuguesa durante muito tempo. O projeto acabou aprovado em primeira sessão. Podemos apreender do excerto acima que o plano traçado pela citada comissão teve por finalidade a conversão das medidas usuais no Brasil para o padrão métrico francês, todavia de maneira gradual. Sublinhemos aqui sua acautelada estratégia¹⁴, posto que permitiu a utilização das medidas ainda usadas largamente pela população.

Quase um ano após a votação a questão voltou a ser debatida e colocada em votação na Câmara dos deputados por meio da emenda apresentada pelo deputado de Alagoas, Fernandes de Barros, precisamente em 19 de maio de 1835. Naquela ocasião, aponta-nos José Luciano Dias, a referida emenda “desfigurava completamente o texto original, fixando outra relação entre a vara e o meridiano terrestre”¹⁵. Entretanto, a comissão pôde ver finalmente aprovado seu projeto em segunda discussão, e em 5

de junho daquele ano, em terceira discussão, conservando-se nos termos originais¹⁶.

A implantação do SMD no Brasil, de forma gradual ou não, continuou a ser um desafio para os desejosos da metrificação e enfrentou a oposição de estudiosos sobre o tema, como Francisco Vieira Goulart. Segundo Elenice Zuin, Vieira Goulart era um português especialista em medições, autor inclusive de um estudo contrário ao trabalho da comissão de que tratamos a pouco, intitulado de "Memória sobre os defeitos que se encontram no *systema metrologico* que se organizou para o Brasil pela comissão nomeada pelo decreto de 9/01/1833"¹⁷, publicado no ano de 1836. Seu principal argumento era o de que a *vara brasileira* não deveria ser aceita, haja vista que esta enquanto medida de comprimento não poderia destoar daquela utilizada em Portugal, já que, segundo Goulart, a vara original ainda usada pelos brasileiros era a portuguesa¹⁸.

Luciano Dias entende que esta situação foi um pouco mais complexa. A diferença entre as varas brasileira e portuguesa na ótica de Goulart, a de rejeição a vara brasileira, escondia o desejo do último em conservar os laços que uniam ainda as nações brasileira e portuguesa, sendo interpretada a versão *abrasileirada* pelo estudioso português como um rompimento com o passado colonial¹⁹, questão também debatida durante o processo de metrificação em Nova Granada, como vimos em capítulo anterior.

Observemos que as acusações de Francisco Vieira Goulart trouxeram, por outro lado, respostas incisivas. O inglês Joseph Ewbank se encarregou de reafirmar legítimas as proposições realizadas pela comissão de Sapucaí, ao tempo que rebateu críticas tramadas por Vieira Goulart, definindo a posição deste "como um sentimento rancoroso e impuro de retaliação contra o novo estatuto político do Brasil independente"²⁰.

Mas afinal de contas, por que adotar medidas brasileiras já que se aspirava alcançar os padrões franceses? Podemos pensar que o projeto de metrificação com base nos padrões franceses esteve diretamente relacionado não somente com o desejo das classes dirigentes imperiais em se inserir dentro de uma perspectiva civilizatória, o que Carlos Eduardo Sarmiento classificou como uma "europeização da nascente pátria"²¹, mas também em criar todo um conjunto de elementos, símbolos e representações fundamentais à construção imagética da Nação²² brasileira.

A nação brasileira em construção seria erigida a partir de referenci-

ais intelectuais e culturais provenientes do velho mundo, elementos influentes na composição de uma burocracia imperial, a qual, por sua vez, alicerçava-se também sob bases econômicas e políticas típicas do passado colonial, calcadas na manutenção de certos privilégios, como no monopólio da terra e de escravos. Apesar de se beber da fonte iluminista, pouco se praticava nos trópicos a *égalité, liberté et fraternité*. Ignorava-se por completo que a construção dessa nação também perpassava pelas mãos da arraia miúda.

Em 1855 Praxedes Pacheco encaminhou um de seus trabalhos ao “Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro”, no qual falou da relação existente entre os pesos e medidas nacionais e moedas estrangeiras. Em ocasião “da reunião do congresso internacional de estadística”²³, dr. Pacheco passou a acreditar que o SMD representava dentre os sistemas de medição “o mais científico e de fácil compreensão”, e por conta disso estava sendo “vulgarizado tanto na Europa como na América”²⁴.

Novamente, o caráter científico se atrelava ao sistema decimal francês. Reaparecia o argumento que supostamente justificava sua disseminação, creditando a uma pretensa exatidão²⁵ de simples cálculos e fácil manipulação, superando outros sistemas. Alegava dr. Pacheco, que este triunfaria sobre “outras complicações emaranhadas, quaes as portuguesas, hespanholas, inglesas”²⁶.

Naquele mesmo ano de 1855, o jovem Dom Pedro II (ouvinte das ideias de Praxedes Pacheco?) nomeou uma comissão para acompanhar a *Exposição Universal de Paris*, ficando assim incumbidos de serem os olhos e ouvidos do imperador na França Giacomo Raja Gabaglia²⁷, Guilherme Schüch de Capanema²⁸ (futuro Barão de Capanema) e o poeta Antônio Gonçalves Dias²⁹. Como se pode observar, os membros dessa comissão eram sujeitos que circulavam em espaços institucionais e científicos, mesmo o poeta Gonçalves Dias havia frequentado as cadeiras da Universidade de Coimbra. Podemos concluir que vossa majestade imperial desejava ter a certeza de que seus representantes podiam bem avaliar o SMD apresentado a diversas nações durante a *Exposição Universal de Paris*.

A metrificação pelo modelo francês já estava nos planos políticos de muitas nações americanas e europeias, e o Brasil por meio da comissão assumiu o compromisso em oficializar o SMD³⁰. No entanto, o panorama era bastante diferente daquele de 1830, isto porque, “o caminho para a

civilização era medido por unidades métricas decimais e caberia ao imperador, entusiasta das ciências, promover o investimento efetivo para que tais propostas fossem definitivamente implementadas³¹.

Passados quase cinco anos, o sr. ministro da Fazenda, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, convocou Cândido Baptista de Oliveira para comentar a experiência de 1830 e as dificuldades enfrentadas pela proposta de introdução do sistema métrico. Oliveira concluiu que a padronização dos pesos e medidas francesas no Brasil só seria possível caso o Imperador, por meio de uma lei, decretasse prazos rígidos e gradativos ao funcionamento do sistema decimal francês, o que conduziria o Império ao trilho do desenvolvimento das nações civilizadas³².

Em 12 de dezembro de 1859, Cândido B. de Oliveira escreveu um longo artigo para o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, a respeito, mais uma vez, da importância de o Império adotar o SMD. Agora, o citado texto já se alinhava ao posicionamento da comissão enviada por D. Pedro II à França e avaliava os acordos traçados entre as nações que se dispuseram a aderir o regime métrico, tanto na "Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações" em 1851 na Inglaterra, quanto na "Exposição Universal de Paris" em 1855. Neste sentido, Oliveira afirmou que

Por ocasião da exposição universal dos produtos industriaes, que teve lugar pela primeira vez em Londres, no anno de 1851, e depois em Pariz no de 1855, reconheceu-se o grave inconveniente de serem avaliados os produtos dos diversos paizes, que ahi concorrêrão, em unidades de differente valor, peso e medida; e desde então aventou-se a idéa da adopção de uma metrologia uniforme para todos os paizes ligados por interesses commerciaes³³.

A diversidade de unidades de referência apresentadas nos encontros de Londres e Paris, alegou Cândido Baptista de Oliveira, foi vista como um "grave inconveniente"³⁴. Um inconveniente aos países? Entendemos que esta era uma limitação que se reservou a uma dada parcela que se dedicou às atividades industriais e de grosso comércio, ou seja, empecilho às transações comerciais de grande monta. A metrologia, por sua vez, vislumbrada como caminho para o crescimento de tais negócios, foi sustentada como meio para o progresso. Todavia, acreditamos que essa não

era uma demanda do capital ou um elemento capaz de catapultar o progresso. Não se tratava disso na realidade, mas sim discursivamente. Não havia inconveniente algum utilizar as medidas tradicionais/antropométricas, quer dizer, invariáveis, para grande parte da população brasileira, por exemplo. A inexatidão das medidas não constituía-se problema para lavradores, pequenos comerciantes, feirantes, criadores, ou seja, a maior parcela da população brasileira.

Percebamos que os debates acerca do metro foram desenvolvidos, grosso modo, por uma dada parcela da sociedade, justamente aquela detentora de poderes políticos e econômicos dentro de cada uma dessas nações (México, Brasil e Nova Granada, por exemplo), as quais assinaram acordos internacionais conforme interesses próprios. Nem mesmo a classe dirigente no Brasil, “flor exótica das Américas”³⁵, como classificou Ilmar de Mattos, tinha plena concordância de sua adoção. Este projeto não era unanimidade mesmo entre eles e demorou pelo menos trinta e dois anos para ser discutido, aprovado apenas em 1862.

Sabendo disso, o *padrão do progresso*, desta vez, não seria (im)posto de maneira imediata. Cândido Baptista de Oliveira reconheceu a “reluctância manifestada contra a adoção completa do systema métrico, nos paizes que já possuem, como o nosso, um systema regular de pesos e medidas, provém, [...] da dificuldade prática de mudar repentinamente os hábitos populares a tal respeito”³⁶. Em sua visão, o hábito nutrido pela população em relação as medidas herdadas dos portugueses, a qual classificava de *imperfeitas*, pode ser alterado, mas apenas de maneira “lenta e dirigida com discernimento, se chegará a transformar os hábitos populares até o ponto de ver-se plenamente realizado o *desideratum* da Associação Internacional, em um futuro mais ou menos remoto, nos paizes civilizados do globo”³⁷.

Sugeriu-se um prazo de dez anos para que as novas adequações e políticas métricas (como a feitura e/ou compra e distribuição de tabelas de conversão, dos instrumentos, balanças, pesos, réguas e entre outros) fossem colocadas em prática, a começar pelo serviço público. Alfândegas, oficinas, arsenais, obras e escolas públicas (lugares em que se ofertariam o ensino da aritmética e do SMD), seriam os primeiros espaços em que obrigatoriamente deveria se utilizar do novo sistema, cessando-se a permissão do uso das antigas medidas tanto em níveis gerais quanto provinciais ao fim de uma década. No que toca ao emprego em espaços priva-

dos e nos contratos entre particulares, concederam-se exceções, ao nosso ver uma medida cautelosa, tomada em virtude da oposição métrica que se delineava em outras nações americanas e dentro do próprio Império brasileiro³⁸.

Na década de 1860 a discussão sobre o metro se intensificou e logo tomou conta dos centros acadêmicos, dominou as esferas regulatórias das atividades comerciais e o parlamento. Era preciso definir o caráter moderno do novo sistema, bem como os custos provenientes da adoção em todo o Império. Mesmo que o projeto de unificação métrica não fosse uma unanimidade entre os parlamentares, exemplo como o de Tavares Bastos, que duvidava da necessidade da metrificação, não se chegou a negar o apoio ao projeto de modernização do Estado³⁹.

Embora houvesse oposição ao sistema decimal, havia pessoas interessadas em sua realização. O metro foi ideologicamente e discursivamente, construído pela classe dirigente imperial como sinônimo de progresso, "o estalão pedagógico da consolidação do Império e da evolução da nação. Deveria então ser adotado como símbolo da perspectiva civilizatória, referencial do caminho a ser percorrido"⁴⁰. Não tardou para que a "lei do peso" fosse criada⁴¹.

Em 1861 a comissão⁴² composta por Raja Gabaglia, Guilherme S. de Capanema e Gonçalves Dias, aquela mesma nomeada pelo imperador D. Pedro II para acompanhar a Exposição Universal de Paris no ano de 1855, produziu um parecer a respeito do SMD para o Brasil. A opinião da comissão era clara, favorável à adoção métrica, como expressa na declaração abaixo:

quanto a nós aceitamos e sustentamos nossas idéias [sic] no fito de executar o que em Paris se convencionou; e na qualidade de comissários do Brasil na Exposição Universal de 1855, os abaixo assignados sancionarão com suas assignaturas o compromisso moral de envidar todos os esforços para o fim desejado.⁴³

O parecer demarcava um prazo de cinco anos (divergindo da proposta de Cândido Baptista de Oliveira que sinalizava dez anos) para a introdução do novo sistema, tempo necessário para que o governo pusesse em prática, de maneira gradual, certas medidas que estimulariam o uso do SMD. A comissão acreditava em políticas que deveriam ser empregadas já no

primeiro ano após a elaboração da lei, quando se estimularia o ensino do SMD em instituições primárias, secundárias e superiores, comparando-se aos antigos modelos e acompanhadas de tabelas de conversão, além de estabelecer a obrigatoriedade do uso em "exames de contabilidade, corpos, [e] navios de guerra"⁴⁴.

As Câmaras Municipais ficariam responsabilizadas por armazenarem os exemplares e instrumentos, de maneira a conservar os padrões, bem como organizar regulamentos, publicar em folhetos de prestígio, mapas e outros, com a finalidade de popularizar o uso do novo sistema. Competia também aos camarários "nomear as pessoas que devem aferir, fiscalizar e comparar os pesos e medidas"⁴⁵. No segundo ano, todas as "Alfandegas, Repartições Publicas ou particulares civis, eclesiásticas ou militares, academias e escolas do Imperio"⁴⁶. O mesmo para "médicos, cirurgiões, e boticarios em suas receitas, os engenheiros em suas propostas, os tabeliães e escrevães em todos os contractos empregarião sempre as medidas métricas"⁴⁷.

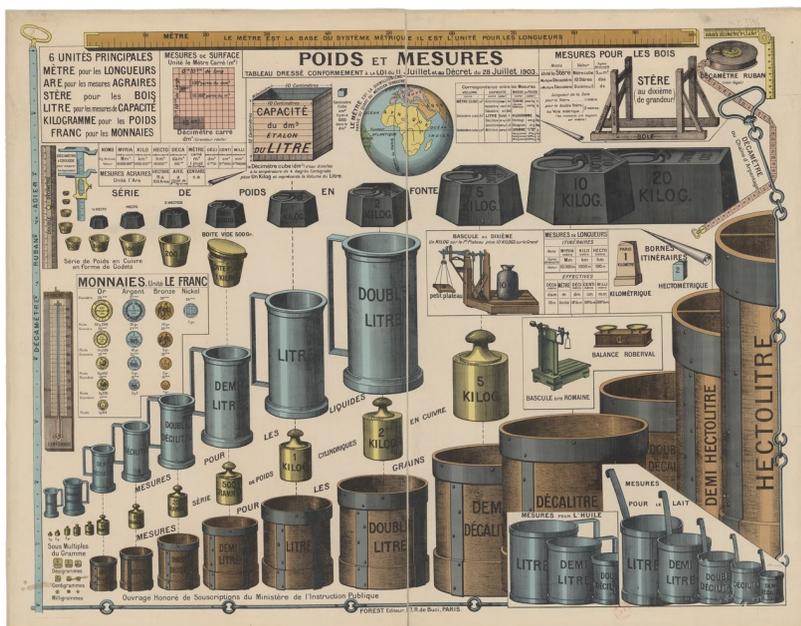
Quanto as penalidades aplicadas aos desviantes da ordem, a comissão observou a necessidade de "um codigo de multas bem definidas, adequadas ao caso, e cuja recepção revertesse sempre com justiça e a favor dos cofres, e não em utilidade de autoridades subalternas"⁴⁸. Esta medida talvez pretendesse acabar ou pelo menos minorar os embaraços com os abusos de poder pelas autoridades locais, que porventura viessem a se beneficiar financeiramente com o trabalho fiscal no que tange as aferições dos pesos, medidas e balanças.

Por outro lado, afirma que "o systema de inspecção e fiscalisação he sobre tudo [sic] necessário nos primeiros anos da transformação ou mudança porque então he que se tem de vencer maiores difficuldades, provenientes da má fé, e da ignorancia das classes inferiores da sociedade"⁴⁹. O julgamento de valor realizado pela respectiva comissão é notório e reforçou um estereótipo que atrelava desonestidade e ignorância à população economicamente desfavorecida.

Em 1861 uma nova proposta foi apresentada a Câmara dos Senadores, suscitando mais discussões entre os parlamentares na sessão de 6 de agosto, em que se debateu novamente o projeto de substituição do antigo sistema português pelo decimal francês⁵⁰. No ano seguinte, em 26 de junho, promulgou-se a lei nº 1.157, estabelecendo-se oficialmente o SMD em todo o Império⁵¹. Dera-se um prazo de dez anos—conforme as ori-

entações de Cândido Baptista de Oliveira—para a substituição integral e gradual do sistema então vigente pelo modelo francês.

Figura 13.1: Material de divulgação dos instrumentos do SMD.



Fonte: Pesos, medidas e moedas do Sistema Métrico Decimal Francês, encomendados pelo Ministério da Instrução Pública da França. BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE FRANCE. *Gallica*, la Bibliothèque numérique de la BnF. Ministère de l'Instruction Publique de France, Forest Editeur: Paris, 1903. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53066549q/f1.item.r=syst%C3%A8me%20m%C3%A9trique%20des%20poids%20et%20mesures>>. Acessado em 1 set. 2015.

Os padrões métricos seriam comprados e trazidos da França (ver figura 1 acima), assim como elaboradas “tabellas comparativas que facilitem a conversão das medidas de um systema nas do outro, devendo as repartições publicas servir-se dellas em quanto vigorar o actual systema de pesos e medidas”⁵². No tocante aos infratores, estabeleceu-se “penna de prisão até de um mez e multa até 100\$000”⁵³ réis, como se seguisse a vontade do senador Vasconcellos Ferreira Penna, defensor da proposta. Quanto aos mecanismos de ensino do novo sistema decimal, seguindo o modelo proposto por Cândido Baptista Oliveira, os estabelecimentos de

ensino teriam de inserir em seus currículos de maneira imediata noções básicas e aritmética.

Os livros didáticos de aritmética e metrologia acabaram por ser publicados e incorporados como “um novo saber que se integrava à formação geral”⁵⁴. Todavia, a produção não se destinou tão somente ao alunado, mas também aos comerciantes, professores e a população, especialmente pessoas que desenvolviam alguma atividade relacionada ao comércio⁵⁵. No entanto, será que o discurso encravado nas linhas do referido decreto se converteria na prática? É o que iremos averiguar a partir de agora.

Em 1864, em relatório apresentado por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, declarou-se que muito lentamente os padrões de medidas de secos e líquidos estavam sendo adquiridos pelas municipalidades. Reconheceu-se que as administrações provinciais tiveram “embaraços”⁵⁶ para obtê-los, sobretudo em lugares mais distantes dos centros provinciais.

O mesmo Oliveira e Sá pareceu admitir que se devesse investir no “estudo deste systema com o nosso”, tanto que deliberou a feitura de tabelas de redução/conversão atreladas ao compêndio de aritmética, escrito por Cândido Baptista de Oliveira, a fim de que fossem utilizadas na instrução primária e distribuídas às municipalidades. Todavia, cabe-nos recordar que a entrega deste material só faria sentido caso encontrasse escolas e professores bem preparados, o que na maior parte das vezes não coincidiu com a realidade dos municípios e vilas mais afastadas dos centros provinciais⁵⁷. Outro ponto a se refletir é se a população estaria disposta a abdicar de suas práticas, costumes antigos e tradicionais em relação ao antigo sistema de pesos e medidas, em nome dos saberes aritméticos e do SMD imposto pelo Estado. Parece-nos pouquíssimo provável.

Em 1866 o ministro que ocupava a mesma pasta, Antônio Francisco de Paula Sousa, endossou o discurso de seu antecessor ao dizer que as remessas dos padrões métricos ainda não haviam sido destinadas às municipalidades, receando resistência e/ou a não aceitação pelo povo, portanto acreditava ele que se devia “mais rapidamente vulgarizar-se o seu uso”⁵⁸. Neste sentido, o sr. ministro autorizou as provinciais abrirem crédito junto ao tesouro, devendo indenizá-lo futuramente⁵⁹.

Um ano depois a situação se conservava a mesma, segundo a fala do ministro da agricultura, Manoel Pinto de Souza Dantas, quase metade do

prazo conferido pela lei de 1862, que regulamentava o metro, já havia se esvaído e, nas palavras do mesmo, "pouco se há feito para a execução facil e regular desta lei"⁶⁰. Souza Dantas avaliou o trabalho de seus antecessores e descreveu o pouco que se fez no sentido de se difundir o SMD, considerando que

pouco encontrei feito no sentido de se prepararem os elementos para substituição do nosso systema de pesos e medidas. Apenas achavam-se reunidos alguns modelos de medidas de secos e líquidos, usadas nas províncias, que haviam sido requisitadas para se proceder á sua redução ao systema francez; e esses mesmos, além de incompletos, tão mal preparados, que se torna impossível fazer obra por eles. Os padrões que um dos meus antecessores havia mandado buscar á França, ainda se conservavam encaixotados [...]⁶¹.

Diante do quadro que se apresentou, Souza Dantas criou uma comissão para tentar solucionar o problema, transformando um edifício como depósito provisório para os padrões e demais serviços da comissão, mesmo reconhecendo o limitado espaço que este poderia oferecer. Outro ponto interessante de seu discurso concerne no fato de que as pessoas que se incumbiram de tal missão não eram remuneradas, o que conforme o citado ministro incorreu na desistência da prestação do serviço ou na falta de interesse e organização administrativa relativa ao assunto⁶².

Em 1867, Souza Dantas se repetia: "pouco foi possível fazer no anno que findou para a execução da lei n. 1.157 de 26 de junho de 1862"⁶³. Sua estratégia naquele momento foi a de que "o dito prazo seja espaçado"⁶⁴, ou seja, que se alterasse a lei e se adicionasse mais anos para preparar as pessoas em relação ao SMD, o que nos revela a consciência dos dirigentes políticos quanto à falha execução do projeto métrico até então. Parecia não haver forças para dar continuidade ao projeto metrificador.

Em relatório da décima quarta legislatura, assinada pelo ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Joaquim Antão Fernandes Leão em 1868, mais uma vez a constatação de que não se caminhará com o plano de execução da supracitada lei de 1862. Leão julgou ser um empecilho o fato das verbas utilizadas para tal reforma serem "eventuaes"⁶⁵, o que segundo ele, dificultou a continuidade das ações. Defendeu

ainda que os capitais deveriam deixar de ser provisórios ou “eventuais” e advirem do orçamento do ministério do qual ele próprio fazia parte.

Ademais, outro ponto indicado pelo sr. ministro consistiu em investir primeiramente nos mercados principais, “donde então será facil levar sua execução ás mais remotas e centraes paragens”⁶⁶. Ou seja, a política de conscientização e instrução métrica do povo do interior (principalmente do Norte do Império), previstas para serem realizadas em uma década foi simplesmente ignorada. Não fazia parte dos desejos da classe senhorial educar os pobres. Naquele mundo do trabalho, a enxada era a pena de escrever dos lavradores.

“Esta a findar o prazo de 10 annos [...] para a substituição do systema de pesos e medidas no Imperio, e, forçoso é confessal-o, pouco se tem conseguido para a effectiva execução”⁶⁷ estas foram as palavras de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, em 1870, endossando o que seu antecessor já havia dito. Diogo velho criou mais outra comissão, desta vez sob a responsabilidade de Guilherme S. Capanema e Francisco Soares de Andréa. Além disso, propôs a compra de “todos os padrões métricos que devem ser distribuídos ás províncias”⁶⁸, todavia não apresentou números.

Aliás, o referido ministro informou não dispor de autonomia para levantar o orçamento de 36:700\$000 réis mais 8:998\$000 réis para importar padrões para as províncias e a corte, respectivamente, recomendando que as assembleias legislativas provinciais se responsabilizassem por tamanha despesa⁶⁹. Por fim, reconheceu, assim como os demais, que era preciso mais tempo para a nova metrificação nacional. Na prática, as coisas continuavam a não funcionar.

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa no ano de 1870, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva manteve o discurso de seus antecessores. Este revelou que a comissão presidida por Capanema esteve obrigada, dentre outras atribuições, a encomendar “desde logo os padrões necessários para todas as municipalidades do Imperio”⁷⁰, dando provas de que as etapas estavam sendo cumpridas de maneira tardia e sem o “zelo” desejado. Neste sentido, destinou fundos para a aquisição e distribuição de padrões juntos às províncias, como descrito no tabela 13.1, na próxima página.

Pereira da Silva autorizou a abertura de um crédito extraordinário de 410.000\$000 réis (valor este inferior ao total apresentado por Diogo Velho) mediante decreto n. 4712 de 1º de abril daquele ano, em nome do erário pú-

Tabela 13.1: Fundos destinados à aquisição de padrões métricos (1870)

Fundos destinados à aquisição de padrões métricos (1870)	
Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas	
Províncias	Fundos (réis)
Amazonas	1.689\$000
Rio Grande do Norte	13.246\$000
Sergipe	13.246\$000
Espirito Santo	5.798\$000
Minas Geraes	40.108\$000
Mato Grosso	5.870\$000
Rio de Janeiro	22.000\$000
Paraná	6.646\$000
Parahyba	(não informado)
Bahia	(não informado)

Fonte: Center for Research Libraries.

blico, com vistas a substituição completa do sistema tradicional pelo decimal francês. Segundo ele, esta “não é uma despesa, é apenas um adiantamento”⁷¹. Outro ponto que devemos analisar é justamente sua afirmativa de que o prazo legal para vigorar a lei do peso competia, exclusivamente à Assembleia Geral Legislativa, ou seja, não era da alçada das Assembleias Provinciais, as quais estiveram impedidas de ampliar ou reduzir o prazo marcado pela lei de 1862⁷², segundo norma do governo central.

Quando o então ministro do Estado dos Negócios da Agricultura, José Fernandes da Costa Pereira Júnior assinou em 1872 o relatório que lhe competia, afirmou o esforço quanto à compra de ternos (conjunto de instrumentos, pesos e medidas métricas adquiridas pelo governo central junto à França) e a sua respectiva distribuição, destacando que isso apenas se tornou possível quando as assembleias provinciais passaram a conseguir fundos do orçamento das câmaras municipais. De acordo com o mesmo, estas recomendações foram seguidas apenas pelas províncias do “Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espirito Santo, Minas Geraes, Mato Grosso e Paraná”⁷³. Ele registrou que a lei métrica de 26 de junho de 1862 “vai-se executando sem a repugnância da população”⁷⁴. Todavia, em

que se baseava a sua afirmativa? Não seria este mais um artifício discursivo?

Pereira Júnior acreditava que as dificuldades que encontravam na aplicação da supracitada lei estiveram relacionadas à lentidão com a qual era aceita, as distâncias e a falta de meios de transporte⁷⁵, algumas das quais compartilhadas nas opiniões de seus antecessores. Quer dizer, escondia-se ou se desconsiderava aqueles que mesmo com a chegada dos ternos continuavam a se nortear a partir do sistema tradicional lusitano. Apesar da população não se amotinar contra o quilo até aquele momento, isso não significava que a mesma aceitava o metro ou que a lei era executada 'sem nenhuma repugnância'.

Nos anexos deste último relatório há um texto da Comissão de Pesos e Medidas dirigida por Guilherme S. Capanema, em que se discute acerca da falta de aplicabilidade das punições e multas previstas pela lei, algo que, segundo a comissão, poderia pôr em risco a validade do projeto metrificador. Isso evitou reações mais violentas por parte da população, pelo menos até aquele momento.

A comissão também discordou da proposição apresentada por boa parte dos ministros, que corroboraram com o aumento do prazo inicial de dez anos concedido pela lei n. 1.157 de 26 de junho de 1862 para a preparação do processo de metrificação no Império do Brasil, o que demonstrou que nem sempre o discurso entre os dirigentes se fez de maneira coesa. Assim, a comissão se posicionou de modo a defender que

A prorrogação do praso [sic] [...] até 31 de junho próximo futuro [1873] faz acreditar a muitas pessoas que podiam deixar de fazer uso do novo systema de pesos e medidas porque d'ahi resultaria necessidade de nova prorrogação. Essa por forma alguma deve ser concedida, a única medida de equidade é adiar por mais algum tempo a cobrança das multas⁷⁶.

Esgotado o tempo destinado à adaptação, bem como à aplicação do complexo conjunto de medidas as quais o governo imperial e seus representantes do poder local deveriam empregar, ressurgiram novamente as dúvidas: a nação estaria apta a seguir com o SMD? Era preciso mais tempo para se adequar ao sonho métrico? A quem interessava e a quem não interessa este novo prazo?

Segundo nos conta Viviane de Oliveira Lima, em 1873 a Associação Comercial do Rio de Janeiro foi a responsável por inflamar os debates em torno da metrificação imperial. De acordo com a autora, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, o visconde de Tocantins, presidente daquela associação, requereu do ministro visconde de Rio Branco mais tempo para que os comerciantes — especialmente os de grosso trato, maiores interessados na referida reforma — pudessem aprender a manejar os novos instrumentos. Nas palavras de Tocantins,

Tendo o governo publicado somente no mez de fevereiro proximo passado [1872] os modelos de pesos e medidas adoptados não cabia no curto espaço de 4 mezes, por mais esforços que se empregassem, fornecer-se o commercio da quantidade necessária desses pesos e medidos [sic], os quaes têm de ser importados e que sendo essa a principal causa de não se achar elle preparado para cumprir a Lei, compete ao Governo resolver pela maneira que julgar mais acertada a fim de obviar os graves transtornos que forçosamente tem de fazer a todo o commercio a immediata execução dessa lei [...]⁷⁷.

A justificativa tecida por Tocantins, a mesma compartilhada entre alguns comerciantes do Rio de Janeiro, exprimiu a preocupação legítima dos mesmos em serem multados ou condenados à prisão, como descrevia a lei métrica. O apelo feito por tal representação era para que o governo prorrogasse mais uma vez.

Se os grandes comerciantes ainda se encontravam desprevenidos quanto ao uso desse modelo, como estaria a população? A resposta é fácil de imaginar. As etapas de ensino e conversão, assim como a de distribuição dos pesos, medidas e instrumentos métricos não foram respeitadas, mesmo em centros urbanos e cidades economicamente importantes para o Império, a exemplo da própria Corte. Neste âmbito, o SMD foi jogado de cima para baixo, sem o menor temor de descer a ladeira da desordem. Não defendemos aqui que a reforma educacional seria capaz promover a aceitação dos novos padrões pela população, longe disso. Tratava-se, antes de tudo, da preservação de práticas costumeiras, ensinadas muitas vezes pelos avós e pais. A suposta “ignorância” atrelada à população pela classe dirigente é apenas um discurso da classe dirigente no Império para justificar e impor seus projetos.

Conclusão

É mister que reflitamos acerca do projeto reformista do Estado Imperial, empenhado em transformar politicamente e administrativamente o Império. Sua finalidade era "modernizar-se" e "civilizar-se", termos bastante presentes nas falas e relatórios de representantes do poder imperial. Tais transformações idealizadas pela classe dirigente, é bem verdade, espelham-se em experiências advindas dos países considerados modernos e civilizados, o que não quer dizer que se conseguisse copiá-los sua imagem e semelhança, uma vez que conservavam em si aspectos de um passado não tão distante, caracterizados pelo privilégio sobre a propriedade da terra e escrava. Esta parcela da sociedade passou a se reconhecer como parte ilustrada, adotando os modelos ocidentais, oficializando medidas de caráter universal, o que, na visão destes, representou a inserção aos padrões internacionais, em nome do que estes chamaram de "progresso".

O Império logo passou a estimular o desenvolvimento do conhecimento científico e estatístico com a finalidade de obter um controle mais efetivo sobre sua população, assumindo, por sua vez, papel fundamental na organização e planejamento de suas ações e políticas. Neste sentido, novas leis e decretos foram aprovados. Organizaram-se os registros civis de nascimento e óbito, a lei de recrutamento (que passaria a ser realizado por sorteio), a contagem e caracterização populacionais a partir dos censos, e, por fim, a unificação do sistema monetário de pesos e medidas a partir do modelo francês.

Diante desse quadro, concluímos que o projeto modernizador do Estado Imperial brasileiro, particularmente durante o Segundo Reinado, é um interessante exemplo para que possamos analisar até que ponto a "modernização" e a "civilização" erigida pelos discursos de dirigentes políticos alcançavam a população. Esse é o caso da política métrica realizada pelo Império, uma política que discursivamente se desenhava como uma efetiva "conscientização" e instrução métrica da população. Transcorridos dez anos, a aceitação e funcionamento do novo sistema era precário. É evidente o entendimento da população acerca do SMD como uma medida desnecessária, indesejada, posto que representava a substituição das tradicionais medidas antropométricas, praticadas durante séculos.

Por fim, os poderes públicos enfrentaram grandes desafios para adquirir, distribuir, ensinar e fiscalizar o novo sistema de pesos e medidas. Muitas críticas surgiram ao longo de todo esse processo. Parte conside-

rável da população que habitava os torrões mais longínquos e esquecidos pelo Estado Imperial, considerava tal padronização abusiva e ilegítima, pois representava mais despesas e exploração. A reação do povo logo se fizera ouvida pelas autoridades públicas sob os gritos de “Quebra-quilos”, os quais ecoaram nas províncias da Parahyba do Norte, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco com maior intensidade.

Notas

1. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, licenciado e mestre em História pela UFRN e professor substituto na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Campus avançado Assú. ID Lattes: 2836123850254834. ORCID: 0000-0003-1692-8703. E-mail: joaofernandohistoria@gmail.com.
2. SENADO FEDERAL. *Anais da Assembleia Geral Legislativa do Império*. Discurso do deputado Cândido Baptista de Oliveira, Volume 1, 1830, p. 390.
3. *Ibidem*, p. 390.
4. Cândido Baptista de Oliveira nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul no ano de 1801. Formou-se em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra em Portugal. Em 1824 se bacharelou e mudou para a França, quando frequentou *École Polytechnique*, sendo inclusive amigo próximo de um conceituado astrônomo da época, Arago. Em seu regresso ao Brasil enveredou como lente substituto em 1827 na Academia militar, logo depois lente catedrático em Mecânica. Foi autor de diversas obras, sendo as mais relevantes mencionar o *Compendio de arithmetica, composta para uso das escolas primarias do Brazil*. Rio de Janeiro, 1832., que teve nova edição em 1863 somando-se a um apêndice de metrologia; e o *Relatorio sobre o melhoramento do systema de pesos e medidas e o monetário*, apresentado pela comissão para esse fim nomeada por decreto de 8 de janeiro de 1833; e *Sistema Metrico Decimal. Tabelas para a conversão das medidas métricas nas que correspondem ao systema usual de pesos e medidas do Brazil e vice-versa*. Rio de Janeiro, 1865, in-8°. SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital*. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 2. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 24–26.
5. SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital*. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 2. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
6. SENADO FEDERAL, *Colleção das leis do Império do Brasil*, 1833. Volume 2. 8 de janeiro de 1833, p. 26.
7. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Hemeroteca Digital*. *Annaes do Parlamento brasileiro*. Camara dos srs. Deputados. Quarto anno da segunda lesislatura. Sessão de 1833. Tomo

primeiro, Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887, p. 23.

8. Ignácio Ratton, segundo Lino de Almeida Cardoso, gozava de influência no comércio carioca, tendo carreira de destaque na política imperial. Cardoso aponta que Ratton foi um importante comerciante residente no Rio de Janeiro e detinha uma das maiores fortunas da corte durante a primeira metade do século XIX. Organizou em 1834 a comissão que elaborou o projeto do Código Comercial, bem como fundou o Banco Comercial do Rio de Janeiro, em 1845, sendo inclusive presidente do mesmo. CARDOSO, Lino de Almeida. *O Som Social: Música, Poder e Sociedade no Brasil (Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX)*. 1. ed. São Paulo: Edição do autor, 2011. p. 405. Já Carlos Gabriel Guimarães nos fala que Ignácio Ratton “Foi presidente da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro (futura Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 1867) no período de 1840 a 1846”. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A Presença Inglesa no Império Brasileiro: A Firma Edward Johnston & Co. e o Comércio Exportador, 1842–1852*. *Revista Tempo*, v. 21, n. 37, p. 188–209, 2015. p. 11.

9. Francisco Cordeiro Torres e Alvim, português nascido em 1775, fazia parte da marinha portuguesa e do Corpo de Engenharia quando veio para o Brasil com a Corte em 1808, ganhando destaque em obras de melhoria hidráulica na Fazenda Real de Santa Cruz, na canalização das águas do rio Maracanã e na construção do chafariz do Campo de Santana. Em 1818 já era tenente-coronel e foi responsável por várias obras na cidade do Rio de Janeiro, assim como o cais da Praça do Comércio, chegando ao cargo de brigadeiro em 1828. Em 1829 foi nomeado para o cargo de inspetor geral da Caixa de Amortização. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). Francisco Cordeiro Torres e Alvim. Sessão: Sócio falecidos: estrangeiros. Disponível em <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FCAlvim.html>>. Acessado em 3 nov. 2017.

10. BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN (USP). *Biblioteca Digital*. OLIVEIRA, Cândido Baptista de. RATTON, Ignacio; TORRES, Francisco Cordeiro da Silva. *Compendio de arithmetica, composta para uso das escolas primarias do Brazil*. Rio de Janeiro, 1834.

11. *Ibidem*.

12. ZUIN, Elenice de Souza Lodron. *Por uma nova arithmetica: o sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentistas*. 2007. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. p. 101.

13. SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Medida do Progresso: As Elites Imperiais e a Adoção do Sistema Métrico no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997. p. 4–5.

14. O reconhecimento de que aquele contexto não encontraria terreno fértil à medidas tão radicais, experiência sentida com a proposta de metrificação em 1830 por Cândido Baptista, pode ser identificada na fala de Silva Torres, quando este afirmava que “Não he ainda chegado o tempo de tentar *huma tão grande*, e arriscada experiencia como a que emprehen-derão os francezes, de abandonar todos os pezos e medidas existentes, para substituir em

seu lugar hum novo systema metrologico por mais perfeito, que fosse. Que entretanto não deve desanimar a filosofia de ver hum dia estabelecida a uniformidade desejada, pelo beneficio, que desta deve resultar ao genero humano, mas que somente o mutuo consenso das nações pode realizar". TORRES, Francisco Cordeiro da Silva. *Apontamentos extrahidos do relatorio de Mr. John Quincy Adams, sobre pezos e medidas dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1833, p. 51. Grifo nosso.

15. O sistema métrico francês teve como base ideias que privilegiavam a *universalidade* e uma suposta *igualdade* entre os homens. Assim, escolher-se-ia algo comum a todos, universal. A décima milionésima parte do quadrante terrestre a partir do cálculo do arco meridional de Barcelona a Dunkerke teria a missão de representar o padrão de universalidade preterido por seus criadores, produtos do contexto revolucionário francês e do iluminismo. Cf. ALDER, Ken. *The Measure of the World*. Columbia: Dibner Library Lecture, 2003. p. 5; DIAS, José Luciano de Mattos. *Medida, Normalização e Qualidade: Aspectos da História da Metrologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ilustrações, 1998. p. 23.

16. *Ibidem*.

17. ZUIN, Elenice de Souza Lodron. *Por uma nova arithmetica: o sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentistas*. 2007. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. p. 101.

18. *Ibidem*.

19. DIAS, José Luciano de Mattos. *Medida, Normalização e Qualidade: Aspectos da História da Metrologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ilustrações, 1998. p. 23.

20. SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Medida do Progresso: As Elites Imperiais e a Adoção do Sistema Métrico no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997. p. 6.

21. *Ibidem*, p. 4.

22. Adotaremos o conceito de "Nação" proposto por Benedict Anderson. Segundo o autor, Nação é senão uma comunidade política imaginada. Imaginada porque é uma comunhão de valores, de imagens entre indivíduos que jamais terão a oportunidade de se ouvirem/verem, mas que mesmo assim a compartilham imagetivamente. Neste âmbito, em favorecimento da construção de uma identidade nacional, acabam prevalecendo pontos de igualdade, de ligação, entre os diferentes grupos que agora formam uma nação. Desta maneira, uma língua, uma religião, a história, um único sistema de moedas ou de pesos e medidas atuam como instrumentos que possibilitam essa integração, sob o viés da construção nacional, como propunham os dirigentes políticos brasileiros no Império. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. postnote.

23. BIBLIOTECA NACIONAL, *Hemeroteca Digital*. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ)—1844 a 1855. Suplemento: verificação exacta dos pesos e

medidas métricas brasileiros e portugueses no Rio de Janeiro pelo doutor S. Praxedes P. Pacheco. *Negociante matriculado na antiga Junta do Commercio*, 1856, p. 155.

24. *Ibidem*, p. 155.

25. Vimos em trabalho anterior que o próprio SMD no fim das contas se tornou uma convenção arbitrária, portanto não exata, após constatação de “divergências entre os cálculos de Delambre e Méchain sobre o prolongamento do meridiano”. Cf. BRITO, João Fernando Barreto de. *Quanto Pesa o Quilo? A Adoção do Sistema Métrico Decimal Francês no Brasil e os Quebra-Quilos do Norte Agrário (1862–1875)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 47.

26. BIBLIOTECA NACIONAL, *Hemeroteca Digital*. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ)—1844 a 1855. Suplemento: verificação exacta dos pesos e medidas métricas brasileiros e portugueses no Rio de Janeiro pelo doutor S. Praxedes P. Pacheco. *Negociante matriculado na antiga Junta do Commercio*, 1856, p. 155.

27. De acordo com o Dicionario Bibliographico Brasileiro, volume três, Giacomo Raja Gabaglia “nasceu em Montevidéo, então província Cisplatina, a 28 de julho de 1826”. Mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro e chegou a fazer o “curso da academia de marinha, que concluiu em 1842, e o da escola militar, onde recebeu o grão de bacharel em mathematicas”. Além disso, participou da “comissão scientifica encarregada da exploração de algumas províncias do norte, como membro da comissão astronômica e geographica; foi nomeado lente substituto de mathematicas daquela academia a de maio de 1846, e lente cathedratico a 30 de setembro de 1851. Era cavalleiro da ordem da Rosa e da de S. Bento de Aviz; Era membro do instituto historico e geográfico brasileiro e da sociedade auxiliadora da industria nacional”. SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital*. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario Bibliographico Brasileiro. Volume terceiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 181–182.

28. Constante no Dicionario Bibliographico Brasileiro, Guilherme Schuch de Capanema foi o Barão de Capanema. “Nascido na provincia, hoje estado de Minas Geraes, no anno de 1824, é doutor em Mathematicas e Sciencias Physicas pela antiga escola militar do Rio de Janeiro, engenheiro pela Escola Polytecnica de Vienna d’Austria, ex-director da Repartição Geral dos Telegraphos, lente jubilado da Escola Polytecnica, professor honorario da academia de Bella Artes, agraciado com o título de Conselho do Imperador, major honorario do exército, commendador da Ordem da Rosa e da de Christo, socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, socio do Instituto Fluminense de Agricultura, fundador da Sociedade de Estatistica do Brazil, etc. Leccionou Physica e depois Mineralogia na Escola Militar, depois Central e hoje Polytechnica, e fez parte da Commissão Cientifica que pelo governo imperial foi incumbida de explorações nas províncias do norte como director da secção geologica e mineralógica”. *Ibidem*, p. 199–200.

29. Segundo o Dicionario Bibliographico Brasileiro, volume um, Antônio Gonçalves Dias, era “filho do negociante portuguez João Manoel Gonçalves Dias e de uma mestiça, nasceu na cidade de Caxias, provincia do Maranhão, a 10 de agosto de 1823.[...] Tendo servido de caixeiro no estabelecimento de seu pae, este, cedendo á vontade que seu filho tinha de estudar, mandou-o para Portugal, onde elle fez os estudos de preparatorios e o curso de direito na Universidade de Coimbra, recebendo o grão de bacharel em 1844. Voltando á Caxias e dando-se advocacia, deixou-a ao cabo de poucos mezes, veiu em 1846 para a côrte e foi nomeado lente de historia e latinidade do Collegio de Pedro II. Em 1851 foi incumbido pelo governo de examinar o desenvolvimento da instrucção publica e colher os documentos que encontrasse da historia patria nas provincias do norte; no anno seguinte, de volta desta commissão, foi nomeado primeiro official da secretaria dos estrangeiros; em 1854 foi encarregado de ir a Portugal em commissão igual á que havia exercido pelo norte do imperio, estudando ao mesmo tempo o estado da instrucção publica nos paizes mais adiantados do velho mundo, de cujo regresso em 1858, seguiu para o Ceará na Commis-são Scientifica e exploradora, como chefe e director da secção ethnographica”. SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital*. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario Bibliographico Brasileiro. Volume primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 179–180.

30. SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Medida do Progresso: As Elites Imperiais e a Adoção do Sistema Métrico no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997. p. 7.

31. SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Medida do Progresso: As Elites Imperiais e a Adoção do Sistema Métrico no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997.

32. *Ibidem*, p. 8.

33. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Hemeroteca Digital*. *Jornal do Commercio* (RJ). “Memoria sobre a adopção do systema métrico no Brazil e de uma circulação monetária internacional”. Ed. 342, 12 dez. 1859, p. 1.

34. *Ibidem*.

35. MATTOS, Ilmar Rohloff de. Um Império e Três Mundos. In: *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 126

36. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Hemeroteca Digital*. *Jornal do Commercio* (RJ). “Memoria sobre a adopção do systema métrico no Brazil e de uma circulação monetária internacional”. Ed. 342, 12 dez. 1859, p. 1.

37. *Ibidem*.

38. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Hemeroteca Digital*. *Jornal do Commercio* (RJ). “Memoria sobre a adopção do systema métrico no Brazil e de uma circulação monetária internacional”. Ed. 342, 12 dez. 1859, p. 1.

39. Acerca do processo de modernização do Estado Imperial ver BRITO, João Fernando

Barreto de. *Quanto Pesa o Quilo? A Adoção do Sistema Métrico Decimal Francês no Brasil e os Quebra-Quilos do Norte Agrário (1862–1875)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 77-87.

40. SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Medida do Progresso: As Elites Imperiais e a Adoção do Sistema Métrico no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997. p. 9.

41. *Ibidem*, p. 10–11.

42. Os membros dessa comissão foram também designados para formar a *Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte*, ironizada por seus críticos como “Comissão das borboletas”, entre os anos de 1859 e 1861. Segundo Karoline Viana Teixeira, esta “foi considerada a primeira viagem científica composta exclusivamente por brasileiros”, chegando a concentrar reconhecidos intelectuais e naturalistas a fim de percorrer a Província do Ceará, mas também parte de Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. De acordo com Teixeira, além de Guilherme Schüch de Capanema, Giacomo Raja Gabaglia, Antonio Gonçalves Dias, participaram o botânico Francisco Freire Alemão, o pintor José dos Reis Carvalho e o zoólogo Manuel Ferreira Lagos, o idealizador da viagem. Conforme a citada autora, o grupo realizou “um amplo trabalho de identificação e prospecção de recursos naturais, localização astronômica e geográfica, comércio, agricultura, pecuária, estado de vilas e cidades e condições das tribos indígenas”. TEIXEIRA, Karoline Viana. *Percepções e limites do fazer científico: o caso da Imperial Comissão Científica de Exploração (1859–1861)*. *Oficina do Historiador*, EDIPUCRS, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 43–59, 2015. p. 43–44.

43. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. CAPANEMA, Guilherme Schüch de; DIAS, Antônio Gonçalves; e GABAGLIA, Giacomo Raja. Anexo E., Parecer sobre um novo Systema de Pesos e Medidas. In: Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas. Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima primeira legislatura pelo respectivo ministro e secretario do estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lammert, 1861. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>>. Acessado em 15 nov. 2017, p. 1.

44. *Ibidem*, p. 2.

45. *Ibidem*.

46. *Ibidem*.

47. *Ibidem*, p. 3.

48. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. CAPANEMA, Guilherme Schüch de; DIAS, Antônio Gonçalves; e GABAGLIA, Giacomo Raja. Anexo E., Parecer sobre um novo Systema de Pesos e Medidas. In: Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas. Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na

primeira sessão da décima primeira legislatura pelo respectivo ministro e secretario do estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>>. Acessado em 15 nov. 2017, p. 3.

49. *Ibidem*.

50. SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital*. Annaes do Senado do Imperio do Brasil. Primeiro ano da 11^a legislatura. Sessão de 1861, de 1 de agosto a 15 de setembro. Volume III. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdfdigitalizado/Anais_Imperio/1861/1861%20Livro%203ok.pdf>, acessado em 14 nov. 2017, p. 35.

51. SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital*. Coleção das Leis do Império do Brasil. Lei nº 1.157, de 26 de Junho de 1862. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/542777>>. Acessado em 1 set. 2015.

52. SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital*. Coleção das Leis do Império do Brasil. Lei nº 1.157, de 26 de Junho de 1862. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/542777>>. Acessado em 1 set. 2015.

53. *Ibidem*.

54. ZUIN, Elenice de Souza Lodron. *Por uma nova arithmetica: o sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentistas*. 2007. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. p. 26.

55. ZUIN, Elenice de Souza Lodron. *Por uma nova arithmetica: o sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentistas*. 2007. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. p. 26.

56. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima segunda legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 30.

57. ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antônio de Pádua. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008.

58. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da decima segunda legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Dr. Antonio Francisco de Paula Sousa. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866, p. 124.

59. *Ibidem*, p. 124.

60. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima terceira legislatura

pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867, p. 172.

61. Ibidem.

62. Ibidem, p. 172–173.

63. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresenta do á Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima terceira legislatura pelo terceira legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1868, p. 138.

64. Ibidem.

65. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1869, p. 53.

66. Ibidem, 1869, p. 54.

67. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1870, p. 80.

68. Ibidem.

69. Ibidem.

70. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório do anno de 1870 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da 14^a legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1871, p. 81.

71. Ibidem, p. 82.

72. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório do anno de 1870 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da 14^a legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1871, p. 82.

73. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima quinta legislatura

pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1873, p. 46.

74. *Ibidem*, p. 45.

75. *Ibidem*.

76. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1873; Anexo H—Sytema Metrico: Relatório da Comissão de Pesos e Medidas. In: Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1873, p. do anexo 4–5.

77. LIMA, Viviane de Oliveira. *Revoltas do Quebra-quilos: Levantes Populares Contra o Sistema Métrico Decimal*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012. p. 57; apud Relatório da Associação Commercial do Rio de Janeiro. *Typographia do Apostolo*. Anno de 1873, Documento 1

Fontes

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN (USP). *Biblioteca Digital*. OLIVEIRA, Cândido Baptista de. RATTON, Ignacio; TORRES, Francisco Cordeiro da Silva. *Compendio de arithmetica, composta para uso das escolas primarias do Brazil*. Rio de Janeiro, 1834.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Hemeroteca Digital*. *Annaes do Parlamento brasileiro*. Camara dos srs. Deputados. Quarto anno da segunda lesglatura. Sessão de 1833. Tomo primeiro, Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Hemeroteca Digital*. *Jornal do Commercio* (RJ). "Memoria sobre a adopção do systema métrico no Brazil e de uma circulação monetária internacional". Ed. 342, 12 de dezembro de 1859.

BIBLIOTECA NACIONAL, *Hemeroteca Digital*. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ)—1844 a 1855. Suplemento: verificação exacta dos pesos e medidas métricos brasileiros e portuguezes no Rio de Janeiro pelo doutor S. Praxedes P. Pacheco. *Negociante matriculado na antiga Junta do Commercio*, 1856.

BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE FRANCE. *Gallica*, la Bibliothèque numérique de la BnF. Ministère de l'Instruction Publique de France, Forest Editeur: Paris, 1903. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53066549q/f1.item.r=syst%C3%A8me%20m%C3%A9trique%20des%20poids%20et%20mesures>>. Acessado em 1 de setembro de 2015.

- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. CAPANEMA, Guilherme Schüch de; DIAS, Antônio Gonçalves; e GABAGLIA, Giacomo Raja. Anexo E., Parecer sobre um novo Systema de Pesos e Medidas. In: Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura Commercio e Obras Públicas. Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima primeira legislatura pelo respectivo ministro e secretario do estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da decima segunda legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Dr. Antonio Francisco de Paula Sousa. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima segunda legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima terceira legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima terceira legislatura pelo terceira legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1868.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1869.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1870.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório do anno de 1870 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da 14ª legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1871.

- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1873.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). Francisco Cordeiro Torres e Alvim. Sessão: Sócio falecidos: estrangeiros. Disponível em <<https://ihgb.org.br/userprofile/FCTAlvim.html>>. Acessado em 3 de novembro de 2017.
- SENADO FEDERAL. *Anais da Assembleia Geral Legislativa do Império*. Discurso do deputado Cândido Baptista de Oliveira, Volume1, 1830.
- SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital*. Annaes do Senado do Imperio do Brasil. Primeiro ano da 11^a legislatura. Sessão de 1861, de 1 de agosto a 15 de setembro. Volume III. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdfdigitalizado/Anais_Imperio/1861/1861%20Livro%203ok.pdf>, acessado em 14 de novembro de 2017.
- SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital*. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 2. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital*. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume terceiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.
- SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital*. Coleção das Leis do Império do Brasil. Lei n° 1.157, de 26 de Junho de 1862. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/542777>>. Acessado em 01 de setembro de 2015.
- TORRES, Francisco Cordeiro da Silva. *Apontamentos extrahidos do relatório de Mr. John Quincy Adams, sobre pezos e medidas dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1833.

Referências

- ALDER, Ken. *The Measure of the World*. Columbia: Dibner Library Lecture, 2003.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antônio de Pádua. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008.
- BRITO, João Fernando Barreto de. *Quanto Pesa o Quilo? A Adoção do Sistema Métrico Decimal Francês no Brasil e os Quebra-Quilos do Norte Agrário (1862–1875)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CARDOSO, Lino de Almeida. *O Som Social: Música, Poder e Sociedade no Brasil (Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX)*. 1. ed. São Paulo: Edição do autor, 2011.
- DIAS, José Luciano de Mattos. *Medida, Normalização e Qualidade: Aspectos da História da Metrologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ilustrações, 1998.

- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A Presença Inglesa no Império Brasileiro: A Firma Edward Johnston & Co. e o Comércio Exportador, 1842–1852. *Revista Tempo*, v. 21, n. 37, p. 188–209, 2015.
- LIMA, Viviane de Oliveira. *Revoltas do Quebra-quilos: Levantes Populares Contra o Sistema Métrico Decimal*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Um Império e Três Mundos. In: *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Medida do Progresso: As Elites Imperiais e a Adoção do Sistema Métrico no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997.
- TEIXEIRA, Karoline Viana. Percepções e limites do fazer científico: o caso da Imperial Comissão Científica de Exploração (1859–1861). *Oficina do Historiador*, EDIPUCRS, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 43–59, 2015.
- ZUIN, Elenice de Souza Lodron. *Por uma nova arithmetica: o sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentistas*. 2007. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

Joanna

Uma escrava que teve seus bens inventariados na Villa do Jardim (1865), no sertão do Seridó, Província do Rio Grande do Norte

*Diego Marinho de Gois*¹ *Ariane de Medeiros Pereira*²

O objeto que se tece neste texto é uma das particularidades existentes no sistema escravista do sertão do Seridó, Província do Rio Grande do Norte. A trama discutida, aqui, envereda-se pelas experiências escravas gestadas em cativo, na Villa do Jardim (1865), atual Jardim do Seridó. O protagonismo escravo passa a ser analisado a partir de um inventário *post mortem* da escrava Joanna, no qual, os seus herdeiros, por meio de seus senhores, recorrem à justiça para ter os bens deixados pela cativa Joanna dividido entre os mesmos de forma amigável e em partes iguais.

A discussão em volta da experiência escrava ganha forma quando começamos a perceber que a escrava conseguiu arregimentar bens e, não somente, mas deixá-los aos seus descendentes. Estes, por sua vez, utilizando de um cálculo efetivo e usando de táticas fazem com que seus senhores vão até a justiça em busca que os cativos recebam sua herança. A partir deste fato, podemos pensar as maneiras pelas quais os cativos do sertão do Seridó utilizavam de sua sabedoria para melhorar seu cativo e criar relações com seus senhores.

Ao considerar o inventário da escrava Joana, em conjunto, com seu termo de óbito, redigido pelo vigário Francisco Justino Pereira de Brito, podemos perceber as relações delicadas existentes entre senhores e escravos no sertão do Seridó. Embora saibamos que esses documentos foram escritos por outras pessoas, e não pela própria escrava, e elaborados após sua morte, a análise dessa documentação, no entanto, pode revelar alguns "rastros" da experiência de vida (THOMPSON, 1981), das racionalidades e

dos sentimentos dessa mulher, escrava, solteira, mãe de nove filhos e de três netos, todos escravos, assim como a mãe, e que, durante sua trajetória de vida, adquiriu bens para si e seus descendentes.

Partimos do pressuposto que o inventário *post mortem* e o termo de óbito da escrava Joanna trazem pistas valiosas sobre as experiências escravas gestadas no sertão do Seridó. Procuramos caminhar a luz das reflexões feitas por Carlo Ginzburg (2006) que visa a entender a fonte como sinais a serem desvendados, indícios que, problematizados, revelam situações pouco conhecidas perante uma história macro. Ao reduzir a escala de observações conseguimos ampliar nossa visão e entender os sujeitos que, até então, estavam silenciados, como é o caso da experiência da cativa Joanna.

A história de vida da escrava Joanna poderia confundir-se com a de tantos outros homens e mulheres escravos do Brasil, cujos registros de vida foram esquecidos e silenciados, muitas vezes intencionalmente, pela própria historiografia. Contudo, a presença de escravos é muito farta na documentação, seja ela paroquial, tendo conservado o nome daqueles que foram batizados, casados e sepultados segundo os ritos da Igreja católica, seja ela judicial, como autores e réus em processos nos quais clamavam por justiça, como demonstrou Sidney Chalhoub (1990), seja ela ainda como mero bem de raiz nos inventários de muitos senhores, conforme estudou Sheila de Castro Faria (1998). No entanto, é muito raro, mas não impossível, deparar-se com um inventário *post mortem* de pessoas de cor, geralmente libertas (REIS, 2016), ou mesmo de um escravo. O historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo, em estudo sobre a escravidão no Seridó a partir das fontes judiciais de Caicó e Acari, no Rio Grande do Norte, observou:

Utilizando-se do Índice dos Inventários *post-mortem* do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó encontramos, entre os séculos XVIII e XIX, apenas um inventário de uma pessoa de cor. Trata-se do Inventário da “Liberta Mariana” (1877), que foi inventariada por José Vieira de Medeiros (filho do ex-senhor da liberta, o Tenente-Coronel Manoel Vieira de Medeiros). Mariana faleceu na companhia do inventariante—de quem seria, talvez, agregada—deixando três filhos cativos e bens semoventes (onze cabeças de gado) avaliados em 136\$000. Já no 1º Cartório Judiciário da Comarca de Acari existe um número

maior de processos inventariais envolvendo negros ou com relação a eles. (MACÊDO, H. A. D. M., 2000, p. 7).

A documentação desses dois cartórios judiciais aponta para a possibilidade de estudar a escravidão na região do Seridó, embora nenhum deles, como pontuou o autor, relacione-a com os bens de escravos, mas os de libertos. No entanto, a fonte a ser analisada neste artigo consiste em uma dessas raridades encontradas em uma das pesquisas realizadas no arquivo do Poder Judiciário da Comarca de Jardim do Seridó, no Rio Grande do Norte. Trata-se do inventário da escrava Joanna, moradora na Villa do Jardim, reclamada por José Martins de Medeiros e José Firmino de Azevedo, senhores dos herdeiros da finada escrava.

Pensar esta situação é enveredar-se pela complexidade do sistema escravista dos sertões do Seridó, mesmo em uma área que não existia a presença de grandes escravarias quando comparadas com as escravarias do litoral (MACÊDO, M. K. D., 2005, p. 33). Mas, vejamos esta situação na qual a escrava após ter falecido, os seus herdeiros reclamam os bens da cativa deixado aos mesmos. Até aqui, podemos inferir que nada havia de extraordinário nessa solicitação a justiça. Todavia, os herdeiros são escravos, e como tal, não poderia ir à justiça requer bens, já que eles não tinham direito a própria vida. No entanto, estrategicamente os cativos conseguem acionar as relações existentes com seus senhores e os fazem ir a justiça em busca dos bens da escrava Joanna.

Para a segunda metade do século XIX isso não era algo impensado, tendo em vista que, as ideias abolicionistas já circulavam pelo sertão do Seridó e havia sempre o perigo da perda da escravaria (PEREIRA, 2014, p. 66–71). De modo que, para os escravos era um cálculo político em busca de sua liberdade no momento que percebiam que os bens deixados poderiam ser revertidos para a compra de sua liberdade. Por outro lado, para o senhor poderia representar ter seu capital restituído, pela venda da alforria, já que eles já percebiam as tensões e as discussões existentes para a libertação dos escravos via processo de abolição (MATTOS, I. R. D., 1994, p. 140). Neste caso, ambos tinham interesses em requerer os bens da escrava, dado as instâncias particulares.

O contato com essa documentação faz surgir diversos questionamentos sobre a escravidão na Província do Rio Grande do Norte, especificamente no sertão do Seridó, bem como na Villa do Jardim, espaço atualmente denominado Jardim do Seridó (RN). Pergunta-se: qual a possibi-

lidade de um escravo adquirir bens? Tal questionamento é fundamental para entendermos as relações que se estabeleciam entre senhores e escravos no contexto da escravidão. Como diria Sidney Chalhoub (1990, p. 42), “não subsiste qualquer motivo para que os historiadores continuem a conduzir seus debates a respeito da escravidão tendo como balizamento essencial a teoria do escravo-coisa”.

É com base nessa perspectiva historiográfica, que analisa o escravo para além da coisificação, que iremos acompanhar o inventário da escrava Joanna, buscando perceber os significados do sentido e da experiência da vida de uma escrava que adquiriu bens e que estes, talvez, fossem herdados por seus descendentes (GRINBERG, 2008; MATTOS, I. R. D., 1994; MOTTA; LOPES, 2015, p. 22). A leitura dos bens inventariados possibilita ainda perceber aspectos da vida cotidiana de uma escrava vistos pela perspectiva de seus objetos pessoais e de uso no dia a dia. Um questionamento importante que deve ser observado diz respeito ao pensamento e à ação de uma escrava em adquirir bens como “um chapeo fino” ou “um par de botina”, como fez Joanna em sua vida. Essa leitura nos permite perceber uma escrava atuando como um ser capaz de ações autônomas, para além da perspectiva de passividade ou de rebeldia, como comumente a historiografia apresenta. A história de uma mulher negra, escrava, agindo em seu cotidiano, adquirindo bens materiais, como um poltro, três novilhotes, uma cangalha, uma mala, entre outros.

Percebemos o quanto esta fonte é valiosa para tentamos levantar elucubrações sobre o sistema escravista do sertão do Seridó, digamos de passagem, gestados por atos considerados de pura autonomia escrava, pois observamos: o que era uma escrava ter “um chapeo fino” ou “um par de botina”; isso não era algo habitual, considerando que, apenas os escravos libertos tinham o poder de andar calçado pelas espacialidades. Contudo, a escrava Joanna fazia uso desses objetos como se fosse detentora de sua liberdade e gozasse de plena autonomia para fazê-lo. De modo que, caminhando segundo os estudos e o pensamento de Keila Grinberg (2001, p. 53) o sistema escravista havia assumido uma multiplicidade de formas que não poder-se-iam mais pensar o escravo, apenas, enquanto “coisa”, mas os escravos deveriam se entendidos no espaço de negociações entre senhores e escravos e escravos e senhores.

É com o intuito de analisar as ações dessa escrava, tendo como fonte de pesquisa seu inventário, objetivando penetrar, como diria Chalhoub (1990,

p. 42), “nas racionalidades e sentimentos de pessoas de outro tempo”, que este texto se propõe pensar. Além do inventário da escrava Joanna, cruzaremos os dados com os inventários dos proprietários de seus herdeiros: José Martins de Medeiros e José Firmino de Azevedo. Para compor o enredo deste texto, buscamos inspiração na perspectiva historiográfica da história social, em especial da chamada “geração de 1970”, que se voltou para a redução da escala temporal e espacial não para buscar exemplares microscópicos; como enfatiza Hebe Castro, trata-se da geração que se propõe, “de fato, as vivências históricas individuais, passíveis de serem parcialmente reconstituídas, como um nível privilegiado de observação para rever e formular novos problemas à explicação histórica” (CASTRO, 1997, p. 89) e, que no Brasil, tem influenciado diversos trabalhos sobre a história social da escravidão (CASTRO, 1997, p. 95).

O método escolhido para lidar com as fontes consistiu no chamado “método indiciário”, proposto por Carlo Ginzburg, no qual “é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis [...]. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características” (GINZBURG, 1989, p. 144)JoGinzburg2006. Também chamado método de Morelli, essa forma de lidar com as fontes consiste em ir além do que elas aparentemente fazem revelar e buscar outros sinais, indícios, muitas vezes escondidos nos traços gerais da escrita.

A escrava Joana e os bens arrolados em seu inventário: relações costumeiras entre senhores e escravos

Aos 19 dias do mês de dezembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1864, o capitão Antônio da Cunha Lima, tabelião do cartório, juntamente com Luiz de Magalhaes Cirne, escrivão, recebia em casa de morada do primeiro, na Villa do Jardim, os senhores José Martins de Medeiros e José Firmino de Azevedo, proprietários dos escravos Manoel, Quitéria, Christovão, Domingos, Vencelao, Vicência, Thereza, Camilo, filhos da falecida Joanna, e mais Estevão, Joaquina e Josefa, netos, filhos da herdeira falecida Juliana, moradores no mesmo termo, para o fim de inventariarem e partilharem entre seus escravos, de maneira “extrajudicial e amigável”, todos os bens deixados pela finada Joanna.

Por meio do relato deste documento podemos perceber que primeiramente, os bens deixados pela a escrava Joana seria dividido pelo direito consuetudinário, no qual as partes envolvidas, vale ressaltar seus filhos e netos escravos, na presença de seus senhores, receberiam o que havia de direito para ambos. Vejamos que os senhores estavam de acordo e acompanhavam seus cativos com a intenção que aqueles fossem beneficiados. Esta não era uma prática impensada, mas passava por um cálculo bem feito dos escravos e dos senhores. Uma querela judicial poderia levar muito tempo até ser resolvida, com a instalação de um inquérito e até mesmo um processo, caso estes tivessem que provar que eram familiares da escrava Joana (CHALHOUB, 1990). De modo que, era muito mais simples permanecer no direito costumeiro para resolver a questões e os bens passarem a ser administrados pelos senhores dos cativos (GUIMARÃES, 2009, p. 29).

Cruzando os dados do inventário com outras fontes, em especial o Livro de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Azevedo, encontramos que o termo de óbito da escrava Joanna foi lavrado pelo padre Francisco Justino Pereira de Brito nos seguintes moldes:

Aos cinco dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e sessenta e quatro foi sepultado no Cemitério desta Villa, abaixo do Cruzeiro, o Cadaver de Joanna, crioula, solteira, escrava de José Martins de Medeiros, moradora que era nesta Freguezia, falecida de moléstia interior, na idade de sessenta e cinco annos com os Sacramentos: foi involta em branco, e encomendada por mim. De que para constar diz esse assento, que assigno. O vigário Francisco Justino Pereira de Brito. (ACERVO PAROQUIAL, 1864, p. 16).

O padre Francisco Justino registrou muitos elementos importantes para analisarmos a vida da escrava Joanna. Vejamos, em primeiro lugar, que, no registro de óbito, Joanna aparece descrita com o termo "crioula". Sheila do Castro Faria, em estudo sobre o "Cotidiano dos Negros no Brasil Escravista", dedica a análise da cor e condição social do escravo e aponta que crioulo também era sempre referido ao escravo:

Era o nascido no Brasil, mas também estava englobado como "negro" [...]. Filhos de "pretos", ou seja, de africanos, quando

ainda escravos, eram “crioulos”. Já os filhos de “crioulos” eram “pardos”, não importando a cor da pele. Estas categorias, portanto, designam as diferenças de origem de nascimento mais do que as nuances da cor da pele dos indivíduos. (FARIA, 1998, p. 37).

Em segundo lugar, ganha destaque na escrita do vigário da freguesia a idade da falecida, de 65 anos, bastante avançada para a época. A historiadora Michele Soares Lopes, em sua dissertação de mestrado, estudou a população escrava da Vila do Príncipe na segunda metade do século XIX, vizinha à Villa do Jardim, e constatou que a expectativa de vida de um escravo, conforme os óbitos da Freguesia da Gloriosa Senhora Santana do Seridó, entre 1857 e 1888, era de 35 anos para homens e 28 anos para mulheres (LOPES, 2011, p. 123). Há de se destacar que a presença das doenças infectocontagiosas era um fator agravante no Rio Grande do Norte oitocentista, conforme aponta Avohanne Isabelle Costa de Araújo e Muirakytan Kennedy de Macêdo, em um estudo sobre o impacto microbiano e a escravidão nos espaços (in)salubres da província do Rio Grande do Norte e, mais especificamente, na Ribeira do Seridó, entre 1856 e 1888. Esses autores percebem que:

[...] poucos eram os escravos vacinados na Província do Rio Grande do Norte, e é nesta questão que nossa pesquisa comprova que muitos escravos eram doentes, principalmente das infectocontagiosas, as quais ocupam 53% dos casos notificados e encontrados nos inventários da segunda metade do século XIX. (ARAÚJO; MACÊDO, 2011, p. 347).

Retomando o termo de óbito de Joanna, observa-se que ela viveu muito além do que os dados demográficos apontaram, sobrevivendo às condições de medicina e saúde do período e chegando aos 65 anos de vida, quando veio a óbito de “moléstia interior”, conforme atestou o vigário da freguesia na ausência de médico para lavrar o termo de óbito. Esse quadro nos conduz a algumas perguntas: seria a longevidade a explicação para a possibilidade de a escrava Joanna adquirir seu pecúlio, uma vez que, somente muito tempo depois, é que esse direito foi regulamentado por lei? Assim: qual a relação que a escrava Joanna mantinha com seu proprietário a ponto de ele permitir tal acumulação? Quais negociações fizeram

parte dos acordos entre essa escrava e seu senhor? E mais: como se deu a aquisição dos bens? Por compra? Por troca? Foram presentes? Talvez a documentação disponível jamais possibilite responder a todas essas questões.

Contudo, o historiador Ciro Flamarion Cardoso lança uma discussão muito interessante para nossa compreensão do sistema escravista ao apresentar o conceito de "brecha camponesa":

Por "brecha" não entendemos de forma alguma, um elemento que pusesse em perigo, mudasse drasticamente ou diminuísse o sistema escravista. [...] O que queremos significar [...] é uma brecha para o escravo, como se diria hoje "um espaço", situado sem dúvida dentro do sistema, mas abrindo possibilidades inéditas para atividades autônomas dos cativos. Dizer que não havia diferença, que as mesmas relações de produção prevaleciam nos canaviais e nas parcelas dos escravos só revela em nossa opinião, uma profunda ignorância de como funcionava a "brecha camponesa", do sentido que tinha e do próprio conteúdo das fontes mais detalhadas a respeito; revela também, uma visão dogmática e rígida do que são um modo de produção e uma formação econômico-social como conceitos e como objetos históricos. (CARDOSO, 1989, p. 90).

Essa possibilidade de atividades autônomas dos cativos, em especial encontrando espaço no próprio sistema para a aquisição de bens materiais, concretiza-se quando nos deparamos com a existência de inventários de escravos, em que é possível analisar os bens arrolados por aqueles que conseguiam encontrar "brechas", que poderiam ser um trabalho extra ou vendas de alimentos, ou outro serviço qualquer, possibilitando a formação de uma espécie de patrimônio, seja financeiro, seja em bens materiais, como fez a escrava Joanna.

Foram constatados pelos inventariantes, proprietários dos herdeiros da escrava, os seguintes bens: em moeda, cinquenta mil, setecentos e vinte réis (50\$720); e mais: um poltro de mista, avaliado em cinquenta mil réis (50\$000); três novilhotes, cada um por quatorze mil réis (14\$000), totalizando quarenta e dois mil réis (42\$000); uma caixa encourada com ferragem, no valor de doze mil réis (12\$000); uma caixa pequena, avaliada

em quatro mil réis (4\$000); um par de malas de couro, de quatro mil réis (4\$000); uma cangalha, no valor de dois mil réis (2\$000); um chapéu fino, de quatro mil réis (4\$000); uma sela ginete com bride e estribos, avaliada por dez mil réis (10\$000); um paletó de brim, de quatro mil réis (4\$000); um par de botinas velhas, de dois mil réis (2\$000); uma imagem de São Francisco, de três mil réis (3\$000); e mais onze mil réis (11\$000) em mãos de Manoel Candido e três mil e quinhentos réis (3\$500) em mãos de Manoel Nogueira do Nascimento. Portanto, a avaliação dos bens da escrava Joanna apresentou a importância de duzentos e quatro mil, duzentos e vinte réis (204\$220).

O que dizer desse pecúlio? Em primeiro lugar, podemos observar a conquista pessoal de uma escrava em adquirir bens para si e seus descendentes antes da criação da Lei do Ventre Livre (1871), que permitia o acúmulo de pecúlio. Essa constatação não está dissociada da tolerância de seu proprietário ante a demanda de sua cativa, resultado das negociações ou "brechas" que se estabeleciam e dos longos anos de dedicação ao trabalho. Chama a atenção a quantia de 50\$720 em dinheiro, em uma época que, segundo Lopes, era muito rara a circulação de moedas na região do Seridó (LOPES, 2011, p. 28). Joanna não somente tinha recursos financeiros em dinheiro como também emprestados a terceiros, sendo 11 mil réis em mãos de Manoel Candido e 3 mil e 500 réis em mãos de Manoel Nogueira do Nascimento. No caso da escrava Joanna, estamos diante de uma experiência de vida muito interessante para se pensar a escravidão no Seridó por possibilitar problematizar os meios que essa cativa utilizou para formar seu patrimônio, sobretudo por se tratar de uma escrava doméstica, cujas limitações físicas inviabilizavam, em princípio, atividades extras. É curiosa e digna de reflexão a existência de uma imagem de São Francisco, avaliada em 3 mil réis, entre os pertences dessa escrava. Sendo um objeto de arte e ao mesmo tempo de devoção, essa peça constituiu-se em um bem encontrado nos inventários de pessoas livres e de posses, especialmente quando levamos em consideração a observação dos mobiliários das residências das fazendas, que, segundo Muirakytan Kennedy de Macêdo (2005, p. 149), eram bastante rústicos, porém era comum que os locais fossem ornados de algumas imagens de santos e oratórios.

Para Macêdo, pelo menos no século XVIII e na Ribeira do Seridó, "encontramos oratórios sem santos e santos sem oratório. Arriscamos dizer que o esvaziamento dos oratórios era efeito da doação das imagens

aos filhos herdeiros. E oragos sem seus templos-caixas à falta de condições financeiras das famílias" (MACÊDO, M. K. D., 2015, p. 153). Se, no século XVIII, já era comum a presença de santos sem oratórios, o mesmo poderia ser dito com relação ao século XIX, como se depreende do inventário da escrava Joanna, que havia sido catequizada no catolicismo, além de ter recebido os sacramentos de batismo e unção dos enfermos, conforme revelou o vigário em seu termo de óbito, embora fosse solteira, com filhos e tivesse entre os bens uma imagem de devoção de São Francisco avaliada em 3\$000.

Ainda em relação a seus bens, alguns objetos são importantes para compreender as vestimentas que a escrava Joanna utilizava, e outros, os objetos de acomodação de materiais, sendo um par de malas de couro no valor de 4\$000, um chapéu, apontado como "fino", de 4\$000, um paletó de brim de 4\$000 e um par de botinas, descrito como "velho", de 2\$000. Sheila de Castro Faria, ao estudar o cotidiano dos negros no Brasil escravista, aponta a dificuldade de conhecer a indumentária usada pelos escravos pela ausência de documentação. Para essa pesquisadora, "um primeiro problema é que ela, com certeza, não foi a mesma, inclusive num mesmo período. Tanto as modas influenciadas pelos costumes europeus mudaram, quanto as diferentes etnias dos africanos inclinavam-nos a variações expressivas. Os inventários *post-mortem* não arrolam as vestes dos escravos, somente as dos inventariados" (FARIA, 2018, p. 95). Como a pesquisadora só teve acesso aos inventários dos proprietários de escravos, a documentação judiciária dificultou a análise dos modos de vestir dos negros escravos. No entanto, com base na literatura para o período colonial, Faria considera que "eles se vestiam com roupas grosseiras de algodão cru, quase sempre confeccionadas por eles próprios ou por escravas destinadas à sua execução, e que recebiam uma muda deste tipo de roupa a cada ano, fornecida pelos senhores" (FARIA, 2018, p. 96). No caso em tela da escrava Joanna, em suas malas de couro era possível encontrar chapéu, paletó e botinas, indumentária diversa das roupas de algodão comumente apontadas como de escravos.

Como essa escrava juntou esse patrimônio é uma pergunta muito recorrente quando da leitura de seu inventário. Recorrendo novamente a Lopes, essa autora apresenta algumas possibilidades de "brechas" para que escravos, forros e livres, participassem das atividades econômicas, e "algumas atividades possíveis para mulheres escravas conseguirem jun-

tar bens por seus próprios meios era em ofícios como rendeira, costureira e lavadeira” (LOPES, 2011, p. 76). No entanto, na leitura dos bens deixados pela escrava Joanna não encontramos a relação com esses ofícios, mas materiais e instrumentos ligados à pecuária, uma vez que parte de seus bens está relacionada com a lida com o gado, como poltro, três novilhotes, cangalha, sela de gineta e estribos.

O que podemos averiguar pelo inventário da escrava Joanna é que ela soube muito bem tecer uma rede de relações e acordos com seu senhor para que pudesse dispor de valiosos bens, inclusive colocando seus objetos na mesma categoria de pessoa livres, como era o caso dela ter um chapéu, paletó e botinas que não era comum um escravo possuir. Ademais, se pensamos que ela está em uma região pecuarista, como é o caso do sertão do Seridó, seu pecúlio era bastante significativo. Assim, seguindo o pensamento de Ariane Pereira (2014) podemos conjecturar que Joanna foi sábia em fazer seus cálculos para realizar suas ações autônomicas o que a possibilitaram ter bens inseridos no contexto da pecuária. Esses eram direitos gestados nas relações estabelecidas entre o senhor e os cativos, o que nos leva a pensar que Joanna poderia ter uma relação amorosa com seu senhor, pois ela tanto disponha de dinheiro que poderia provir da venda de animais, como de utensílios que na época faziam parte de inventários dos senhores como era o caso de cabeça de gado, malas de couro, bem como, imagem sacra.

A pecuária tem sido apontada como a principal especialização econômica do sertão. Muirakytan Kennedy de Macêdo aponta que essa atividade criou o Seridó, região onde estava localizada a Villa do Jardim, sendo a criação de gado a vocação econômica dessa região do período colonial à segunda metade do século XIX (MACÊDO, M. K. D., 2005, p. 45). Aliás, a criação da Villa do Jardim havia sido solicitada pelas mobilizações dos moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Azevedo, criada em 1856, que, por um abaixo-assinado, solicitaram dos deputados provinciais a elevação da categoria de povoado a vila o território da nova freguesia. Segundo os moradores, a iniciativa se justificava para os 152 assinantes do requerimento “por ser ella onde passa com preferencia a outras a estrada pública dos gados vacuum e cavallar, que das Províncias do Piauhy e Ceará, do Oeste, e Norte d’esta Província se encaminhão para as feiras de Pedras de Fogo, e outras da Paraíba e Pernambuco” (ACERVO DO IHG-RN, 1857, s.p.). Essa justificativa aponta para a relação que os moradores da

Freguesia e, depois, Villa do Jardim, criada em 1858, mantinham com a pecuária, em especial com a comercialização do gado com as províncias de Ceará e Paraíba.

Na criação de gado, segundo Macêdo, para a mão de obra “exigia-se um pequeno contingente de homens livres pobres e escravos—*grosso modo* um vaqueiro para 250 cabeças” (MACÊDO, M. K. D., 2005, p. 40). Assim, a atividade pastoral seria majoritariamente executada por homens, os chamados vaqueiros, o que não é o caso da escrava Joanna, mulher solteira, mãe de nove filhos e de três netos, conforme a relação de seus herdeiros. Não temos encontrado na historiografia regional a existência de mulheres exercendo essa profissão, bem como não estamos apontando essa escrava como uma vaqueira, embora seu espólio faça referência a essa ligação próxima com o campo, certamente por ser seu proprietário um criador e pela própria relação que as vilas do Seridó mantinham com as fazendas de criação de gado.

Michele Lopes Soares constatou, para a Vila do Príncipe, que “cidade e campo parecem misturar-se e fundir-se em um só espaço [...] a presença de animais de criação e estimação perambulando nas ruas do Príncipe caracterizou o cotidiano de seus moradores” (LOPES, 2011, p. 47). Essa relação também pode ser empregada para entendermos a Villa do Jardim, na qual boa parte de seus moradores tinham uma casa na sede da vila e outra nos sítios e fazendas (MORAIS, 2011, p. 5). Sobre a Villa do Jardim, encontramos no jornal “O Recreio: periódico crítico, poético e noticioso”, da capital da Província do Rio Grande do Norte, o seguinte relato, intitulado “Recordações de viagem”, escrito pelo cronista Othilio:

Pela manhã (22) depois de ter banhado o rosto, e tomado um gole de giribita, (já se sabe por causa do frio) dei um breve passeio nas ruas, indo n’essa ocasião ver a matriz e o cemitério, obras que achei muito boas.

Aquella vila que presentemente conta 36 casas de boa construção, pode ser um dos lugares importantes do centro, em rasão do comercio que entretém com o Ceará e Paraíba, cujas estradas encontram-se no meio da rua. (OTHILIO, 1861, p. 1).

Essa crônica, publicada em 1861, possibilita-nos perceber a dimensão do pequeno arruado de casas que formava a Villa do Jardim, criada em

1858, formada por 36 casas, entre elas a pousada do senhor Manoel Ildefonso de Oliveira e Azevedo, citada em outro fragmento do relato, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e o cemitério como dois importantes espaços públicos. Apesar do diminuto conglomerado de casas que formava a sede da vila, seu espaço de atuação como poder religioso e político se estendia por diversos quilômetros, fazendo fronteira com a Paraíba, conforme as delimitações espaciais, da freguesia e, depois, do município.

É nesse contexto que viveu a escrava Joanna, sendo seu inventário lacunar sobre sua vida, apontando apenas para os proprietários de seus herdeiros, "moradores no mesmo Termo" (ACERVO DO PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE JARDIM DO SERIDÓ-RN, 1865, p. 1), e, na descrição da partilha, para o quinhão recebido por cada um de seus filhos e netos.

Os descendentes da escrava Joana e a partilha amigável dos bens deixados pela cativa: uma relação entre o senhorio e a condição escrava

Procuramos cruzar os dados do inventário da escrava Joanna com os de seu proprietário em busca de mais detalhes sobre a vida dessa mulher com a de outros escravos e senhores. No entanto, nossa pesquisa esbarrou em uma dificuldade proveniente da documentação, uma vez que o inventário do senhor José Martins de Medeiros e de sua mulher, dona Maria Francisca do Sacramento, só foi iniciado em 1888 e, portanto, já não apresentou, entre os bens arrolados, nenhum escravo. Nesse inventário, há pelo menos três informações importantes para nossa análise, guardadas as devidas diferenças temporais entre o inventário de Joanna, que data de 1865, e o de seus proprietários, que é de 1888: local de moradia, os bens semoventes e os de raiz (propriedades).

Segundo o inventário do senhor José Martins de Medeiros e de dona Maria Francisca do Sacramento, consta que "moradores que forão no sitio Zangarelhas deste termo" tinham em bens semoventes: um novilho novo, no valor de 50\$000; um cavalo velho, no valor de 20\$000; uma égua cardão, no valor de 30\$000; uma égua castanha nova, no valor de 30\$000; uma potinha castanha, no valor de 17\$000; uma vaca preta parida, no valor de 40\$000; uma vaca solteira, no valor de 25\$000; uma vaca solteira aleijada de uma mão, no valor de 16\$000; dois garrotes, no valor de 2\$000;

e uma garrota, no valor de 12\$000.

Em relação aos bens de raiz: 241 braças de terra no sítio Zangarelha, com o fundo que houver para um e outro lado do rio Cobra; 80 braças de terra no mesmo sítio Zangarelha, com o fundo que houver para o lado sul do rio; uma casa velha de taipa com suas dependências no sítio Zangarelha; um curral velho de madeira; 20 pés de coqueiros; 51 palmas de terra na rua da Conceição da Cidade do Jardim entre as casas do padre Isidoro Gomes de Sousa e Ignacio de Asevêdo Maia; 97 braças de terra no sítio Catururé; com o fundo que houver para um e outro lado do rio Seridó; e 21 braças de terra no sítio Catururé, ao norte do riacho do Espinhaço.

Como se depreende, pelo menos no final da vida do senhor José Martins e de dona Maria Francisca, estamos diante de um proprietário rural em uma região cuja principal fonte de renda é a pecuária, como o sertão do Seridó, que dispunha de um pequeno rebanho no ano 1888. A própria historiografia aponta que o final do século XIX foi marcado por diversas secas, conforme demonstram as pesquisas de Muirakytan Kennedy de Macêdo (2005, p. 149) e Ilmar Rohloff de Mattos (1994, p. 100). Para Mattos, "com o censo oficial de 1872 e com os relatórios dos presidentes de província relacionados aos anos de 1882, 1883, 1885 e 1888 nota-se que o declínio da população escrava na província, em relação ao sertão do Seridó [...] foi mais brusco" (MATTOS, M. R. M. F., 2014, p. 226). Com relação ao contexto de período em que Joanna foi escrava do casal, as fontes de que dispomos até o momento não possibilitam proceder ao cruzamento de dados, a não ser o próprio inventário, no qual consta que os filhos herdeiros eram escravos de José Martins de Medeiros.

No inventário de José Firmino de Azevedo, iniciado em 1865, encontramos descrições de dois dos netos da escrava Joanna que foram arrolados entre os bens semoventes, sendo: "hum escravo cabra de nome Estevão, idade vinte dois anos, em sua avaliação neste inventario de oitocentos mil reis (800\$)", e "mais huma escrava cabra de nome Josefa idade dezoito annos em sua avaliação neste inventario de oitocentos mil reis (800\$)" (ACERVO DO PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE JARDIM DO SERIDÓ-RN, 1865, s.p.). Não encontramos o paradeiro da outra neta, de nome Joaquina, que apareceu como herdeira no inventário de Joanna e que nesse inventário foi descrita como cativa de José Firmino de Azevedo, mas não figurou entre os bens deste.

O monte dos bens deixados por Joanna totalizou a quantia de 204

mil e 220 réis. Esse total foi repartido em nove partes iguais, referentes aos nove filhos herdeiros, os quais receberam 22 mil e 691 réis, a saber: Manoel, Quitéria, Christovão, Domingos, Vencelao, Vicência, Thereza, Camilo, filhos da falecida Joanna, e mais os herdeiros da finada Juliana, que eram: Estevão, Joaquina e Josefa, portanto netos. A estes, foi dada a cada um a quantia de 7 mil e 503 réis. É importante ainda perceber que todos esses herdeiros eram também escravos e pertenciam a dois senhores, que atuaram como inventariantes.

Com base nos dados do inventário, foi elaborada a Tabela 14.1, a qual permite visualizar a partilha dos bens deixados por Joanna e inventariados pelos proprietários dos herdeiros, seus escravos. Vejamos a partilha dos bens deixados pela a escrava Joanna, na tabela na página seguinte:

Por essa partilha, vemos a fragmentação do pecúlio da escrava Joanna, agora distribuído entre seus descendentes. Para nós, historiadores, ficam as perguntas: O que Joanna pretendia fazer com esses bens? Por que não utilizou esse montante para comprar sua liberdade?

As pesquisas apontam que, para o período de 1851 a 1888, o preço de um escravo, variando com a idade, a saúde, o sexo, o ofício e o tipo de atividade econômica exercida, para o Seridó, era de 160\$000 mil réis (LOPES, 2011, p. 36). Ou seja, se o pecúlio da escrava Joanna era de 204\$220 mil réis, por que ela não comprou sua liberdade? Será que seu senhor não autorizou a venda? O fato de seus filhos estarem como escravos do mesmo senhor também não teria sido um dos motivos da não utilização da economia escrava na aquisição da liberdade? Quais usufrutos fez desses bens durante sua existência?

Em estudo sobre a ação dos escravos na província do Rio Grande do Norte, no qual também apresenta uma análise da documentação do termo da Villa do Jardim, Ariane de Medeiros Pereira concluiu, entre outras coisas, que os escravos de uma região semiárida afastada da capital do Império tinham conhecimento das leis abolicionistas e das discussões existentes sobre o fim da escravatura, e muitos cativos recorreram à justiça alegando cativo ilegal, fazendo denúncia de cativo injusto. Alguns solicitaram a compra da liberdade, outros planejaram a fuga e outros ainda se envolveram em crimes contra o indivíduo e a propriedade (PEREIRA, 2014, p. 143). Essas constatações nos levam a perceber a ação dos cativos, desfazendo uma perspectiva historiográfica para a Ribeira do Seridó, que aponta para a passividade do escravo diante do sistema escravista, já

Tabela 14.1: Partilha dos bens entre os herdeiros do inventário *post mortem* da escrava Joanna. Comarca da Villa do Jardim

Nome do herdeiro	Ascendência	Partilha
Manoel	Filho	Um novilhote, no valor de 14\$000 réis e mais em dinheiro: 8\$691.
Estevão, filha da herdeira Juliana, falecida	Neto	Recebeu a quantia de 7\$563, sendo 7\$000 da metade de um novilhote, avaliado por 14\$000, e mais 563 em dinheiro.
Joaquina, filha da herdeira Juliana, falecida	Neta	7\$563 em dinheiro.
Josefa, filha da herdeira Juliana, falecida	Neta	Recebeu 7\$563, sendo 7\$000 da metade de um novilhote, avaliado por 14\$000, e mais 563 em dinheiro.
Quitéria	Filha	Recebeu a quantia de 22\$691, sendo um novilhote, avaliado por 14\$000, e 8\$691 da dívida de Manoel Candido.
Christovão	Filho	Recebeu a quantia de 22\$691 em moeda.
Domingos	Filho	Recebeu a quantia de 22\$691, sendo uma caixa avaliada por 12\$000, duas malhas de couro por 4\$000, uma cangalha por 2\$000 e 2\$382 da dívida de Manoel Candido.
Vencerlao	Filho	Recebeu a quantia de 22\$691, sendo um chapéu fino avaliado por 6\$000, um paletó de brim por 4\$000, um par de botinas de 2\$000, 3\$500 da dívida de Manoel Nogueira do Nascimento e 7\$191 em dinheiro. Recebeu a quantia de 22\$691, sendo 25\$000 de um poltro de muda avaliado por 50\$000, e o restante, 25\$000, foi para posto ao herdeiro Camillo a quantia de 23\$091.
Vicência	Filha	Pagamento à herdeira Thereza da quantia de 22\$691. Recebeu um poltro de muda, avaliado em 50\$000, e a quantia de 25\$000, que sai fora 25\$000, repondo ao herdeiro Camillo a quantia de 2\$309.
Camillo	Filho	Recebeu a quantia de 22\$691, sendo 4\$615, que foi retirado das herdeiras Vicência e Thereza, uma sela gínetica com bride e estribos por 10\$000, uma "caixa fugim" por 4\$000, uma imagem de São Francisco por 3\$000 e mais em dinheiro: 1\$076.

Fonte: Acervo do Poder Judiciário da Comarca de Jardim do Seridó-RN. Inventário da escrava Joanna, 1865.

criticada pelas novas pesquisas, que ressaltam a tensão existente entre o senhor e o escravo nas relações de trabalho, conforme estuda Ariane Pereira (2014).

Conforme o contexto que nos apresenta o pecúlio junto pela escrava Joana podemos conjectura que aquela se inseriu dentro da “brecha camponesa” com todos os ganhos que aquela a permitia. E vamos além, se a cativa conseguiu juntar dinheiro satisfatoriamente para sua liberdade dada a sua idade e não a fez ou recorreu à justiça para que fosse ajuizada seu pedido de liberdade, aí temos, algo bastante intrigante. A cativa desfrutando de objetos que era possuídos pelos senhores livres, poderia está vivendo em uma condição confortável, mesmo sendo propriedade de outro. Aqui, não estamos excluindo sua autonomia escrava, ao contrário, pensamos que a cativa agia estrategicamente se beneficiando do que conseguia arrecadar de bens no cativo. Desta maneira, poderia muito bem conseguir comprar a liberdade de seus familiares a partir de seus bens.

Outro elemento que nos chama a atenção e colabora como o nosso pensamento é o desaparecimento da cativa Joaquina do inventário de seu senhor. Pensemos, se Joaquina não fazia parte dos bens de seu senhor ela poderia muito bem ter conseguido comprar sua liberdade a partir da herança que recebeu de sua avó, dado vista que aquela já figurava em um momento em que as discussões abolicionistas se exaltavam e seu senhor poderia ter preferido aceitar a compra de sua alforria por meio do dinheiro que a escrava havia recebido. Havia a possibilidade de os cativos comprarem, também, sua meia liberdade e ficarem pagando ao senhor o restante da soma na qual havia sido avaliado por meio de seu trabalho (CUNHA, 1983). Podemos pensar em Joaquina neste cenário, ela usou sua herança para a compra de sua liberdade e por isso, não figurou mais no inventário de seu senhor.

Assim, se, para José Nilton de Azevedo, “a escravidão em Jardim não foi como em todo o Brasil” (AZEVEDO, 1989, p. 171), o inventário da escrava Joanna, conforme foi problematizado ao longo deste texto, mostra-nos os rastros de uma mulher que levou uma vida de trabalho, acumulando um pequeno patrimônio, mas nos limites do próprio sistema escravista, sem, contudo, conseguir adquirir sua liberdade. Por quais razões?

Se não temos como responder a essas questões, temos os “rastros”, como diria Carlo Ginzburg, a serem desvendados, conjecturados, adivinhados. Foi em busca desses rastros que esse autor criou um método

interpretativo no qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a determinada realidade (GINZBURG, 1989, p. 177). Foi em busca desses rastros que Sidney Chalhoub nos revelou as visões de liberdade dos escravos da Corte no período de transição para o trabalho livre (CHALHOUB, 1990, p. 45). E é com eles que buscamos adinhar as experiências individuais e coletivas de Joanna, mulher crioula, solteira, mãe de nove filhos e de três netos, de 65 anos de idade. Escrava que deixou um patrimônio a ser repartido entre seus herdeiros e registrado pelo tabelião da Villa do Jardim, ao passo que inventariava os bens de tantos outros proprietários em um império escravista.

Considerações finais

A partir das discussões empreendidas, neste momento, podemos perceber que a partir do uso documental dos inventários, como uma fonte histórica, passamos a compreender os meandros do sistema escravista de uma região que se localiza no sertão do Seridó. A sociedade de tal espacialidade se caracterizava por ter uma economia voltada para as atividades agropecuárias, mais que a mão de obra escrava foi inserida nesta área em toda a complexidade que as relações se concretizavam.

O inventário da escrava Joanna nos permitiu conhecer algumas das particularidades do sistema escravista do sertão do Seridó, em especial da Villa do Jardim, atual Jardim do Seridó, no qual Joanna na condição de escrava não deixou de gestar estratégias para melhorar o seu cativeiro, e foi além, conseguiu arregimentar bens que foram deixados aos seus descendentes. Isso somente foi possível chegar até aos nossos olhos do presente, em razão, das "revoluções" históricas nos métodos de conceber a narrativa histórica.

O inventário é uma fonte histórica que nos permitiu conhecer os bens deixados por uma pessoa falecida. Este, por sua vez, apresenta uma descrição exata dos bens deixados, seus valores e quem receberá o pecúlio deixado como herança (FURTADO, 2012, p. 94). Sendo assim, no caso da escrava Joanna esta fonte foi um documento essencial para entendermos a complexidade do sistema escravista gestado na Villa do Jardim. O que era uma escrava ter bens e deixá-los para seus descendentes? Como aqueles percebiam esta herança deixada?

Primeiramente, podemos perceber que a escrava apresenta um grande

pecúlio junto que versava pelos objetos da cultura pecuarista, e pensamos que, aqueles bens não foram dados por benevolências, mas caminhamos com o olhar voltado para a historiografia que coloca o escravo enquanto agente autônomo que soube se inserir na brecha camponesa e conseguiu conquistar pecúlio para melhorar sua vivência no cativeiro, ou até mesmo, conseguir atingir o objetivo maior que é a liberdade.

No tocante, aos herdeiros verificamos que aqueles agiam por meio de estratégias para receber a herança deixada, em vez de, recorrer à justiça para que a divisão de bens fosse gestada pelos ditames da lei—o que poderia demorar muito tempo—preferiram utilizar de uma partilha amigável. Para tanto, seus senhores foram até as autoridades para que se efetuasse a divisão dos bens deixados. De modo que, podemos perceber que os cativos do sertão do Seridó sabiam tecer teias sociais bem organizadas para alcançar seus propósitos.

Outra questão é que, o inventário da dita cativa nos permite perceber a constituição da família escrava no sertão do Seridó. Esse inventário é sintomático para pensarmos estas relações familiares. Joanna escrava, solteira, detentora de bens, mãe e avó, sendo assim, são três gerações de pessoas sendo escravizada. Contudo, o que nos chama atenção é o fato de que, mesmo a parentela escrava não sendo propriedade de um mesmo senhor, todos receberiam os bens deixados de forma igualitária. Outro elemento que salta os olhos é que, Joanna era solteira, de modo que, os filhos dela poderiam ser de pais diferentes, entretanto, pelo seio materno ambos eram seus filhos e deveriam receber a mesma quantia da herança deixada.

Podemos verificar então que, o sistema escravista do sertão do Seridó apresenta um emaranhado de teia de relações gestadas entre senhores e escravos, mas também, entre os próprios escravos. Essa situação é evidente, no momento que, os netos da escrava Joanna tiveram direito a receber o pecúlio que caberia a Juliana que era filha de Joana, mas que havia falecido. Assim, os filhos de Juliana receberiam o que corresponderia a sua mãe. Algo que parece que aconteceu de forma amistosa entre os sobrinhos e os tios que preferiram dividir os bens de forma amigável, sem uma querela judicial.

Ao passo que reduzimos a escala de observação, como nos sugeri Carlos Ginzburg (2006), podemos perceber a ação escrava na região do Seridó e toda a complexidade de relações estabelecida entre o viver e o morrer

em cativo. Isso foi possível, considerando que, tivemos condições de aliar uma metodologia precisa a uma fonte histórica—o inventário—que nos permitiu encontrar uma escrava com ações autônomas ao conseguir conquistar bens e deixá-los aos seus familiares. O inventário deixou de ser apenas uma fonte fria, econômica, de partilha de bens e ganhou novos significados frente ao conhecimento histórico. Possibilitou o entendimento da ação escrava no sertão do Seridó.

Notas

1. Licenciado e Bacharel em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte—UFRN/CERES. Especialista em Geopolítica e História pela FIP. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná—UFPR. Professor adjunto do curso de licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará—UFOPA. ID Lattes: 3483785828928209. ORCID: 0000-0003-2654-4391. E-mail: dieguitogois@yahoo.com.br.
2. Licenciada e Bacharela pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte—UFRN/CERES. Especialista em História dos Sertões pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte—UFRN/CERES. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte—UFRN/CCHLA. Atualmente professora do Colégio Diocesano Seridoense/Caicó/RN. ID Lattes: 9605340405648462. ORCID: 0000-0001-5743-1360. E-mail: ariane1988medeiros@hotmail.com.

Fontes

- ACERVO PAROQUIAL. *Livro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Azevedo*. Jardim do Seridó. 1857-1913.
- ACERVO DO IHG-RN. *Abaixo-assinado encaminhado à Assembleia Legislativa da província do Rio Grande do Norte*. 1857.
- ACERVO DO PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE JARDIM DO SERIDÓ-RN. *Inventário e partilha dos bens da finada Joanna escrava de José Martins de Medeiros*. 1865.
- _____. *Inventário e partilha dos bens de José Firmino de Azevedo*. 1865b.
- _____. *Inventário e partilha dos bens de José Martins de Medeiros*. 1888.
- MORAIS, Sebastião Arnóbio de. *Revista da Festa de N. Senhora da Conceição*, 2011.
- OTHILIO. *Recordações de viagem*. O Recreio, 1861.

Referências

- ARAÚJO, Avohanne Isabelle Costa de; MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. O sertão febril: impacto microbiano e escravidão nos espaços (in)salubres da província do Rio Grande do Norte, Ribeira do Seridó (1856–1888). *Mneme: Revista de Humanidades*, v. 12, n. 20, 2011.
- AZEVEDO, José Nilton de. *Um passo a mais na história de Jardim do Seridó*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. In: _____. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Sobre os silêncios da lei: Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Cadernos IFCH UNICAMP, 1983.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. *Cotidiano dos Negros no Brasil Escravista*. Disponível em: <http://www.larramendi.es/v_centenario/i18n/catalogo_imagenes/grupo.do?path=1000209>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GRINBERG, Keila. *Código Civil e Cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Liberata ou a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2008.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Terra de preto: usos e ocupações da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850–1920)*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.
- LOPES, Michele Soares. *Escravidão na Vila do Príncipe, província do Rio Grande do Norte*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- MACÊDO, Helder Alexandre de Medeiros. A escravidão no Seridó: um olhar sobre as fontes judiciais de Caicó e Acari. *Mneme: Revista de Humanidades*, v. 1, n. 1, 2000.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó—séc. XVIII)*. Natal: Flor do Sal/EDUFRN, 2015.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo de saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. A Força de trabalho dos Gentios d'Angola e dos Crioulos na economia da Vila do Príncipe (RN) 1850–1890. In: CAVIGNAC, Julie; MACÊDO, Muirakitan K. de (Ed.). *Tronco, ramos e raízes! História e patrimônio cultural do Seridó negro*. Brasília e Natal: ABA e Flor do Sal/EDUFRN, 2014.
- MORAIS, Sebastião Arnóbio de. Antigas festas da padroeira em Jardim do Seridó-RN. *Revista o Seridoense*, 2011.
- MOTTA, José Flávio; LOPES, Luciana Suarez. O pecúlio dos escravos: concessão ou conquista. *Economia e História: crônicas de História Econômica*, 2015.
- PEREIRA, Ariane de Medeiros. *Escravos em ação na Comarca do Príncipe: Província do Rio Grande do Norte (1870–1888)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- REIS, João José. De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. *Revista de História*, São Paulo, n. 174, 2016.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

“No Cemitério de São Benedito da Cidade de São Paulo”

Uma necrópole de pretos no centro da capital paulista (1845–1943)¹

*Alvaci Mendes da Luz*²

O irmão Albano Francisco de Moraes, escravo de João Francisco de Moraes, desta cidade, entrou nesta irmandade de São Benedito em 10 de maio de 1761. [...]. Faleceu a 21 de setembro de 1799 e foi sepultado no nosso sumintério e se mandarão dizer as missas. (Livro de Assentamento dos Irmãos, 1759–1855, p. 2).

O capítulo três do Livro de Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito aprovado em outubro de 1855, apontava as regalias e privilégios dos irmãos pretos inscritos naquela irmandade em meados do século XIX. O capítulo composto por três artigos versava basicamente sobre um direito concedido a praticamente todos os homens e mulheres que ingresavam em confrarias católicas, fossem elas compostas por pretos, brancos ou pardos: o lugar de sepultura, os ritos fúnebres e o número de missas que seriam celebradas em vida e por ocasião da morte de algum confrade.

Até o período de elaboração daquele Compromisso³, ter um enterro digno, missas de sufrágios e sepultura ainda eram algumas das principais preocupações dos irmãos, inquietações estas, herdadas do período colonial como deixa bem clara a epígrafe deste artigo, retirada do livro de Assentamento dos Irmãos da Irmandade de São Benedito, do final do século XVIII. Em meados do oitocentos, porém, o debate sobre a criação e a

inauguração de cemitérios públicos⁴ já acontecia nas principais capitais do país. No Compromisso de 1855 assim se lê:

Art. 8º Os irmãos gozarão:

§ 1º Das Missas que annualmente a irmandade deve mandar dizer pelos irmãos vivos e defuntos conforme o art. 10.

§ 2º Terem sepultura para si, e seus filhos até a idade de 7 annos, no lugar que fôr destinado.

§ 3º Terem dobres de sino, acompanhamento da irmandade, e caixão tanto para si, como para seus filhos até a idade de 7 annos.

A maioria dos autores que estudaram confrarias católicas⁵ — Julita Scarrano (1978), Caio Boschi (1986), João José Reis (1991), Antônia Aparecida Quintão (2002), Lucilene Reginaldo (2011), entre outros — são unânimes em dizer que uma das principais preocupações das confrarias, com particular destaque para aquelas de pessoas “de cor”, era a de dar enterro digno aos seus confrades, acompanhar os ritos fúnebres e mandar rezar missas por suas almas. Esta também era uma preocupação primordial das confrarias compostas por pessoas brancas, haja vista os ritos católicos preverem para todo cristão uma “boa morte” ou os ritos do “bem morrer”, apontado por Claudia Rodrigues (2005, p. 40) como “pedagogia do bem morrer”.

De qualquer forma, afirmamos que havia uma atenção particular dada pelas pessoas “de cor” aos ritos fúnebres, porque segundo Júlio César Medeiros da Silva Pereira, o macrogrupo dos povos centro-africanos, falantes de línguas banto⁶ — que eram maioria no Sudeste do Brasil em meados do século XIX —, desde muito tinham uma relação ancestral com o culto dos mortos e a necessidade de local digno para os corpos de seus falecidos já em terras africanas. Os ritos fúnebres na região da África Central, de onde provinham a maioria dos povos banto trazidos para o Brasil, estavam cercados de simbolismos e significados. Afirma Júlio César Medeiros da Silva Pereira (2007, p. 178):

Esta sociedade bantófona exterioriza esta perda — morte — através do som, da dança, do festejo e de certo regozijo. A ocasião da crise social, que para eles é o momento no qual há a diminuição da força vital, ou seja, o tempo forte da “morte que

suspende todas as atividades cotidianas”, é ultrapassado através de ritos simbólicos que reequilibram as forças que regem o mundo.

Da mesma sorte, o zelo com o corpo do morto era importante, já que os restos mortais insepultos representavam um perigo para toda a comunidade caso caísse em mãos mal intencionadas. Os corpos insepultos, segundo muitos grupos bantos, se transformavam em *muzimos*, “mortos vivos” que aterrorizavam a aldeia, principalmente aqueles que não o sepultaram.

Na Irmandade de São Benedito o assunto “morte” parece também ter sido relevante, porque além do capítulo citado, outros artigos dentro do mesmo documento versavam sobre o tema, por exemplo, o 63º artigo que definia as missas rezadas pelo capelão a serem celebradas nos domingos e dias santos nas intenções dos irmãos vivos e defuntos e o 66º artigo que mandava, através do irmão procurador “correr a campa, para em tempo ir buscar ou acompanhar o corpo; prestando se fôr exigido, o que a igreja tiver, como caixão, urna ou qualquer objecto próprio para funeral”. Além destes, os artigos 9º e 10º do mesmo capítulo três, também elencavam o número de missas por cada irmão falecido a serem rezadas no dia de finados, no dia de São Benedito, em outros dias santos e nos domingos.

De fato, as confrarias católicas foram as principais responsáveis pelos ritos fúnebres no Brasil até meados do século XIX. Reis (1991, p. 60) em sua célebre pesquisa sobre a *Cemiterada*—revolta organizada pelas confrarias na cidade de Salvador em 25 de outubro de 1836 que “teve como motivação central a defesa de concepções religiosas sobre a morte, os mortos e em especial os ritos fúnebres”—, afirma que o levante encabeçado pelos leigos católicos⁷ confrontou a própria Igreja e o governo local. Ambos os poderes civil e eclesiástico, haviam chegado a um acordo para a construção e inauguração do primeiro cemitério público da cidade: o cemitério do Campo Santo. O episódio de Salvador, em seu caráter peculiar, refletiu as preocupações pelas quais passavam diversas confrarias por todo o país nas décadas do oitocentos.

Naquela ocasião, os confrades das diferentes associações católicas—brancos, pardos e pretos—da capital baiana se uniram com um objetivo comum: impedir a inauguração do novo cemitério público. Eles alegavam motivos como a perda das arrecadações com os enterros, com as mortallas (roupas com as quais eram enterrados os defuntos), com os aluguéis

de caixões, entre outros, mas sobretudo, afirma Reis (1991, p. 111–114), havia naquelas pessoas uma preocupação para além do fator econômico.

Aqueles homens e mulheres estavam motivados não apenas por questões financeiras, mas principalmente por motivações religiosas que iam desde a “salvação da alma até o culto dos mortos/ancestrais”. Os irmãos daquelas associações baianas não queriam que os corpos de seus parentes fossem enterrados em lugares distantes, despovoados e fora da proximidade com o “lugar sagrado” da Igreja. Foi só quase vinte anos depois, em 1855, afirma Reis (1991, p. 422) que após uma grande epidemia, o cemitério do Campo Santo de Salvador pode funcionar plenamente.

Apresentamos a revolta da *Cemiterada*—da obra “*A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*” de João José Reis—, como exemplo, porque ela ilustra e detalha como o “catolicismo barroco”⁸, apontado pelo autor, exercia ainda forte influência nos homens e mulheres no período imperial. Os ritos, as procissões, os cortejos fúnebres, os dobres de sinos, os lugares dentro ou fora das igrejas para sepultamentos, ainda eram discussões pertinentes quando a Irmandade de São Benedito elaborou seu citado Compromisso.

Um outro estudo relevante para reforçar a ideia da importância dos cemitérios para os negros católicos é a dissertação de Júlio César Medeiros da Silva Pereira, intitulada *À flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. No primeiro capítulo da obra o autor fez uma explanação geral do contexto social e religioso na cidade do Rio de Janeiro, dos lugares fúnebres da capital fluminense, bem como a importância nas irmandades católicas do lugar do morto e dos ritos necessários para aqueles que estão “na hora da morte”. Ao citar afirmações de Mary Karash e Mariza Soares sobre as preocupações dos negros em se filiar em irmandades, Júlio César Medeiros da Silva Pereira (2007, p. 53–54) concluiu que “no momento da morte, escravos evitavam as valas comuns ao se filiarem às irmandades que cuidavam dos preparativos dos enterros dos mesmos, em cemitérios, ou *ad Sanctus*”. Assinala Júlio César Medeiros da Silva Pereira (2007, p. 36):

Sabe-se que no Brasil os sepultamentos durante o período colonial e parte do Império eram realizados *ad Sanctus*, ou seja, nas igrejas; nesse tempo a ideia da “boa morte” ainda estava vinculada ao momento da morte da pessoa e seu local de enterramento. Nesse sentido, dentro de uma mentalidade ainda marcada pela época medieval, estar enterrado em uma igreja

era estar perto de Deus, o que significava maior possibilidade de uma vida feliz no além. Assim, as igrejas no Brasil recebiam os corpos de seus fiéis desde que tivessem sido, na vida secular, pessoas de certa posição social e que os seus pudessem arcar com as despesas do sepultamento. Desta feita, quanto mais alta a posição social do defunto, maior sua proximidade com o templo, quando não do próprio altar.

Vale lembrar que o cemitério dos Pretos Novos estudado por Pereira, na região do Valongo no Rio de Janeiro - hoje bairros da Gamboa e Saúde— era destinado aos escravizados recém-chegados na cidade, que morriam nos navios negreiros ao entrarem na Baía de Guanabara ou nos mercados de escravos da região nos primeiros dias antes de serem vendidos. O uso deste local de sepultamentos se intensificou no começo do século XIX, principalmente quando o fluxo de escravizados para a capital aumentou significativamente.

O modo como eram tratados os restos mortais daquelas pessoas no Cemitério dos Pretos Novos nos inícios do século XIX impressionou os viajantes estrangeiros e foi motivo de reclamações dos moradores da região. Os corpos enterrados à flor da terra ou empilhados para serem queimados antes de algumas pás de terra serem jogados sobre eles, podiam ser vistos pelos escravizados que eram comercializados no mercado do Valongo.

Algo semelhante acontecia no Cemitério do Campo da Pólvora em Salvador, como afirma Reis (1991, p. 244–245), onde também os “cadáveres eram deixados ‘à flor da terra por preguiça de afundar as sepulturas’”. O cemitério da Pólvora era local destinado aos revoltosos, suicidas, escravizados pagãos e até mesmo batizados. Para Reis (1991, p. 245) o medo de terem seus corpos em um cemitério como aquele ou outros da cidade de Salvador parecidos com ele, fez com que muitos africanos e seus descendentes se filiassem a uma confraria católica.

Sepultamentos em “solo sagrado”

Aqueles que se afiliavam a uma dessas associações, de um modo geral, como deveria acontecer para todos os batizados de qualquer condição social, poderiam ser enterrados nas igrejas. Contudo, Reis (1991, p. 218) salienta que havia “uma hierarquia do local e do tipo de sepultura. Uma primeira divisão se fazia entre o *corpo*, parte interna do edifício, e o *adro*, a

área em sua volta. A cova no adro era tão desprestigiada que podia ser obtida gratuitamente”. Já os locais dentro das igrejas, na nave central e no altar principal eram reservados a brancos ricos, benfeitores ou quem podia pagar por eles.

Dáí se pode afirmar que nos adros das igrejas dos conventos e mosteiros, bem como em seus terrenos anexos, foram enterrados os escravizados, ex-escravizados, brancos pobres, pardos, forros, entre outros, que pertenciam aos frades, aos monges ou que estivessem filiados a irmandades católicas de determinadas Ordens. Júlio César Medeiros da Silva Pereira (2007, p. 19) assevera: “Os poderosos faziam valer o seu status até mesmo na hora da morte, sendo inumados dentro das igrejas, ao passo que os pobres eram sepultados nos adros ou ao lado da igreja [...]”.

Neste sentido, obedecendo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia elaborado em 1707 por Dom Sebastião Monteiro de Vide—que previa a necessidade de sepultar-se os corpos em “solo sagrado”⁹—, desde o século XVIII foram as confrarias católicas as principais administradoras dos lugares de sepulturas no Brasil colonial, e foram, como já vimos, até meados do século XIX as responsáveis pelos lugares de enterramentos dentro ou fora das igrejas. Os terrenos dos conventos e mosteiros eram considerados solos sagrados e, portanto, aptos a receber os mortos que a administração daquele grupo religioso, ou determinada confraria, bem entendesse.

Na cidade de São Paulo, o costume de sepultar os mortos no interior dos templos e nos “solos sagrados”, não fugia da regra geral proposta pela Igreja Católica para todo o território colonial. Na capital havia um cemitério administrado pela Irmandade da Misericórdia¹⁰ destinado aos “pobres, epidêmicos e escravos”, conforme relata Thais Cristina Thais Cristina Pereira (2018, p. 22), conhecido como Cemitério da Glória, também chamado dos Aflitos ou dos Enforcados, no hoje bairro da Liberdade. As características do Cemitério dos Aflitos eram bem parecidas com aquelas do cemitério dos Pretos Novos no Rio do Janeiro e do cemitério do Campo da Pólvora de Salvador: local destinado aos indigentes, suicidas, pobres, mestiços, negros, escravizados, não católicos, entre outros. Salvaguardando as devidas diferenças entre o cemitério do Rio de Janeiro, destinado basicamente a Pretos Novos e o de Salvador e São Paulo, ambos eram muito parecidos em sua função.

Além do cemitério dos Aflitos, a capital paulista contava com outros

lugares para enterramentos, ligados a Ordens Religiosas¹¹ e às confrarias católicas. Nos anos que antecederam, bem como aqueles após a inauguração do Cemitério público da Consolação, foram intensos os debates e as reivindicações feitas à Câmara de São Paulo, pelas confrarias da cidade, para que pudessem continuar enterrando seus mortos em suas necrópoles.

Através da análise destas reivindicações podemos afirmar que possuíam lugar próprio para enterros a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, a Ordem Terceira de São Francisco, bem como, as irmandades de pretos de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e Santo Elesbão e a Irmandade de São Benedito do Largo São Francisco¹². Demorou para que estas associações abrissem mão de seus sepultamentos nos seus túmulos e em seus cemitérios particulares.

Quando a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, enviou uma petição à Assembleia Legislativa em 1860, pedindo para continuar enterrando seus confrades em seu cemitério particular, o cemitério público da Consolação já havia sido inaugurado (1858) e as questões higienistas e sanitaristas já estavam em voga por todo o país. Os irmãos que elaboraram o documento, demonstraram na missiva que estavam a par dos debates sobre doenças e os problemas de salubridade alegados pelos médicos de então para a proibição dos enterramentos nas igrejas e nos adros¹³. Para eles o seu cemitério particular estava dentro dos padrões exigidos: exposto ao ar livre e sem lotação. Diziam os confrades do Rosário:

[...] A confraria, senhores, não desconhece que os enterramentos dentro das Igrejas são indecentes, prejudiciais à salubridade pública e que os cemitérios públicos são necessários, e hoje admitidos por todas as nações civilizadas, mas também é certo que a nossa Província não está nas mesmas circunstâncias das Províncias Marítimas: em as quais as epidemias são continuas.

Nesta Província, que pela beleza do seu clima e docilidade de seu temperamento, não tem havido outras epidemias se não as de bixigas de tempos em tempos, ora sendo a Confraria possuidora de um antigo e bom cemitério contigua à sua Igreja, exposto ao livre ar, isolada e aonde enterrava seus irmãos sem

inconveniente algum à salubridade publica, como mostra a documentação junto.

Vem respeitosamente ponderar que, em vista da verdade expedida, espera a Confraria que a Ilustrada Assembleia se digne a conceder-lhe enterramento de seus irmãos nesse pequeno cemitério que possui. [...]14.

A dissertação de Thais Cristina Pereira — *“Do Sagrado ao Profano: transformações fúnebres na cidade de São Paulo—1858–1890”* —, analisa o processo de mudanças cemiteriais pelas quais passava a capital paulista na segunda metade do século XIX. O recorte temporal que ela escolheu marca a data da inauguração do Cemitério da Consolação (1858) e demonstra, principalmente no primeiro capítulo, através de documentos enviados à Assembleia Legislativa, que houve tentativas das irmandades e ordens terceiras para a continuidade do enterramento de seus confrades nos cemitérios particulares pertencentes a eles.

A autora citou em seu texto, além da petição da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, uma outra enviada à Assembleia pela Irmandade de Santa Iphigênia e Santo Elesbão, bem como outros pedidos encaminhados a municipalidade, assinados por autoridades na cidade, a favor da Irmandade de São Benedito, da Ordem Terceira do Carmo e da Ordem Terceira de São Francisco.

Como vimos na epígrafe, ao menos desde meados do século XVIII, os irmãos pretos de São Benedito já enterravam seus confrades em terreno anexo ao Convento de São Francisco. Na ocasião das petições para manutenção de enterramentos requeridos à Assembleia Legislativa, um século depois, os irmãos pareciam estar dispostos a continuar com seu local próprio de sepultamentos. Ao menos é o que indica o texto original transcrito por Thais Cristina Pereira (2018, p. 53), onde ficam claros os motivos apresentados, em tom de revolta, para não obedecerem aos pedidos da municipalidade. Assim escreveram os confrades:

Nas atuais circunstâncias, em que todas as ordens, confrarias e irmandades reclamam a mesma autorização e que se procura tornar menos vexatórios abusos, desregramentos e impiedades que praticam com os cadáveres, desrespeita a borda do túmulo e escarnecidas como cristãos em terra de bárbaros indigna se tonaria a Irmandade de Sam Benedicto se não viesse

perante os poderes competentes impetrar as necessárias medidas para salvar do oppróbio os restos mortaes dos seus irmãos¹⁵.

Pelo que parece, dois anos depois destes diversos pedidos feitos aos representantes públicos para a continuidade dos cemitérios particulares das confrarias, ao menos três delas, em 1862, conseguiram continuar enterrando seus irmãos em seus cemitérios particulares. As confrarias contempladas com o “privilégio” de enterramentos por mais um tempo foram duas compostas pela elite branca da cidade: Ordem Terceira do Carmo e a Ordem Terceira de São Francisco; e a Irmandade negra do Glorioso São Benedito. Assim reza o documento que os autoriza a continuarem:

[...] tendo em vista a indicação do vereador Mendes de Almeida afim de que se represente ao Exmo. prezide. da Prova. acerca do projecto que se discute na Assembléa Leg. Proval. e q. concede ás ordens 3as. do Carmo, e S. Francisco, e á Irmandade de São Benedito permissão para continuarem á internar seus irmãos nas catacumbas e jazigos que já tenham próximo ás Igrejas respectivas, é de parecer que seja approvada aquella indicação¹⁶.

Ao menos por mais alguns anos os irmãos pretos do Largo São Francisco—que eram conhecidos como *beneditos*—, no centro da capital paulista, continuaram enterrando seus irmãos em um dos locais mais bem cuidados por eles e onde investiram continuamente recursos para manutenção.

O “local sagrado” no Largo São Francisco

Localizar o ponto exato da necrópole negra no centro da capital paulista nos dias atuais é missão hercúlea. Contudo, uma busca aprofundada se fez necessária, haja vista a importância que o lugar teve para aquela comunidade afro-brasileira, no tempo que ele perdurou no espaço físico urbano, bem como a tarefa a que aqui nos propomos de lançar questionamentos sobre os rumos que tomaram os restos mortais—com os quais eles tanto se preocuparam—dos irmãos e irmãs ali sepultados.

Neste sentido as fontes primárias são de extrema relevância para nos ajudarem a localizá-los no traçado da cidade. O arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil¹⁷ guarda um documento, sem datação, em ótimo estado de conservação, que provavelmente foi escrito no final século XIX ou início do XX¹⁸. Nele são citados o local exato da necrópole, a existência de uma capela no jazigo¹⁹, assim como sua utilização provável quando o texto foi escrito:

I - Na parte lateral esquerda do fundo da Igreja de São Benedicto existe uma area descoberta, que limita nos fundos com a rua Riachuelo. II - Essa area, assim descripta, é que serve de comunicação entre a Capella Mór e mais commodos anexos da Igreja de São Benedicto para a Capella do jazigo da Irmandade de São Benedicto. III - Essa comunicação entre essa parte da Igreja de São Benedicto e a capella do Jazigo da Irmandade é feita por uma porta grande e antiga existente e aberta na parede da Igreja de São Benedicto²⁰.

Para que se tenha mais precisão do local e da construção edificada naquele “espaço sagrado”, apresentamos abaixo uma sequência de três mapas (figs. 15.1, 15.3 e 15.5) em ordem crescente de datação, da cidade de São Paulo no século XIX; três recortes (figs. 15.2, 15.4 e 15.6) dos mesmos mapas, destacando o conjunto franciscano do Largo São Francisco e a indicação do terreno do cemitério ao fundo das igrejas.

As setas nas figuras 15.2, 15.4 e 15.6 sinalizam a localização exata da edificação construída no terreno pelos irmãos pretos. Como veremos a seguir, entre o fim de 1830 e meados de 1840 os confrades beneditos concluíram a obra de seu jazigo, onde investiram significativa quantia em dinheiro. No mapa da figura 15.2 pode-se verificar que ao fundo das duas igrejas ainda não há nenhuma sinalização de edificação, diferentemente do que acontece nos mapas de 15.4 e 15.6.

Não apenas o livro de Compromisso apontou a importância daquele lugar. Também um outro livro, o de Despesas e Receitas da Irmandade de São Benedito (utilizado para anotar as entradas em dinheiro e os gastos financeiros da Irmandade), datado de 1837 a 1862, elencava em suas páginas os investimentos que os confrades tiveram com aquele local de particular importância para eles. Além de gastos constantes para “capinar o cemitério”, os irmãos investiram na construção de um jazigo, apontado nos ma-

Figura 15.1: COSTA, Rufino José Felizardo. Planta da Cidade de S. Paulo, 1810. Original pertencente ao Museu Paulista-usp. Tinta ferrogálica, nanquim e aquarela sobre papel, 595 × 645 mm, Escala 1:3000.

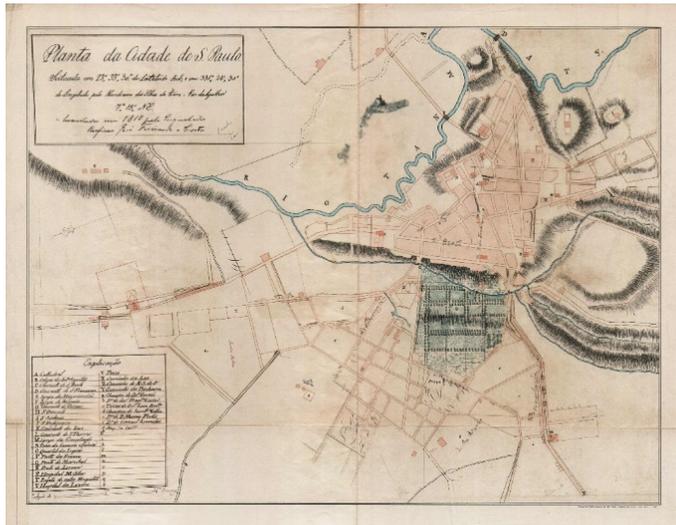


Figura 15.2: Recorte ampliado do mapa na figura 15.1 “Planta da Cidade de S. Paulo, 1810”. Detalhe (D) indica o Largo São Francisco e a seta aponta o terreno ao fundo das duas igrejas ainda sem construção aparente.



“NO CEMITÉRIO DE SÃO BENEDITO DA CIDADE DE SÃO PAULO”

Figura 15.3: OURIQUE, José Jacques da Costa. Carta da Capital de São Paulo, 1842. Original pertencente ao Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Nanquim e ecoline sobre papel translúcido (vegetal), 648 × 877 mm, petipé de 200 braças.

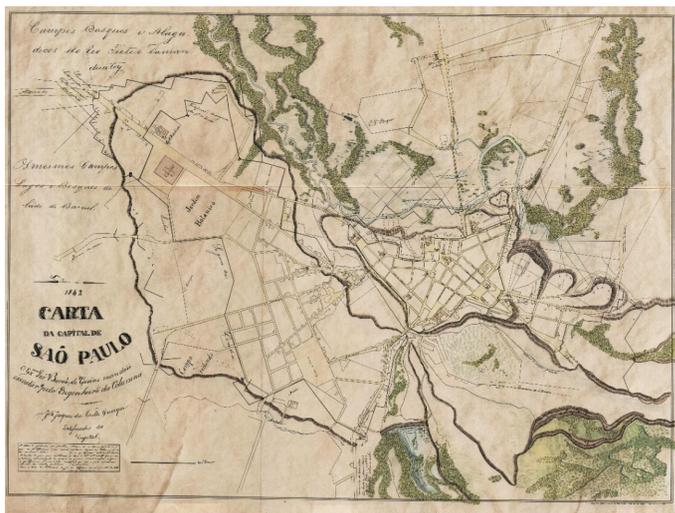


Figura 15.4: Recorte ampliado do mapa na figura 15.3 “Carta da Capital de São Paulo, 1842”. A seta aponta uma construção no terreno ao fundo das igrejas.



Figura 15.5: JOYNER, Henry Batson. Planta da Cidade de São Paulo, levantada pela Companhia Cantareira e Esgostos, 1881. Original pertencente ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nanquim sobre papel translúcido (vegetal), 1000×870 mm, petipé de 1000 metros.

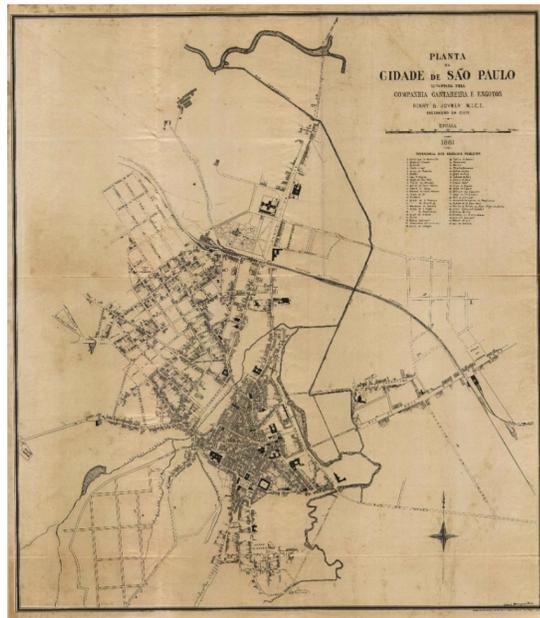
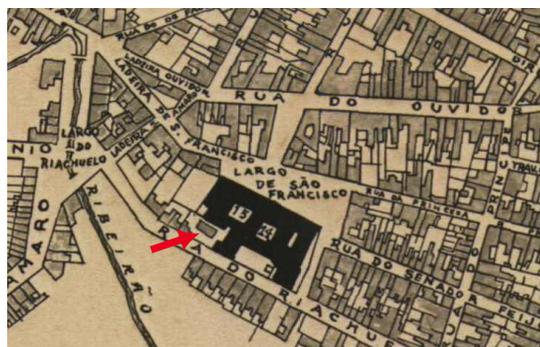


Figura 15.6: Recorte ampliado do mapa na figura 15.5 “Planta da Cidade de São Paulo, 1881”. A construção ao fundo continua a ser representada nas plantas da cidade.



pas citados acima. No livro de Despesas e Receitas (1837–1862, p. 2), lemos informações como esta: “Despesa. Despendida ao Pedr.º de atijolar o jazigo, 800 (réis)”; e esta: “Despesa. Despendida a quem limpou o cemitério, 180 (réis)”; e também: “Despesa que gastou-se na mudança do altar para o jazigo, 840 (réis)”.

Alguns anos depois das primeiras obras de investimento no cemitério, no ano de 1843 (Livro de Despesas e Receitas, 1837–1862, p. 4) as despesas com o espaço do jazigo foram ainda maiores. As obras iniciadas nos primeiros anos de 1840 só foram concluídas em 1845 ao custo final de quase um conto de réis. Assim se lê:

Despesa com a thaipa do jazigo . . .	17\$720 (lê-se 17 mil 720 réis)
Despesa com a cobertura do mesmo	\$800 (lê-se 800 réis)
Despesa com huma feixadura para o jazigo	\$480
Despesa com o pregamento do mesmo	\$320
Despesa com pregos para o mesmo	\$140

Vale pontuar também que nestas anotações, as receitas da confraria giravam em torno dos “lucros” com o cemitério e questões como o aluguel de tochas para os enterros, o acompanhamento dos ritos fúnebres pelos irmãos pretos, o aluguel de caixão de adultos e de crianças, a venda e aluguel de sepulturas, a encomendação de missas, entre outros. Muito da vida e da morte dos irmãos de São Benedito do Largo São Francisco girava em torno do seu cemitério particular: era local de recurso para os vivos e descanso para os mortos.

O lugar era tão importante que, em 1859, a necrópole foi lembrada em um poema, escrito por um jovem negro que despontava como referencial de negritude na cidade de São Paulo. A memória dos irmãos ali enterrados—naquele simples, mas significativo lugar—foi recordada e reafirmada para a posteridade pelo escritor, poeta e advogado abolicionista Luiz Gonzaga Pinto da Gama.

Aliás, como bem lembrou Ligia Fonseca Ferreira em seu artigo sobre Gama: “*De escravo a cidadão: Luiz Gama, voz negra no abolicionismo*”, o escritor, que já desafiava o sistema vigente nos finais dos anos 1850, foi o mesmo que entrou para a história como o “redentor dos escravos” nos tribunais. Segundo Ferreira (2018, p. 215–216) o ativismo do autor negro, marcado pela identidade racial, começou no campo da literatura “à qual

ele se entregará de corpo e alma, nos versos das *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, obra que representa um marco afro-brasileiro em meio à produção literária” da década que proibiu o tráfico transatlântico de africanos escravizados para o Brasil²¹.

Os versos sobre o cemitério de São Benedito se inserem no conjunto de textos que Gama dedica ao tema “liberdade do escravo”. Na primeira versão o poema foi publicado com o título “*No Cemitério de São Benedicto*”. Já na segunda de 1861, foi atualizado com o título que nomeia este artigo: “*No Cemitério de São Benedicto da cidade de São Paulo*” (1861, p. 187–189):

*Tambem do escravo a humilde sepultura
Um gemido merece de saudade:
Ah caya sobre ella uma só lagrima
De gratidão ao menos.
Dr. B. Guimaraens.*

Em lugubre recinto escuro e frio,
Onde reina o silencio aos mortos dado,
Entre quatro paredes descoradas,
Que o caprichoso luxo não adorna,
Jaz de terra coberto humano corpo,
Que escravo sucumbiu, livre nascendo!
Das horridas cadeias desprendido,
Que só forjam sacrilegos tyrannos,
Dorme o somno feliz da eternidade.
Não cercam a morada luctuosa
Os salgueiros, os funebres cyprestes,
Nem lhe guarda os humbraes da sepultura
Pesada lage de espartano marmore,
Somente levantado em quadro negro
Epitaphio se lê, que impoem silencio!
— Descansam n’este lar caliginoso
O misero captivo, o desgraçado!...
Aqui não vem rasteira a vil lisonja
Os feitos decantar da tyrannia,
Nem offuscando a luz da san verdade
Eleva o crime, perpetúa a infamia.
Aqui não se ergue altar ou throno d’ouro

Ao torpe mercador de carne humana.
Aqui se curva o filho respeitoso
Ante a lousa materna, e o pranto em fio
Cahe-lhe dos olhos revelando mudo
A história do passado. Aqui nas sombras
Da funda escuridão do horror eterno,
Dos braços de uma cruz pende o mysterio,
Faz-se o sceptro bordão, andrajo a tunica,
Mendigo o rei, o potentado escravo!

Não sabemos porque Gama escolheu justamente o cemitério dos irmãos pretos de São Benedito para dedicar seu poema sobre a “morte do escravo”. O poeta, que se tornaria depois o maior abolicionista do Brasil, deveria saber da existência de outros cemitérios de pretos na cidade, como o do Rosário ou mesmo o dos Aflitos, mas escolheu aquele do Largo São Francisco para dedicar suas linhas.

O destino final

Como apontamos, o cemitério de São Benedito continuou sendo utilizado muito provavelmente até final do século XIX. O jazigo permaneceu lá, ainda depois da inauguração do primeiro cemitério público, como apontamos, e dos embates que culminaram com a extinção da Irmandade de São Benedito no ano de 1910.

Não iremos aqui elencar as disputas jurídicas que culminaram na retirada dos irmãos pretos do centro da cidade de São Paulo e da Igreja, por eles intitulada de São Benedito, nos primeiros anos do século XX. Vale lembrar, porém, que aqueles irmãos pretos resistiram até o ano em questão, inseridos no centro de uma capital que se urbanizava rapidamente e que expurgava lentamente os negros para as periferias.

Outro fator relevante que influenciou no destino que tomou o cemitério de São Benedito foi o retorno dos franciscanos para a capital paulista. Depois de quase um século desde que haviam deixado seu convento (os franciscanos saíram de São Paulo em dezembro de 1828 para a ocupação do prédio pela recém-criada Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Brasil), os frades de São Francisco estavam de volta na cidade no início do século XX dispostos a reocupar o seu espaço. A junção entre interesses

eclesiais (da arquidiocese de São Paulo e dos frades); políticos (reformas, ampliações de ruas, praças e avenidas) e apoio jurídico dado aos franciscanos, resultou em um decreto episcopal que declarou extinta definitivamente aquela confraria de pretos, que havia administrado a Igreja do Convento por mais de oitenta anos.

Quanto aos restos mortais dos irmãos que descansavam no cemitério e no jazigo não há dados precisos para informar para onde foram levados, na cidade ou fora dela, ou se ficaram perdidos com as obras que foram ali realizadas nos anos seguintes. O que podemos precisar é que o terreno anexo ao convento—o terreno do cemitério era o único espaço “vazio” que ainda podia acolher uma construção—foi utilizado para as obras do novo Convento de São Francisco iniciadas na década de 1940.

O superior da casa à época, chamado de guardião, Frei Dâmaso Venker, foi o responsável pela demolição do que havia sobrado das intervenções feitas naquele espaço pela irmandade de pretos, em meados do século XIX. O livro de crônicas do Convento, lembrado em artigo publicado na Revista Vida Franciscana no ano de 1963 (R. P. FREI DÂMASO VENKER, 1963, p. 104–105), cujas páginas relatam a biografia de Frei Dâmaso, assim assinalaram:

Em 1942, lemos: “com início no dia 6 de abril da demolição do velho “salão de atos”, local em que, em tempos idos, tinha a “Irmandade de São Benedito” o seu cemitério, deu-se começo às futuras obras do novo edifício projetado à rua Riachuelo”.

Em agosto de 1943, vemos registrado: “Acham-se em franco andamento as obras do novo edifício ao lado da antiga Igreja do Convento. O esqueleto ou armadura de cimento armado ficou concluído em fins do mês de agosto e bem adiantados vão os trabalhos de alvenaria e carpintaria. Para a terraplanagem dos chãos do edifício foram feitas profundas escavações, donde se removeram cerca de dez mil metros cúbicos de terra. Todo esse penoso trabalho foi executado pelo Sr. Carlos Helmschrott (antigo e leal colaborador do nosso atual P. Guardião Fr. Dâmaso), o chofer Sr. João e mais três homens pretos de picareta, pá, enxada e alavanca”.

Tudo indica que o cemitério de São Benedito naqueles anos de 1940, tempos depois da saída dos irmãos pretos de sua igreja do centro da capi-

tal paulista, não era mais utilizado como necrópole. As crônicas escritas pelos franciscanos no início do século XX não relataram, porém, para onde foram levados os restos mortais dos negros ali sepultados, nem mesmo se de fato foram retirados do lugar e transportados para outro com igual finalidade.

O cronista em 1942-1943 estava preocupado em exaltar a figura empreendedora do guardião alemão, as obras do novo edifício e o crescimento numérico de frades naquele convento. Quem escreveu os textos, contudo, teve a delicadeza de nomear o “antigo e leal colaborador... Sr. Carlos”, “o chofer Sr. João”, limitando-se a dizer que fizeram parte da empreitada de retirar terras do antigo terreno “três homens pretos de picareta, pá, enxada e alavanca”.

Mesmo sem nomes, aqueles homens negros estavam ali carregando o “solo sagrado” de sua história, sua ancestralidade, suas lutas e conquistas. De uma forma ou de outra, mesmo retirados forçadamente da Igreja e do Cemitério, os pretos de São Benedito continuaram “ainda vivos”, por décadas, no Largo de São Francisco.

Notas

1. Este artigo, com suas adaptações, faz parte da dissertação elaborada por este pesquisador sobre a Irmandade de São Benedito da cidade de São Paulo, cujo título é: “Os negros de São Benedito na Igreja do Convento de São Francisco (São Paulo, 1854–1901): resistência e protagonismo em um território de disputas”. Esta é uma versão ampliada e revisada do paper que foi publicado nos Anais do 3º Encontro Internacional e 7º Seminário fluminense de pós-graduandos em História: *História & Parceiras*. Tal evento ocorreu de modo virtual e foi promovido pela ANPUH/RJ entre os dias 18 e 22 de outubro de 2021. O título aqui utilizado (entre aspas) é o mesmo dado por Luiz Gonzaga Pinto da Gama em um de seus poemas dedicado ao cemitério de São Benedito, originalmente publicado na coletânea: *Primeiras trovas burlescas de Getulino* nas versões de 1859 e 1861.

2. Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Realiza pesquisas sobre Ordem dos Franciscanos no Brasil, as irmandades de pretos sob invocação de São Benedito (coordenadas por estes frades) e o acervo arquitetônico, documental e artístico desta importante instituição religiosa na História do Brasil. ID Lattes: 3967245549034773. ORCID: 0000-0002-8929-1240. E-mail: alvací@gmail.com.

3. O livro de Compromisso era composto por um conjunto de normas, leis e regalias concedidos aos membros de determinada confraria católica. Seus artigos precisavam ser aprovados pelas instâncias civis e eclesiásticas para entrarem em vigor. Falamos aqui apenas do Compromisso da Irmandade de São Benedito aprovado em 24 de outubro de 1855.
4. O Cemitério da Consolação, primeiro cemitério público de São Paulo, foi inaugurado em 15 de agosto de 1858. O do Campo Santo, em Salvador, é de 1855 e o Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro, foi inaugurado em 1851. Sobre o processo de secularização da morte, dos cemitérios e dos ritos fúnebres, ver: RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Para saber mais sobre o primeiro cemitério público de São Paulo, ver: PEREIRA, Thais Cristina. *Do Sagrado ao Profano: Transformações Fúnebres na cidade de São Paulo—1858–1890*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
5. Utilizaremos aqui o vocábulo *confraria* como sinônimo de *irmandade* e de *ordem terceira*, salvaguardando as suas particularidades. João José Reis (1991, p. 60), define as seguintes diferenças: “As confrarias, divididas principalmente em irmandades e ordens terceiras, existiam em Portugal desde o século XIII pelo menos, dedicando-se a obras de caridade voltadas para seus próprios membros ou pessoas carentes não associadas. Tanto as irmandades quanto as ordens terceiras, embora recebessem religiosos, eram formadas sobretudo por leigos, mas as últimas se associavam a ordens religiosas conventuais (franciscana, dominicana, carmelita), daí se originando seu maior prestígio. As irmandades comuns foram bem mais numerosas. Da metrópole se espalhou para o Império Ultramarino, o Brasil inclusive, o modelo básico dessas organizações”.
6. Júlio César Medeiros da Silva Pereira (2007, p. 153) afirma que o termo banto deve-se a W.H. Bleck, que ao estudar vários povos africanos falantes de mais de duas mil línguas, classificou todos estes povos como um grande grupo linguístico com este nome genérico, que por sua vez formavam não um único grupo cultural, mas um macrogrupo de povos africanos.
7. É importante frisar que o termo “leigo” é empregado aqui para designar os membros “não clérigos” das confrarias católicas. Estas associações, em sua grande maioria, eram administradas por homens e mulheres “leigos”, ou seja, que não faziam parte do clero, mas eram os responsáveis legais por igrejas particulares, cemitérios e organização de festas.
8. Expressão cunhada por João José Reis para definir um modelo de catolicismo herdado do período colonial que se baseava em ritos solenes, grandes procissões e representações públicas de devoção.
9. Para mais informações sobre as determinações de sepulturas nas *Constituições Primei-*

“NO CEMITÉRIO DE SÃO BENEDICTO DA CIDADE DE SÃO PAULO”

ras, Ver: Título LIII: *Das sepulturas. Que os corpos dos fieis se enterrem em lugares sagrados e na sepultura que escolherem*. VIDE, Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 441–442.

10. Composta por elites brancas locais, as Irmandades da Misericórdia foram as principais responsáveis pelos cemitérios e sepultamentos, bem como aluguel de caixões, venda de mortalhas e “enterramento de indigentes, não católicos, pessoas não filiadas a confrarias, entre outros”, no período colonial e imperial.

11. As mais antigas Ordens Religiosas presentes na cidade de São Paulo são: jesuítas, carmelitas, beneditinos e franciscanos. Para saber mais, ver: ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo: introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

12. Havia outros cemitérios, bem como, outras igrejas onde eram sepultados os cadáveres de brancos, pretos ou pardos na cidade de São Paulo. Destacamos os cinco locais apontados acima pelo acesso que tivemos às informações referentes a eles.

13. Para saber mais sobre as questões sanitárias, os estudos sobre os miasmas e a medicina proibitiva da época para as questões de enterramentos em igrejas, veja os capítulos 10 e 11 da obra citada de João José Reis: *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

14. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Documentos Históricos. *Representação de diversas irmandades sobre o cemitério, 1860 (Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos)*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/geral/acervoHistorico/FichaDocumentoImperio.jsp?idDocumento=2745>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

15. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Documentos Históricos. *Representação de diversas irmandades sobre o cemitério, 1860 (Irmandade de São Benedicto)*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/geral/acervoHistorico/FichaDocumentoImperio.jsp?idDocumento=2745>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

16. Acta 014S1862. Sessão de 15 de maio de 1862. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sesoes/Preparatorias/014S1862.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

17. A Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil é a proprietária do Convento e Igreja de São Francisco do centro de São Paulo. A maioria dos documentos da Irmandade de São Benedito—fundada dentro do convento franciscano—se encontram nos arquivos desta Província.

18. O documento em questão é composto por algumas páginas avulsas de papel datilografado. Chegamos a esta conclusão de provável datação justamente pelo tipo de papel utilizado, diferente da maioria dos documentos na mesma pasta, e pela técnica de datilografia utilizada (a maioria dos documentos analisados foram escritos à mão).

19. Os documentos analisados até o final do século XIX falam em jazigo e cemitério, deixando entender que se tratam de duas coisas em um mesmo espaço. Os inventários de bens falam também da capela do jazigo, local onde havia um altar, imagens e alguns objetos de culto. O que nos leva a crer que a construção apontada nos mapas era uma edificação utilizada como capela e cemitério.
20. Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (APFICB). Documentos diversos, pasta 15.5.
21. Conhecida como Lei Eusébio de Queirós, a lei de 1850 foi a segunda legislação e a definitiva proibição do tráfico atlântico de africanos escravizados. Cf: GOMES, Flavio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Por uma cronologia atlântica. In: GOMES, Flavio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 438.

Fontes Bibliográficas

- ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo: introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e políticas colonizadoras em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- FERREIRA, Lígia Fonseca. De escravo a cidadão: Luiz Gama, voz negra no abolicionismo. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Org.). *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- PEREIRA, Thais Cristina. *Do Sagrado ao Profano: Transformações Fúnebres na cidade de São Paulo—1858–1890*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (1870–1890)*. São Paulo: FAPESP, 2002.
- R. P. FREI DÂMASO VENKER. *Vida Franciscana, Vozes*, Petrópolis, v. 20, n. 30, p. 102–109, 1963.
- REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

“NO CEMITÉRIO DE SÃO BENEDICTO DA CIDADE DE SÃO PAULO”

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

VIDE, Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

Fontes documentais

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO. *Irmandade do Glorioso São Benedicto*. Livro de assentamento dos irmãos. 2–2–1, 1759–1855.

ARQUIVO DA PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL. *Descrição do local do Jazigo da Irmandade de São Benedito (datilografado)*. Sem data. Pasta 15.5. Documentos diversos.

_____. *Irmandade do Glorioso São Benedicto*. Livro receitas e despesas da Irmandade de São Benedicto. 1837–1862. Pasta 15.5. Documentos diversos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Representação de diversas irmandades sobre o cemitério*, 1860. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/geral/acervoHistorico/FichaDocumentoImperio.jsp?idDocumento=2745>>. Acesso em 7 set. 2021. Documentos Históricos. EE60.13.3.

_____. *Irmandade de São Benedicto*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/geral/acervoHistorico/FichaDocumentoImperio.jsp?idDocumento=2745>>. Acesso em 7 set. 2021. Documentos Históricos. EE60.13.5.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Actas da Câmara Municipal de São Paulo*. Sessão de 15 de maio de 1862. 014S1862. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Preparatorias/014S1862.pdf>. Acesso em 7 set. 2021.

Fontes hemerográficas

CORREIO PAULISTANO, ano 2, n. 332, 26 out. 1855.

_____. ano 2, n. 333, 30 out. 1855.

_____. ano 2, n. 334, 2 nov. 1855.

Sobre os autores

Organizadores

Francisco Isaac D. de Oliveira: Doutorando em História Social pela PUC-SP. Atualmente trabalha como editor na Editora Biblioteca Ocidente. É aluno do curso de Graduação em Biblioteconomia na UFRN (ano de início 2019). É editor chefe do periódico acadêmico *Revista Galo—Arte, Sociedade e Cultura*. É mestre em História e Espaços pelo PPGH-UFRN (2013), especialista em Literatura e Ensino pelo IFRN (2015) e licenciado em História pela Universidade Potiguar (2009). Possui experiência profissional no Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio nas redes de ensino pública e privada (Natal e Parnamirim). Tem experiência no ensino técnico na UNP, onde lecionou as disciplinas de História da Arte e História Aplicada ao Turismo e Manifestações Culturais (2014–2016). Lecionou na Pós-graduação em Educação Ambiental e Patrimonial no Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy—IFESP (2016). Atuou como assistente de oficina didática em história no Ensino Fundamental 2 no Instituto Santos Dumont (ISD)—Natal (2016–2017).

Leonardo da Silva Claudiano: Doutorando em História Social pela PUC-SP. Graduado (Bacharelado e Licenciatura) em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015) e mestre em História pela mesma instituição (2018). É pesquisador na área de Teoria da História, História do Brasil e da América Latina, em diálogos com temáticas relacionadas à Literatura, Cidade, Memória e Modernismo. Atua, igualmente, em pesquisas no campo da Literatura e da Crítica Literária, com destaque à Literatura Latino-Americana, Literatura e Ditaduras, Literatura Contemporânea e Metaficção Historiográfica. Coordenador do Grupo de Estudos Literatura e Ditaduras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (GELD/PUC-SP) e membro do Grupo de Estudos em História e Literatura da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (GEHISLIT/PUC-Minas). É

pesquisador e docente colaborador na área de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Autores dos artigos

Alberto Camargo Portella: Mestrando em História Social na Universidade de São Paulo, é bacharel e licenciado em História e membro do Lab-Mundi—Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial. Possui experiência na área de História, com ênfase em História da América e escravidão. Desenvolve atualmente pesquisa de mestrado cujo título é “O arroz colonial no reformismo ilustrado português (1750–1808)”, essa é financiada pela Fapesp—(processo 2019/12541-2).

João Gabriel Covolan Silva: Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial—Lab-Mundi/USP, instituição vinculada à Global History Network, da Harvard University. Desenvolveu pesquisa de Iniciação Científica sob orientação do Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atualmente é mestrando no Dipartimento di Studi Storici da Università degli Studi di Torino, supervisionado pela professora Federica Morelli.

Gabriela de Andrade Ferreira: Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), ligada a linha de pesquisa Poder, Mercado e Trabalho; membro do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) da mesma universidade; bolsista CAPES do Programa de Pós Graduação em História da UFJF desenvolvendo o seguinte tema de pesquisa: “A Reforma Militar lusitana na América portuguesa: o Antigo Regime e as transformações do século XVIII nas tropas de pretos e pardos no Rio de Janeiro (1762–1808)”, sob orientação da Pra. Dra. Ana Paula Pereira Costa (Professora Adjunta do Departamento de História da UFJF). Sou licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) desde 2019 e, atualmente, Bacharelanda em História pela mesma universidade.

Felipe Mesquita Antunes: Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense. Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (2018) e mestre em História pelo PPGH-UFF (2021). Possui experiência na área de História atuando como

docente de História e como pesquisador, tendo como ênfase a História Moderna. Tem como temas de interesse: História Econômica; História do Pensamento Econômico; História Política; História Ambiental; História Atlântica; História Global; História da América Colonial.

Filipe Matheus Marinho de Melo: Doutorando em História na Universidade Federal de Pernambuco, mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e graduado em Licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). Foi bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq (2015–2016) e pelo Programa de Fortalecimento Acadêmico da Universidade de Pernambuco (2016–2017). É tutor no curso de Licenciatura em História em EAD da Universidade de Pernambuco (UPE). Atualmente desenvolve pesquisa na área de História Colonial dedicando-se à temática da escravidão, diáspora africana e comércio de escravizados para o Pernambuco Colonial (século XVIII–XIX). Membro do grupo de pesquisa Deslocamentos, Mares e Rios da UNIFESP.

George Marx: Graduando em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisador na área de História das Mentalidades e História das Religiões. Articulando os conceitos advindos da Escola dos Annales, especialmente o Imaginária e a Mentalidade, em diálogo como a crítica pós-estruturalista francesa—com ênfase na obra dos filósofos Michel Foucault e Gilles Deleuze. Pesquisador do Grupo de Pesquisa HILL (História, Cultura Letrada e outras Linguagens) da UFMA.

João Francisco de Moraes Junior: Estudante de História da UFMA, me interesse por Sexualidade, Relações de Gênero, Religião, Teoria da História, História Moderna e História Contemporânea.

Kalina Vanderlei Silva: Doutora, mestre e bacharel em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Pós-doutorado pela Universidade de Salamanca/Espanha e Livre-Docente pela Universidade de Pernambuco. É Professora Associada da Universidade de Pernambuco, onde leciona História da América no Curso de História (Campus Mata Norte) e História Social da Adolescência no Mestrado em Hebiatria, além de integrar o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Com vários artigos e livros publicados, é pesquisadora do Grupo de Investigación BRASILHIS-História de Brasil y el Mundo Hispánico da Universidade de Sala-

manca (<<http://brasilhis.usal.es/pt-br>>), coordenadora do GEHSCAL (grupo de estudos em História Sociocultural da América Latina-UPE) e do projeto Kmaikya: Histórias Indígenas, de divulgação cultural no Instagram e Facebook.

Isac Alisson Viana de Medeiros: Mestre em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte—UFRN (2020). Especialista em História dos Sertões (2018) e graduado em História Licenciatura pela mesma universidade (2016). Atuou como bolsista de pesquisa na Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), vinculado aos seguintes projetos de pesquisa: Populações mestiças no Seridó: demografia e relações familiares (séculos XVIII-XIX) (2013–2014); crioulos, mamelucos, cabras e mulatos na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (séculos XVIII-XIX) (2014–2015) e Perfil da população de mestiços forros na Freguesia do Seridó (1788–1838) (2015–2016), todos sob orientação do Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo. (2013–2016). É participante do grupo de pesquisa Escravidão, mestiçagem, trânsito de culturas e globalização—séculos XV a XIX da Universidade Federal de Minas Gerais—UFMG e membro do grupo de pesquisa História dos Sertões, pertencente ao Centro de Ensino Superior do Seridó—CERES da UFRN. Possui interesse pelas áreas de pesquisa associadas ao Brasil Colônia, como demografia, mestiçagens, escravidão, História da Igreja e produção de territórios coloniais.

Jeferson dos Santos Mendes: Doutor em História e Cultura do Brasil pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2019), mestrado em História Regional (2011), pós-graduação em Sociologia (2009) e graduação em História pela Universidade de Passo Fundo (2007). Fez parte do grupo de pesquisa Núcleo de Documentação Histórica (NDH), vinculado ao programa de pós-graduação da Universidade de Passo Fundo e dos Grupos de Investigação em História Militar e Mundos Novos e Conexões Mundiais, ambos vinculados ao Centro de História da Universidade de Lisboa. Pesquisa nas áreas de História da América colonial, História da América portuguesa e do Brasil Império. Atuando nos temas: História política, militar, econômica, trajetória e administração.

Thiago do Nascimento Torres de Paula: Doutor em História pela UFPR (2016), Mestre em História pela UFRN (2009), Bacharel e Licenciado em História pela UFRN (2005). Professor Pesquisador e Analista da FAPERN

(Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte), autor de inúmeros artigos científicos, artigos em jornais, resenhas, capítulos de livros, além de pareceres acadêmicos e governamentais. Docente colaborador do Núcleo de Formação de Professores da SEEC-RN, colaborador da Pós-Graduação Lato Sensu do IFRN (Campus Natal Central). Pós-Doutor em Educação pela UFRN (PNPD/Capes 2017–2018), Pesquisa sobre História Moderna, atuando sobre os temas da América portuguesa: abandono de crianças recém-nascidas; trajetórias individuais e atitudes diante da morte.

Úrsula Andréa de Araújo Silva: Doutoranda em Educação pela UFRN. Posuo graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela UFRN. Durante essa formação dediquei-me à pesquisa dos seguintes temas: Historicidade dos conceitos históricos, Extensão Universitária, Patrimônio Histórico, Práticas Pedagógicas e Rio Grande do Norte, atuando principalmente na área de História Colonial e Teoria e Pesquisa Histórica. Minha monografia apresentou a análise de documentos jesuíticos durante o período Holandês no Brasil. Sou Mestre pela mesma universidade, na subárea História e Espaços. Nesse período dediquei-me à pesquisa dos seguintes temas: Sertão, Amazônia, Fronteira, Corpo, Discurso, Espaço, Colonização. Desde 2010 dedico-me à área de Educação a Distância em suas múltiplas possibilidades: tutoria, revisão de estrutura e linguagem EaD, autoria e coordenação acadêmico-pedagógica. Além dessa experiência, atuei como tutora a distância no IFRN e na UFRN, onde também fui tutora presencial. Conclui Pedagogia pela UnP para aprimorar minha experiência docente e hoje sou Pedagoga da Equipe Multidisciplinar no IFRN.

Marlúcia Menezes de Paiva: Doutora em Educação na linha de pesquisa: História e Filosofia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992). É pós-doutora em educação na École des Hautes Études en Sciences Sociales-EHESS e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000–2001). Professora Titular do Centro de Educação da UFRN. Posui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1969), tem experiência na área de Educação (pesquisa, ensino e extensão), com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, história da educação, história das práticas socioeducativas da igreja Católica. O foco de suas pesquisas ocorre na área da educação não formal, particularmente na educação popular.

Bruno Miranda Braga: Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, linha de pesquisa: Cultura e Representação. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Gestão e Produção Cultural pela Universidade do Estado do Amazonas UEA. Historiador e Geógrafo com Licenciatura em ambas as áreas. Membro do Núcleo de Estudos em História Social da Cidade—NEHSC. Temas de pesquisa: história social e cultural da Amazônia, História Indígena, Brasil e América Latina no século XIX, Patrimônio Histórico e Cultural. Atualmente sou bolsista de doutorado do CNPq.

João Fernando Barreto de Brito: Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020). Mestre em História dos Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015) e graduado pela mesma universidade em 2012. Desenvolveu suas pesquisas no campo da história social do trabalho, destacando-se pelos conflitos entre trabalhadores e os representantes do Estado Imperial, particularmente na segunda metade do século XIX. Sua dissertação abordou a temática da migração e das colônias agrícolas no tocante à seca de 1877 no Rio Grande do Norte. Em sua tese desenvolveu um trabalho de fôlego ao desnudar o complexo caminho da metrificação nacional, perpassando pela criação e adoção do Sistema Métrico Decimal Francês na América Latina e no Brasil, desde a criação de projetos pelas classes dirigentes nacionais do México, Nova Granada e Brasil. Destacou-se, em quatro províncias (Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte), a ação dos grupos anti-métricos, os chamados Quebra-quilos.

Diego Marinho de Gois: Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Cultura, Escola e Processos Formativos em Educação. Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação da UFOPA, Santarém-PA, onde atua na área de Ensino de História, com as disciplinas: Metodologia do Ensino de História e Estágios Supervisionados em História. Coordenou o sub-projeto História, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência—PIBID, História-UFOPA, de 2016 a 2018. Presidiu o Grupo de Trabalho—Ensino de História na Amazônia (2016–2018). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós, com sede em Santarém. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, instituição que lhes conferiu os títulos de Bacharel e Licenciatura Plena (2006). Pós-graduado pelas Faculdades Integradas de Patos, onde recebeu o título de Especialista em Geopolítica e História (2008). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012). Atualmente é membro do Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas (NPPD) da Universidade Federal do Paraná e do Gepehisba (Grupo de Pesquisas e Estudos em História do Baixo Amazonas), da Unidade Federal do Oeste do Pará.

Ariane de Medeiros Pereira: Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ano de 2014. Graduada em História/Licenciatura/Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, anos de 2011 e 2015, respectivamente. Especialista em História dos Sertões em 2018. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Rio Grande do Norte, Escravidão Negra no Seridó, História do Seridó e o processo de modernidade nos sertões do Rio Grande do Norte.

Alvaci Mendes da Luz: Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/SP). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, aluno bolsista CAPES—(PUC/SP). Bacharel em Teologia pelo Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis (ITF/RJ). Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia São Boaventura-FAE/PR. Atualmente é pesquisador no grupo de pesquisa Estudos da Paisagem da Universidade Federal de Alagoas FAU-UFAL, no grupo de pesquisa Rastros da Universidade São Francisco (USF/SP) e faz parte da Rede Internacional de Estudos Franciscanos no Brasil. Estuda a presença franciscana na colônia portuguesa nas Américas durante os períodos colonial e imperial, particularmente na região Sudeste, bem como as irmandades de pretos dedicadas a São Benedito e instaladas originalmente em Conventos Franciscanos.

"As ideias defendidas nesta obra, pela variação dos pontos de vista, inserem-se no plano mais vasto da história social, política e cultural. A sensibilidade de seus autores em relação a uma ruptura histórica de grande relevância—a transição para o Brasil imperial—preenche uma lacuna importante e oferece um panorama de análise ampliado acerca de um dos momentos mais tormentosos de nossa história. De uma ponta a outra, as observações que esboçam permitem crer, embora de forma indefinida, que o arcabouço do Antigo Regime estava a ser corroído por dentro. E por mais que os historiadores analisem esse fenômeno de ruptura no quadro geral da civilização ocidental, a periferia do sistema ainda continua carecendo de pesquisas mais aprofundadas. O conteúdo que o leitor tem em mãos certamente representa uma oportunidade de narrar e compreender o que estava ocorrendo no Brasil nesse momento tão conturbado."

Wallas Jefferson de Lima



EDITORA BIBLIOTECA OCIDENTE
LIBRUM LUX MUNDI